**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

MARCOS ROGÉRIO RIBEIRO DE CARVALHO

**NOS CAMINHOS DA SERRA:
ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA.
A OCUPAÇÃO HUMANA NA SERRA DA CANTAREIRA
ENTRE OS SÉCULOS XVII E XX.**

**São Paulo
2012**

MARCOS ROGÉRIO RIBEIRO DE CARVALHO

**NOS CAMINHOS DA SERRA:
ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA.
A OCUPAÇÃO HUMANA NA SERRA DA CANTAREIRA
ENTRE OS SÉCULOS XVII E XX.**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Doutor em Arqueologia**

Área de Concentração: Arqueologia

**Linha de Pesquisa: Cultura Material e Representações
Simbólicas em Arqueologia.**

Orientador: Prof.^a Dr.^a Dorath Pinto Uchoa.

São Paulo

2012

Agradecimentos

Agradecer às pessoas que participaram de um projeto pessoal que acompanhou nossa vida durante alguns anos sempre causa certa apreensão. A possibilidade de memorar nomes e esquecer outros entre tantos que contribuíram de alguma forma no percurso deste trabalho é sempre um risco que não se quer correr. Os anos se passaram e é possível ver quantos participaram desta empreitada, ora contando suas histórias de vida, ora oferecendo dados e informações, que aos poucos, permitiram que este projeto se materializasse e chegasse a seu término. São pessoas como Dona Angelina, Dona Paulina e família, Paulo Coelho, sua esposa e seus filhos Jairo e Darci, Diego, da entidade Arautos do Evangelho, Ana Claudia, Dardies e Edson, da SABESP, Michaela Stork, do Instituto Martius-Staden, Américo de Moraes Simões, seu irmão José Simões e seu primo José Roberto Soares, herdeiros da família Doll, Cido, Dona Diva, Marcos Roberto, Joaquim, Rucirene, Bonfílio, Secretário do Verde e do Meio Ambiente de Caieiras e grande amigo, Wagner e Mário Sérgio, Dona Lurdes, Mauro e esposa, Vicente Pisaneschi e sua filha Edna, Pedro Thomaz Pereira, Henrique, Dario e Lúcia da Associação Paulista de Medicina, José Eduardo e esposa, a Prof.^a Mara Cristina, da ETEC Dr. Emílio Hernandez Aguilar, pelas visitas entusiasmadas de seus alunos ao sítio Fazenda Velha, o Prof^o. Murilo Neto, da FACCAMP e seus alunos do curso de licenciatura em História, que atuaram nos trabalhos de campo, como Pedro, Messias, Jeremias, e Rafael, Jhonatan, os arqueólogos sempre amigos Paula Nishida, Filomena, Dalmo, Astolfo, Lúcia, Paulo Bava, Zanettini e Zarankin, as equipes da biblioteca e da secretaria do MAE, sempre atenciosos quando os procuro, bem como os meus antigos orientadores na época do Mestrado, sempre receptivos e atenciosos: os professores Margarida Andreatta e Norberto Guarinello.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Dorath Pinto Uchoa pelo seu carinho, apoio e orientação sempre meiga. Ela que já me abriu os caminhos da Arqueologia no passado e que quando a procurei, nos idos de 2008, novamente foi tão receptiva e afetuosa.

À equipe da Diretoria Municipal de Cultura e Lazer de Cajamar, representada por seu Diretor Adanias Sousa Silva e sua equipe da Casa da Memória, Keila e Daniela, apaixonados pela bela história de Cajamar e região.

À Faculdade Flamingo, através de Érica, Mateus, Dona Ana e Francisco pelo apoio contínuo às minhas empreitadas acadêmicas e profissionais e pelos subsídios financeiros que tornaram viáveis os custos das atividades de campo e das pesquisas em diversos acervos.

Aos meus familiares, minha mãe Meri, Tina, Vó Terezinha e Tia Lurdinha, ao meu sobrinho Gabriel que elaborou as plantas dos sítios e dos imóveis documentados. A meu cunhado Alexandre pelos desenhos que criou inspirado nos diversos sítios trabalhados, oferecendo uma feição especial às análises realizadas no segundo capítulo, contribuindo sobremaneira para o enriquecimento do resultado final.

E por fim, à minha esposa Ana e minhas pequenas Carolina e Mariana por oferecerem sentido à minha vida e aos meus esforços. Um grande amor!

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo verificar traços da ocupação humana – histórica e pré-histórica - em uma pequena região delimitada como Serra da Cantareira, pertencente à sub-bacia do rio Juquery e Serra da Cantareira, ocupando terras dos municípios de Caieiras, Guarulhos, Mairiporã e São Paulo, por acreditar que a área possa ter sido palco de assentamentos humanos desde épocas pré-históricas, inclusive de tradições culturais diversas à Tupiguarani, além de uma ocupação humana pós-contato de origem européia nas primeiras décadas do século XVI, prosseguindo até os tempos atuais. No entanto, a ausência de um maior número de pesquisas pregressas sobre a região, mesmo em áreas próximas, bem como a não localização de sítios pré-históricos e de pós-contato por meio de métodos arqueológicos neste trabalho, não permitiu inferir com maior segurança este pressuposto. Ademais, foi possível elencar dados e localizar alguns sítios arqueológicos históricos inéditos datados entre os séculos XVIII e XX, possibilitando não só traçar uma trajetória para o processo de ocupação da região, como oferecer novas perspectivas para a compreensão da história do processo de ocupação na região metropolitana de São Paulo, evidenciando-os como bens de interesse patrimonial local e regional. Fato que releva a importância deste trabalho como uma das primeiras tentativas de registrar sinais da presença humana local por meio de métodos e técnicas arqueológicas. Por fim, destaca-se também a importância deste trabalho para a compreensão do processo de devastação da mata nativa local, ocorrida entre os séculos XVII e XX.

PALAVRAS CHAVES

Arqueologia Histórica – Serra da Cantareira – Patrimônio Histórico – Taipa –
Casas Bandeiristas - Cinturão Agrícola

ABSTRACT

This research had as goal to verify traces of human occupation – historical and pre-historical – in a small region bounded to Serra da Cantareira, belonging to the sub-basin of the Juquery river and Serra da Cantareira, occupying lands in the cities of Caieiras, Guarulhos, Mairipora e Sao Paulo, for believing that the area may have been stage of human settlements since pre-historical times, including place of several cultural traditions different from the Tupiguarani, besides a human occupation after contact with the European origins in the first decades of the XVI century, continuing until the present time. However, the absence of a greater number of previous research, even in nearby areas, along with the miss localization of pre-historical sites and post-contact through archaeological methods in this project, didn't allow to conclude with more safety this presupposition. Furthermore, It was possible to list data and locate some archaeological historical sites never seen dated between the centuries XVIII and XX, allowing not only to trace a path for the process of occupation of the area, but also allowing to offer new perspectives for the historical comprehension of the occupation process in the metropolitan area of Sao Paulo, evidencing them as property of local and regional patrimonial interest. This fact shows how relevant this work is as one of the first attempts of recording signals of human presence through the archaeological techniques and methods. Lastly, I also highlight the importance of this work for the comprehension of the devastation process of the native forest site, which occurred between the XVII e XX centuries.

KEY WORDS

Historical Archaeology – Serra da Cantareira – Historical Heritage –
Taipa – Bandeirantes 'Houses – Agricultural belt

SUMÁRIO

Introdução.....	7
1. ARQUEOLOGIA NA SERRA DA CANTAREIRA.....	14
1.1. Arqueologia e complexidade.....	23
1.2. Métodos e técnicas.....	42
2. A OCUPAÇÃO HUMANA NA SERRA DA CANTAREIRA.....	69
2.1. A Praça de N. ^a S. ^a do Rosário e São Benedito, século XVII.....	78
2.2. A Capela de Santa Inês, século XVII.....	113
2.3. O Caminho de Juqueri, século XVIII.....	141
2.4. A Fazenda dos Fagundes, século XVIII.....	166
2.5. A Fazenda São Pedro, século XVIII.....	207
2.6. A Fazenda Velha, século XIX.....	230
2.7. Casas, moinhos, olarias e praças de carvão, século XX.....	279
3. NOS CAMINHOS DA SERRA: ARQUEOLOGIA E PAISAGEM.....	310
4. ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA.....	323
Considerações Finais.....	333
Referências	338

Introdução

Foi no contexto de minha atuação em um projeto ambiental voltado para as comunidades da bacia hidrográfica do rio Juqueri e Serra da Cantareira, desenvolvido entre os anos de 2005 e 2007, com professores da rede escolar pública local, intitulado *Chão Verde Terra Firme*, da entidade ambiental *Conselho Comunitário de Saúde Dr. Franco da Rocha*, voltado para o fomento de novas atitudes e posturas para a proteção das várzeas da bacia¹ que obtive contato mais próximo com a região e percebi a ausência de estudos arqueológicos e históricos locais mais aprofundados que pudessem subsidiar o meu próprio trabalho, fato que fez emergir o primeiro esboço deste projeto que busca conciliar minha formação e experiência na área de história (bacharelado e trabalhos de conservação e memória fotográfica, e história oral), educação e Arqueologia (mestrado e atuação com atividades de Arqueologia e educação patrimonial) com as questões que envolvem estas comunidades em relação aos seus bens patrimoniais e ambientais locais.

A bacia hidrográfica do rio Juqueri e Serra da Cantareira ocupa os atuais territórios dos municípios de Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã, além de alguns bairros da região oeste de São Paulo, como Perus, Jaraguá, Parada de Taipas e Anhanguera. Ela possui cerca de 38,4% de sua superfície em Área de Proteção de Mananciais² e a região apresenta inúmeras áreas legalmente protegidas, como o Parque Anhanguera, o Complexo Hospitalar do Juqueri e Parque Estadual do Juqueri, o Parque Estadual da Cantareira, a Estrada de Ferro Perus-Pirapora, a Fábrica de Cimento Portland Perus, a Fazenda Florestal da Companhia Melhoramentos de São Paulo e as Caieiras da Melhoramentos, tombadas pelo CONDEPHATT³.

¹ O *Chão Verde Terra Firme* tem como missão conscientizar a população da região do vale do rio Juqueri e da serra da Cantareira sobre os adequados usos e ocupação do solo e a importância das várzeas e do meio ambiente em geral. O principal objetivo é promover a educação ambiental em recursos hídricos, modificando condutas e funcionando como piloto para outros programas e ações públicas/privadas. Conselho Comunitário de Saúde Dr. Franco da Rocha. www.ccsfr.org.br. Acesso em 24 de maio de 2012.

² INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS/USP, 2004.

³ BRASIL. CONDEPHATT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. Reserva Estadual da Cantareira e Horto Florestal. Processo CONDEPHATT Nº 20536/78. Resolução de Tombamento 18 de 04/08/1983, publicado no Diário Oficial de 06 de agosto de 1983, na página 13,

Além da questão da proteção dos mananciais, a área vivencia uma série de questões locais e emergenciais de caráter público como a construção do Rodoanel – trecho norte, que cortará a região, gerando um grande impacto ambiental e social⁴. Por outro lado, existem uma carência na infraestrutura básica e inúmeros conflitos entre o poder público das diversas municipalidades e o governo do Estado, bem como com a comunidade organizada e ong's atuantes na região, além do adensamento populacional com o grande número de áreas invadidas por loteamentos ilegais e a proliferação de condomínios de médio e alto padrão, o que promove uma devastação vegetal local significativa, além do aumento do tráfego de veículos, mesmo considerando toda a recente legislação de proteção ambiental. Ademais, a área se configura como importante reserva de água para a região metropolitana de São Paulo e qualquer intervenção ou aumento populacional local podem agravar o quadro de gestão dos recursos hídricos de todo o sistema Juqueri-Cantareira.

Outro aspecto importante a ser considerado refere-se à quase ausência de pesquisas arqueológicas pré-históricas e históricas na região, excetuando aqueles em desenvolvimento no processo de licenciamento ambiental do Rodoanel e alguns poucos trabalhos pontuais. Mesmo no acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN inexistem registros de estudos na área, o que pode ser explicado pela confluência de fatores como: (a) o privilégio de escolha pelos arqueólogos de algumas áreas arqueológicas de São Paulo em detrimento de outras; (b) inexistência real de evidências pregressas na área objeto de interesse desta pesquisa; (c) estímulo da própria literatura arqueológica brasileira e programas de formação de novos quadros no contexto das pesquisas acadêmicas (dos orientadores e dos centros de pesquisa) para outras regiões de maior interesse, seja por antiguidade de sítios precedentes encontrados ou pelo aparecimento de grande quantidade de vestígios; (d) pela ocorrência de projetos de médio e grande porte, envolvendo

<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.bb3205c597b9e36c3664eb10e2308ca0/?vgnnextoid=91b6ffbae7ac1210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&Id=ce0d44e37d52c010VgnVCM1000001c01a8c0>

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO..Acervo da Estrada de Ferro Perus-Pirapora. Processo CONDEPHATT Nº 21273/80. Resolução de Tombamento 05 de 19/01/1987,

⁴DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A.

www.dersa.sp.gov.br/rodoanel/trechonorte/eia_trecho_norte.asp. Acesso em 07.08.2011.

licenciamento ambiental em áreas específicas do país, tanto de caráter público como privado, servindo como pólos de atração.

Não obstante a estes fatores, mais recentemente, no acompanhamento das obras de construção do Rodoanel Oeste, em área próxima, afloraram registros de sítios que ofereceram novos dados para a discussão que cerca a questão da ocupação humana pré-histórica na região de São Paulo, bem como de seus possíveis fluxos de migração na área metropolitana e quiçá no Estado.

A delimitação de um espaço territorial contemporâneo – o Estado de São Paulo - para a circunscrição dos processos de ocupação humana pré-histórica é inadequada por princípio. Contudo, para oferecer um panorama contextual para a área objeto deste estudo: a Serra da Cantareira, ela basta. Por outro lado, é necessário destacar que a Serra da Cantareira se configurou como uma floresta urbana a ser protegida, do ponto de vista legal e simbólico para o imaginário social paulista e nacional, somente na atualidade, como área delimitada e com um papel claro a cumprir. Em outras palavras, para épocas passadas a região assumiu papéis outros frente à ocupação humana, ora como um marco geográfico a ser observado no horizonte pelos viajantes, ora como um obstáculo a ser superado, como espaço agrícola, de subsistência, de fornecimento de carvão vegetal e madeira ou como área com potencial recurso hídrico. Portanto, isolá-la como objeto de estudo atende a uma percepção somente possível na atualidade, como importante reserva de área verde situada na face norte da cidade de São Paulo, tombada e protegida pelo poder público e reconhecida internacionalmente pela UNESCO como parte integrante do cinturão verde paulista e reserva da biosfera⁵.

Esta pesquisa tem por objetivo promover um primeiro levantamento arqueológico na região conhecida e delimitada como Serra da Cantareira, procurando evidenciar possíveis ocorrências e sítios arqueológicos, sejam eles pré-históricos ou históricos, de períodos mais recuados ou mais próximos no tempo. A hipótese aqui subjacente é que a Serra da Cantareira sediou sucessivas ocupações humanas no decorrer dos tempos, antes e após a

⁵ A Reserva Estadual foi transformada em Parque Estadual pelo artigo 11 do Decreto nº 41.626, de 30 de janeiro de 1963. Com a Resolução 18 de 04 de agosto de 1983 ficou tombada a área da Reserva Estadual da Cantareira e o Parque Estadual da Capital (Horto Florestal). Em 1988 o Parque Estadual da Cantareira foi considerado Patrimônio Nacional. Em 09 de junho de 1994 foi declarado pela UNESCO Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo com status de Patrimônio da Humanidade.

chegada dos europeus, atendendo projetos sociais, econômicos e políticos diferenciados. Estas sucessivas ocupações deixaram marcas na paisagem, *cicatrices*, segundo Fernand Braudel (2002, p. 36-37), cabendo à Arqueologia, por intermédio de sua teoria, método e ferramentas, evidenciar em sua materialidade, seja sincrônica ou diacronicamente. Para tanto, foram adotados métodos, técnicas e procedimentos específicos da Arqueologia em convergência e diálogo com outras fontes documentais (depoimentos orais, documentos escritos, cartográficos, fotográficos e iconográficos) e obras escritas, procurando construir um primeiro contexto arqueológico, histórico, etno-histórico e social para a área.

Assim, este trabalho alicerçou-se nos seguintes limites, a saber: (a) por seu ineditismo na região, associado à parcimônia de recursos humanos, financeiros e materiais, adotou uma metodologia assistemática de obtenção de dados; (b) procurou contextualizar minimamente nas perspectivas arqueológica, histórica, etno-histórica e social cada evidência identificada sem maiores aprofundamentos, mantendo a baliza no interesse do conhecimento da área como um todo, de seu contexto; (c) focou a dinâmica do processo de ocupação sincrônica e diacronicamente, inserindo os sítios localizados neste panorama.

Em seu primeiro capítulo, *Arqueologia na Serra da Cantareira*, após uma contextualização da Serra da Cantareira em seus aspectos social, econômico, cultural, climático, geológico, botânico e faunístico, no sentido de alicerçar a compreensão dos encaminhamentos dados à pesquisa e clarificar melhor os resultados alcançados, será apresentado, em 1.1. *Arqueologia e Complexidade*, o quadro teórico adotado no trabalho e discutidos a relação do arqueólogo com o seu objeto de estudo e o *aparente* caos de dados que se apreende no processo da pesquisa arqueológica, pelo necessário diálogo com outras áreas do conhecimento, de forma a agregar informações pertinentes para a compreensão da *cultura material remanescente do passado*, que, por muitas vezes, ao ser localizado, reveste-se de um caráter inusitado para a pesquisa, por não se adequar ao anteriormente previsto, promovendo novos direcionamentos e exigindo do pesquisador a necessária *abertura* para atender às novas situações impostas pelo trabalho, para atingir os objetivos maiores traçados para a pesquisa, além do objeto.

Também serão apresentados, em 1.2. *Metodologias e Técnicas*, os métodos e técnicas que fundamentaram a pesquisa, bem como os procedimentos de coleta, gestão e análise de dados, considerando para tanto a incorporação de procedimentos de pesquisa da história (história oral e análise documental, fotográfica e iconográfica) e da antropologia (entrevistas), tendo em vista à diversidade de fontes hoje disponíveis e adotadas por estas disciplinas.

No segundo capítulo, *A ocupação humana na Serra da Cantareira*, será feita uma tentativa de reconstrução da história da Serra da Cantareira, não a partir de uma historiografia consolidada, de documentos escritos, iconográficos ou de uma memória oral, mas a partir daquilo que é caro ao arqueólogo: o vestígio material. Será a partir dos problemas colocados pelos sítios pesquisados, daí a necessária *abertura* abordada anteriormente, considerando a sua localização e contexto, que se procurará traçar a história da Serra da Cantareira, mesmo considerando que, no contexto deste trabalho, alguns sítios estudados, no atual estágio das pesquisas, ainda não lograram resultados positivos. Será a partir das questões surgidas no diálogo com os sítios evidenciados que se procurará construir um contexto e, por consequência, uma narrativa para o processo de ocupação humana na Serra da Cantareira entre os séculos XVII e XX.

Para os dois casos em que não se obteve resultados positivos, ambos com grande potencial para a exumação de vestígios do século XVII, a opção adotada foi o registro do percurso efetuado, revelando as escolhas e os descaminhos, procurando contribuir como experiência e memória para futuras pesquisas nas áreas estudadas ou na região, e até mesmo para outros que possam se deparar com os mesmos problemas: áreas neutras – estéreis - do ponto de vista arqueológico – mesmo considerando que a não localização de vestígios por si só seja uma informação relevante e como uma faceta pertinente e presente na prática arqueológica. Este foi o caso das pesquisas empreendidas na Praça de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e na Capela de Santa Inês, referenciadas como originadas no século XVII.

Destaca-se também que o estudo da Serra da Cantareira por parte da Arqueologia deve ater-se à percepção que a paisagem circundante é uma sucessão de temporalidades, de ocupações humanas que se sucederam no

tempo, realizando apropriações específicas, de acordo com os objetivos delineados por cada grupo humano em sua época, fazendo uso de recursos e do ambiente local, interferindo e dialogando com as possibilidades, limites e resistências que este ambiente oferecia para o indivíduo, grupo, comunidade ou sociedade. Por outro lado, a história da Serra da Cantareira é a história de um longo processo de devastação da mata nativa original, hoje em processo de regeneração. Entender e relevar este processo, sob a ótica, teorias e métodos da Arqueologia é uma contribuição necessária que este trabalho pretende também sinalizar.

A apresentação de cada um dos sítios arqueológicos será feita a partir de um desenho artístico livre do artista plástico Alexandre Chagas dos Anjos que procura contextualizá-los no âmbito da paisagem local, no sentido de corroborar para a percepção da importância e relevância da preservação do patrimônio arqueológico local.

No terceiro capítulo, *Nos Caminhos da Serra: Arqueologia e Paisagem na Serra da Cantareira*, será apresentada uma súmula do processo de ocupação ocorrido na região de fins do século XIX até a atualidade, procurando apontar os momentos de intervenção mais significativa, em especial, do poder público. Aqui se fará um balanço final, propondo uma hipótese para a trajetória da ocupação humana local entre os séculos XVII e XX.

Por fim, no quarto e último capítulo, *Arqueologia, história, patrimônio e memória na Serra da Cantareira*, serão discutidos alguns aspectos relativos à importância deste trabalho de evidênciação de vestígios e sítios arqueológicos e sua interconecção com a questão patrimonial local, considerando a área ter sofrido grandes transformações neste último século, desde a ocupação intensiva de agricultores e extrativistas imigrantes, sua expulsão ou adaptação a novas condições de sobrevivência nas décadas seguintes, passando pelas grandes intervenções de caráter público, através da construção do sistema de captação e distribuição de água, e a recente ocupação pelas intensas invasões, pela implantação de condomínios residenciais, ou seja, uma área que não foi somente devassada do ponto de vista de sua mata nativa, mas também de sua memória e patrimônio, ora pela pobreza de sua população, ora por situar-se na periferia das diversas municipalidades que lhe compõem (São Paulo, Guarulhos, Caieiras, Mairiporã), por atender a projetos públicos

específicos e de grande envergadura direcionados a outras localidades e públicos ou por ser espaço de interesse de especuladores e investidores capitalistas.

1. ARQUEOLOGIA NA SERRA DA CANTAREIRA

Todos os que se iniciam no conhecimento das ciências da natureza – mais cedo ou mais tarde, por um caminho ou por outro – atingem a ideia de que a paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades. (AB’SÁBER, 2003, p. 9)

É na face norte da cidade de São Paulo que se observa majestosa a presença de um grande paredão a acompanhar o horizonte, desde o Pico do Jaraguá, no extremo oeste, nos limites da bacia do Juqueri-Cantareira, até o seu outro extremo, em direção à leste, nos confins de Guarulhos. Um maciço rochoso composto de 64.800 hectares de terras, integrando os municípios de São Paulo, Mairiporã, Caieiras e Guarulhos.

Figuras 1 e 2. Imagens da Serra da Cantareira vista da região norte da cidade de São Paulo. Fotografias do autor, março de 2012.

A sua encosta sul pertence hoje ao Parque Estadual da Cantareira, uma reserva florestal com 7.916 hectares de área de proteção ambiental permanente, tombada em 1983 pelo Condephatt⁶.

⁶ BRASIL. CONDEPHATT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. Localização: coordenadas UTM 7.415,00-7.405,00 kmS e 337,00 km. Número do Processo: 20536/78 Resolução de Tombamento: Resolução 18 de 04/08/1983. Publicação do Diário Oficial. Poder Executivo, Seção I, 06.08.1983, p. 13. Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: inscrição nº 14, p. 304, 08/09/1986. A Reserva Estadual da Cantareira foi criada em fins do século passado visando garantir a captação de água para a cidade de São Paulo. Patrimônio atual da Sabesp, mas administrado pelo Instituto Florestal que ali criou um Parque Estadual, conta com 5.647 ha que, de acordo com o seu valor geológico, geomorfológico, hidrológico e paisagístico, tem a condição múltipla de banco

Em sua maior parte, a Serra é composta pelo granito *Cantareira*, rocha de origem pré-devoniana que forma um imenso batólito alongado, em direção NE-SW, e com cristas mais elevadas que atingem quase 1.200 metros de altitude, com diferenças de nível máximo de 450 metros. (ELLERT, 1964)

Figura 3. Mapa da Região Metropolitana de São Paulo com a localização da Serra da Cantareira (círculo em vermelho). Fonte: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER. Mapa rodoviário do Estado de São Paulo. 2006, edição 2007, escala 1:1.000.000. Divisão Municipal do Estado de São Paulo. São Paulo, 1998, escala 1:1.000.000. Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC. Extraído de <http://www.igc.sp.gov.br/>. Acesso em 12 de março de 2012.

A área é servida por estradas intermunicipais como a estrada de Santa Inês, que promove a ligação de São Paulo à Caieiras, e as estradas da Roseira

genético tropical, dotado de ecossistemas representativos da flora e fauna, funcionando também como espaço serrano regulador das qualidades ambientais e dos recursos hídricos da região metropolitana da Grande São Paulo. O tombamento inclui a Pedra Grande, batólito granítico que aflora a 1.050 m de altitude; a bomba d'água, relíquia histórica dos primórdios do abastecimento da cidade, datada de 1906, movida a vapor, localizada na Barragem do Engordador e o Parque Estadual da Capital, antigo Horto Florestal, criado em 1898 pelo engenheiro e botânico sueco Alberto. Loefgreen, membro da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. A área tombada localiza-se entre as coordenadas UTM 7.415,00-7.405,00 kmS e 337,00 kmE. Fonte Processo de Tombamento <http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.bb3205c597b9e36c3664eb10e2308ca0/?vgnnextoid=91b6ffbae7ac1210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&Id=ce0d44e37d52c010VgnVCM1000001c01a8c0>. Acesso em 20.01.2011

e Sezefredo Fagundes que ligam São Paulo à Mairiporã, além da Rodovia Fernão Dias (BR381) que margeia a Serra na divisa com Guarulhos.

Figura 4. Detalhe do Mapa da Região Metropolitana de São Paulo com a localização da Serra da Cantareira (círculo em vermelho). Fonte: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER. Mapa rodoviário do Estado de São Paulo. 2006, edição 2007, escala 1:1.000.000. Divisão Municipal do Estado de São Paulo. São Paulo, 1998, escala 1:1.000.000. Instituto Geográfico e Cartográfico. Extraído de <http://www.igc.sp.gov.br/>. Acesso em 12 de março de 2012.

A área pertence à Sub-bacia Hidrográfica do Juqueri-Cantareira, integrante do sistema da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê.

Figura 5. Mapa da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. Ao norte vê-se a Sub-bacia Hidrográfica Juqueri-Cantareira. Imagem extraída da publicação Informações Básicas para o Planejamento Ambiental, de 2002, do Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Estado do Meio Ambiente, Coordenadoria de Planejamento Ambiental.

Figura 7. Mapa do perfil da Serra da Cantareira. Fonte: ELLERT, 1964. Mapa base utilizado: Mosaico Aerofotográfico executado para o Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo.

Para ele, ela se configura como um

(...) domínio morfoclimático e fitogeográfico um conjunto espacial de certa ordem de grandeza territorial – de centenas de milhares a milhões de quilômetros quadrados de área – onde haja um esquema coerente de feições de relevo, tipos de solos, formas de vegetação e condições climático-hidrológicas. (2003, p.11 e 12)

AB`Saber vê a Serra da Cantareira como a concentração dos primeiros maciços montanhos, alinhados e dotados de certa continuidade, salientando-se maciçamente, a trezentos metros acima do nível geral da topografia da região de São Paulo, com altitudes de 850 a 1.100 metros, além da cumiada das escarpas costeiras (2007, p. 21).

Figura 8 . Observar a Seção geológica da Serra da Cantareira ao maciço de Santos, desenho de 1952. (AB`SABER, 2007, p. 68).

O autor observou, em viagens aéreas de norte para sul, que a Serra da Cantareira seria o primeiro degrau mais saliente e contínuo do planalto, apresentando

...uma assimetria pronunciada: enquanto o reverso setentrional é constituído por um maciço granítico, sujeito a um amplo rejuvenescimento regional, a sua face sul decai em frentes escarpadas, demonstrando sensível rejuvenescimento local recente. A vertente norte, drenada para a bacia do rio Juqueri, apresenta uma escultura granítica maciça e suave, com formas de maturidade

moderada. A frente sul do maciço, que dá para o Tietê e a bacia de São Paulo, denota aspectos de um verdadeiro escarpamento, nos sopés do qual, 300 metros abaixo, encaixados em uma espécie de depressão, iniciam-se os terrenos da bacia de São Paulo. (2007, p. 23)

Para ele,

É somente desse ângulo de visão que pode ser percebida plenamente a assimetria marcante da Serra da Cantareira e o aspecto de compartimento embutido que a região de São Paulo possui em face dos maciços antigos que a circundam. (2007, p. 23)

Em 1963, parte da Serra tornou-se Reserva Florestal com o intuito de proteger os recursos hídricos locais, e em 1986, parte dela foi transformada na Unidade de Preservação Parque Estadual da Cantareira. Em 1988, foi tombada como Parimônio Nacional, e em 1994, tornou-se Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo, sendo reconhecida pela UNESCO como parte integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: um conjunto que totaliza 600 mil hectares de área e inclui, além do Parque Estadual da Cantareira, o Parque Estadual do Juqueri, o Parque Estadual da Serra do Mar, o Parque Alberto Löfgren, o Parque do Jurupará, a Reserva Florestal do Morro Grande e a Área Natural Tombada da Serra do Japi. (ROCHA; COSTA, 1998, p. 210-211).

Alinhada ao Parque Estadual Alberto Löfgren, o Parque da Cantareira representa a maior área protegida de mata tropical atlântica urbana do planeta. O parque teve sua origem na desapropriação de fazendas de chá e café feita pelo Estado a partir de 1890⁷, com o objetivo de propiciar a recuperação da mata nativa, essencial para a preservação das nascentes e córregos existentes na região e que seriam aproveitadas para o recém-criado sistema de abastecimento de água da cidade.

Parece que advém daí o nome *Cantareira* ou Serra dos Cântaros, atribuído pelos tropeiros em decorrência da abundância de veios d'água, de nascentes, córregos, riachos e mananciais de água existentes na região. Essa informação, embora muito citada em textos, publicações e panfletos turísticos,

⁷ Segundo informações da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário.

não pode ser confirmada em fontes mais fidedignas. Inclusive, o termo Cantareira só aparece como espaço geográfico presente nos mapas em fins do século XIX, após a implantação do sistema de captação de água. A palavra Cantareira designa uma prateleira de pedra muito usada nas cozinhas para o depósito de cântaros, que são vasos de barro utilizados para armazenagem de água para uso doméstico; aparentemente, o nome somente surgiu ou se sedimentou no imaginário da população local com a criação da Companhia Cantareira de Águas e Esgotos em 1877, possivelmente como extensão do próprio nome da empresa criada.

A Serra da Cantareira, em sua porção granítica principal, mais saliente e isolada, apresenta um caso local de irradiação de drenagem, agindo como um ponto de fuga para pequenos córregos e riachos que nascem em porções internas elevadas do maciço granítico rejuvenescido e caminham para a periferia, através de sinuosos caminhos dendrítico-retangulares, ocorrendo um tipo especial de drenagem radial, perfeitamente explicável em face do corpo intrusivo saliente e rejuvenescido ali existente. (AB`SABER, 2007, p. 77)

Figura 9. Bloco diagrama esquemático de formas de relevo da planície do Tietê e Serra da Cantareira. Observar a elevação do maciço montanhoso em relação à Bacia do Tietê. (AB`SABER, 2007, p. 282)

A cobertura vegetal de mata atlântica, em grande parte em processo de regeneração, possui uma grande diversidade de fauna e flora. Alguns animais silvestres característicos ainda podem ser vistos como macacos, bichos-preguiça, cobras, veados-mateiro, caxinguelês, quatis, jacus, alguns até raros e ameaçados de extinção, como a onça parda, o pequeno gato do mato, o sagüi da serra escuro e a jaguatirica, além de cerca de 200 espécies de aves, como

o tucano de bico verde e o macuco, e espécies de árvores, como o jacarandá-paulista, o cedro-rosa, o ipê e até araucárias. Fato que já denuncia o plantio recente para o fornecimento de matéria prima para a produção de madeira, lenha e carvão. Também são visíveis em diversas partes da mata pés de café selvagem, resquícios de épocas passadas⁸.

De clima *Tropical Úmido Serrano da Cantareira – Jaraguá* com temperatura média anual de 18,2°C⁹, sua precipitação média anual é de 1.400 mm, subdividido em dois mesoclimas: os maciços e serras da face meridional da Cantareira e Jaraguá, onde está inserido o Parque da Cantareira, e os maciços e serras da face setentrional da Cantareira e Jaraguá, ocupando os topos voltados para a Bacia do rio Juqueri.

Já em sua face norte, em Mairiporã, encontram-se diversas áreas de ocupação de residências de alto padrão, bem como ocupações irregulares; os primeiros, fruto do *apetite* do mercado imobiliário que desenvolve grandes projetos, aproveitando-se da arborização local. Os principais bairros nobres estão localizados na cidade de Mairiporã, porém, no sopé paulistano e nas suas adjacências, há um crescimento desse tipo de loteamento, em especial no distrito do Tremembé, uma das regiões paulistanas que mais se valorizou nos últimos anos. Este crescimento tem provocado um grande impacto e adensamento populacional. A localização da Serra nas áreas limítrofes dos municípios colabora sobremaneira para este processo que tende a provocar um grande impacto na região nos próximos anos.

Além disso, a Serra atualmente vêm sofrendo com as ocupações irregulares, desmatamentos e despejo ilegal de lixo e entulho, o que contribuiu para que, no ano de 2010, fosse implantado o monitoramento por satélite, mapeando em tempo real os locais em que há suspeita de ocorrência de crimes ambientais¹⁰.

⁸ Foram localizados pés de café selvagem na chácara ao lado da Fazenda Velha, nos Núcleos Águas Claras e Pedra Branca, bem como no sopé da Serra e na Fazenda São Pedro.

⁹ A temperatura na Serra é, aproximadamente, de 1 a 2 graus inferior do que na cidade de São Paulo.

¹⁰ Embora a Serra da Cantareira esteja bem próxima do núcleo urbano de São Paulo e seja uma formação geológica que se destaca na paisagem, com uma grande reserva florestal, ela não se caracteriza como atrativa para o universo acadêmico-científico. Em um levantamento preliminar sobre a bibliografia que trata da Serra da Cantareira, foram elencados em torno de 40 obras desde os anos 1930, com vários temas, desde aspectos geológicos (REGO, 1930;

A área da Sub-bacia Hidrográfica do Juqueri-Cantareira e, mais especificamente, da Serra da Cantareira, é uma região socialmente fragilizada, conforme informações extraídas do *Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (SNIU)*¹¹ do Ministério das Cidades. Sobre a renda familiar per capita (RFPC), a taxa percentual de pessoas com renda abaixo de 0,5 salários mínimos ficou em torno de 12,09 a 17,41% para Caieiras e Guarulhos, e de 17,42 a 22,74% para Mairiporã. O percentual de analfabetismo no município de Guarulhos ficou entre 6,2 e 7,7% e o de Caieiras e Mairiporã entre 11 a 12,4%. Já para o Índice de Desenvolvimento Humano, 0,812 e 0,835, índices bastante baixos em comparação aos demais municípios da região metropolitana de São Paulo.

Estes dados associados as demais condições inerentes à região comprometem toda e qualquer política a ser implantada na área. Ademais, existem informações sobre a continuidade dos projetos de viabilização do Rodoanel Trecho Norte e sobre o projeto de construção de cinco pequenas usinas hidrelétricas na Serra e adjacências pela SABESP, além de um pequeno shopping e a ampliação da igreja e seminário religioso da entidade religiosa *Arautos do Evangelho* (uma construção monumental em estilo ítalo-provençal com inúmeras edificações satélites, como auditório, dormitório para seminaristas e outros, em uma área de 96.176 metros quadrados de mata nativa em pleno topo da Serra).

ELLERT, 1964), fauna, flora, passando por turismo, degradação ambiental e os impactos do aumento da densidade populacional na região, bem como sobre programas em unidades de conservação do Estado de São Paulo. Foram ao todo quatro trabalhos na década de 1930, um na década de 1960, cinco na década de 1980, oito na década de 1990 e vinte e um nos últimos doze anos, dos quais quatro foram da área de Arqueologia industrial.

¹¹ O SNIU traz indicadores de 5507 municípios do país referentes à sua caracterização, demografia, perfil socioeconômico da população, atividades econômicas, habitação, saneamento básico, transporte urbano, gestão urbana e eleições. Dados do RFPC de 1991, de analfabetismo de 2000, IDH de 2000. Essas informações foram levantadas para o projeto de criação do Coletivo Educador Juqueri-Cantareira SP (Projeto Coletivo Educador Juca Vivo), encaminhado à Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, no ano de 2005, cuja criação esteve sob a responsabilidade do historiador, educador ambiental da região à época e hoje doutor em história social na UNICAMP Élcio Siqueira. Segundo o historiador, os mapas *pecam apenas por não indicar que a extremidade noroeste do município de São Paulo - onde estão os bairros alvo de Anhangüera, Perus e Jaruá - está muito mais próxima dos municípios vizinhos do que do conjunto da capital, em todos os aspectos considerados*. Ver: INSTITUTO DE PESQUISAS EM ECOLOGIA HUMANA. *Termo de Referência Projeto Coletivo Juca Vivo*. Caieiras: IPEH, 2005.

1.1. Arqueologia e Complexidade

Marx e Engels anunciaram justamente em A ideologia alemã que os homens sempre elaboraram falsas concepções de si próprios, do que fazem, do que devem fazer, do mundo onde vivem. Mas nem Marx nem Engels escaparam destes erros. (MORIN, 2000, p.19)

A Arqueologia é uma das disciplinas do conhecimento humano que desde cedo se viu às voltas com a necessidade de dialogar com outras áreas de conhecimento em busca de métodos e técnicas que a pudessem auxiliar na compreensão de seu objeto de estudo, os artefatos, e por extensão do seu objetivo, as sociedades às quais pertencem; fato que, por muitas vezes, deixou-a com a aparência de uma ciência sem corpo teórico e metodológico próprio, dependente do uso de conceitos, métodos e técnicas advindas das experiências de outras disciplinas.

Esta aparente fraqueza da Arqueologia, acrescida ora de influências teóricas da história, ora da antropologia, neste início de século XXI, parece ter virado às avessas e não mais se configurado como uma deficiência, mas como uma virtude. Uma ciência que, agora bem clarificada em seu objeto de estudo, tem no diálogo e na interação com outros campos do conhecimento o seu maior trunfo, ou seja, uma ciência verdadeiramente interdisciplinar, não só na abordagem de seu objeto, mas no exercício de sua prática, consubstanciando diversos olhares, sejam eles históricos, antropológicos, sociológicos, geográficos, geológicos, e viva como uma verdadeira ciência social.

No entanto, novos desafios se colocam para a Arqueologia como disciplina do conhecimento voltada para a compreensão das culturas do passado (*e do presente*), mediante o estudo de seus remanescentes artefatuais. Esses desafios se avolumam e extrapolam o campo da própria ciência, pois envolvem outros parâmetros, sejam eles sociais, em relação às comunidades e seus territórios, em seus respectivos espaços sociais de vida e trabalho, locais nos quais o arqueólogo participa diretamente pelo seu trabalho cotidiano; sejam aspectos legais, éticos, econômicos, como nos projetos de licenciamento ambiental, culturais ou patrimoniais, que realçam que o exercício arqueológico não é apenas um campo do saber, mas uma prática profissional que tem a sua faceta no exercício social e político, enquanto

atuação de um sujeito social com empoderamento teórico e legal legítimo para o exercício pleno de sua atuação no jogo dos conflitos sociais, no âmbito da produção capitalista¹².

É neste sentido que este trabalho é pensado, em uma Arqueologia imersa na emaranhada teia de problemáticas, participante das questões sociais emergentes e em constante diálogo *minado* entre o campo do saber científico e as responsabilidades profissionais perante à comunidade científica, à sociedade em geral e às comunidades locais, onde desenvolve a sua atividade diária, construindo um trabalho que possa no futuro ser criticado nos limites e nas responsabilidades de seu tempo.

A ciência clássica, por seu caráter disciplinado e especializado, separa e compartimenta os conhecimentos dificultando a colocação dos mesmos em contextos mais amplos. As especializações destroem arbitrariamente a sistematicidade e a multidimensionalidade dos fenômenos, dificultando a sua compreensão. É neste sentido, que Edgar Morin, antropólogo e filósofo francês, elaborou um novo modelo de pensamento capaz de reunir, de contextualizar, ao mesmo tempo em que fosse capaz de reconhecer o singular, o individual. Um pensamento capaz de resgatar a noção intrínseca de conexão com o todo e tratar a ambiguidade e a incerteza (MORIN, 1990, 2000). Em sua obra, *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, editado pela Unesco, em 2000, Morin afirma que:

O conhecimento não é um espelho das coisas ou do mundo externo. Todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos. Daí resultam, sabermos bem, os inúmeros erros de percepção que nos vêm de nosso sentido mais confiável, o da visão. Ao erro da percepção acrescenta-se o erro intelectual. O conhecimento, sob forma de palavra, de idéia, de teoria, é o fruto de uma tradução, reconstrução por meio da linguagem e do pensamento e, por conseguinte, está sujeito ao erro. Este conhecimento, ao mesmo tempo tradução e reconstrução, comporta a interpretação, o que introduz o risco do erro na subjetividade do conhecedor, de sua visão do mundo e de seus princípios de conhecimento. Daí os numerosos erros de concepção e de ideias que sobrevêm a despeito de nossos controles racionais. A projeção de nossos desejos ou de nossos

¹² Inserem-se aqui as cartas internacionais de proteção, como a Carta de Veneza, de Nova Delhi (1956), Lausanne (1990) ou Sofia (1996), a Constituição da República Federativa do Brasil, a legislação ambiental brasileira, o projeto de lei para a criação da profissão de Arqueólogo e o Código de Ética do arqueólogo.

medos e as perturbações mentais trazidas por nossas emoções multiplicam os riscos de erro. (MORIN, 2000, p.20)

A compreensão desta falibilidade do sujeito pesquisador na busca do conhecimento de seu objeto de estudo é uma das contribuições deste novo modelo, não desmerecendo as conquistas feitas pela ciência, mas percebendo que a exposição, explicitação e compreensão destas limitações, inserindo-as no desenvolvimento do raciocínio científico, podem colaborar na própria construção do conhecimento:

O desenvolvimento do conhecimento científico é poderoso meio de detecção dos erros e de luta contra as ilusões. Entretanto, os paradigmas que controlam a ciência podem desenvolver ilusões, e nenhuma teoria científica está imune para sempre contra o erro. Além disso, o conhecimento científico não pode tratar sozinho dos problemas epistemológicos, filosóficos e éticos. (MORIN, 2000, p. 21).

Este caráter dialético no processo de aquisição do conhecimento também reconhece que os nossos sistemas de ideias - teorias, doutrinas, ideologias - estão não apenas sujeitos ao erro, mas também os protegem, camuflando-os, impedindo que reconheçamos as nossas próprias limitações, as restrições de nossas teorias, as inadequações de nossos instrumentos, colaborando na manutenção dos mesmos modelos explicativos:

Está na lógica organizadora de qualquer sistema de ideias resistir à informação que não lhe convém ou que não pode assimilar. As teorias resistem à agressão das teorias inimigas ou dos argumentos contrários. Ainda que as teorias científicas sejam as únicas a aceitar a possibilidade de serem refutadas, tendem a manifestar esta resistência. (MORIN, 2000, p. 22)

A própria história da Arqueologia evidencia este fato e coloca para o arqueólogo que sua prática, por mais parcimoniosa e responsável que seja, não poderá escapar de contundentes críticas dos pesquisadores do futuro e por mais que defenda o uso rigoroso das mais refinadas teorias e métodos de seu tempo ao seu dispor. Para Morin, a racionalidade ainda é o melhor instrumento para o conhecimento:

A racionalidade é a melhor proteção contra o erro e a ilusão. Por um lado existe a racionalidade construtiva que elabora teorias coerentes, verificando o caráter lógico da organização teórica, a compatibilidade entre

as ideias que compõem a teoria, a concordância entre suas asserções e os dados empíricos aos quais se aplica... (MORIN, 2000, p. 23) (...)

Mas, uma “verdadeira” racionalidade:

(...), dialoga com o real que lhe resiste. Opera o ir e vir incessante entre a instância lógica e a instância empírica; é o fruto do debate argumentado das ideias, e não a propriedade de um sistema de ideias. (MORIN, 2000, p. 23)

É um processo dominado pelo arqueólogo, no âmbito das interfaces que ocorrem entre ele e o seu objeto de pesquisa no exercício de sua prática. Por muitas vezes o pesquisador, embora parta de um problema de pesquisa delimitado, encontra nas atividades de campo novos problemas de pesquisa não concebidos de antemão e que somente através do diálogo e interação “sujeito pesquisador e objeto” gestará um novo conhecimento. É uma característica do fazer arqueológico que se torna relevante na base do pensamento da *Complexidade*, por conceber o objeto de estudo em íntima interação com o sujeito pesquisador em seu contexto – tempo/espço, superando a dicotomia/separação sujeito e objeto. Para Morin,

‘Complexus’ significa o que foi tecido junto; de fato, há Complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto do conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. (...) a Complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade. (MORIN, 2000, p. 38)

Esta concepção considera o sujeito pesquisador na escolha/seleção de um objeto de estudo, entre a totalidade de possibilidades, segundo determinantes contextuais, ou seja, o próprio espaço-tempo da Complexidade:

Unidades complexas, como o ser humano ou a sociedade, são multidimensionais: dessa forma o ser humano é ao mesmo tempo biológico, psíquico, social, afetivo e racional. A sociedade comporta as dimensões histórica, econômica, sociológica, religiosa... (...) não apenas não se poderia isolar uma parte do todo, mas as partes umas das outras; (...) (MORIN, 2000, p. 38)

O conceito de Complexidade¹³ proposto por Morin não se reduz ao conceito de complexo, difícil, mas sim, a algo mais profundo que vem emergindo na filosofia

¹³ A idéia de Complexidade vem sendo utilizada na Filosofia, na Epistemologia - por autores como Edgar Morin, Isabelle Stengers e Ilya Prigogine - na Física, na Biologia, na Sociologia ou na área das Ciências da Informação, recebendo diversas designações, tais como Teoria da Complexidade,

desde a Antiguidade e está relacionado ao problema da dificuldade de se trabalhar com e contra a lógica, com e contra o conceito. Segundo Rizzi (1999, p. 42-43), pensaram em termos complexos aqueles que no passado viram que, na realidade entre a parte e o todo, não é apenas a parte que está no todo, mas o todo que está igualmente na parte. Morin faz uma analogia com a figura do holograma, que em cada ponto contém a totalidade. O problema da Complexidade, segundo ele, tornou-se uma exigência social e política vital neste novo século, superando o pensamento cartesiano que por ser demais mutilante, leva a ações igualmente mutilantes (RIZZI, 1999, p. 43). Este é o saber das disciplinas científicas, compartimentadas, fadadas aos limites construídos em suas trajetórias, elencando problemas e hipóteses dentro dos liames de uma tradição construída historicamente.

*A segunda revolução científica manifesta-se na segunda metade do século XX, com a emergência das ciências que operam recomposições polidisciplinares, como a cosmologia, as ciências da Terra, a ecologia, a **nova pré-história** [grifo meu], mas essa segunda revolução ainda não desencadeou um momento epistemológico tão importante e profundo quanto o que foi provocado pela primeira revolução científica. (MORIN, 2004, p. 564)*

A primeira grande impressão em meu ingresso no campo da Arqueologia, em meados da década de noventa do século passado, foi a intensa preocupação dos arqueólogos brasileiros sobre o pensar e o fazer arqueológico, a teoria e os seus métodos. Estas questões embora mereçam redobrado interesse em todos os campos do conhecimento, na Arqueologia aparentavam representar um tema espinhoso, de difícil e necessária elucidação para o próprio avanço da área no país, a fim de que ela pudesse de fato contribuir e participar de maneira equitativa e equilibrada com as demais produções arqueológicas de outras nacionalidades. No próprio campo internacional da Arqueologia, inúmeros autores se preocuparam em historicizar e interpretar os rumos e caminhos da ciência arqueológica¹⁴.

Desafio da Complexidade ou Pensamento da Complexidade. Trata-se de uma visão interdisciplinar acerca de sistemas complexos adaptativos, de comportamentos emergentes dos sistemas, da Complexidade das redes, da teoria do caos, do comportamento dos sistemas distanciados e dos princípios da auto-organização. É um movimento científico que tem provocado uma série de consequências não só tecnológicas mas também filosóficas.

¹⁴ Tenha em vista o grande número de manuais, publicações teóricas e edições de divulgação elaboradas por arqueólogos como a obra de RENFREW, C & BAHN, P. *Arqueologia: teoria, métodos y prática*. Madrid: AKAL, 1993.

Hoje, passados mais de dez anos, persiste esta preocupação epistêmica e, aparentemente, agrega mais e mais arqueólogos preocupados com que a Arqueologia brasileira pode oferecer de contribuição mais significativa no âmbito do conhecimento no campo das humanidades.

Por outro lado, a busca de uma identidade para a Arqueologia no Brasil é acirrada pela própria origem de seus especialistas, advindos das mais diferentes áreas do conhecimento, seja a biologia, história, geologia, antropologia, geografia, e química, cada um carregando em sua bagagem acadêmica os mais variados pressupostos teóricos e metodológicos. A própria origem dos centros de estudo no Brasil e América Latina materializa esta realidade, agregando por vezes em uma única instituição correntes ora com maior influência europeia, ora americana.

Alguns autores, no entanto, apontam que, nos últimos anos, houve um grande amadurecimento do campo da Arqueologia¹⁵, possivelmente influenciado por diversas questões e, mais precisamente, em decorrência de novas demandas sociais, tais como a intensificação da percepção das comunidades locais sobre o fazer arqueológico, exigências provenientes da legislação ambiental, dos aspectos legais que disciplinam a atuação do profissional, e o aumento da Arqueologia dita de *contrato*.

Assim, o que poderia ser visto como uma fraqueza ou juventude da área – a intensa preocupação com teoria e método – reveste-se de um novo significado neste início de novo século. A Arqueologia, como uma ciência aberta a contribuições dos mais variados campos do conhecimento também é a mais propensa a não impor restrições para a construção de um saber não cerceador, que não se limite a barreiras ou muralhas em seu corpo de conhecimento específico, de área, rompendo, ou melhor, não enxergando bloqueios para o diálogo e para a troca na busca da consecução de uma melhor compreensão de seu objeto: a cultura material; e para a consecução de seu objetivo de estudo, a compreensão das culturas que lhe deram origem.

A Arqueologia e seus especialistas estão cada vez mais cientes de sua especificidade no campo do conhecimento no âmbito das ciências sociais, como uma ciência que se especializou na busca do social mediado pela produção material

¹⁵ Como apontado por Funari (1999-2000).

das sociedades do passado. A Arqueologia poderá e deverá ser a disciplina que mais contribuirá para a produção de um verdadeiro conhecimento científico, papel salientado por inúmeros autores, delegando para o passado concepções que a viam como uma mera disciplina auxiliar da história, transitando para uma verdadeira ciência social. Meneses afirmava que:

...a Arqueologia não precisa mais ser definida como a disciplina que se ocupa dos artefatos, das coisas materiais e seu contexto (isto é, das manufaturas e das relações espaciais nas quais elas se apresentam), mas poderia ser recebida no convívio das demais ciências sociais. Em outras palavras, também a Arqueologia estuda os demais sistemas socioculturais, sua estrutura, seu funcionamento e seu comportamento ao longo do tempo, sua mudança. A particularidade está em que, para essas operações, ela conta exclusiva ou preponderantemente com informação derivada dos restos materiais – a cultura material. Não hesito, pois, em considerar a Arqueologia como História da cultura material. (MENESES, 1983, p. 113).

E Funari:

Do meu ponto de vista a Arqueologia estuda os sistemas socioculturais, sua estrutura, funcionamento e transformações com o decorrer do tempo a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade. (FUNARI, 1988, p.5).

E Fonseca-Zamora:

Estuvimos de acuerdo com otros autores, entonces, em que la Arqueologia es una ciencia social y que, por lo tanto, estudia el fenómeno humano, utiliza para ello los restos materiales dejados por la dinámica de dicho fenómeno, y pone los resultados del estudio del pasado al servicio de la continuidad histórica, de la conexión de esse pasado con el presente. (FONSECA-ZAMORA, 1998, p. 4).

Assim, passados tantos anos, já é quase consensual entre os arqueólogos que se o objeto da Arqueologia são os vestígios materiais das culturas do passado, o seu objetivo é bem mais elevado: a compreensão dos sistemas socioculturais e das sociedades pregressas mediadas por estes vestígios.

Por outro lado, a discussão sobre o papel político-ético-profissional do arqueólogo também é mais do que relevante, pois além dos parâmetros e perfis ideológicos de uma arqueografia acadêmica, o profissional arqueólogo interfere nos espaços sociais, construindo e reinterpretando as trajetórias históricas das várias comunidades nacionais. Ele atua nos parâmetros da legislação, impondo a sua *práxis* como conhecimento teórico e técnico – *de especialista*, com o seu discurso,

formando e difundindo uma educação patrimonial em prol da sociedade, além de sua atuação no campo do mercado profissional. Este fato é relevado nos instrumentos legais, como a exemplo da Lei Federal nº3.924, de 1961, e da Portaria SPHAN nº 007, de 1988. Exigi-se uma posição política e ética do arqueólogo no exercício profissional, destacando o seu papel formativo e educacional, cultural e científico, como pedra angular de todo o seu trabalho na identificação de todo e qualquer bem patrimonial a ser evidenciado como relevante para as diversas comunidades e para a nação, ou seja, o conhecimento arqueológico deve ser compreendido em um quadro mais amplo, como

Uma relação social entre pessoas e entre pessoas e coisas (TILLEY, 1992, p. 176), é um processo histórico e político de interpretação e ação no mundo. A Arqueologia, como disciplina acadêmica, não está livre de elos sociais e políticos (CHAMPION 1991, p. 144) e os arqueólogos estão, sempre, trabalhando sob a pressão das questões levantadas por suas próprias épocas e sociedades (BURGUIÈRE et alli., 1982, p. 437). (FUNARI, 1999, p. 213)

Os modelos interpretativos também podem ser criticados pelo diálogo com as fontes. O arqueólogo se abre para o diálogo, com o seu olhar mediado por sua origem social e trajetória de vida. Não considerar este indicador para as questões e os problemas colocados pelo pesquisador em relação aos materiais arqueológicos com que trabalha é não reconhecer que a ciência é um processo de conhecimento humano e que sua *práxis* ocorre no tempo e no espaço, mediado pelas condições sociopolíticas que se apresentam. Funari (1999, p. 214), resgatando Paulo Duarte em um texto de 1999, destaca neste intelectual o seu humanismo baseado em uma abordagem ética para com a sociedade por propor, em sua época, medidas consideradas revolucionárias por este autor, como por exemplo, o desenvolvimento de instituições arqueológicas acadêmicas e a proteção do patrimônio, ou seja, uma atuação ética e profissional que se fundamentava em princípios humanistas muito bem definidos, concebidos imersos na prática social, gerando uma produção científica e cultural que, ao mesmo tempo em que procurava criar instituições sociais e acadêmicas que pudessem se perpetuar, gestava uma legislação protecionista que aprofunda raízes até o presente.

A Arqueologia, mais do que outros campos das ciências, entende de fato a importância e significado de uma interdisciplinaridade verdadeira com outros campos do conhecimento¹⁶.

No interdisciplinar, dois ou mais campos do saber estão reunidos e voltados para a análise e verificação do mesmo objeto de estudo.
(KRAUSZ, 2008, p. 25)

A sua própria consolidação como disciplina se viu às voltas com o diálogo e interface com outras áreas das ciências sociais, como a antropologia e a história. Nos anos de 1960, a emergência do movimento da *New Archaeology*, com uma abordagem antropológica e uma crítica acirrada ao pretenso historicismo e particularismo da abordagem histórica ou histórico-culturalista, praticamente virou a Arqueologia de ponta cabeça. Esta transformação também ocorreu com outras áreas das ciências sociais. Se nos anos de 1960 a *New Archaeology*, adotando uma abordagem antropológica, procurou lançar as bases teóricas da disciplina, erigindo-a como ciência atacou os arqueólogos *tradicionais* histórico-culturalistas com grande empenho, hoje, passados mais de 40 anos, e tendo em vista o conforto que a distância do tempo oferece, é possível ver contribuições de ambas as abordagens e perceber que um trabalho de pesquisa arqueológica poderá ter preocupações tanto históricas como antropológicas.

Se a história faz uso de eventos e aborda fenômenos históricos que a irreversibilidade da sucessão diacrônica singulariza por si só, não se pode inferir que os fatos históricos se esgotem nesta momentaneidade de sua ocorrência, no puro evento, no fatual. Isto seria um grande erro cometido pelos adeptos da *New Archaeology*: a história não poderia ter sofrido tal reducionismo, pois estuda os fenômenos históricos na perspectiva de um processo, de uma trajetória em que o evento se projeta em muitas direções, numa cadeia multicausal e multirelacional, em

¹⁶ ...[A multidisciplinaridade] pressupõe que várias disciplinas podem ser reunidas; porém, essa reunião não implica nem que elas tenham o mesmo objeto de estudo e tampouco que partilhem qualquer tipo de relação sobre esse objeto. (KRAUSZ, 2008: 25.) Uma área enriquece o conhecimento sobre a outra e o resultado é a construção de um saber mais complexo e menos fragmentado. Na multidisciplinaridade ocorre um pressuposto de troca. Já a *transdisciplinaridade* é um conceito mais amplo. O prefixo “trans” quer dizer aquilo que está entre, através e além. Nesse sentido, um ensino *transdisciplinar* não se restringe nem à simples reunião das disciplinas nem à possibilidade de haver diálogo entre duas ou mais disciplinas porque ultrapassa sua dimensão. Faz com que o tema pesquisado passe pelas disciplinas, porém sem ter como objetivo final o conhecimento específico dessa mesma disciplina ou a preocupação de delimitar o que é o seu objeto ou o que é de outra área interrelacionada. A *transdisciplinaridade* se preocupa com a interação contínua e ininterrupta de todas as disciplinas num momento e lugar. (KRAUSZ, 2008: 25)

associação com outros, na formulação teórica do historiador. Por outro lado, o fenômeno que ocorre também é um processo cultural, ou seja passível de comparação sociológica com outros processos, auxiliando na construção de teorias ou esquemas explicativos com maior ou menor alcance e aberto a generalizações. (TRINDADE-SERRA, 1994, p. 5), ou seja, a busca de dados históricos e sociológicos é convergente na aquisição do conhecimento.

Hoje, passado tanto tempo, é possível verificar que a New Archaeology contribuiu com o fomento ao diálogo multidisciplinar, atribuindo, com acerto, um grande relevo aos fatores ambientais; valorizando os paralelos etnográficos; buscando a análise dos dados em modelos sistêmicos; procurando apoio em estudos de orientação comportamentalista, buscando a inspiração para a definição de princípios; buscando processos internos para a estruturação e transformação das culturas; promovendo debates sobre os métodos arqueológicos; buscando construir modelos explicativos generalizantes; soerguendo preocupações dos arqueólogos quanto a questões epistemológicas. (TRINDADE-SERRA, 1994, p. 7-8) e que a Arqueologia histórico-cultural praticamente gestou os fundamentos da Arqueologia como especialidade, desenvolvendo os seus primeiros métodos e técnicas.

A Arqueologia é a ciência que estuda a cultura material para o entendimento das sociedades do passado. A parcimônia das fontes de informação arqueológica – a arqueoinformação – desde cedo exigiu dos especialistas uma predisposição para o diálogo e a interação com outros campos do conhecimento. O próprio interesse arqueológico sempre flertou com a história, com a antropologia, a etnologia, a geologia, a geografia e outras ciências. A própria disciplina da História, nos *Annales*¹⁷, já se dava conta dos limites de suas fontes, para nós arqueólogos *tão farta*, valorizando documentos antes insignificantes, buscando novos temas de pesquisa ou utilizando fontes diferentes,

Cuja própria natureza impõe uma leitura mais ampla: a escrita perde seu privilégio, enquanto assumem importância a Arqueologia, o documento iconográfico e até mesmo a enquête oral, no âmbito de uma etnologia

¹⁷ A Escola dos *Annales* refere-se a um periódico criado em 1929 pelos historiadores Marc Block e Lucien Febvre, docentes da Universidade de Estrasburgo. Eles procuravam combinar a Geografia com a História, aliando abordagens sociológicas, produzindo uma análise que rejeitava a ênfase predominante na política, diplomacia e guerras de muitos historiadores do século XIX (História Positivista), focando abordagens em estruturas históricas de longa duração nos eventos - "*la longue durée*", Geografia, cultura material e *mentalidades*.

histórica. Toda uma parte dos campos de pesquisa atuais, da civilização material aos diferentes domínios da cultura ou das mentalidades populares, inscrevem-se assim como uma tentativa obstinada para contornar o silêncio das fontes, a partir dos meios que ontem teriam sido considerados indevidos. (VOVELLE, 1999, p. 78)

A Arqueologia é por natureza complexa. Ela não ocorre circunscrita aos laboratórios, aos acervos arquivísticos e coleções museológicas. Ela não está sob controle, permitindo análises cartesianas. Ela ocorre em meio à prática social. Ela dialoga, relaciona-se, interfere e propõe novos significados para a memória e identidade dos diversos grupos sociais em seu espaço social e geográfico. É por esta característica nata que releva as suas significativas interfaces, além do campo específico da ciência, percorrendo os espaços do universo político, econômico, social e cultural, realçando a sua responsabilidade e o papel do arqueólogo em sua atuação profissional, fazendo aflorar aspectos éticos, através da avaliação dos impactos de sua atuação e escolha. O que o arqueólogo faz é Arqueologia – a ciência do antigo – da cultura material. Contudo, uma ciência que busca conhecer o homem do passado, mediado pelos vestígios da cultura material pretérita. Esta busca levanta inúmeras questões que vão da possibilidade ou não da obtenção de informações sobre o homem do passado por meio de seus vestígios, até questões sobre as limitações da prática desta ciência.

O que para muitos arqueólogos é um limite da ciência arqueológica pode e deve ser concebido de outro ângulo, como uma virtude – o resgate de informações através da parcimônia de vestígios que sobreviveram ao tempo; mais do que apontar a impossibilidade de perscrutar o passado, exige que ela busque um redobrado refinamento de seu corpo teórico, métodos e ferramentas. Impõe que a Arqueologia se abra ao diálogo, seja com a Geologia, a Geografia, a Biologia, a História, a Química ou a Física e, parece ser hoje um momento propício para isso. Para Fonseca-Zamora, a Arqueologia possui três aspectos fundamentais para caracterizá-la como uma disciplina científica:

...a nuestro juicio, esenciales para definir cualquier disciplina; el objeto de estudio o conocimiento, el objeto de trabajo y la función o pertinencia social. (FONSECA-ZAMORA, 1998, p. 3-4)

E não deve se preocupar em construir limites, barreiras, subdivisões, ramificações ou especializações para a ciência arqueológica como é visto na atualidade: Arqueologia Urbana, Histórica, Industrial, de Salvamento, Preventiva,

Etnoarqueologia, Geoarqueologia, Arqueologia Regional, Pública, das Edificações, do Poder, da Paisagem, Crítica, Feminista e de Gênero, Pós-Processual, Pós-Moderna, Pós-Estruturalista, Interpretativa, do Capitalismo, o que é compreensivelmente natural para a articulação do poder, de recursos e de políticas institucionais e profissionais, para delimitar áreas e difundir carreiras pessoais, nomes e instituições, criação de museus e centros de pesquisa, o que é positivo para difundir um conjunto de conhecimentos sistematizados, oferecendo um corpo teórico coeso sobre uma determinada questão ou problemática de pesquisa ou uma questão de ordem social.

No entanto, o que existem e sempre existirão são problemas e questões arqueológicas, propostas pelo pensar do pesquisador no trato com os vestígios materiais do passado. Embora existam diferentes maneiras de se ver a Arqueologia e os objetivos que ela deseja cumprir com sua prática, podendo até se chegar a sua própria negação, ela possui componentes essenciais, enquanto disciplina: uma teoria, um método, técnicas e dados substantivos ou resultados acumulados pela investigação e uma ação de comum acordo com a sociedade (FONSECA-ZAMORA, 1998, p. 3). A Arqueologia, por mais que o seu objeto possa ser restringido ou ampliado em sua trajetória, ela é

...uma ciência social y que, por lo tanto, estudia el fenómeno humano, utiliza para ello los restos materiales dejados, por la dinámica de dicho fenómeno, y pone los resultados del estudio del pasado al servicio de la continuidad histórica, de la conexión de ese pasado con el presente. (FONSECA-ZAMORA, 1998, p. 3-4)

A questão da proliferação destas subdivisões na Arqueologia deve ser melhor analisada, contudo, causa inquietação na medida em que se observa que numa época que as ciências buscam, cada vez mais, aproximar-se de outras ciências, estabelecendo pontes e conexões, compartilhando teorias, métodos e instrumentos de análise, a Arqueologia aparentemente faz um contrassenso, buscando um retrocesso ao procurar subdividir o conhecimento em especialidades.

Morin (2004, p. 564) já citara o caráter vanguardista da Arqueologia pré-histórica ao fazer uso dos conhecimentos de outras disciplinas e compreende-se hoje que é somente através da sinergia das diversas disciplinas que se pode alcançar um melhor entendimento de objetos de estudo e a proteção em relação a

um reducionismo e um fracionamento cientificista que pode levar a investigações sem relevância social.

A presença de profissionais de outras áreas do conhecimento é um aspecto fecundo e positivo pela abertura que oferece à disciplina, diluindo seus limites e explicitando-os como entraves para o próprio desenvolvimento da ciência, demonstrando por vezes que a presença destes profissionais mais ateste sincronias, similitudes e aproximações da Arqueologia com outras áreas do conhecimento ora verificando os diálogos entre as respectivas teorias ora testando ferramentas e instrumentos tradicionalmente adotados em outras áreas. A Arqueologia deve se fundamentar sob uma concepção compreensiva, aproximando, dirimindo restrições e limites, promovendo interações e sincronias. A construção de especialidades e sub-disciplinas é importante quando contribui e serve para o desenvolvimento do próprio conhecimento científico. O que se deve ter em vista é o desenvolvimento da ciência, sem a perda de sua função social. É para o homem que ela existe e é somente quando esta premissa é antevista na pesquisa é que a verdadeira função da Arqueologia para a sociedade torna-se manifesta, mantendo a sua importância e significado.

Jacques Le Goff, historiador da nova história francesa, já percebia na história a necessidade de superar limites:

No grande território da história que a nova história muito contribuiu para ampliar, sem perder de vista fronteiras que não devem ser barreiras, mas interfaces com as outras ciências sociais, fronteiras permeáveis, submetidas a fluxos e refluxos, onde se elabora a boa terra de uma interdisciplinaridade verdadeira. (1990, p. 6)

A Arqueologia deve avançar cada vez mais na aproximação e diálogo com outras disciplinas, questionando, inclusive, estruturas burocráticas acadêmicas que acabam por cercear o seu próprio desenvolvimento.

A formação de domínios distintos para os vários campos das ciências sociais, devido aos seus métodos, problemática e objetos próprios, acabaram por cristalizar-se nas instituições de pesquisa que acentuaram artificialmente estas divisões. A própria história das Universidades tem mostrado que, muitas vezes, divisões artificiais da Academia acabam repercutindo na própria configuração dos saberes... (TRINDADE-SERRA, 1994: 4).

A trajetória das diversas disciplinas atesta este fato. A história, essencialmente fundamentada na exploração dos documentos escritos, sempre teve por centro de referência a civilização ocidental, ao passo que a etnologia sempre se dedicou as ditas sociedades primitivas, aspectos marginais ou ultrapassados das sociedades ocidentais, ao folclore (RANGLES et alli, 1978: 9). Os autores, embora coloquem a questão de uma fusão entre a história e a etnologia, levantam dificuldades teóricas e práticas para que isto um dia venha a ocorrer. Com efeito, cada disciplina veio a elaborar, a partir de diferentes técnicas de investigação, um aparelho conceitual distinto, o que dificulta sobremaneira a questão. (RANGLES et alli, 1978, p. 10)

Não obstante, longe de pensar em fusões de corpos conceituais, seria mais oportuno pensar mais em diálogos, aproximações e colaborações. Thomas (1999, p. 15) afirma que sob a disciplina da Arqueologia pesa uma maneira de pensar que é típica da modernidade e que podemos caracterizar como *Cartesiana*, o que impede o nosso entendimento da cultura material do passado Pré-Moderno, ao mesmo tempo em que considera a própria Arqueologia como produto da Era Moderna. Assim, citando Bruno Latour, diz que:

Um dos elementos característicos no pensamento moderno tem sido a separação ou segmentação dos elementos ricos e complexos que compõem o mundo em categorias distintas e limitadas. E o entendimento é que as coisas que nos cercam dividem-se, naturalmente, em classes, que são 'descobertas' pela Ciência, mais do que criadas pelo discurso. A medida que a extensão das categorias discursivas se multiplicou, novos campos analíticos foram gerados e Arqueologia foi um destes.(...)... a revolução científica e o Iluminismo não descobriram tanto a ordem da natureza quanto a construíram, e que, por consequência, o pensamento moderno esteve envolvido em um processo geral de alienação. Essa não é, simplesmente, a alienação dos trabalhadores de seus produtos, mas dos seres humanos do mundo das coisas materiais. (...) A esse respeito, o trabalho etnográfico recente tem sido muito instrutivo em demonstrar os meios nos quais modos de pensar não ocidentais enfatizam o caráter relacional da existência. (THOMAS, 1999, p. 15)

Neste sentido, Fonseca-Zamora (1998, p. 9) é muito feliz ao perceber que existe uma complementaridade entre as teorias arqueológicas, uma contribuição histórica, um acúmulo contínuo de conhecimento na medida em que se avança nas experiências com o objeto de conhecimento e com o objeto de trabalho.

Esta es la relación que se há establecido entre toda la experiência histórico cultural y la procesual; em realidad lo que se há dado es una ampliación y complementación de enfoques. Incluso las nuevas posibilidades pueden empezar a crear separaciones dentro de la disciplina que em realidad no lo son, pues, necesariamente, no se niegan entre sí, su carácter puede ser perfectamente complementário.

Para ele, há um caráter de totalidade que conforma a teoria arqueológica.

Desde esta perspectiva, hay separaciones y negaciones aparentes que, al verse em el marco histórico total de la disciplina como práctica del conocimiento, llegan a entenderse y relacionar-se, incluso complementariamente, entre si. Por outro lado, se dan ciertas críticas de lo actuado por la Arqueologia como ciência, que no pueden nunca sustituir a ésta, sino convertirse em una disquisición filosófica. (FONSECA-ZAMORA, 1998, p. 10).

As Ciências Sociais, nas últimas décadas, cresceram e avançaram muito. As diversas Ciências, em um momento ou outro, já passaram por uma espécie de diálogo, tal como a Arqueologia, e este se mostrou intensamente rico. E é nesta convergência das Ciências que se abrirá o caminho mais promissor. As ciências foram criadas e assumiram sua feição atual no bojo de seu próprio desenvolvimento, em especial no final do século XIX e início do XX. Elas devem ser percebidas e compreendidas em sua historicidade. Elas não podem ser barreiras para a difusão do conhecimento. Uma grande quantidade de saber já foi produzida e aprimorada, mantê-la limitada às barreiras disciplinares estanques é um prejuízo. Grande parte das maiores descobertas humanas ocorreu nos limites e no diálogo das disciplinas. Buscar criar limites ou subdivisões na atualidade no interior das Ciências é um contra senso.

Morais, em seu artigo *Reflexões acerca da Arqueologia preventiva* (2006, p. 198) já colocava que a Arqueologia preventiva, própria do licenciamento ambiental¹⁸, é uma aplicação holística *per se*, pois reflete a intenção de construir pontes sobre as fronteiras disciplinares e a tradição, acolhendo os princípios da totalidade. Esta é a grande contribuição da Arqueologia neste início de século: dar sentido de experimentação, de praticidade para as pesquisas de ciência elementar básica,

¹⁸ A Política Nacional de Meio Ambiente definiu o licenciamento ambiental como um de seus instrumentos, exigindo a sua realização para a aprovação de empreendimentos públicos ou privados, rurais ou urbanos, industriais ou não, desde que potencialmente lesivos ao meio ambiente. (MORAIS, 2006: 194).

buscar conhecimento teórico, metodologias e técnicas de outras áreas, promovendo diálogos, convergências, sincronias e verificações.

Robrahn-González (1999-2000, p. 24), em balanço sobre a Arqueologia, apontou que diversos esforços estão sendo feitos no sentido de procurar integrar as contribuições que a escola processual e a escola pós-processual forneceram, apresentados principalmente na forma de publicações (PREUCEL, 1991; REDMAN, 1991; SPAULDING 1988; WATSON, 1991; TRIGGER, 1991 Apud ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999-2000, p. 24). Para ela, os autores sugerem, a partir de enfoques variados, a utilização conjunta de pressupostos defendidos por cada uma das escolas, objetivando alcançar uma compreensão mais completa do passado.

Certamente, cada escola partiu do conhecimento e das experiências obtidas com a perspectiva anterior. Muitos dos pressupostos não chegaram a ser totalmente negados ou abandonados, mas sim reinterpretados e reintegrados, a partir de novas formas ou leituras que a ciência produz.

A Complexidade concebe um campo de interatividades, de relacionamentos. O social é um campo de relacionamentos e não uma entidade limitada. A cultura material manifesta este fato. As atividades humanas do dia a dia acontecem em meio ao convívio social e é neste espaço que existimos e negociamos a nossa existência, sendo afetados pelas outras pessoas, intercambiando objetos da cultura material, negociando, opinando, entrando em conflito, cedendo e buscando afinidades (THOMAS, 1999, p. 17). O pensamento moderno,

... que separa o mental e o material, a sociedade e a natureza, em esferas distintas, torna a tarefa de interpretar as coisas materiais parecer, ao mesmo tempo, tanto fácil demais como difícil demais. Os empiristas acreditavam que o 'status' dos objetos era auto-evidente: estou sugerindo uma situação muito mais complexa, que faz do estudo dos artefatos, ao mesmo tempo, mais desafiador e potencialmente mais recompensador. A vida social humana é inerentemente relacional: tudo o que fazemos e tudo o que somos é efetivado por meio de relações. O mundo material não é extrínseco àquelas relações e artefatos estão implicados nas maneiras pelas quais criamos, damos sentido e levamos nossas vidas diárias.
(THOMAS, 1999, p. 19)

O caráter relacional dos artefatos se materializa, pois ele só adquire sentido imerso no campo de interações humanas. É a partir destas relações que os artefatos obtêm sentido. Portanto, o estudo dos vestígios da cultura material do passado permite, através de sua mediação, chegar às pessoas que as produziram,

manipularam e descartaram. Assim, a cultura material não é um simples produto da sociedade, mas é integral a ela, tal qual a própria paisagem que recebe o homem e se relaciona com ele, sofrendo intervenções, modificações, comportando-se como produto e mediadora das relações humanas. A paisagem é em si um produto da cultura, cultura material, podendo ser analisada e interpretada sobre a ótica da Arqueologia.

A paisagem vem sendo estudada por inúmeras disciplinas, sob inúmeros vieses e denominações já há muito tempo, rompendo um domínio que parecia ser de início da Geografia. Os historiadores da *Escola dos Annales*, desde a década de 1930, através do trabalho de Marc Block, quando procurou traçar a evolução da França rural, já trabalhavam com ela como tema. Para Meneses (2002, p. 37-38), da morfologia de uma determinada paisagem é possível inferir os processos naturais e culturais de sua produção. Ele define que toda a paisagem é produto e simultaneamente vetor das formas pelas quais a sociedade se produz e reproduz historicamente, ou seja, considera que a paisagem tem história e que ela pode ser objeto do conhecimento histórico e que essa história também pode ser narrada:

A paisagem oferece pistas materiais que permitem perceber seu caráter histórico. São esses “traços fósseis” que conduzem ao entendimento da formação geomorfológica e social da paisagem contemporânea e de suas sucessivas fisionomias anteriores, ao longo do tempo. Mais do que um palimpsesto (as escritas superpostas que são frequentemente encontradas nos manuscritos sobre pergaminho), a paisagem, na expressão do historiador Fernand Braudel (1986-87) é como nossa pele, condenada a conservar cicatrizes de feridas antigas. (BRAUDEL, 1986-87 Apud MENESES, 2002, p. 36-37)

Para este autor (MENESES, 2002, p. 37), várias disciplinas apuraram seus instrumentos para detectar e interpretar tais pistas, descrevendo que, talvez, a que mais tenha avançado, e *que por isso mesmo merece citação, seja a impropriamente denominada Arqueologia da Paisagem, a Landscape Archeology*, que tem procurado oferecer um tratamento mais amplo da espacialização, desenvolvendo novos métodos e técnicas, na busca de compreender as formas de povoamento e apropriação do território.

A compreensão do espaço sempre foi relevante para a Arqueologia, estudado sob diversos enfoques e metodologias de acordo com os problemas colocados. Contudo, foi a Arqueologia Pós-Processual, nas décadas de 1980 e 1990, que

repensou algumas questões e elegeu a designação de Arqueologia *da Paisagem*. Para esta pesquisa a paisagem é de relevante significado na medida em que permite investigar as correlações entre ela e as estratégias de subsistência dos vários grupos locais, permitindo verificar como estas mudaram ao longo do tempo e quais foram os seus impactos nos registros arqueológicos (ROUSSIGNOL; WANDSNIDER, 1992 apud LAVADO, 2005, p. 11).

Promover o levantamento arqueológico da Serra da Cantareira impõe perceber a área como espaço e paisagem apropriada e transformada pelo homem em suas diversas fases de ocupação, ou seja, a premência de se conceber a paisagem circundante como uma sucessão de temporalidades, com apropriações, finalidades e desafios diversos na sucessão do tempo; a própria paisagem como campo de intervenção social, procurando entender como se processou a sua ocupação a partir da compreensão da inserção dos diversos sítios arqueológicos em seu espaço e tempo. Uma perspectiva como a desenvolvida pela linha teórica da Arqueologia da paisagem pode contribuir para este entendimento, não impondo restrições, mas contribuindo para desvelar este objeto.

Se no período que antecede a ocupação europeia, a Serra da Cantareira serviu como obstáculo e guia seguro na orientação das rotas indígenas na região de São Paulo rumo ao interior - o Peabiru; divisando com o Pico do Jaraguá, nos séculos XVI e XVII, ela serviu como barreira e orientação na leitura, percepção e posse do território na face norte da vila planaltina, delineando as novas áreas a serem ocupadas em seus contornos e baixios, além dos alagados da várzea do Tietê, fato que originou o pedido de inúmeras sesmarias como a do Mandaqui, Tremembé, Tucuruvi e Guapira, localizadas nas terras secas e menos elevadas da face norte da vila, além da várzea e alagados do rio Tietê, rumo ao interior; de outro lado, acompanhando o percurso do rio Tietê e contornando a Serra, penetrando pela passagem do Jaraguá, acompanhando o percurso do rio Juqueri, ou seja, do Juqueri Mirim, Juqueri Açu e Juqueri Campo. No século XVIII, serão nesses dois polos extremos que se consolidarão os primeiros caminhos para os sertões e para as minas: um, pelos lados do Pico do Jaraguá, e outro, cortando a serra, em direção a Juqueri e Atibaia, bem como o estabelecimento permanente de grandes sedes de fazenda. Será a partir daí que as terras serão por fim ocupadas, no passar dos séculos XVIII e XIX, partilhadas em lotes cada vez menores, até o limiar do século

XX, atendendo funções diversas que se sucederam no tempo e que merecem ser conhecidas e interpretadas pela Arqueologia.

1.2. Métodos e técnicas

Uma ideia ou teoria não deveria ser simplesmente instrumentalizada, nem impor seu veredicto de modo autoritário; deveria ser relativizada e 'domesticada'. Uma teoria deve ajudar e orientar estratégias cognitivas que são dirigidas por sujeitos humanos. (MORIN, 2000, p. 29).

A diretriz que norteia este projeto fundamenta-se em uma lógica compreensiva, dialética e de interação entre teoria e prática, buscando cooptar metodologias, técnicas e instrumentos que potencializem a apreensão do passado através de vestígios que materializem esta manifestação no contexto da Serra da Cantareira. Afinal, como seria possível separar ação (práxis) e teoria (poesis) no contexto de compreensão de determinado objetivo de estudo? De fato, entende-se por teoria (thea), a observação visual e a visão, a contemplação, a especulação ou um conjunto de ideias que se estabelece sobre um determinado tema. Uma disciplina como a Arqueologia não poderia ser praticada sem estes quadros analíticos que lhe oferecem uma feição, um corpo específico. (FUNARI, 1999, p. 213)

Se considerarmos que 'a História não é um grupo de fatos sobre o passado mas, ao contrário, um conjunto de idéias sobre o passado, no presente (WRIGHT; MAZEL, 1991, p. 59 apud FUNARI, 1999, p.213).

Este trabalho tem por objetivo lançar as bases para uma pesquisa mais extensa com foco em estabelecer um panorama da ocupação humana na Serra da Cantareira com base nos vestígios materiais evidenciados, considerando o espaço como um *continuum* contendo várias classes de evidências com várias densidades (DUNNELL & DANCEY, 1983 apud ARAÚJO, 2001) sejam elas históricas ou pré-históricas.

Quanto à abordagem, o ineditismo da região para os estudos arqueológicos e históricos coloca certa responsabilidade para o pesquisador no sentido de tentar esboçar um primeiro modelo explicativo para o seu processo de ocupação no contexto de uma longa temporalidade. Nesse sentido, será adotada uma perspectiva de caráter histórico na compreensão dos vestígios em sua espacialidade no decorrer do tempo. E como aponta Dunnell

“...a abordagem histórico cultural, apesar de seus objetivos estreitos, obteve muito mais resultados do que a 'paleoetnologia' ou reconstrucionismo.

Devemos ter em mente que o que se sabe, atualmente em termos de pré-história mundial é fruto antes de tudo da história cultural, quase intocada pelas inovações propostas pela 'New archaeology'". (DUNNELL, 1982, p. 4 apud ARAÚJO, 2001, p. 85).

E de fato Binford (ARAÚJO, 2001), em entrevista, já apontara que a *New Archaeology* não havia propiciado uma renovação teórica, mas metodológica da disciplina. Araújo (2001, p. 85), em sua tese de doutoramento *Teoria e método em Arqueologia regional: um estudo de caso no Alto Paranapanema*, afirma que

...o sucesso da abordagem histórico-cultural se deve ao uso de um conceito de sobreposição de camadas que não levava em conta a posição exata, milimétrica dos artefatos, mas a contagem de artefatos por estrato, de maneira a construir curvas de frequência. Neste contexto, a movimentação vertical de peças não alteraria em muito uma curva senóide de frequência tipológica. Isto não quer dizer que os arqueólogos de orientação tradicional tivessem um melhor entendimento do registro arqueológico. Sem querer, e sem entender porquê, eles estavam se valendo de características físicas dos sedimentos e obtendo resultados satisfatórios na construção de cronologias. O sucesso da história cultural foi uma questão de tentativa e erro.

Este autor (ARAÚJO, 2001, p. 97) defende uma Arqueologia menos historicista e humanista e mais científica e antropológica e embora não desenvolva o seu trabalho de acordo com a abordagem aqui assumida, lança questões importantes do ponto de vista metodológico e técnico para esta pesquisa. É significativo como o seu olhar converge para o encaminhamento aqui dado ao direcionar o foco de sua atenção para as lacunas e restrições impostas à análise dos vestígios feitos pelos arqueólogos, percorrendo sobre artefatos tradicionalmente descartados nos trabalhos de campo, não percebidos pelo olhar como relevantes ou que sofreram algum tipo de preconceito por parte do pesquisador como os sítios sob arado e os registros arqueológicos de superfície. O autor aborda também os microartefatos, a amostragem probabilística, a comparação entre concentrações e artefatos isolados, artefatos *no-sites* (*no-sites, nonsite sampling, siteless survey, off-site archaeology*), entre sítios arqueológicos e *ultrapassa* o conceito de sítios, ou melhor, o transgride. Aponta, seguindo a percepção advinda com a *New Archaeology*, que os

...,arqueólogos tem percebido que informações importantes a respeito de grupos humanos pretéritos só podem ser obtidos por meio de uma visão regional.” (2001, p. 97)

Daí é que se percebe que é na convergência de dados, promovendo o diálogo entre o local e o regional e contextos mais amplos, entre os dados de sítios e de conjunto de sítios com o contexto em que se encontram é que se pode obter um olhar mais apurado sobre as informações intra-sítios. E como Morais (2006, p.198), que ao falar da Arqueologia preventiva afirma que:

...estudos de Arqueologia preventiva são uma aplicação holística per se, pois refletem a intenção de construir pontes sobre as fronteiras disciplinares e a tradição, acolhendo o princípio da totalidade¹⁹.

Para Araújo (2001, p. 90-91 e 97) a *New Archaeology* não produziu muitas mudanças do ponto de vista teórico, mas uma revolução técnica com métodos mais rigorosos de levantamento, o uso de amostragem probabilística e programas de levantamento arqueológico. O autor focou a distribuição dos vestígios arqueológicos na paisagem, quais os possíveis significados desta distribuição e como os vestígios arqueológicos se ordenam ao longo do tempo. Algumas questões propostas por ele transcenderam alguns dogmas que se solidificaram na história da Arqueologia como conceitos naturais, sem crítica e percepção de sua historicidade, tais como: sítio, artefato e vestígios.

Entre as questões abordadas e relevantes para este estudo estão os conceitos de *off-site archaeology* (ARAÚJO, 2001, p. 101), *nonsite sampling*, *no-site*, ampliando a percepção de que o que ocorre entre sítios arqueológicos pode ser bastante relevante como informação, subvertendo a idéia do estudo limitado ao sítio (ARAÚJO, 2001, p. 100). Artefatos isolados também incorporam informação e podem ser analisados como referências, indicadores e contrapontos no âmbito de uma pesquisa. E, ao considerarmos a Arqueologia de períodos históricos, o diálogo com outras fontes documentais, sejam fotografias, narrativas, documentos textuais, mapas, iconografias ou depoimentos, pode e muito ampliar os resultados almejados.

¹⁹ Morais cita Antonio Christofolletti que explora esta possibilidade na Geomorfologia, conforme Modelagem de sistemas ambientais, editado por Edgard Blucher, em 1999.

Araújo (2001, p.101-129) também analisa algumas metodologias de trabalho de campo como o levantamento de cobertura total ou levantamento 100%, embora se saiba que esta seja uma utopia sempre desejável. É significativa a percepção da inclusão de vestígios de baixa visibilidade, microartefatos e a discussão do potencial de pesquisa de sítios perturbados. É oportuna a afirmação de que a unidade mínima de origem é sempre o artefato.

Edgar Morin, em sua comunicação *Os desafios da complexidade* (2004, p. 559–567), apresentada durante as Jornadas Temáticas e presente no livro *A religação dos saberes: o desafio do século XXI* sugeriu uma reflexão oportuna sobre a inclusão de uma percepção complexa sobre o objeto da ciência, ampliando a perspectiva do pesquisador sobre o seu próprio objeto de estudo, ou seja, por antítese, inserir no campo da reflexão aspectos externos à percepção cartesiana, incluindo a desordem ao lado da ordem, a junção ao lado da separação, a síntese, a unidade e a parte, a causa e o efeito²⁰.

Para Morin, o princípio da ordem contempla tudo que é estável, constante, regular e cíclico. É a concepção do mundo como uma máquina perfeita. Contudo, ao lado da ordem sempre há a desordem e este é o aspecto mais vivenciado pelo arqueólogo. Se no processo da pesquisa ele organiza os dados captados de maneira gráfica, buscando *controlar* o sítio desordenado, transformando-o, de fato, em um produto científico, ele não emudece a desordem do real, do que ocorre fora do sítio, do extra-sítio, da presença do artefato isolado, disperso no solo; das ausências, daquilo que não foi encontrado.

A incorporação também do *novo e da criação*, da percepção de artefatos que não eram percebidos de antemão, como os microartefatos, os biofatos e ecofatos e de outros possíveis artefatos humanos ainda não isolados pelo conhecimento, não percebidos e destacados da totalidade, como os próprios solos de terra roxa, ou até mesmo das áreas de pesquisa que já sofreram perturbação parcial ou total do solo por

²⁰ Para Morin o espírito científico até o início do século XX, e ainda hoje muito presente foi *ser o de revelar, por trás da aparente confusão dos fenômenos, as leis simples que os regem, a ordem pura que os determina. Tratava-se de chegar a estabelecer verdades simples por quatro grandes meios*. (2004: 559).

intervenções posteriores. Não seria oportuno pensar na dialógica entre a ordem e desordem como partes integrantes de uma mesma dimensão, de um mesmo jogo, ou seja, uma cooperação entre ambos, uma organização? (MORIN, 2004, p. 561-562).

Em relação ao princípio de separação e junção, entre as ciências, a Arqueologia é aquela que mais foi beneficiada pela contribuição de outras disciplinas. Em toda a sua história, as ofertas se avolumaram, seja da Biologia, Geologia, Química, Física, Estatística, Matemática, História, Antropologia, Etnologia e outras. Morin já salientava que as ideias *nascem nas fronteiras e nas zonas incertas...*, das descobertas ou teorias que *...nasceram muitas vezes de forma indisciplinar*. (2004, p. 562). Assim, é na junção, na busca de uma totalidade que o conhecimento pode ser melhor recebido. A Arqueologia almeja uma totalidade, daí a busca nas outras disciplinas do trabalho interdisciplinar em campo e laboratório; no trato dos vestígios presentes nos sítios, por outro lado, continua a trabalhar somente com aquilo que permaneceu, que resistiu, que perseverou no tempo. Nem todos os artefatos – tipologias e séries – são encontrados. Não se pode eliminar a contradição,

...o todo tem um certo número de qualidades e de propriedades que não aparecem nas partes quando elas se encontram separadas. (MORIN, 2004, p. 562)

Em outro aspecto, o conhecimento de um, de uma parte, não gera o conhecimento do todo. A *New Archaeology* desenvolveu análises em âmbito regional, pesquisando as adaptações de uma mesma cultura a ambientes diversos, no entanto, muito ainda há de ser desenvolvido no sentido de criar metodologias e técnicas que dêem conta das lacunas, das ausências, do que foi levado pelo tempo. O princípio da redução, da síntese é a idéia de que o conhecimento das unidades elementares de um objeto permite conhecer os conjuntos dos quais eles são os componentes.

...encontra-se morto, por que jamais chegaremos ao conhecimento de um todo a partir do conhecimento dos elementos de base. (MORIN, 2004, p. 565)

Daí a necessidade de que a Arqueologia crie metodologias e técnicas que permitam a partir de uma parcela da cultura material buscar o todo ou ampliar o rol de conhecimentos com base nos artefatos percebidos. A totalidade é impossível, mas desejável. A ciência se funda na busca desta totalidade.

O princípio da lógica dedutivo-identitária ou da validade absoluta da lógica clássica e sua transgressão, ou seja, o pensamento linear *causa e efeito* não aceita a contradição. O pensamento racional nos faz procurar dados que comprovem e que reafirmem as nossas hipóteses. Não buscamos a contradição. E é na contradição que se encontra o verdadeiro conhecimento. O pesquisador deve buscar a contradição, a refutação de sua hipótese. Para Morin:

Devemos propor a idéia dialógica, que aceita que duas instâncias não redutíveis uma a outra e contraditórias entre elas estejam ligadas intimamente.
(2004, p. 565)

Um artefato encontrado no sítio ou fora dele, por muitas vezes, gera a contradição e coloca novas questões para o pesquisador, seja ela uma única peça. Este fato, por vezes, leva o arqueólogo a descuidar-se deste artefato indicador, concentrando-se no conjunto de artefatos que apresentam uma melhor adequação às teses propostas. Para Morin (2004, p. 566), o pensamento cartesiano *...deixou de ser absoluto, e é preciso saber transgredi-lo.*

A restrição das fontes de informação e a necessária aquiescência com outras disciplinas fizeram com que a Arqueologia apresentasse uma apologia ao método e à técnica. Como Prometeu, a *New Archaeology*, em seu projeto de salvar a Arqueologia, contribuiu de fato para uma maturação, para uma superação da área e de suas ambições histórico-culturais, embora seja bastante reconhecido que não existiria a ciência arqueológica como ela o é hoje sem as contribuições fundamentais do Histórico-Culturalismo. A presente pesquisa, na própria delimitação da área de ação, por seu ineditismo e quase ausência de estudos pregressos não só na Arqueologia, como em outras áreas do conhecimento²¹, não só foi mediada pelo uso de diversas fontes de dados, como também considerou demandas sociais e institucionais locais, como a relevância patrimonial do bem para a comunidade e possíveis demandas do poder público municipal em seu trato com os bens culturais locais.

A concepção teórica que fundamentou este trabalho contempla o diálogo, a convergência e a contradição destes documentos que, contemplados em conjunto no exercício da pesquisa, permitem uma leitura potencializada dos sítios e artefatos, em

²¹ Excetuando os trabalhos de AB'SABER.

consonância com a leitura de documentos primários e secundários, sejam mapas, depoimentos, fotos aéreas, fotografias, textos de cronistas e viajantes, textos historiográficos, documentos textuais e iconografias. Ela procura ser compreensiva, no sentido de agregar o conhecimento de várias disciplinas no entendimento do objeto de estudo e dos objetivos de antemão elencados, considerando o próprio percurso desta pesquisa como parte deste processo. Fato que de certa maneira é comum para a Arqueologia dita histórica que, segundo Embree, considera que:

a Arqueologia Histórica, em sentido amplo, inclui a meta-Arqueologia e, como a pesquisa substantiva, inclui metodologias de coleta de dados e, também, a análise da teorização dos modelos explicativos. (EMBREE, 1989, p. 37 apud FUNARI, 1999, p. 214).

De fato, muitas críticas surgiram aos arqueólogos que se descuidaram da reflexão, da teoria arqueológica em detrimento das preocupações com as pesquisas de campo e o conhecimento sobre aspectos específicos do passado humano. No entanto, é frente às adversidades que surgem no cotidiano arqueológico que as principais questões de pesquisa aparecem, propondo novos caminhos e desafios para a construção do conhecimento – *teoria* - arqueológico. A pesquisa sobre a ocupação humana na Serra da Cantareira procurou se adequar e partiu deste pensamento, de um espaço problematizador e instigante para tornar vivo um conhecimento significativo.

Por um lado, o trabalho historiográfico busca à sua maneira estabelecer um nexo causal entre fatos históricos, uma linearidade entre ocorrências selecionadas que, em última instância, serão ordenadas, organizadas, sistematizadas e analisadas, enquadrando-se em uma narrativa que ofereça para o leitor um sentido e um entendimento sobre um *determinado* passado. Por mais que os autores se esmerem em expor não apenas um único olhar, mas a diversidade de olhares, dos diversos sujeitos sociais, conflitantes e inerentes a um tema presente na trama social, aspecto importante e que passou a ser observado pela historiografia nas últimas décadas, expondo não só os conflitos e os discursos dos vários sujeitos que participam do processo histórico, mas expondo, por muitas vezes, as contradições presentes nos próprios documentos analisados, acabam, por muitas vezes, omitindo perspectivas e informações que não puderam ser resgatados pela documentação escrita. A documentação traz facetas parciais de um todo social - facetas mediadas por grupos

sociais que se apropriaram da linguagem escrita em detrimento de uma totalidade da população que nunca teve acesso a isso e que se viu calada para o tempo – que produziu seus documentos. Estes são olhares mediados, segmentados, que colocam para o historiador o desafio de compreender o todo por sua parte, ou seja, de dar voz aos sujeitos que não produziram os documentos escritos, que não são representados por eles. Contudo, o historiador produz o seu trabalho historiográfico e através da escrita acaba por tornar simples aquilo que poderia ser por outro olhar bem mais complexo. Ele constrói a história através da narrativa que elabora, com ou sem lacunas ou ausências e o leitor pouco o percebe na sua longa narrativa.

Por outro lado, a Arqueologia é uma ciência que atua diretamente no espaço social, promovendo a intervenção no território físico apropriado pela sociedade. Ela não segmenta o mundo em letrados e não letrados. Ela interfere e oferece novos significados para os espaços em que os grupos humanos vivem e constroem suas histórias e identidades. Esta é uma característica primeira da ciência arqueológica, diferente de outras ciências sociais, manifestando o seu papel marcante na construção de significados e ressignificados para o espaço social ocupado/apropriado pelas diferentes comunidades em suas lutas cotidianas, exigindo uma posição política, além de científica, em sua práxis cotidiana de intervenção no espaço público e particular.

A metodologia para a atuação em campo procurou estruturar-se com base em modelos adotados/desenvolvidos por outros arqueólogos no Estado de São Paulo (ARAÚJO, 2001; CALDARELLI, 1999-2000; MORAIS, 2006; ZANNETINI, 2005) e em consonância com modelos adotados por arqueólogos americanos e europeus. No entanto, por seu enfoque compreensivo, todo o processo de delimitação de área de intervenção, bem como das próprias intervenções *in loco* foram pautados por uma abordagem que buscava a integração e o diálogo, considerando não só fatores logísticos, estratégicos e políticos, como de acessibilidade e observação empírica em campo, associado com elementos da geomorfologia.

Uma questão que se demonstrou relevante e que não foi pensada de antemão foi a grande fragmentação da área em inúmeras chácaras de veraneio, condomínios, habitações em áreas de invasão, clubes de associações e áreas de posse do poder público, o fato que dificultou sobremaneira o acesso a diversos locais, acrescido da

desconfiança dos proprietários, moradores, caseiros e residentes quanto às intenções do pesquisador, já que um dos problemas locais mais prementes é a falta de regularização fundiária decorrente de invasões e grilagem de terras, com muitas propriedades com tramitação de documentação por processos de usucapião; muitos foram aqueles que viram com preocupação uma pesquisa acadêmica e científica, pois a associavam com o perigo de uma intervenção municipal em suas propriedades e até um tombamento, retirando, segundo o *senso comum*, a posse de seus bens. Esse fato exigiu contínuos esclarecimentos por parte do pesquisador que mesmo assim não teve acesso a alguns locais.

Na esteira do *boom* da *New Archaeology*, nos anos 1970²², aflorou uma preocupação quanto aos métodos de levantamento arqueológico. Uma das principais questões que surgiram tratava da elaboração e desenvolvimento de levantamentos arqueológicos, ou seja, da

...capacidade de identificar e amostrar todas as categorias de recursos arqueológicos de uma área determinada. (CALDARELLI, 1999-2000, p. 59).

Neste sentido, logo surgiram autores que buscaram desenvolver pesquisas de cobertura total ou amostral, recorrendo, por vezes, a amostragens probabilísticas como importante recurso para alcançar uma cobertura representativa – selecionando uma parte do total disponível - principalmente enquanto técnica exploratória, forçando a observação mesmo onde não se esperava obter resultados. (REDMAN, 1987, p. 250-251 apud CALDARELLI, 1999-2000, p. 61). Araújo (2001), quanto à distribuição das linhas de caminhamento sobre a área de trabalho, coloca três possíveis abordagens: caminhamento sistemático com espaçamento regular, sem cobertura amostral; a estratificada, por compartimentos ambientais; sistemático e/ou estratificada ou randômica. Plog (1976 apud CALDARELLI, 1999-2000, p. 62) defende que as amostragens sistemática e sistemática estratificada são as mais eficientes na detecção de sítios.

Contudo, no contexto desta pesquisa, a definição da metodologia a ser adotada considerou aspectos não menos relevantes como a escassez de recursos financeiros e

²² A Arqueologia Americana nos anos de 1970 e 1980 preocupou-se, sobretudo, com a abordagem regional, compreensão de processos culturais, sistemas de sítios, padrões de assentamento, sugerindo novas técnicas de amostragem.

humanos; a redução do tempo para a pesquisa; o ineditismo da área; a ausência de pesquisas pregressas sistemáticas na região que pudessem subsidiar ou orientar a formulação de uma estratégia empírica ou formular um contexto; a proximidade de patrimônio material histórico tombado relevante; a valoração do patrimônio local perante a comunidade frente ao estado atual de abandono. Por outro lado, questões geográficas e logísticas também foram consideradas, tais como: a acessibilidade às áreas de pesquisa; a presença ou não de propriedade privada de caráter jurídico ou área pública que facilitasse ou fosse impeditivo ao acesso; a intervenção e modificação urbana em grau avançado ou grandes movimentações de solo em decorrência de obras públicas, interferindo de maneira irremediável no registro arqueológico; a baixa visibilidade do solo por adensamento florestal ou de vegetação; a fragmentação da posse da área em dezenas de pequenas propriedades (residências individuais, sítios, chácaras ou condomínios).

Aspectos topomorfológicos locais também foram considerados para registro e evidenciação de vestígios tais como os topos de colina; terraços colinares; cascalheiras; proximidade de rios, córregos e cursos d'água. O quadro ilustrativo a seguir procura sistematizar o processo de pesquisa e a construção do conhecimento arqueológico na pesquisa:

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUEOLÓGICO

Figura 10. A construção do conhecimento arqueológico. Quadro elaborado pelo autor como norteador das pesquisas e trabalhos de campo. Fonte: Moraes, 2006; Caldarelli, 1999; Araújo, 2001.

Caldarelli (1999-2000, p. 62) diferencia duas estratégias de pesquisa, a oportunística, caracterizada por levantamentos de informação oral e pela vistoria de pontos onde ocorreram fatores antrópicos; e a estratégia sistemática, a qual consiste em caminhamentos com vistoria de superfície, que podem ou não estar associados ao emprego de técnicas de sub-superfície.

Pelas condicionantes ora apresentadas, não foi possível fazer uso da estratégia sistemática, a qual pesquisas futuras necessariamente deverão fazer uso²³. Uma estratégia oportunística foi escolhida, atendendo demandas imediatas a considerar como (a) a demanda de bens já evidenciados pelo poder público local e carentes de pesquisa arqueológica; (b) a grande extensão territorial, não passível de utilizar estratégias sistemáticas; (c) a existência de grande número de bens patrimoniais locais a exigir o registro e pesquisa preliminar; (d) a necessidade de construir um contexto histórico local para os vestígios evidenciados; (e) a presença de antigos moradores locais com extenso conhecimento sobre o passado da região; (f) a ausência de recursos humanos, financeiros e materiais; (g) o parcelamento do território em uma infinidade de pequenas propriedades.

Todas as atividades relativas à pesquisa arqueológica se inseriram no contexto de um plano de gestão fundamentado no planejamento, organização, direcionamento, controle e avaliação de todos os processos. O planejamento envolveu objetivos claros que deveriam ser delineados com foco na *ocupação humana na Serra da Cantareira*. No entanto, aspectos ligados à responsabilidade ético-profissional exigem do arqueólogo, no trato com a pesquisa arqueológica, uma percepção maior de sua atuação profissional, relevando aspectos inerentes ao seu papel – responsabilidade - no levantamento do patrimônio material de sociedades pretéritas com foco no bem comum atual e futuro, em um âmbito de sustentabilidade, atendendo legislação pertinente. É com este pensamento que a pesquisa foi norteadada, ou seja, no sentido de promover o levantamento do patrimônio arqueológico local²⁴.

²³ Como ocorrerá na demanda de pesquisa a ser efetuada no processo de licenciamento do Rodoanel trecho norte

²⁴ É com esta responsabilidade que se formatou o *Programa de Pesquisas Arqueológicas dos Municípios do Vale do Rio Juquery*. Um nome *fantasia* criado para promover a convergência de instituições locais, poderes públicos municipais e comunidade local, com a criação de um logo e material de divulgação.

Na consideração de seu planejamento, a pesquisa relevou (1º) o levantamento de dados: recolhimento de depoimentos de moradores locais (considerada uma metodologia oportunística); o levantamento bibliográfico pregresso histórico, etnológico, etnohistórico, sociológico, geológico e arqueológico; visitas de reconhecimento nas áreas de pesquisa; levantamento de cartografia para o reconhecimento georreferenciado da paisagem, do terreno e compreensão do processo pedogenético, da observação de superfície e sub-superfície espontânea e induzida; levantamento de fotos e imagens aéreas (*google earth*); vistoria de pontos de ocorrência de fatores antrópicos (desmatamentos e cortes de solo) e naturais (sulcos de erosão, barrancos de rios, paredões, abrigos e terraços); (2º) a análise dos dados; (3º) a formulação de estratégias de pesquisa arqueológica de campo.

A pesquisa procurou enfatizar o levantamento arqueológico, bem como a relação entre sítios e sua espacialidade. Como procedimento de pesquisa *in loco*, adotou-se a pesquisa participante com a comunidade local, método que por si só exigiu a assunção de algumas posturas a fim de facilitar a comunicação, pautando todas as ações pelo diálogo, escuta, respeito à singularidade e valorização do outro. Estes contatos foram realizados com o objetivo de conhecer um pouco da perspectiva *endêmica* (interna) da comunidade e de sua realidade, aprofundando o conhecimento sobre o território e promovendo o levantamento de dados sobre o patrimônio local. Para tanto, fez-se uso de instrumentos da pesquisa etnográfica, como entrevistas, conversas informais, interações cotidianas e observação participante.

A coleta de dados pautou-se por entrevistas abertas²⁵, técnica que demonstrou ser a mais adequada aos propósitos desejados já que ela atende a uma finalidade mais exploratória e menos estruturada para a coleta de dados, o que se coaduna com a perspectiva do entrevistador introduzir somente o tema foco da pesquisa e o entrevistado ter a liberdade de discorrer sobre o mesmo. (BERNARD, 2006) Como recurso de pesquisa também foram utilizados procedimentos etnográficos como

²⁵ As entrevistas poderiam ser semiestruturadas, entendendo-se a semiestruturada como aquela que alia questões abertas e fechadas, onde o entrevistador segue um roteiro pré-elaborado com os tópicos de interesse, permitindo a inclusão de outros assuntos; e estruturadas onde as perguntas são fechadas e previamente formuladas de forma a não permitir que a conversa derive para outros assuntos, além de possibilitar a coleta de dados mais sistemática dos dados e a comparação entre os mesmos.

entrevistas projetivas, caracterizadas pelo uso de recursos visuais como cartões, fotos, filmes, dentre outros. No caso desta pesquisa, foram utilizadas fotografias de acervo familiar e mapas antigos para promover a rememoração de informações relevantes²⁶.

Em um levantamento preliminar sobre as pesquisas arqueológicas efetuadas na região da grande São Paulo e municípios próximos, poucos sítios foram evidenciados e registrados no IPHAN²⁷, caracterizando a necessidade de pesquisas mais sistemáticas e de feição acadêmica para a área, tendo em vista o impacto do intenso adensamento humano local que vem ocorrendo nos últimos anos. Se por um lado, existe o perigo do dano ambiental irreversível, também o há das informações arqueológicas que podem se perder de forma definitiva.

Sítios Localizados em Municípios Próximos e Cadastrados no IPHAN

Atibaia	05
Barueri	0
Cajamar	01
Campinas	03
Carapicuíba	02
Cotia	01
Embú	03
Guarulhos	01
Itú	10
Jundiaí	05
São Paulo	10

Figura 11 : Fonte IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, www.iphan.gov.br. Acesso em 01 de março de 2012.

Poucas pesquisas arqueológicas foram realizadas na região, excetuando os trabalhos de Vilar e Fonseca que, sob a vertente da *Arqueologia Industrial*, não só

²⁶ Também de forma assistemática, ocorreram outros formatos, como o de história de vida, que permite retratar as experiências vivenciadas por pessoas, grupos ou organizações (MINAYO, 1993); e a de Grupos Focais (BONI & QUARESMA, 2005), que é uma técnica de coleta de dados cujo objetivo principal é estimular os participantes a discutir sobre um assunto de interesse comum.

²⁷ Existem poucos sítios referenciados no portal institucional do IPHAN. Não foram consultados os acervos arquivísticos da entidade. Fez-se uso também do levantamento realizado por Zanettini em sua tese de doutoramento (2005).

estudaram a evolução tecnológica do abastecimento de água na cidade de São Paulo, como também mapearam os reservatórios de acumulação e de distribuição de água, as represas, aquedutos, sistemas de adução e as tubulações do Sistema Cantareira, com destaque para os Reservatórios do Guaraú, Cabuçu e Engordador (e seu equipamento)²⁸.

Em âmbito espacial mais amplo, um levantamento pregresso foi feito por Zanettini, em sua tese de doutoramento *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na Casa Bandeirante* (2005). Neste trabalho, o autor relaciona todos os sítios arqueológicos identificados na região metropolitana de São Paulo, contribuindo sobremaneira para este estudo, como se verá ao longo do segundo capítulo deste trabalho.

A localização da Folha Topográfica da Comissão Geográfica e Geológica, de 1906, na escala 1:100.000, no Instituto Geográfico e Cartográfico, e sua posterior análise, colaboraram com informações relevantes para o mapeamento e identificação dos sítios e bens patrimoniais locais. O documento foi uma publicação especial, elaborado para a Secretaria de Justiça e Segurança Pública, sendo datado pelo arquivo do IGC como pertencente a 1899. Contudo, a partir de uma análise externa ao documento, considerando alguns dados presentes na folha, chegou-se a data de sua produção entre 1906 e 1908, elaborado durante a presidência de Jorge Tibiriça Piratininga, Presidente de São Paulo em seu segundo mandato, entre 1904 e 1908, quando reformou a Força Pública. Washington Luis foi seu Secretário de Justiça e Segurança Pública entre 1906 e 1912, portanto, produzindo o documento cartográfico entre 1906 e 1908.

²⁸ FONSECA, Filomena Pugliese. *Equipamento do Engordador: testemunho arqueológico industrial da captação de água na cidade de São Paulo*. 2003. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo; FONSECA, F. P. *As águas do passado e os reservatórios do Guaraú, Engordador e Cabuçu: um estudo de Arqueologia Industrial*. 2007. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo; VILAR, Dalmo Dippold. *Arqueologia Industrial e a evolução tecnológica do abastecimento de água na cidade de São Paulo: dos Franciscanos a Companhia Cantareira*. 2003. Dissertação de Mestrado, São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo; VILAR, D. *Água aos Cântaros – os reservatórios da Cantareira: um estudo de Arqueologia industrial*. 2007. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo. São Paulo.

A *Comissão Geographica e Geológica da Província de São Paulo* foi criada em 1886. Os motivos de sua criação foram expostos na Assembléia Legislativa Provincial, em 15 de fevereiro de 1886.

Entre os embaraços com que luta a administração da província para formar um plano geral que atenda às necessidades de seu desenvolvimento (...), avulta a ausência de informações exatas e minuciosas sobre a geografia, relevo, solo, vias de comunicação, estrutura geológica, riqueza mineral e caráter das diversas qualidades de terras.

O objetivo da *Comissão Geographica e Geológica* era claro: buscar informações sobre os recursos para o desenvolvimento da província. Foi escolhido para dirigi-la o geógrafo americano Orville Adelbert Derby, então diretor da Seção de Mineralogia e Geologia do Museu Nacional. Integravam a primeira equipe o engenheiro Theodoro Fernandes Sampaio, que chefiara a primeira expedição ao Pontal do Paranapanema, e o naturalista sueco Alberto Löfgrén, que veio ao Brasil numa expedição de coleta e foi convidado para dirigir as seções de Meteorologia e Botânica da Comissão (futuramente assumiria a direção do horto botânico, atual Horto Florestal).

Uma análise endêmica, interna do mapa, procurou observar o trajeto das três atuais estradas que cortam a Serra da Cantareira: a Estrada de Santa Inês, a Estrada da Roseira e a Avenida Coronel Sezefredo Fagundes.

Figuras 12 a 15. Fotografias (respectivamente) da Estrada de Santa Inês, da Estrada da Roseira e Avenida Coronel Sezefredo Fagundes. A última imagem apresenta a construção de tijolos localizada no cruzamento da Estrada de Santa Maria com a Avenida Coronel Sezefredo Fagundes, próxima a Fazenda Santa Maria.

O estudo permitiu ver que nos primeiros anos do século XX, a Estrada de Santa Inês possuía uma única fazenda, em seu trecho inicial: a Fazenda do Seminário, ao lado do Córrego do Bispo, de lá até meados do perímetro da estrada aparece com

destaque a propriedade de Pedro Doll, ao lado do Ribeirão Claro - embora não tenha sido registrada como uma fazenda, como as demais propriedades descritas no documento - e no final da estrada, a Capela de Santa Inês, ao lado do ribeirão Santa Inês e de um engenho com uma concentração de 03 casas, e a propriedade de José Cardoso. O único bairro registrado pela Comissão Geográfica nesta estrada foi o bairro de Santa Inês.

Além de uma pequena estrada que leva até a Fazenda da Chapada, outra, a estrada da Roseira leva até a Fazenda São Pedro e a Capela do Apolinário, bem como a uma concentração de bairros rurais no topo da Serra: Roseira, Moenda e São Pedro com três habitações, próximo aos ribeirões São Pedro, Quatro Cantos, Juquery Mirim, com três habitações, e Venda Velha, com uma concentração de quatro habitações, próximo ao ribeirão Cabuçu e ao Morro Voturantim. Os bairros estão localizados na parte mais baixa da Serra.

A Estrada de Bragança apresenta o Sítio do Bellengirde e a Fazenda Nha Lilá (Fazenda dos Fagundes), com uma concentração de casas. Os bairros rurais de Morro do Cap. Freire, Matta Fria, com 08 casas, Capoavinha, ao lado dos córregos Itabym, Barreiro e Moinho. Os bairros novamente se concentram ao final da Serra, próximos a juqueri.

O percurso *in loco* destas estradas vicinais que cortam a Serra – hoje, as Estradas de Santa Inês, Roseira e a Av. Sezefredo Fagundes - para evidenciar e cadastrar estruturas e bens patrimoniais locais identificados no mapa permitiu ver e refletir, além do objetivo inicial, sobre o impacto produzido pelas obras públicas de instalação do sistema de águas realizadas na região nos anos de 1960 e 1970, com grande repercussão nos recursos arqueológicos locais, como a Represa de Mairiporã (Represa Paiva Castro), a Estação Elevatória de Santa Inês e a Estação de Tratamento do Guaraú.

Figuras 18 e 19. Detalhe do mapa e imagem aérea das principais estradas que ligam São Paulo a Mairiporã, as Estradas de Santa Inês, Roseira e Sezefredo Fagundes. Ambas foram extraídas de MapLink 2012. Google maps e Google Earth. <http://maps.google.com/maps?ll=-23.361219,-46.61687&z=15&t=h&hl=pt-BR>. Acesso em 22 de fevereiro de 2012.

Foi com o aumento da população de São Paulo, aliada ao crescimento industrial, que emergiu o problema da insuficiência de recursos hídricos locais em meados da década de 1960. O poder público estadual criou uma comissão para avaliar o problema e propor medidas para aumentar a captação e o tratamento de água. Entre outras medidas, esta comissão sugeriu a captação de águas da bacia do Piracicaba, através de um complexo sistema de reversão e de bombeamento, esboçando-se aí o embrião do que viria a ser o Sistema Produtor Cantareira (HERLING, 2002). Em 1960, iniciaram-se as obras de represamento dos rios Piracicaba e Jaguari, originando o que hoje é o maior sistema produtor de água para a Rede Metropolitana de São Paulo. O sistema produtor Cantareira é constituído por cinco reservatórios interligados por túneis e canais – o Jaguari, Jacaré, Cachoeira, Atibainha e Paiva Castro, abastecidos pelos rios Jaguari, Jacaré, Cachoeira, Atibaia, Atibainha e Juqueri Mirim. As águas represadas nestes reservatórios são conduzidas por gravidade para a Estação Elevatória de Santa Inês, no sopé da vertente norte da Serra da Cantareira, e bombeadas para o Reservatório de Águas Claras, situado no topo da Serra da Cantareira. A partir daí, as águas são conduzidas por dutos para a Estação de Tratamento de Água do Guaraú, na zona norte do município de São Paulo e distribuídas para diversos pontos da rede. (SILVA; GROSTEIN, 2008, p. 6)

A Estrada de Santa Inês - asfaltada e realinhada na década de 1970, para possibilitar o transporte de máquinas, equipamentos, pessoas e materiais, durante as obras da Estação Elevatória - levou, em momento imediatamente posterior, à expansão dos loteamentos para condomínios residenciais de alto padrão e chácaras de veraneio, com acesso ao município de Caieiras e Mairiporã. A estação de tratamento do Guaraú ocupou a área de um antigo morro, que foi extraído para a sua instalação juntamente com um antigo caminho - o caminho do Guaraú, promovendo uma alteração significativa na paisagem local.

O quadro abaixo foi estruturado a partir das informações coletadas no trajeto pelas estradas como também com a coleta de informações orais de moradores da Serra, objetivando um primeiro panorama dos bens patrimoniais ainda existentes na região.

Levantamento dos Bens Patrimoniais Locais

Estrada de Santa Inês

Estrada da Roseira

Avenida Coronel Sezefredo Fagundes

Figura 20. Percursos executados durante o levantamento dos bens patrimoniais e arqueológicos da Serra da Cantareira com os referidos apontamentos de localização, inclusive em estradas vicinais.

Iniciando o percurso de subida pela Estrada de Santa Inês, logo em seu início, antes do primeiro quilômetro, é possível ver o caminho da Vista Alegre e o do Guaraú: antigos caminhos vicinais que cruzavam a Estrada de Santa Inês. Existe hoje no local uma placa que faz alusão ao caminho e demarca um dos portões de entrada do Parque da Cantareira, hoje fechado e abarrotado de lixo. A Estrada do Guaraú hoje está desaparecida em decorrência das obras de construção do Reservatório de mesmo nome.

Continuando pela estrada, já em seu ponto alto, no altiplano, estão as ruínas da Capela de São Cristóvão da Serra, localizada no hoje chamado Bairro de Santa Inês. Ela pertenceu a João Baldez e João Baldez Filho e foi edificada na década de 1970, sediando inúmeras missas e batizados, em especial entre os anos de 1974 e 1976. Luiz Alberto Bernardez é o seu atual proprietário. (PERES, 2008, p. 50). Ao seu lado, bem próximo, existe um caminho vicinal com duas muradas de pedra, nomeado *Estrada do Governo* e *Antiga Estrada do Lenheiro*.

Figuras 21 a 24. Fotografias (respectivamente) da entrada do Parque da Cantareira, hoje fechada e denominada Estrada da Vista Alegre, do antigo caminho de fins do século XIX, das ruínas da Capela de São Cristóvão da Serra, edificada na década de 1970, e duas imagens da amurada de tijolos com referência a Estrada do Governo e Antiga Estrada do Lenheiro.

A partir deste ponto a estrada tem um grande declive, chegando a um ponto mais aplainado em meio ao topo da Serra onde se descortina um vale cercado por montanhas. Neste local, correm inúmeros riachos e há um pequeno adensamento populacional. É nesse ponto que se encontram as ruínas da propriedade de Pedro Doll, a concentração de praças de carvão de antigos carvoeiros e o moinho da Família Tarquini. Nessa área é possível ver uma grande concentração de pinheiros e araucárias. É nesse ponto que se observa também a presença de uma antiga capela rural e uma casa passível de ser datada na década de 1940. Do outro lado da estrada,

está sediada a Associação Paulista de Medicina, área que pertenceu no passado ao alemão Smith. No interior da Associação, existe uma curiosa instalação de filtragem de água implantada próxima a uma das nascentes, possivelmente datada da década de 1930 a 1940. Após este ponto, atravessa-se uma grande montanha e a serra desce rumo à parte mais baixa onde está situado o bairro e a Capela de Santa Inês.

A Estrada da Roseira tem início com uma grande elevação, difícil de ser realizada até por animais de carga. Logo em seu início, depara-se com as fundações da antiga capela de São Sebastião do Barro Branco, local que segundo documentos do Setor de Arqueologia do Departamento do Patrimônio Histórico - DPH pode ter sediado um antigo pouso de tropas²⁹. É também no início dessa estrada que se vê, no terreno de um supermercado, uma antiga fonte - a Fonte de São Pedro. O local bastante deteriorado sugere ter sido no passado, por seu posicionamento na base da serra, além de um local de captação de água e convívio social, uma antiga parada de tropas.

Já na parte intermédia entre São Paulo e Mairiporã, observa-se uma concentração humana com a formação de alguns bairros rurais como *Quatro Cantos*, *Roseira* e *Moenda*, assim como aparece no mapa do IGC de 1906. É nesta área que se localizou a Fazenda São Pedro, datada de fins do século XVIII.

A Estrada Coronel Sezefredo Fagundes também apresenta uma fazenda em seu trecho inicial, já objeto de estudo arqueológico: a Fazenda Santa Maria. Uma antiga fazenda de café com sede edificada em estilo neocolonial e estudada por Erika Gonzalez³⁰. Já no trecho final da estrada, próximo à cidade de Mairiporã, localizou-se outra fazenda: a Fazenda da Família Fagundes, uma antiga sede rural do século XVIII que também pode ter atuado como pouso de tropas. Em todo o caminho é difícil observar outro local que possa ter atuado no passado como pouso de cargas, excetuando uma área no início da subida da serra, conhecido por ser a antiga Fazenda do Engordador, hoje bairro Cachoeira. Ali, pelas condições de sua topografia e oferta de água, bem como o seu posicionamento físico na metade do caminho entre São Paulo e Mairiporã, tende a ser o local apropriado para a edificação de um pouso.

²⁹ Assunto que será apresentado em *O Caminho de Juqueri, século XVIII*.

³⁰ Não foi possível obter junto a Documento Arqueologia mais informações sobre os trabalhos desenvolvidos neste sítio.

Quanto à análise do material arqueológico evidenciado nos diversos sítios estudados, procurou-se atender os objetivos anteriormente propostos para a pesquisa, ou seja, o levantamento de sítios que pudessem caracterizar o processo de ocupação da Serra da Cantareira. Assim, todos os procedimentos de campo procuraram limitar-se a sondas testes com a delimitação de quadras de trabalho somente quando os recursos arqueológicos localizados assim o exigissem, focando sempre uma contextualização mínima para cada sítio pesquisado em diálogo com outras fontes de informação. O objetivo era evidenciar os recursos arqueológicos e ao mesmo tempo gerar o menor impacto de escavação em cada área trabalhada, deixando para uma pesquisa futura o aprofundamento dos trabalhos. No entanto, para cada sítio evidenciado, a investida técnica procurou caracterizar minimamente os principais momentos de ocupação no sentido de oferecer dados mais precisos que permitissem não só estabelecer uma cronologia de ocupação, mas estabelecer um diálogo interativo entre todos os achados, possibilitando construir um modelo para a ocupação humana na região.

A análise do material arqueológico, constituído por cerâmicas, louças, metais, vidros e outros materiais encontrados, pautou-se por estudos preliminares, em especial, para aqueles que permitissem uma maior precisão na datação das peças, destacando-se, nesse caso, as louças, itens intensamente encontrados em sítios arqueológicos históricos de todo o país e potenciais indicadores cronológicos para o estabelecimento de padrões de ocupação (CARVALHO, 1999; 2003).

2. A OCUPAÇÃO HUMANA NA SERRA DA CANTAREIRA

A tentativa de traçar uma história da Serra da Cantareira a partir de seus vestígios materiais é demais frágil no contexto do atual quadro dos conhecimentos acumulados sobre a região. No entanto, considerando o grau de devastação que hoje avança sobre a área, a emergência deste trabalho pode, em pequena monta, contribuir para o ensejo de políticas públicas locais de caráter mais preservacionista seja em âmbito municipal ou estadual, considerando aspectos culturais e ambientais.

A história da Serra da Cantareira revela uma história de fragmentos, de relatos esparsos, de citações, uma área que por muitos séculos teve um papel secundário nos ditames do poder metropolitano colonial e do poder público imperial, bem como da organização política Planaltina, embora em outro contexto tenha tido um papel muito mais relevante, como espaço de passagem, de conexão. Os contrafortes da Cantareira surgem ao norte como uma grande muralha, um obstáculo, que caminha paralelo ao horizonte, demarcando as escolhas na ocupação do território e os fluxos de pessoas e cargas rumo ao interior. Para àqueles que desejavam penetrar no território, era necessário contorná-la, procurar uma passagem entre as suas elevações abruptas; o que foi conseguido pelo uso dos antigos caminhos indígenas, os *peabirus*, em sua face oeste, passando em meio a serra e o pico do Jaraguá. Já para o norte, este desafio foi um pouco mais difícil e só foi conseguido algum tempo depois.

Conhecer a sua história, neste sentido, não é menos importante por ser uma área periférica e/ou de passagem, mas se configura como necessária para que se possa ter uma melhor compreensão das conexões e ramificações que envolviam a vila de São Paulo, a região de São Paulo, às povoações mais avançadas no sertão, no contexto da apropriação do território pelo europeu e nos intercâmbios entre o litoral, o planalto e o interior. É uma história que deve ser percebida em dimensões simultâneas, seja em âmbito local, descrevendo o processo de ocupação local, regional, percebendo-a como etapa no processo de expansão pelo planalto, bem como de relevo no contexto da economia e da sociedade colonial e de suas relações com a Metrópole distante, inserida no contexto da economia mercantil colonial.

Por outro lado, é uma área de pouca intervenção ou de intervenção mais recente, podendo ter mantido sinais relevantes do ponto de vista arqueológico e histórico, excetuando as áreas onde ocorreram obras públicas de caráter mais extensivo em decorrência da instalação do sistema de abastecimento de água paulista em fins do século XIX e nas décadas de 1960 e 1970³¹.

O dado mais recuado e relevante sobre a ocupação humana na área foi obtido recentemente, em função das pesquisas arqueológicas ensejadas no contexto das obras do Rodoanel – trecho oeste, que localizaram alguns fragmentos de cerâmica identificados como relativos à Tradição Taquara-Itararé no sítio *Jaraguá I*, no bairro de Perus, na região montanhosa ao norte da planície do Tietê (ROBRAHN-GONZALEZ, 2006). Araújo (2007) considerou surpreendente, dada à ausência de relatos históricos mais diretos da presença deste grupo nesta região do Estado³².

Por outro lado, de relevante importância têm sido as discussões e a perceptiva necessidade de uma aproximação dos resultados arqueológicos, históricos, etnohistóricos e etnológicos para um melhor entendimento sobre os povos que ocuparam a região antes e no período pós-contato europeu (MONTEIRO, 1994 e 2004; SOARES, 2001-2002). Se para a Arqueologia é difícil e temerário promover definições sobre a ocupação pré-histórica no Estado, para outras ciências também o é. Para a historiografia, no atual estágio das pesquisas, sabe-se da convivência no Planalto de diversos grupos que mantinham contínuos confrontos e rivalidades entre si como parte de suas próprias culturas, contudo a historiografia ainda tem dificuldades em precisar os seus nomes e origens, fazendo uso de cronistas e viajantes. Inúmeros autores já se dedicaram a estudar esta questão, motivo de grande debate na década de 1930³³ e recentemente retomada, embora ainda longe de ser finalizada (MONTEIRO, 1984 e 2004; PRÉZIA, 2000).

O aparecimento do Sítio *Jaraguá I* poderia sugerir a localização de novos sítios na área delimitada neste trabalho, o que até o momento não se confirmou, nem por meio de achados fortuitos ou por depoimentos de moradores locais.

³¹ Em 1877, Antônio Proost Rodovalho e alguns capitalistas organizaram a Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, encampada pelo Estado em 1890, através da Repartição de Águas e Esgotos. Nas décadas de 1960 e 1970, foram construídos o Reservatório Paiva Castro e a Estação Elevatória de Santa Inês, em Mairiporã.

³² Embora o próprio autor aponte que este fato já fosse esperado, segundo modelo anteriormente apresentado (ARAÚJO, 2001, p. 328-330).

³³ Ver Prézia, 1997.

Zanettini, em recente levantamento sobre os *Sítios arqueológicos e achados fortuitos na Região Metropolitana de São Paulo* (2005), registrou uma baixa incidência de sítios na área objeto de estudo, em comparação com outras regiões. Apenas dois registros no bairro da Vila Brasilândia – os sítios cerâmicos: Jardim Princesa I e Jardim Princesa II – e o Sítio Cerâmico Jaraguá Clube, em Pirituba. Já os poucos achados arqueológicos efetuados no município de São Paulo são referentes, sobretudo, a urnas funerárias Tupiguarani. Todas encontradas em áreas com cotas topográficas mais baixas, no centro e leste da cidade, em bairros como Brás, Vila Maria, Mooca e Penha³⁴, além de um sítio lítico localizado no Morumbi - o Sítio *Morumbi*, com datação em torno de oito mil anos. Todos situados próximos dos rios Tietê e Pinheiros, denunciando a atração dos grandes rios sobre os povos outrora viventes no planalto.

No início, acreditava-se que esta limitação de dados era decorrente da ausência de trabalhos, contudo, agora se pondera sobre uma possível baixa densidade populacional ou *vazios humanos* em áreas mais serranas; fato que somente se confirmará e será melhor avaliado através de um maior número de pesquisas e de projetos mais longos, bem delineados e com um quadro de recursos humanos, financeiros e materiais mais amplos.

No entanto, parece ser um consenso entre os pesquisadores que o planalto e a bacia do rio Tietê eram polos de atração para os povos que aqui habitavam e que havia uma percepção mais ampla sobre o território, envolvendo não só a bacia, mas o litoral, a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira, perceptível através das inúmeras trilhas indígenas que penetravam no território, os *peabirus*. O próprio Pico do Jaraguá parece ter exercido um papel importante na apropriação da paisagem pelos diversos grupos indígenas e europeus, como marco direcionador das expedições rumo ao sertão ao lado da própria Serra do Mar e Serra da Mantiqueira.

³⁴ Existe o registro de uma urna funerária no Brooklin, na antiga fábrica da Kibon (ZANETTINI, 2006).

Figura 25. Detalhe de mapa com a trilha indígena do *Peabiru* e a sinalização de achados arqueológicos pré-coloniais localizados na região metropolitana de São Paulo. Extraído de Zanettini, 2005.

Entre os diferentes povos, com línguas e culturas diversas, o território paulista era ocupado, na frente Atlântica, por três grupos: os Tupinambá, os Tupiniquim e os Carijó. Os primeiros viveriam na porção ao norte de São Sebastião; os segundos ocupariam a zona entre São Sebastião e Cananéia; enquanto os últimos se fixariam na área ao sul de Cananéia. Os dois últimos, em particular, estenderiam seus domínios amplamente para o interior. Dos três, os Tupiniquim ocupariam a área que conheceu os mais intensos contatos com os europeus.³⁵

Para Petrone (1995, p. 31), esses grupos deveriam ocupar amplos espaços, com densidades populacionais relativamente baixas. As atividades por intermédio das quais garantiam sua subsistência eram variadas, normalmente englobando a agricultura, caracterizada por ser de tipo itinerante (a coivara), além da caça e da pesca. Essas atividades eram complementadas pela prática da coleta ou *catança*, em especial de produtos do revestimento vegetal natural. Sua área de subsistência, por fim, deveria ser necessariamente ampla.

³⁵ SCHDEN, Egon. Os primitivos habitantes do território paulista. Revista de história, Ano V, nº 18, São Paulo, abril-junho, 1954, p. 390. apud PETRONE, 1995, p. 31.

É evidente que eles não poderiam ser considerados nômades nas mesmas proporções de grupos que praticavam a criação de gado nômade; como agricultores, forçosamente deveriam se caracterizar por um relativo sedentarismo. Entretanto, os sistemas e técnicas agrícolas empregados, por outro lado, justificariam um possível seminomadismo, dada a inevitável mobilidade decorrente da prática. Por outro lado, é preciso considerar que a mobilidade não deve ser observada apenas em função do nomadismo, mas também, e sobretudo, em função dos movimentos dentro da área de subsistência. (PETRONE, 1995, p. 31)

O planalto deveria possuir os mais significativos nódulos de povoamento, sendo mais importante que o litoral para os grupos indígenas locais. Petrone relaciona diversas justificativas para esta hipótese: a ausência de aldeias litorâneas, conforme percebido por Martim Afonso de Souza ao chegar com seus navios, segundo Frei Gaspar; a ausência de um grande líder indígena residente no litoral; e a presença de inúmeros caminhos ligando o litoral e o interior.

Os caminhos indígenas que transpunham a Serra do Mar não poderiam ser considerados como vias de penetração, mas justamente o contrário, determinando uma vida continental para os povos locais. Fato que pode ser confirmado pela intensa atração que o planalto exercia nos jesuítas, cientes de que lá existiria uma grande concentração humana³⁶. É significativa a descrição do Caminho do Padre José feita em 1656 pelo padre Simão de Vasconcelos - a primeira estrada construída pelos colonizadores europeus para adentrar o território. Além de apontar as dificuldades de transpor a Serra do Mar, ele descreve com alento – e *aparente alívio* - a chegada ao planalto e aos *campos*.

A própria aspereza das serras faz mais aprazível a benignidade dos campos; (...) O mais espaço não é caminhar, é trepar de pés e mãos, aferrados às raízes das árvores e por entre quebradas tais, e tais despenhadeiros, que confesso de mim que a primeira vez que passei por aqui, me tremeram as carnes, olhando para baixo. A profundidade dos vales é espantosa; a diversidade dos montes uns sobre os outros, parece tirar a esperança de chegar ao fim; quando cuidais que chegais ao cume de um,

³⁶ Petrone, em seu livro *Aldeamentos Paulistas*, acena para uma articulação entre o planalto e o litoral nos tempos iniciais da ocupação portuguesa. E, se para o lado dos portugueses, o litoral se avizinhava como ponto de conexão fundamental com a Europa distante, para os grupos indígenas locais, o litoral não parecia ser o espaço de primazia para a ocupação, preferindo o interior. Para ele, o litoral se constituía em uma zona periférica subsidiária. (1995, p. 33).

achai-vos ao pé de outro não menor; e é isto na parte já trilhada e escolhida. Verdade é, que recompensava eu o trabalho desta subida de quando em quando; porque assentado sobre um daqueles penedos, donde via o mais alto cume, lançando os olhos para baixo me parecia que olhava do céu da lua, e que via todo o globo da terra posto debaixo de meus pés; e com notável formosura, pela variedade de vistas do mar, da terra, dos campos, dos bosques e serranias, tudo vário, e sobremaneira aprazível. Se se houvera medir o grande diâmetro desta serra, houvérámos de achar melhor de oito léguas; porque suposto que vai fazendo em paragens algumas chãs a modo de tabuleiros, sempre vai subindo, e tornando à mesma aspereza; ainda que em nome diversa, chamada em uma das paragens, Praná Piacá Miri, e logo em outra Cabaru Parangaba, e tudo é a mesma serraria. E finalmente vai subindo sempre até chegar ao raso dos campos, e à segunda região do ar, e onde corre tão delgado, que parece se não podem faltar os que de novo vão a ela. (PRÉZIA, 1997)

À época da chegada dos primeiros europeus ao planalto, o revestimento vegetal não era formado inteiramente por florestas. A frequência com que nos anos 1500 e 1600 se utilizou a expressão *O Campo* ou *Campos de Piratininga* é por si só suficiente para que seja aceita a presença de um revestimento que não deveria ser unicamente arbóreo. É amplamente conhecido o fato de que a primeira vila que o Planalto conheceu – prescindindo de qualquer referência ao caso discutível de Piratininga – chamava-se Santo André da Borda da Mata ou Santo André da Borda do Campo (PETRONE, 1995, p. 36): *borda do campo*. O autor também cita, com base na documentação, a presença de expressões como *meirinho do campo*, *meirinho do dito campo*, *v^a de são Paulo do campo*, *escrivão do campo*. Em 1594, os camaristas providenciavam no sentido de que Afonso Sardinha *mãdase vigiar o caminho do campo por cauza dos gentios...*

A região era ocupada predominantemente por tupis, como testemunhado por jesuítas e outros europeus que viveram ou passaram pela região em meados do século XVI. Os rios foram o habitat privilegiado dos grupos de floresta tropical, já que forneciam alimento e meio de transporte. Devido à pressão da ocupação portuguesa e aos conflitos intertribais, muitos tiveram que buscar a cabeceira dos rios ou regiões altas, afastando-se de seu ambiente natural (PRÉZIA, 1997, p. 134).

O predomínio ou domínio dos tupis sobre outras culturas é observado pelos depoimentos de cronistas, da toponímia e da produção lingüística dos jesuítas, localizando outros grupos de cultura Jê, como os Maromomi, que viviam nas regiões

montanhosas da Mantiqueira e os Guaianã/Guaianá, que deviam viver na Serra do Mar. (PRÉZIA, 1997, p. 140).

A Mantiqueira deve ter sido uma área ocupada pelos Guaianá, pois no início do século XVII esta serra foi chamada por Glimmer de *montes Guarimunis ou Marumininis* (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO, 1900-1, 6, p. 233 apud PRÉZIA, 1997, p. 140). Por outro lado, alguns textos seiscentistas situam mais explicitamente grupos maromomis na região de Atibaia, como citada na doação de sesmaria concedida a Francisca Rodrigues Velho, que em agosto de 1638 recebia *uma légua de terras (...) começando da tapera dos Garomemis até o rio Juquery* (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Sesmarias, n. 1, p. 255-7. In: REIS, 1979, p. 37 apud PREZIA, 1997, p. 177), ou na doação de sesmaria de Miguel de Almeida, a quem foi concedida, em 1639 *uma paragem que chamam os Pinhaes aonde um índio marumimim por nome Pedro com outros parente seus tiveram roças. (...) As ditas roças dos sobreditos índios pelos rumos do norte... [chegavam] a um rio chamado Ybaatibaia* (Sesmaria, n. 1, p. 318-22. In: REIS, 1979 apud PREZIA, 1997, p. 177). Em 1665, uma ata da Câmara de São Paulo relata que o Pe. Mateus Nunes de Siqueira *desceu do sertão (...) câtidade de gentio guarulho*, que foi concentrado na *paragen chamada atubaia* (ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SÃO PAULO, Anexo v. 6, p. 428 apud PRÉZIA, 1997, p. 209).

Para a Etnologia, o conhecimento dos Guarani, às vésperas da conquista e durante os primeiros séculos da colonização, apresenta um problema de método, uma vez que a reconstituição dos aspectos sociais, políticos e religiosos dessas populações tem sido elaborada por meio do registro documental (fragmentário e tendencioso, conforme apontado por PRÉZIA (1997), e por inferências provenientes dos estudos etnográficos realizados neste século, sobretudo pelos trabalhos de Alfred Métraux, Pierre Clastres, Hélène Clastres, Branislava Susnik e Bartolomeu Melià.

Esta articulação entre observações históricas e etnográficas tem um duplo significado: se, por um lado, os dados etnográficos têm completado informações ausentes nas fontes escritas, por outro, as mesmas fontes históricas têm dado origem a novas perspectivas sobre a cultura Guarani, especialmente com respeito à demografia, à organização política, o profetismo, aos movimentos espaciais de

cunho religioso e mesmo a filosofia. A Arqueologia, neste quadro, tem muito a colaborar com novos dados que serviriam como interface crítica ao conhecimento ora acumulado.

Por outro lado, em fins do século XVI, passado o risco e o temor do ataque dos grupos indígenas locais, os paulistas passaram a ocupar áreas bem mais distantes do núcleo colonial. No rumo norte, o caminho de penetração acompanhou o trajeto dos rios que desaguavam no rio Tietê, como o Juqueri, acompanhando-o serra acima ou percorrendo o *peabiru*, apresando os grupos indígenas locais, solicitando sesmarias e penetrando no interior do território rumo ao rio Atibaia, beirando os contrafortes da Serra da Cantareira. Também penetraram pelo outro lado da Serra, originando sesmarias no Mandaqui, Guapira e Tremembé.

No detalhe abaixo de um mapa do século XVIII da coleção Midlin, é possível ver o caminho para Goiás via rio Juqueri, afluente do rio Tietê. Notar que os caminhos se bifurcam após a travessia do rio Tietê. Um segue a partir de Santana, subindo a serra até atingir à freguesia de Juqueri, e o outro contorna os contrafortes da Serra e penetra no território a partir do Pico do Jaraguá, rumo à Jundiá.

Figura 26. Detalhe do Plano da Costa, desde Sancta Catharina, thé a Ilha Grande, em que compreende a Camp^a de S. Paulo, a huma parte de Minas Geraes, e Goiaz. Ilustração da Coleção da Biblioteca José Mindlin. s.d. [século XVIII]. (ROCHA; COSTA, 1998, p. 92-93)

O segundo capítulo do trabalho apresentará os resultados da pesquisa a partir da análise dos sítios arqueológicos evidenciados, procurando construir um contexto histórico para o processo de ocupação da região. A apresentação dos sítios procurará seguir uma ordem cronológica, no sentido de oferecer uma caracterização que possa ser útil para futuras pesquisas, bem como para subsidiar ações dos poderes públicos em âmbito local e regional. O contexto histórico foi desenvolvido para atender as demandas promovidas durante o próprio andamento dos trabalhos, a partir de questões colocadas pelo pesquisador em diálogo com o seu objeto de estudo – os sítios arqueológicos e seus artefatos – procurando atingir o objetivo anteriormente elencado, ou seja, a compreensão do processo de ocupação humana na região.

Século	Sítios Arqueológicos Estudados
XVII	Praça de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito Capela de Santa Inês
XVIII	O caminho de Juqueri Fazenda dos Fagundes Fazenda São Pedro
XIX	Fazenda Velha
XX	Casas, instalações hidráulicas, moinho, praças de carvão, forno e olaria

Figura 27. Quadro com os sítios arqueológicos pesquisados na Serra da Cantareira.

2.1. A Praça de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, século XVII

2.1. A Praça de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, século XVII

Foi durante um seminário organizado pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de Caieiras³⁷ que se obteve a informação de que a Secretaria de Obras da Prefeitura de Mairiporã realizava uma grande obra de revitalização na Praça de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, na área central da cidade, e na eventual hipótese de destruição de um local de relevante interesse arqueológico, para a região metropolitana de São Paulo e também para esta pesquisa.

A área já havia sofrido inúmeras intervenções. No final da década de 1970 ela foi ocupada por uma estação rodoviária, cuja construção foi bastante criticada pela população local por ter destruído as características da antiga praça e ter substituído a outrora capela de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, construída em 1870, por Eliziária Cecília de Camargo Fagundes³⁸, Nhá Lilá (1866, segundo FAGUNDES, 1992), e que fora demolida pela municipalidade em virtude de ter sofrido um forte abalo em sua estrutura devido ao choque de um caminhão. Na década de 1980, um vereador da cidade também edificou uma pequena capela de 4 m² no local.

A Praça de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito está situada nas coordenadas 23 K 0338037 e UTM 7420288, na altura de 756 metros, na principal artéria e pólo da área central da cidade, criando uma relação direta e simétrica com a Igreja Matriz, situada na Praça da Bandeira, a qual estabelece uma linearidade através da Av. Tabelaão Passarela.

³⁷ O Seminário, ocorrido em setembro de 2011, teve por objetivo a difusão do Projeto de implantação da Estrada Parque na Estrada da Roseira e de outros projetos de turismo para a cidade de Caieiras. Neste evento, foram apresentados os primeiros resultados da pesquisa sobre o sítio Fazenda Velha, localizado no município de Caieiras.

³⁸ Eliziária, rica proprietária local e matriarca da Família Fagundes, registrou em cartório a doação de 200 mil réis para a reforma da Matriz e para a construção da capela. A mesma que em, 1931, foi reformada pela colônia japonesa. De sua imagem de devoção Nossa Senhora do Rosário, só restou a cabeça.

Figura 28. Fotografia da atual Praça de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito datada de 25 de agosto de 2011. Fotografia sem autoria sediada no endereço eletrônico da Prefeitura do Município de Mairiporã. www.prefeiturademairipora.gov.br. Acesso em 25 de outubro de 2011.

A partir dessas informações e da consulta às diretrizes do Plano Diretor do Município de Mairiporã³⁹, foi feito contato com o poder público local, por intermédio da Secretaria de Obras, solicitando autorização para o acompanhamento das obras em andamento na praça⁴⁰.

Figuras 29 e 30. Mapa com a localização da Praça de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e imagem aérea do mesmo local. Extraído de Google Maps e Google Earth em 22 de fevereiro de 2012. Na fotografia e mapa ainda aparece a antiga rodoviária. Fonte Digital Globe 2012, data da Imagem 21 de dezembro de 2009. Alt. 1,25 km, 23°19'08.13"S, 46°35'03.28"O, elev 760 m. MapLink 2012. maps.google.com/maps?t=h&hl=pt-BR&ie=UTF8&ll=-23.319073,-46.584315&spn=0.007448,0.01379

³⁹ Art. 4º – O Plano Diretor do Município de Mairiporã é o instrumento básico da política de desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana do Município e tem por objetivos: (...)

IV - Preservar, proteger e recuperar o meio ambiente e os patrimônios culturais, históricos, artísticos, paisagísticos e arqueológicos municipais.

<http://www.prefeituramairipora.com.br/images/downloads/documentos/plano-diretor-mairipora-2006-2015.pdf>. Acesso em 25.10.2011.

⁴⁰ Após algumas semanas o acompanhamento foi aprovado pela Secretaria e passou a ser realizado no local.

Naquele momento, havia uma polêmica com relação às obras ali realizadas na praça em decorrência do corte e respectiva extração das raízes de 16 árvores existentes no local. Era um movimento da sociedade organizada, representado pela entidade não governamental Acorda Mairipa, pela OAB - Mairiporã e Ministério Público, que estruturava uma representação contra a prefeitura.

Do ponto de vista da preservação do patrimônio histórico e arqueológico local, a pesquisa priorizou o contato com o engenheiro responsável pela obra para o acompanhamento dos trabalhos que ainda faltavam, já que ela se encontrava em adiantado estado de realização. O objetivo era acompanhar a demolição da capela e a implantação das sapatas de concreto da futura nova capela, já que grande parte da praça já havia sofrido intervenção em caráter irreparável para qualquer atividade de caráter arqueológico.

Figura 31. Planta baixa do projeto de reforma da Praça de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Disponível no endereço eletrônico da prefeitura do município de Mairiporã. www.prefeiturademairipora.gov.br. Sem autoria do projeto no endereço eletrônico. Acesso em 25 de agosto de 2011.

Por outro lado, aventou-se junto à Secretaria de Obras que a possível *evidência de registro material da memória do Município de Mairiporã* agregaria valor às atuais

*obras de revitalização*⁴¹, e que, assim, poderia caracterizar um marco da atual gestão na preocupação, no cuidado e preservação da memória e do patrimônio municipal, podendo contribuir na *formação de um acervo museológico* para o município e, porventura, na criação de um museu, já que a cidade ainda não possui um espaço com este fim.

A grande questão que ensejava a pesquisa era a possibilidade da existência de evidências no local relativas ao processo de ocupação humana desde as origens da cidade, ou seja, relativas ao processo de formação da vila de Juqueri no início do século XVII. A presença de resquícios materiais poderia comprovar essa referida hipótese.

Juqueri e a Serra da Cantareira no século XVII

As datas de fundação de Juqueri e de sua elevação à freguesia são desconhecidas, contudo, as primeiras cartas de doação de sesmarias na região são do início do século XVII, período em que a região foi ocupada por sítios de lavoura e de criação, lavras de mineração, ranchos e vendas para abastecimento de viajantes. Formado o povoado, o arraial com sua capela construída por Antônio de Souza Del Mundo em louvor à Nossa Senhora do Desterro logo foi elevado à *capela-curada* e, em 1640, à freguesia. O fato é corroborado por Monteiro (2009, p. 190-191) que notou que, por volta de 1640, já existiam fazendas de grande extensão na região, evoluídas das sesmarias outrora concedidas entre 1617 e 1639 e que ostentavam plantéis com mais de cem escravos índios em decorrência da expansão da triticultura. O surgimento dos bairros rurais ocorreu quase que naturalmente em decorrência da expansão desta produção. Esses bairros, em termos administrativos, representavam pouco mais que um mero apêndice rural da vila e visavam proporcionar uma estrutura organizativa mínima capaz de atender algumas necessidades coletivas de seus moradores. Assim,

⁴¹ Fragmento do texto do ofício enviado à Secretaria de Obras com cópia para o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

cada bairro tinha sua própria estrutura interna, conjugando uma constelação de sítios rurais mais ou menos articulados entre si. Eles comportavam unidades de produção que variavam bastante de tamanho e tiveram a sua origem em torno de grandes unidades produtivas, comandadas pelos moradores mais ricos e prestigiados. A estes, reservava-se a função de capitão do bairro, autoridade que também refletia as relações econômicas que predominavam na formação dos bairros, além de sediar, nas suas propriedades, capelas rurais que atuavam como polos das atividades religiosas e recreativas locais.

Alguns documentos da época comprovam que a região produzia vinho e algodão, incluindo um relato sobre a importação de videiras italianas por Salvador Pires de Medeiros, colono de origem portuguesa, que chegou até mesmo a exportar a sua produção de vinho para Portugal. O testamento de Diogo Pires fala de sua produção de algodão⁴². Para viabilizar a ocupação e a expansão dos cultivos com foco na exportação da produção, os colonos fizeram largo uso da mão de obra indígena local. Até a década de 1640, eles apresaram grandes levas de cativos guaranis (MONTEIRO, 2009, p. 58), resultado das expedições que atacaram as missões jesuíticas do Guairá entre os anos de 1628 e 1632. Essas missões ocupavam uma vasta e imprecisa área que corresponderia a mais ou menos à atual metade oeste do Estado do Paraná, capturando de 30 a 60 mil índios (TOLEDO, 2003, p. 153); e as missões do Tape, numa região mais ao sul do Guairá, uma vasta área junto ao rio Uruguai, em território do atual estado do Rio Grande do Sul. (TOLEDO, 2003, p. 156). Contudo, após aquela data, houve uma interrupção do abastecimento de cativos guaranis com graves repercussões sobre as estruturas locais, já que se tornou difícil manter a população cativa no nível até então atingido e necessário para a manutenção da produção de exportação, o que só piorou com epidemia de varíola da década de 1660 (MONTEIRO, 2009, p. 58),

⁴² Os primeiros donatários de Juqueri foram: Salvador Pires de Medeiros (1607); Custódio de Paiva (1608); Beatriz Diniz, Jorge Corrêa, Suzana Dias e Vivência da Costa (1610), Braz Cardoso, Francisco Rodrigues Velho, Manoel da Costa, Pedro Moraes Aragonês (1638); Antonio Pedroso, Antonio Pires, Antonio Rodrigues Ribeiro, Diogo Martins, Domingos da Silva, Ines Monteiro, Jaques Felix (Por herança), Salvador Pires de Medeiros, Sebastião Freitas, Simão Borges (o moço) (1640); capitão Francisco da Fonseca Falcão, Gaspar Sardinha da Silva, Gregório Fagundes, Paulo Pereira e Francisco Rondon (1641); Salvador de Paiva, e Francisco Xavier Pedroso, Agostinho Pereira da Silva, Bartholomeu Bueno Pedroso, Joaquim Soares, João Pedroso da Cunha, Rodrigo Bicudo da Silva (por herança) e Pascol Fernandes Sampaio (entre 1720 e 1785) e José Ortiz de Camargo (1642).

culminando, nos anos seguintes, na derrocada desta produção com marcas significativas e nunca mais atingidas no contexto da economia Planaltina.

Neste período, as terras do Juqueri doadas em sesmarias compreendiam toda a região limítrofe ao rio Juqueri, do *Juqueri-assu*, na foz do rio; adentrando o rio Juqueri, onde se localiza hoje Mairiporã e Franco da Rocha; chegando ao *Juqueri-campo*, provavelmente onde está o atual bairro do Rio Acima, terminando no *Juqueri-Arriba*, até as nascentes do rio; entre os atuais municípios de Nazaré e Santa Isabel.

Figura 32. Detalhe de mapa de 1797 com a descrição do percurso do rio Juqueri desde a sua nascente até desaguar no rio Tietê. O território entre os rios Tietê e Juqueri é a área da Serra do Ajuá, Cantareira e Piracaia. O mapa é de autoria atribuída a José Joaquim Freire. Descrição da rede urbana, viária e fluvial que irradiava a partir da Cidade de São Paulo (Carta Geral do Brasil, de 1797). (ca. 1:2.600.000). Um mapa de 16 folhas coladas. MS., color. 199 cm. Direcção dos Serviços de Engenharia, Lisboa. Fonte REIS, Nestor Goulart. Memória do transporte rodoviário: desenvolvimento das atividades rodoviárias de São Paulo. São Paulo: CPA – Consultoria de Projetos e Artes, s.d.

Em um levantamento das sesmarias concedidas na Capitania de São Paulo no período colonial, feita por João Aguirra⁴³, vê-se que a sua distribuição na Serra da Cantareira e no Vale do rio Juqueri segue um percurso muito nítido que parte do rio Tietê, sobe o rio Juqueri rumo à sua nascente, desbravando novas glebas de terras e inserindo-as ao projeto colonizador. Não que estas áreas já não estivessem ocupadas por estes proprietários na época em período pregresso, mas de maneira a legitimar a

⁴³ AGUIRRA, João Baptista de Campos. Relação das sesmarias na Comarca da Capital entre os anos de 1559 e 1820. v. XXV. p. 491 567. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. 1927.

sua posse perante o Estado português. As concessões, em um primeiro momento, em 1610, para os lados de Parnaíba, com terras para Beatriz Diniz, depois, em 1621, no sentido da Serra do Ajuá, para Aleixo Jorge. A Serra do Ajuá ainda mantém este nome nos dias de hoje e ocupa uma pequena área serrana na borda da Serra da Cantareira com face para a atual cidade de Caieiras. Em 1638, Braz Cardoso ocupa a extensão do rio Juqueri e, em 1639, para os Campos do Juqueri com o Capitão Francisco da Fonseca Falcão. Por outro lado, é somente em 1774 que são concedidas sesmarias no alto da Serra, em nome do concessionário Francisco Xavier Pedroso, na área designada São Pedro (área do Sítio Fazenda São Pedro, estudada neste trabalho). A data é convergente à abertura da estrada da Roseira, originando uma nova distribuição de sesmarias nesse ponto da Serra. A área designada São Pedro aparece no mapa do Instituto Geográfico e Cartográfico de 1906 e hoje faz referência a uma estrada vicinal que parte da Estrada da Roseira e chega até a Estrada Sezefredo Fagundes.

A seguir é apresentado um quadro com a atribuição de sesmarias de acordo com o levantamento promovido por Aguirra (1927). Observar a distribuição das terras de acordo com a sua localização geográfica. Nesse quadro é possível observar como a ocupação da Serra da Cantareira seguiu um processo de expansão colonizadora acompanhando o trajeto acima do rio Juqueri⁴⁴.

LOCAL	Concessionário de Sesmaria	Confrontante ou Antigo Posseiro	Braças	Data	Local Atual⁴⁵
Serra do Ajuá	Aleixo Jorge		3000 – 3000	03.02.1621	Juquery
Serra do Ajuá		Francisco Figueiredo (1640 28 7)		1621	Juquery
		Gregório Corrêa de Sá		1621	Juquery
Ajuá	Izidoro Tinoco de Sá (Capitão Mor)			07.10.1630	Juquery
Serra do Ajuá	João Micel Valente		3000 3000	03.02.1621	Juquery
Serra do Ajuá	Pedro de Góes Raposo		3000 3000	10.11.1639	Juquery
Serra do Ajuá		Sebastião de Freitas		1621	Juquery
S. Pedro (Cantareira)		Appolonia Maria do Pillar		1774	Juquery
S. Pedro (Cantareira)		Antonio Váz Pinto Ribeiro (Herdeiro)		1774	Juquery

⁴⁴ O lugar atual designado é o referente à data de publicação deste levantamento. O Juqueri foi desmembrado nos municípios de Mairiporã, Franco da Rocha e Caieiras.

S. Pedro (Cantareira)		Fructuoso Furquim de Campos		1774	Juquery
S. Pedro (Cantareira)		Francisco Monteiro de Gouvêa		1774	Juquery
S. Pedro (Cantareira)	Francisco Xavier Pedroso		1500 1500	28.10.1774	Juquery
S. Pedro (Cantareira)		Ignacio Francisco		1774	Juquery
Rio Juquery		Amador Bueno		1639	
Rio Juquery		Antonio Pedroso		1639	
Rio Juquery	Antonio Pires		1500 1500	14.12.1639	
Rio Juquery	Antonio Pires			1640	
Rio Juquery		Antonio Rodrigues Ribeiro		1639	
Rio Juquery		Bartholomeu Bueno (Velho)		1640	
Rio Juquery	Braz Cardoso		1500 1500	25.05.1638	
Rio Juquery	Diogo Martins (1603 3 449)		1500 1500	06.08.1639	
Rio Juquery	Domingos da Silva (1681 21 253)			06.08.1639	
Rio Juquery		Francisco Figueiró		1640	
Rio Juquery	Francisco Fonseca		1500 1500	07.09.1641	
	Falcão (Capitão)				
Rio Juquery	Francisco Rodrigues Velho 1619 25 3		3000 3000	07.08.1638	
Rio Juquery	Garcia Rodrigues Velho 1632 8 399)		3000 3000	12.01.1638	
Rio Juquery	Gaspar Sardinha da Silva 1679 19 321		1500 1500	07.09.1641	
Rio Juquery	Gregoria Fagundes		1500 1500	07.09.1641	
Rio Juquery	Ignez Monteiro		1500 1500	14.12.1639	
Rio Juquery	Ignez Monteiro		3000 3000	01.11.1640	
Rio Juquery		Jacques Felix (Herdeiro)		1640	
Rio Juquery	José Ortiz de Camargo			12.1642	
Rio Juquery	Manoel da Costa		3000 3000	12.01.1638	
Rio Juquery	Paulo Pereira		1500 1500	25.05.1641	
Rio Juquery		Pedro Fernandes Aragonez		1638	
Rio Juquery		Pedro Moraes		1639	
Rio Juquery		Salvador de Paiva		1642	
Rio Juquery		Salvador Pires		1639	
Rio Juquery		Salvador Pires (Herdeiros de...)		1640	
Rio Juquery		Salvador Pires de Medeiros		1640	
Rio Juquery		Sebastião de Freitas		1640	
Rio Juquery	Sebastião Pedrozo		1500 1500	06.08.1639	
Campo do Juquery	Francisco da Fonseca Falcão		1500 1500	05.04.1639	
Campo do Juquery		Francisco Rodrigues (sapateiro)		1639	
Campo do Juquery	Francisco de Siqueira 1686 22 95		1500 1500	05.04.1639	
Campo do Juquery		Francisco Xavier Pedrozo 1674 20 289		1774	
Rio Juquery	Beatriz Diniz			1610	Parnahyba

Rio Juquery	Francisco Rondon	1641	Parnahyba
Rio Juquery	Jorge Correa	1610	Parnahyba
Rio Juquery	Suzana Dias 1628 33 9	1610	Parnahyba
Rio Juquery	Vicencia da Costa	1610	Parnahyba
Rio Juquery	Vicencia da Costa	1500 1500 23.03.1610	Parnahyba

Figura 33. Quadro com a distribuição das sesmarias na região do Juqueri entre os séculos XVII e XVIII. Fonte: AGUIRRA, João Baptista de Campos. Relação das sesmarias na Comarca da Capital entre os anos de 1559 e 1820. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, V. XXV, p. 491-567, 1927.

Com base neste quadro é possível ver que os colonos já se aventuravam sobre novas terras desde o início do século XVII, expropriando antigas comunidades indígenas locais e se apropriando de tudo aquilo que pudessem. Na segunda metade do século XVII, os sítios e fazendas já estavam estabelecidos e se estendiam por toda a região (BRUNO, 1988, p. 184-185).

Período	Área
Primeira metade do século XVII	Serra do Ajuá ou Ajuá Juquery Campos do Juquery
Segunda metade do século XVIII	São Pedro (Cantareira)

Figura 34. Áreas ocupadas pelas sesmarias na região do Juqueri no decorrer dos séculos XVII e XVIII de acordo com o levantamento feito por Aguirra (1927).

Veja no mapa abaixo, de 1906, o caminho do rio Juqueri antes da construção da Represa Paiva Castro na década de 1960. Aqui é possível acompanhar o processo de ocupação do território pelos primeiros colonos no início do século XVII. A concessão das sesmarias na área de São Pedro relaciona-se com a abertura de um novo caminho na face norte da Serra em direção às áreas mineradoras, aparecendo nos mapas a partir do século XVIII em decorrência do fluxo de tropeiros e viajantes.

Figura 35. Expansão do processo de ocupação do território Juqueri pelos primeiros colonos no decorrer dos séculos XVII e XVIII de acordo com o levantamento feito por Aguirra.

Entre 1600 e 1644, pelo menos 250 sesmarias foram concedidas, englobando as jurisdições (termos) de São Paulo, Mogi das Cruzes e Santana de Parnaíba (incluindo territórios das futuras vilas de Jundiáí, Itu e Sorocaba). Destas, uma parte significativa possuía extensão de meia légua de frente por meia légua de sertão, o que resultava numa área de aproximadamente 750 hectares. No entanto, é difícil calcular o tamanho de boa parte das doações, uma vez que as próprias petições careciam de maior clareza, somente expressando a medida frontal das propriedades, descrevendo o complemento como *o sertão que se acha*. Ainda em outras petições apelava-se para definições pouco usuais, como, por exemplo, a de Pedro da Silva que pediu um *pedaço e campo que tem um tiro de flecha pouco mais pouco menos*. (MONTEIRO, 2009, p. 104-105).

Muitas concessões tinham no mínimo um quarto de légua quadrada (1.089 hectares), mas, em sua grande maioria, atingiam uma légua inteira (4.356 hectares, ou seja, mais de 43 quilômetros quadrados). Uma ordem real de 1698 procurava limitar as sesmarias a um máximo de três léguas, com o evidente propósito de coibir abusos,

considerando esse montante como o equivalente ao que um morador poderia cultivar (DEAN, 2010, p. 89).

A frequência desigual das doações, muitas vezes, oferecidas em conjuntos concentrados, constituiu outra característica importante do esquema de distribuição de terras. Essa concentração se devia tanto às sucessivas ondas de ocupação quanto à irregularidade com a qual o capitão-mor, responsável pelas doações, aparecia no planalto. O conjunto de sesmarias, outorgadas ao longo do rio Juqueri, após 1617, precederam a expansão da triticultura naquela zona. Já a concentração de datas em 1638-1639, passadas pelo capitão-mor Antonio de Aguiar Barriga, revela outra estratégia por parte dos colonos: grande parte das terras distribuídas entre o rio Juqueri e o rio Atibaia só foi efetivamente ocupada na década de 1660. Do mesmo modo, nessa época também se distribuíram terras nas proximidades do aldeamento de Conceição dos Guarulhos, área ocupada por brancos a partir de 1650. Pode-se concluir, portanto, que os colonos também adquiriam sesmarias com vistas apenas para uma ocupação futura. (MONTEIRO, 2009, p. 55)

As técnicas dispersivas de cultivo, seguindo até certo ponto um modelo indígena, levaram à abertura de sucessivas zonas de ocupação. Nos anos iniciais do XVII, de acordo com os inventários, o único item de valor significativo era a roça de milho ou de mandioca. Por seu turno, a vida produtiva da roça raramente excedia três anos, sendo necessário abandoná-la a favor de novas faixas de terra virgem, chamados de matos maninhos, ou para outro terreno, anteriormente abandonado e já recoberto por matas, denominado capoeira.

A direção e extensão da ocupação territorial se achavam articuladas à necessidade contínua do trabalho indígena. Segundo Monteiro, no início do século XVII, já na década de 1620, o movimento de ocupação dos colonos alastrava-se, ocupando terras mais distantes, além da Serra da Cantareira, inaugurando as principais unidades de produção de trigo e as maiores concentrações de índios cativos na região. No espaço de duas gerações, entre a chegada dos europeus e a criação da vila de São Paulo, os principais habitantes indígenas da região de São Paulo tinham vivido a destruição das aldeias e a desintegração de suas sociedades. No final do século XVI, ocorreu uma verdadeira onda punitiva-repressiva que destruiu ou escravizou toda a

população nativa em um raio de sessenta quilômetros em torno da vila de São Paulo. As principais vítimas foram os Tupiniquim rebelados, os Guaianá e os Guarulhos que recorreram para o Vale do Paraíba ou para além da Serra da Cantareira, sendo novamente envolvidos pelos paulistas em 1640 (MONTEIRO, 2009, p. 55).

Por outro lado, a necessária escravidão indígena sempre manteve os sítios rurais em constante alerta contra revoltas, em especial, por volta de 1650, quando a concentração indígena atingiu proporções alarmantes, chegando a oito índios para cada branco nas áreas rurais. (MONTEIRO, 2009, p. 176-177). As previsões negativas se confirmaram em 1652, quando explodiu a primeira grande revolta de cativos índios na propriedade de Antonio Pedroso de Barros, no bairro de Juqueri. Ele, um dos principais produtores de trigo, possuía entre quinhentos e seiscentos índios, divididos entre Carijó e Guaianá, a maior parte recém-chegada do sertão. Além de trucidarem Pedroso de Barros e outros brancos que se achavam na fazenda, destruíram as plantações e as criações. Coube a Pedro Vaz de Barros, irmão da vítima, descrever a devastação:

Foi tanto o número de gentio que naquela ocasião acudiu à morte do seu amo e outros alheios que não deixaram coisa viva que não destruíssem, matassem e comessem por serem de seu natural daninhos como é notório em toda esta capitania. As autoridades encontraram dificuldades em apaziguar os índios rebelados, o que foi conseguido apenas quando um grupo deles fugiu.
(MONTEIRO, 2009, p. 177-178)

Na mesma época ocorreram outras revoltas na região como nos levantes das fazendas de trigo de Manuel de Moraes, Ascenso de Moraes Dantas, Fernão Bicudo Tavares e Francisco Coelho da Cruz, estes dois últimos trucidados. Leonor de Siqueira, cujo marido Luís Pedroso de Barros havia desaparecido numa ambiciosa expedição rumo à cordilheira dos Andes, vendeu apressadamente, em 1662, sessenta cativos de sua fazenda na região a 20\$000 cada para seu cunhado Fernão Pais de Barros. (MONTEIRO, 2009, p. 179-180)

No processo de expansão dos paulistas, novos caminhos eram gerados, ligando as propriedades rurais e as várias localidades. Da vila de São Paulo, dois obstáculos dificultavam a penetração no sentido norte: a transposição dos rios Tamanduateí e Tietê – rio fundo - e a Serra do Ajunhá (Ajuá) – lugar cheio de espinhos, que se

apresentava como uma sólida parede a oeste e norte, daí a penetração seguir o antigo caminho indígena e o trajeto dos rios que alimentavam a bacia.

Fina (1965, p. 103), em curioso trabalho sobre uma *Piratininga* perdida, aponta uma ocupação, com base nos inventários e outros documentos, no termo de São Paulo, ou seja, entre seis léguas⁴⁶. Esta *Piratininga* tratada pelo autor, traduzida do tupi por *peixe seco*, refere-se à tentativa de inúmeros historiadores de tentar definir a posição exata deste assentamento⁴⁷. Para o autor, a Piratininga citada estaria localizada nas terras altas ao norte da vila de São Paulo, nos contornos da Serra da Cantareira, já ocupadas em meados do século XVII. Segundo ele, os proprietários - que se declararam moradores em Piratininga, em seus inventários, testamentos ou outros atos declaratórios, e cujo relatório indica o número de catorze povoadores - estão todos eles contidos na área que vai pela linha de base do *Mandaqui* (São Paulo) até a chapada de *Baquirivu*, em Guarulhos, fechando, pelos seus dois lados, as linhas dos rios *Cabussu* e *Baquirivu*, cujo topo da figura geométrica está no campo do Juquiri, nos contornos desta vila (FINA, 1965, p. 103); ou seja, a ocupação alinhava-se entre o rio Tietê e os contornos da Serra e além Juqueri e neste sentido, seria produto deste primeiro processo expansionista paulista em fins do século XVI. Por outro lado, a própria designação Juqueri também é atribuída a uma vasta área que vai subindo pelo afluente do rio Tietê, chegando ao vale do Juqueri e Serra da Cantareira. Demorou um certo tempo para que uma ampla área denominada Juqueri se conformasse, dando origem a um bairro rural e, posteriormente, à vila. Monteiro (2009, p. 114), ao analisar a documentação do século XVII, notou que diversos bairros rurais locais situados entre os rios Juqueri e Atibaia arrogaram o nome de Juqueri até a consolidação da efetiva *Juqueri*, hoje Mairiporã, herança de José Ortiz de Camargo e da ereção da capela construída por Antônio de Souza Del Mundo em louvor à Nossa Senhora do Desterro, tais como a Juqueri de Salvador Pires de Medeiros, a Atibaia-Votorantim de Antonio Bueno (MONTEIRO, 2009, p. 82-83), bairros resultantes de assentamentos com grandes plantéis de escravos,

⁴⁶ Uma légua perfaz 6.600 metros. Daí imaginarmos que 6 léguas corresponderiam a 39.600 metros, ou seja, por volta de 40 km.

⁴⁷ Constando entre eles Ellis Jr., Taunay e Freitas.

Um aspecto a ser considerado nesta questão é que Piratininga, da mesma forma como Juqueri, seguindo a hipótese alentada por Fina (1965), passaria de uma grande área sem delimitações precisas para um futuro bairro rural. O autor reitera que grande parte dos povoadores que se estabeleceram na face norte da cidade, além do rio Tietê, em localidades identificadas como Mandaqui, Guapira e Tremembé, dizia fazer uso do caminho que vai para Piratininga ou dizia estar estabelecido nela e citavam ribeiros como Cabuçu e Tremembé para delimitação de suas sesmarias, ou seja, Piratininga definira uma extensa área além do rio Tietê, em cotas altimétricas mais elevadas – 800 metros - e livres de inundação, boas para agricultura e criação de gado e bem servidas de suprimento de água advindo da Serra, esta com cotas em 1.200 metros. Ao mesmo tempo estavam de certa forma enclausurados em um entorno de montanhas que ofereciam proteção de suas propriedades.

Para um observador de hoje é possível ver que a cadeia de montanhas que compõem a Serra começa a mostrar os seus primeiros aclives de colinas, estas menos elevadas, bem próximos ao rio Tietê, nos bairros hoje conhecidos como Piqueri, Freguesia do Ó e Casa Verde, como extensões da própria Serra. Ademais, se Juqueri acabou por constituir um bairro rural, uma freguesia e uma vila no âmbito de um extenso vale, a possível Piratininga, seria uma grande área situada ao norte da atual cidade de São Paulo, situada logo após o rio Tietê e abraçada pela Serra da Cantareira que lhe contorna e lhe delimita entre o rio e a serra, determina o rumo dos principais riachos que descem da Serra para alimentar a bacia, fato visível nos dias de hoje quando acompanhamos na paisagem toda a sua extensão, observada com muita clareza a partir das colinas da face oeste de São Paulo – região do bairro paulistano de Sumaré. Contudo, esta suposta Piratininga, ao contrário de Juqueri, acabou por desaparecer em detrimento do nascimento de paragens como Tremembé, Guapira e Mandaqui, presentes nos inventários e testamento. Um aspecto que chama muito à atenção é a ausência de um nome tupi atribuído à Serra, além dos conhecidos Serra do Ajuá, na borda do atual município de Caieiras, Juqueri para o município homônimo e Piracaia para os lados de Guarulhos⁴⁸.

⁴⁸ O autor Fina (1965) defende a hipótese de Piratininga estar situada na região norte de São Paulo com base na leitura de inúmeros inventários dos séculos XVI e XVII, questão que deverá ser melhor estudada

Merece ser melhor avaliado o fato de que, além de algumas considerações sobre a ocupação das áreas de Juqueri e "Piratininga" [entre aspas] estar relacionada à boa terra para o plantio e criação de gado (grande parte dos primeiros colonos possuiria casa na vila de São Paulo), além de estar na *boca do sertão*, essas áreas parecem atender aos objetivos da Coroa portuguesa, manifesto na própria distribuição das primeiras sesmarias, no sentido de ocupar e gerar movimento de penetração do território, o que diz respeito à intencionalidade de Martin Afonso no processo de ocupação do território. Além disso, é digno de nota que estas possessões estão estabelecidas na face oposta à grande área de concentração dos ataques indígenas em meados do século XVI (Confederação dos Tamoios, em 1562)⁴⁹, ao mesmo tempo em que a área norte está protegida pela grande concentração de montanhas e áreas elevadas, o que deve ser bem considerado, já que a verdadeira expansão pelo Planalto, considerando o projeto pregresso de Martim Afonso, somente foi passível de ocorrer após a pacificação total da região em fins do século XVI (MONTEIRO, 2009)⁵⁰. Deve ser considerado que mesmo que já não existisse mais o medo real de ataques de povos indígenas hostis, esta memória deve ter permanecido nas mentalidades de então, determinando a apropriação do espaço e da paisagem, bem como a própria edificação e dinâmica de suas habitações.

O caráter do empreendimento mercantil, conforme é defendido por Blaj (1995) e Zanettini (2005), pode ser percebido pelo próprio direcionamento do processo colonizador, acrescido do fato de que se efetivou, considerando todas as dificuldades já vivenciadas pelos colonos, com a superação da Serra do Mar, o enfrentamento dos povos locais e com o estabelecimento de empreendimentos econômicos efetivos para subsistência e produção comercial. A própria expansão agrícola com a formação de

no futuro. Para este trabalho importa caracterizar que, na região norte da vila de São Paulo, constituíram-se inúmeras ocupações esparsas nas áreas de Tremembé, Mandaqui e Guapira, como também no Juqueri.

⁴⁹ Zanettini (2005, p. 52-53) observou que grande parte dos achados arqueológicos feitos em São Paulo ocorreu justamente na face leste da cidade. Já os sítios indígenas conhecidos na região norte, além de apresentarem pequenas dimensões e grande proximidade, estão quase todos em topos de colinas, padrão de implantação recorrente (sítios Olaria I e II, Jardim Princesa I e II).

⁵⁰ A área norte da cidade de São Paulo não foi contemplada por esta pesquisa no âmbito de sua circunscrição geográfica. Contudo, no decorrer dos trabalhos percebeu-se que muitas questões que envolviam o vale do rio Juqueri e a Serra da Cantareira possuíam uma íntima relação com os acontecimentos e processos ocorridos na área norte da cidade, como a própria questão do conflito entre os Pires e os Camargo.

grandes latifúndios rurais, seguida do estabelecimento de bairros rurais, freguesias e vilas, integrava este processo. Ela só se viabilizaria pela contínua captação de mão de obra e de novas terras, visando à sua manutenção e reprodução. O morticínio indígena, bem como o desgaste das terras, levavam à contínua busca de novas áreas e no apresamento de novos grupos humanos, resultando novas terras e a contínua expansão do sistema (BLAJ, 1995, p. 71-73; ZANETTINI, 2005, p. 60). A observação dos inventários e testamentos permite ver como os colonos solicitam inúmeras áreas, sempre alegando necessidade de subsistência.

A produção no Planalto era feita em pequenas propriedades, sempre atendendo um consumo local. Produzia-se trigo, milho, feijão, mandioca e vinho e criava-se gado. Os únicos itens de exportação eram algumas sobras de trigo e de marmelada, exportadas para o litoral (MONTEIRO, 2009). Segundo Holanda (1975, p. 205), foram as condições menos propícias do Planalto para o plantio da mandioca em escala suficiente, para abastecer um centro de povoamento mais estável que os primitivos núcleos indígenas, que se tornaram um dos incentivos para o desenvolvimento da lavoura de trigo em toda a região do Juqueri neste período. As fazendas de trigo introduziram utensílios de técnicas europeias na Colônia, como o moinho d'água, a azenha (moinho de roda d'água) ou a atafona [moinho natural ou movido por cavalgadura], e possivelmente até o arado. O plantio de trigo exigia um terreno previamente preparado e amanhado⁵¹.

Neste íterim é importante destacar de antemão que todo o processo de expansão colonizadora deste período aparenta ter uma determinada direção e finalidade, sugerindo um projeto maior do que a sempre considerada pobreza, isolamento e marginalização da região, como apontada pela literatura tradicional sobre São Paulo presente em Taunay, Machado e Sampaio (BLAJ, 1995; ZANETTINI, 2005, p. 21). Avizinha-se por outro lado um projeto colonizador articulado que envolve a apropriação contínua de novas áreas do território (de suas paisagens) e sua domesticação no âmbito de um contexto produtivo. Assim o foi nos séculos seguintes ao XVI, se não embevecido de uma grande riqueza como ocorrido no nordeste

⁵¹ Parece que o incremento posterior dessa lavoura se deveu em parte aos esforços de D. Francisco de Sousa (HOLANDA, 206-207).

açucareiro da colônia, foi no contexto de um estabelecimento em terras desconhecidas que se efetivou de fato e gerou frutos: trigo e apresamento indígena no século XVII, ouro no XVIII, cana e outros produtos no XIX.

Nos primeiros anos do século XVII, o trigo ainda integrava o repertório dos itens produzidos pelos agricultores paulistas sem grande expressão. (MONTEIRO, 2009, p. 114). Mesmo assim, já se destacava como um gênero de valor comercial, voltado à população europeia das vilas e cidades do litoral e às frotas portuguesas, sendo produto requisitado pelo governo colonial em diversas ocasiões ao longo do século, não sendo de consumo local como a mandioca, o feijão ou o milho⁵². A sua produção especializada começou a se generalizar na década de 1620, concentrando-se nos bairros rurais de Santana de Parnaíba, a oeste de São Paulo; o bairro de Cotia, ao sul de Parnaíba; e a região de Juqueri. Já na década de 1640, quase todas as fazendas e sítios inventariados por Monteiro (2009, p. 114-115) no termo de Parnaíba registrava a produção de trigo, embora muitas vezes modesta. Surgiram neste período as primeiras fazendas de grande extensão, situadas, sobretudo, no bairro de Juqueri, tendo evoluído evidentemente das sesmarias ali concedidas entre 1617 e 1639. Este aumento da escala de produção foi devidamente acompanhado pelo desenvolvimento da escravidão indígena, aparecendo, a partir desse período, diversas propriedades rurais que ostentavam plantéis com mais de cem índios. O auge da produção na região abrangeu os anos de 1630 a 1680, momento em que houve a maior concentração de índios apresados e que culminou nos levantes já citados. Na verdade, como apontou Monteiro (2009, p. 113), havia uma

... conexão vital entre abundância da mão de obra indígena e a agricultura comercial como pedra fundamental de uma economia periférica articulada ao mercado do litoral brasileiro, situado, por sua vez, nas fímbrias do mundo atlântico.

Em 1660, a produção de trigo paulista pode ter alcançado a quantidade de 2600 toneladas e o seu comércio foi realizado mesmo considerando os elevadíssimos custos de transporte. Carregadores índios levavam a farinha serra abaixo em cestos de trinta quilos, procedimento cruel que duplicava o preço do produto em Santos e matava

⁵² Sérgio Buarque de Holanda (1975) chamava de *civilização do milho*, predominante no Sul indígena.

inúmeros nativos (DEAN, 2010, p. 97). A vocação comercial do trigo era apontada em diversas reuniões da Câmara Municipal (MONTEIRO, 2009, p. 114), pois se reclamava da falta de trigo para consumo local, a despeito da sua abundância na região. Nos inventários, os produtos da roça geralmente não eram avaliados em termos monetários, aparecendo muitas vezes como itens separados dos inventários, e serviam explicitamente para o sustento dos índios da propriedade. Em contraposição, as searas de trigo, bem como os grãos colhidos, sempre tiveram um valor comercial declarado.

Santos era a principal saída para as mercadorias de São Paulo, ligando produtores e comerciantes paulistas as outras capitanias e à Metrópole. Embora existam evidências de contatos comerciais entre paulistas e negociantes da Bahia, de Pernambuco e até de Angola, o maior mercado para o trigo de São Paulo parece ter sido o do Rio de Janeiro, com a sua crescente população branca de senhores de engenho, comerciantes e burocratas. (MONTEIRO, 2009, p. 115)

Em fins do século XVII, em 1696, o povoado foi elevado à categoria de Vila de Nossa Senhora do Desterro de Juqueri⁵³, palavra tupi que designa uma planta leguminosa, conhecida também como dormideira. No século seguinte, em 1783, a vila tornou-se paróquia, embora não tenha prosperado como poderia ser esperado a partir da grande produção de trigo outrora existente no século XVII. A descoberta de ouro na região de Minas Gerais na passagem para o século XVIII, que tanto beneficiou outras localidades mais próximas, aparentemente não produziu reflexos mais intensos em Juqueri que acabou por direcionar a sua atividade econômica para uma produção agrícola diversificada e para o atendimento de tropeiros em trânsito pela região.

A questão da mineração abre um capítulo à parte sobre a região, exigindo um pouco mais de reflexão em relação aos novos achados arqueológicos ocorridos, tanto no contexto das pesquisas efetuadas para as obras do Rodoanel – trecho oeste, na altura do Pico do Jaraguá, cortando um trecho da Rodovia Anhanguera - do trabalho

⁵³ Amador Bueno, filho do Amador Bueno da Ribeira, tinha uma grande fazenda no Juquiri que herdada de seu pai (FINA, 1965, p. 49). No ano de 1664 foram convocados três homens das freguesias do Caguassum, São Miguel, Santo Amaro, Juquerí, Canceira, Fonte, Cotia, e Guarulhos para participar de uma eleição no Tremembé (alagado e baixo). A freguesia de Juquerí contava então com novos eleitores: Antônio Brito, Domingos Leite, Manoel Fonseca Osório, Manoel Rodrigues de Moraes, João Baroel, Francisco da Silva, Pedro Fernandes Aragonês, Antônio de Souza Del Mundo e Loureço Francisco.

desenvolvido por Robrahn-González (2006), como para os trabalhos efetuados por Juliani, em Guarulhos (1995). Juqueri e a Serra da Cantareira sediaram o ponto intermédio entre duas áreas de intensa mineração na passagem do século XVI para o XVII, ambas lideradas pelos mesmos personagens: Afonso Sardinha, pai e filho, e unidas pelo caminho do rio Juqueri.

Sabe-se que, entre os séculos XVI e XIX, a cobiça pelo enriquecimento rápido aliado ao desejo da Coroa portuguesa ensejaram uma busca frenética por ouro em inúmeras regiões da colônia. Na região de São Paulo, antes da localização dos veios auríferos em Minas, foram feitas explorações em toda a área que circundava a vila planaltina, sendo por fim localizadas em alguns pontos como na Serra do Mar, na região do Pico do Jaraguá⁵⁴ e Guarulhos. Modestas em comparação com as ricas minas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, as lavras paulistas tiveram certa expressão na economia colonial paulista e obtiveram certa atenção por parte da Metrópole portuguesa, em especial, considerando que o imposto real que recaía sobre os metais era de 20% (DEAN, 2010, p. 109), o que levou à vinda de uma Comissão para estudar as jazidas (ANJOS, 2008, p. 40) do Jaraguá e a instalação de uma Casa Real de Fundição de ouro no Pátio do Colégio, com a função de extrair o *quinto* e moldar as barras com o peso aferido.

A exploração, ao contrário do que ocorria na América Espanhola, onde as formações geológicas exigiam obras para a extração do ouro e da prata, era fácil e as lavras todas de aluvião. O ouro era encontrado nas areias e barrancos, nos leitos dos córregos, exigindo uma técnica rudimentar e poucos equipamentos: alguns pratos de madeira ou estanho, peneiras e poucas ferramentas. A presença destes pequenos depósitos no entorno da vila originou um tipo especial de penetração de fronteira, feita por exploradores chamados faiscadores ou garimpeiros. Especializados nesse ofício clandestino, atuavam mais comumente em bandos, para mútua proteção e sobrevivência, vivendo em parte com recursos da floresta e em parte como agricultores itinerantes (DEAN, 2010, p. 109-111). Era um empreendimento atrativo que se por um lado atraía a Metrópole e a elite colonial, por outro seduzia àqueles que nada possuíam.

⁵⁴ Knecht situa em *Ocorrências minerais do Estado de São Paulo*, de 1950, que algumas ocorrências de ouro já eram conhecidas antes de 1588-1597.

Os garimpeiros procuravam ser discretos, evitando patrulhas ou eventuais competidores. Eles escondiam a fumaça de fogueiras e montes de resíduos e procuravam reduzir sons de animais domésticos. Eram garimpeiros e meio lavradores que produziam alguns alimentos em roças próximas ao garimpo com o objetivo de se alimentarem. Era em si um empreendimento disperso, transitório, que não gerava vínculos sociais e econômicos mais estáveis.

Alguns destes primeiros campos auríferos estavam diretamente sob controle da Capitania, notadamente aquele aberto em algum momento após 1608 pelo primeiro Governador-Geral da Capitania do Sul e Administrador Geral das Minas Francisco de Souza, no monte do Jaraguá; outros eram explorados por jesuítas. Essas lavras valiam-se da assessoria de especialistas em mineração contratados na Alemanha, sendo que um deles foi assassinado em plena Colônia por mamelucos (DEAN, 2010, p. 111), e sua principal inovação técnica foi o desvio de córregos para a lavagem dos leitos.

Knecht (1950, p. 25) cita a obra *Viagem mineralógica pela província de São Paulo* de José Bonifácio Andrade e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrade, de 1885, que fala da viagem de ambos, em 1820, pela região, quando localizaram antigas lavras de ouro abandonadas na antiga estrada para Jundiá: as lavras de Quebra Pedra, Santa Fé, Ribeirão de Samambaia e Itaim. O autor também cita ter localizado na região outras escavações situadas nos ribeirões São Miguel e Laranjeiras, afluentes da margem esquerda do rio Juqueri, não estudadas neste trabalho e passíveis de ainda conterem sinais destas intervenções.

Knecht (1950) localizou algumas destas antigas lavras de ouro em São Paulo e suas imediações, como Santana de Parnaíba, Cajamar, Franco da Rocha, Caieiras, Guarulhos e Suzano. Segundo Robrahn-González (2006, p. 180), as pesquisas arqueológicas realizadas na região do Jaraguá, anteriormente percebidas por Knecht, permitiram localizar dois primeiros momentos da exploração aurífera no Brasil: uma primeira ligada à exploração do ouro de aluvião no leito dos rios, e um segundo, referente à exploração aurífera nas encostas das montanhas, através da lavagem de cascalho, como pode ser observado na gravura presente na obra de John Mawe *Lavagem de ouro no Jaraguá, perto da cidade de São Paulo*, de 1812.

Figura 36. Gravura de John Mawe *Lavagem de ouro no Jaraguá, perto da cidade de São Paulo*. (MAWE, 1978).

Os escravos escavavam degraus de cerca de um metro de profundidade, cortados nas encostas e a água desviada drenava sobre eles. A massa acumulada era misturada em uma vala no fundo e carregada manualmente para ser bateada em outro riacho desviado. (DEAN, 2010, p. 111). Mawe (1978, p. 69-70) assim descreve a extração quando passou pelo Jaraguá entre 1807 e 1809:

Depois de andarmos quatro léguas, chegamos às antigas minas de Jaraguá (...). O sistema de trabalho nestas minas, cuja denominação mais apropriada seria lavagem, é simples (...) o terreno é escavado em degraus (...). Em cada degrau, ficam seis ou sete negros, que, à medida que a água corre, colina abaixo, conservam a terra continuamente em movimento, com auxílio de pás, até que fique reduzida a uma água lamacente (...). Os trabalhadores estão sempre ocupados, na trincheira, em remover o cascalho e limpar a superfície (...). Depois de cinco dias de lavagem, a precipitação da trincheira é carregada para uma corrente apropriada, a fim de ser submetida a uma segunda purificação. Para esse fim, empregam-se recipientes de madeira, afunilados, com a abertura de dois pés e cinco ou seis polegadas de profundidade, chamados batéis (...). na lavagem de cada vaso (...) o outro obtido é muito variável, tanto em qualidade quanto no tamanho das partículas, algumas das quais tão pequenas que flutuam, enquanto outras atingem dimensões de pêras e não raro até maiores (...). Despertou-me profundamente a atenção a grnde quantidade de destroços ou refugos das lavagens de ouro, que jazem nos inúmeros montes e contém várias substâncias que me deram forte esperança de encontrar alguns espécimes interessantes e valiosos de turmalinas, topázios e outras cristalizações (...) Numa manhã muito cedo 9...) parti, acompanhado por dois ou três homens, munidos de picaretas e martelos, e que contratara para auxiliar-me.

Com base em inúmeros estudos pregressos, Robrahn-González (2006, p. 181) cadastrou diversas estruturas ligadas à exploração de ouro e identificou novas, distribuídas em cinco zonas de ocorrência:

- Zona 1: Morro do Corvo, reunindo vestígios de 10 cavas a céu aberto; 2 muretas de contenção em alvenaria de pedra seca; e um sítio histórico correspondendo a uma unidade de ocupação relacionada ao período minerador (habitação), com presença de vestígios materiais datáveis entre meados do século XVII e primeira metade do século XVIII (Sítio Corvo);
- Zona 2: Parque do Jaraguá, apresentando uma mureta de contenção de antiga estrada; dois pontos de extração experimental de minério; 2 cavas de mineração;
- Zona 3: Km 20 da rodovia Anhanguera, apresentando uma cava aberta na rocha;
- Zona 4: Ribeirão Santa Fé, apresentando uma cava a céu aberto;
- Zona 5: Km 23 da rodovia Anhanguera, apresentando um conjunto de 3 túneis em projeção horizontal e uma cava a céu aberto de grande extensão;
- Zona 6: Tanques de Afonso Sardinha, situados na Reserva Indígena do Jaraguá.

Figura 37. Quadro elaborado com base em Robrahn-González, E. O Programa Arqueológico do Rodoanel Metropolitano de São Paulo - Trecho Oeste: ciência, preservação e sustentabilidade social. In: *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo, 9º SR/IPHAN, 2005. p. 181.

Segundo a autora, estes vestígios, muitos de grande singeleza, constituem referência importante para a história da técnica e prospecção mineral no país, permitindo pressupor que as mais antigas evidências, datadas do final do século XVI, já tenham desaparecido, persistindo os vestígios da exploração ocorridos entre os séculos XVII e XIX, sem ser possível estabelecer uma cronologia mais refinada para a produção, tendo em vista a manutenção e perenidade das mesmas técnicas de lavra por séculos sem alteração, outrossim as evidências se distribuem por uma extensa área desde o maciço do Jaraguá, estendendo-se por uma região que vai desde as imediações do córrego Mutinga até o rio Juqueri, abarcando os municípios de São

Paulo, Osasco, Santana de Parnaíba, Barueri e provavelmente Franco da Rocha, até a extremidade norte dos desdobramentos da Cantareira, no município de Guarulhos⁵⁵.

De um lado o morro do Voturuna, localizado no limite entre os municípios de Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus e Araçariguama, também chamado de *Morro Negro*, ponto de partida da mineração em 1590, quando Afonso Sardinha, o Velho (e seu irmão), registrou ter descoberto ouro de lavagem⁵⁶, além de Jaraguá, Votorantim e Parnaíba. De outro, no município de Guarulhos, quando o mesmo Afonso Sardinha localizou, em 1597, outro veio na Serra do Jaguamimbaba - área que foi explorada até 1812. Consta também que, no início do século XVII, Geraldo Corrêa também descobriu ouro no rio Baquirivu-Guaçu, recebendo carta de Sesmaria em 1611.

Em Guarulhos, o Sítio Arqueológico do Garimpo do Ouro do Ribeirão das Lavras integra uma área de 45 quilômetros quadrados e constitui um relevante sítio para a compreensão dos métodos de mineração de ouro na colônia. Na região, chegaram a existir em torno de seis áreas de extração de ouro: bairro das Lavras (ribeirão das Lavras, afluente do rio Baquirivu-Guaçu), Catas Velhas, Monjolo de Ferro ou Lavras Velhas do Geraldo, Campo dos Ouros, Bananal e Tanque. Grande. (AZEVEDO, 2008, p. 30)

Até o momento, no âmbito deste trabalho, nada foi localizado associado à questão mineradora, contudo, considerando a presença de atividades de extração em pontos equidistantes ao conjunto da Serra - Maciço do Jaraguá e Guarulhos - é de se supor que a sua presença também tenha sido corrente na região, se não pela localização de veios auríferos pelos colonos, por tentativas de acerto e erro, podendo ter deixado registros materiais desta passagem, o que exigirá pesquisas futuras na área, procurando detectar cascalheiras, guapiaras, cavas, montes de rejeitos, túneis de prospecção, obras de engenharia hidráulica, caminhos pavimentados e assentamentos (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p. 181), mesmo não constando registros em documentos escritos.

⁵⁵ A construção da represa Paiva Castro, possivelmente, tenha forjado o desaparecimento de inúmeros registros destas intervenções, hoje submersas.

⁵⁶ O Morro do Voturuna foi tombado pelo CONDEPHATT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico em 1983.

No levantamento feito por Knecht, em 1950, é citada a presença de veios além do Jaraguá, em diversos pontos de Franco da Rocha, ainda não estudados pela Arqueologia, como o ribeirão dos Cristais, Itaim e córrego Jaguari⁵⁷, ampliando a área de intervenção e penetrando na Serra. Os colonos paulistas estavam bem preparados para reconhecer indícios da presença de ouro (DEAN, 2010, p. 111-112) e o desejo de burlar a Coroa seria a regra. A efemeridade da extração poderia deixar poucos indícios de seu registro, e por outro lado, grande parte dos afluentes do rio Juqueri foi inundada com a instalação da Represa Paiva Castro, na década de 1960, o que dificulta a comprovação desta hipótese.

Contudo, é fato que a vida da região do Juqueri aos poucos se articulou para a autossuficiência local, para a produção agrícola com vistas à exportação de excedentes e produção comercial para São Paulo, ofertando entre outras coisas o pouso para tropeiros e viajantes. A localização, nesta pesquisa, de dois imóveis com características *bandeiristas* e algumas inserções inovadoras neles como janelas de *canga de boi*, fachada frontal fechada e bases de pedra, além de uma dessas construções possuir telhado de duas águas, possivelmente datáveis da segunda metade do século XVIII, e a outra edificada em taipa de mão com estrutura básica de madeira, reforçam a hipótese de que o declínio da mineração em meados do século XVIII tenha levado antigos moradores enriquecidos a retornarem para Juqueri, bem como novos investidores, dedicando-se a novas formas de subsistência com destaque para a atração promovida pelo futuro ciclo da cana de açúcar, que deixará marcas no quadrilátero sorocabano e pode ter reverberado em pequena monta na região em meados do século XVIII.

Entre os anos de 1874 e 1880, a localidade tornou-se Distrito de São Paulo, e entre 1881 e 1888, de Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos, o qual surgiu como município somente em 1889⁵⁸. Um ano antes da emancipação, a São Paulo Railway (a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí) construiu a Estação do Juqueri.

⁵⁷ Ainda não foi possível realizar levantamento arqueológico na área citada, por esta se distanciar da região foco do trabalho: Serra da Cantareira.

⁵⁸ Lei Provincial nº 67, de 27 de março de 1889.

Arqueologia na Praça de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito

Durante o período de realização dos trabalhos de campo, nenhum vestígio foi localizado no local que, por outro lado, expôs a existência de um profundo aterro, decorrente das obras de implantação da extinta rodoviária e de um sistema de tubulações de esgoto para escoamento de águas pluviais (na parte superior da praça, um pouco abaixo, a 80 centímetros de profundidade). Mesmo no acompanhamento das obras de implantação das sapatas da nova capela nada foi evidenciado.

Figuras 38 e 39. Fotos da parte frontal e fundos da capela e área mais elevada. Local onde foram realizadas as sondas e que, até aquele momento dos trabalhos, não havia sofrido nenhuma intervenção. Fotografias do autor.

Figuras 40 e 41. Fundos da capela e exposição do solo ainda original com visão das fundações e algumas camadas. Fotografias com detalhes do corte efetuado e das fundações da capela. Fotografias do autor.

Os funcionários da Secretaria de Obras desconheciam qualquer histórico de intervenções no local, embora ressaltassem que lá tinha sido um aterro. A opção, no caso, foi a confirmação dos dados a partir de sondagens seqüenciais na área onde não havia ocorrido intervenção, seguindo a linearidade do terreno da capela em direção à Matriz, com intervalos de 5 metros de distância e sondagens de 1,30 cm, restringindo-se aos pontos de intervenção já abertos no piso.

Figura 42. Fotografia da Matriz. Coleção particular de Dona Angelina.

O levantamento histórico de fotografias feito no local com base em pesquisa e contribuição de pesquisadores e moradores da região permitiu entender as intervenções urbanas ocorridas na área. E fotografias também disponíveis na internet (*Google Earth*) facilitaram a leitura do local no decorrer do tempo.

Figura 43. Fotografia aérea de Mairiporã em data anterior à construção da Represa Paiva Castro. Imagem cedida pelo arquiteto Mario César Lopes do Nascimento.

Figuras 44 a 48. Fotografias da Praça de Nossa Senhora do Rosário em diversos momentos de sua história, sem datas. Material fotográfico cedido pelo arquiteto Mario Cesar Lopes do Nascimento.

Algumas fotografias documentam o uso mais recente da área como rodoviária do município, momento em que ocorreu o aterramento do local.

Figura 49. Fotografia aérea extraída do Google Earth e datada de 2004 com a antiga rodoviária.

Figuras 50 a 53. Imagens fotográficas da Praça de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito extraídas do Google Earth em 01 de fevereiro de 2012.

Figura 54. Croqui de trabalho da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Mairiporã com o posicionamento da nova capela. Fonte Secretaria de Obras.

Foram feitas cinco sondas lineares na parte frontal da capela. Dois pontos de sondas também foram feitos em meio ao asfalto da rua, em áreas abertas no momento das obras que circundavam a praça, procurando detectar áreas externas ao aterro. A primeira, na parte frontal da capela, distando 20 metros, a última, na parte dos fundos, distando 21 metros da capela. Em todas as sondagens foi registrado, a partir de 20 centímetros de profundidade, ultrapassando os resíduos de intervenção, solo avermelhado, externo ao local, sem a presença de qualquer tipo de artefato ou vestígio local. Na sonda S5, foram visualizadas algumas tubulações, o que confirmavam a intervenção anterior.

A Secretaria de Obras havia feito uma sonda em meio ao jardim, um pouco abaixo da capela, distando 5 metros da parte frontal, em seu lado direito. A sonda apresentou o mesmo padrão observado nas outras sondas. Aquela com 0,80 x 0,70, atingiu 1,30 m de profundidade e foi composta de 0,20 de aterro e até 0,70 centímetros de terra vermelha e a partir daí por uma terra de tom marrom escuro de características arenosas, sem a presença de qualquer tipo de vestígio.

Figura 55. Planta das sondas arqueológicas efetuadas na Praça de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Desenho de Gabriel Fernandes de Carvalho.

Figuras 56 a 61. Fotografias das sondas arqueológicas efetuadas na Praça de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Fotografias do autor.

Figura 62. Composição das sondas, com as respectivas camadas de solo, efetuadas na Praça de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Também foram feitos o acompanhamento da demolição da capela e a demarcação dos novos pontos de intervenção. Nesses pontos também nada foi encontrado. Foram 13 pontos de intervenção, com profundidades diversas que iam de 1,40 a dois metros e 80 centímetros de profundidade, sendo observados ao todo 21 pontos com sondas sem nenhum indício de vestígio. Como abordado anteriormente, esse fato não reduz a importância deste registro para novos trabalhos que venham a ocorrer na região.

Figuras 63 a 66. Fotografias dos trabalhos de acompanhamento realizados junto às obras da nova Capela a ser construída. Fotografias do autor.

O interesse pela área da Praça de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito deveu-se à reduzida intervenção urbana ou à ausência de intervenção mais recente no local, o que poderia ter mantido sinais relevantes para o resgate do passado, através dos vestígios materiais que resistiram ao tempo, de uma história que pode ser percebida em suas diversas dimensões, sejam elas locais, regionais e de relevo no contexto da economia e da sociedade colonial Planaltina, como também de suas relações com a metrópole distante, inserida no contexto da economia mercantil colonial. No entanto, os trabalhos arqueológicos efetuados neste local não ofereceram resultados positivos, registrados aqui não só como fator de documentação dos trabalhos efetuados, mas como expressão sincera dos resultados nem sempre positivos que os trabalhos de pesquisa arqueológica oferecem. Por outro lado, o levantamento do contexto histórico local referente ao século XVII e XVIII, destacando o significativo trabalho de Monteiro (2009), teve por objetivo reiterar a importância de continuidade das pesquisas na região, quiçá para a localização de antigas sesmarias do século XVII.

A região do vale do rio Juqueri e Serra da Cantareira são quase inéditos do ponto de vista dos estudos arqueológicos. Os estudos de Monteiro relevaram esta importância que poderá ser melhor reavaliada com as pesquisas a serem desenvolvidas durante as obras do futuro Rodoanel trecho norte. Por outro lado, novas pesquisas seriam bem vindas no município a partir de uma maior sensibilização do poder público local, mesmo considerando as grandes intervenções ocorridas na região com a construção da represa Paiva Castro e a ampliação da rodovia Fernão Dias. Neste sentido, um trabalho mais próximo com a SABESP também se faz necessário, tendo em vista parcela significativa do município estar sobre sua administração.

A seguir é possível observar a área original ocupada por inúmeras sesmarias no decorrer do século XVII na área conhecida por Juqueri e a atual configuração após a implantação da Represa Paiva Castro. Um estudo comparativo entre os mapas, bem como sobre a documentação da SABESP, procurando mapear quais áreas sofreram intervenção no processo de construção da represa e da estação elevatória, seria significativo para a continuidade dos trabalhos arqueológicos na região e, se possível, para a localização de vestígios de antigas ocupações dos séculos XVII e XVIII.

Figuras 67 e 68. Detalhe com o percurso do rio Juqueri. Folha Topográfica da Comissão Geográfica e Geológica, de 1906, na escala 1:100.000. Publicação Especial para a Secretaria da Justiça e Segurança Pública. Folha do Município da Capital.

O próximo capítulo trará dados sobre outro sítio, que embora ambicionado de ser localizado, também não logrou resultados positivos até o momento de conclusão desta pesquisa. Contudo, sua futura localização seria uma grande contribuição para os estudos de Arqueologia Histórica em São Paulo e, quiçá para o entendimento do processo de ocupação nas regiões periféricas de São Paulo e para as estratégias de funcionamento das antigas sesmarias no Planalto, por se tratar de uma das mais

antigas capelas rurais construídas na região: a Capela de Santa Inês, datada de 1625 e contemporânea à Capela do Aldeamento de São Miguel, datada de 1622.

2.2. A Capela de Santa Inês, século XVII

2.2. A Capela de Santa Inês, século XVII

Foi durante os levantamentos preliminares, a análise bibliográfica e as pesquisas de campo que se entrecruzaram informações sobre a existência na Serra da Cantareira de uma antiga capela erguida no ano de 1625 sob o orago de Santa Inês pelo português Salvador Pires de Medeiros em homenagem à sua esposa Inês Monteiro de Alvarenga. A mesma capela que porventura hoje se localiza no trecho final da Estrada de Santa Inês, no bairro de Vila Machado, um pequeno bairro rural situado na bifurcação da estrada que segue para Mairiporã, com saída para a Estrada do Morro Grande, em direção à Caieiras. Neste local, uma pequena capela de cor rosa, construída na década de 1970 ergue-se ao lado de alguns imóveis residenciais, uma escola, um pequeno comércio, além de um posto de saúde municipal e um campo de futebol, em área bem próxima à central da Estação Elevatória de Santa Inês, da SABESP.

A partir daí, inúmeras questões se colocaram para a pesquisa: como uma pequena capela de um bairro rural, localizada em outro município, teria dado nome a uma estrada e uma avenida que teria seu término na Avenida Voluntários da Pátria, há mais de 20 quilômetros de distância e em área bem próxima ao centro da cidade de São Paulo? Onde estaria a capela original do século XVII? Por que um ribeirão que nasce no alto da Serra também recebe o nome de Santa Inês? Por que outro bairro, situado também no alto da Serra recebe este nome?

Figura 69. Fotografia da atual capela de Santa Inês, situada no bairro de Vila Machado, município de Mairiporã - SP. Fotografia do autor.

John Monteiro, em *Negros da Terra* (2009, p.14-15), constrói um interessante mapa da região de São Paulo em fins do século XVII, citando as datas de fundação de inúmeras capelas, sempre associadas com grandes potentados rurais, posicionando-as como marcos da ocupação colonial e delimitadoras do poder político e econômico destes grandes proprietários. Entre essas capelas, consta a ereção das capelas de Nossa Senhora do Desterro⁵⁹ ou Santa Inês, em 1625 (uma das primeiras), e a de Nossa Senhora do Desterro, em Juqueri, em 1683.

A capela de Santa Inês surge na documentação como a única capela rural que não gerou em seu entorno uma ocupação colonial de relevo, como ocorreu com as demais, elevadas à freguesia, vilas e posteriormente cidades. As hipóteses para este fato podem ser muitas, contudo, a que mais se assevera é a sua localização em meio à serra, distante das rotas de penetração para o interior, tendo em vista que Parnaíba, no século XVII, e Juqueri, no XVIII, tenham se firmado como pontos de passagem para o sertão. A distância do rio Juqueri e dos caminhos tradicionalmente utilizados (ver mapa do Instituto Geográfico e Cartográfico de 1906, a seguir) talvez a tenha jogado no ostracismo ao lado do declínio do poder da família Pires, no final do século XVII, em contrapartida à manutenção do poder de seus principais adversários: as famílias Camargo e Bueno.

No mapa da *Commissão Gographica e Geologica*, localizado no Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC, foi possível identificar o ponto onde se situava a antiga capela, antes das obras de construção da Represa Paiva Castro (pertencente ao sistema Juqueri – Cantareira e da Estação Elevatório de Santa Inês). A localização foi confirmada por depoimento do Sr. Paulo Coelho, administrador da antiga capela entre as décadas de 1940 e 1970, e residente hoje em um pequeno sítio próximo.

⁵⁹ A devoção à Nossa Senhora do Desterro tornou-se bastante comum nos primeiros tempos da colonização. Ela representaria os colonos emigrados de Portugal que enfrentavam as vicissitudes de uma longa viagem até a colônia, bem como a vida em uma terra inóspita e desconhecida.

Figura 70. Detalhe do mapa da Comissão Gographica e Geologica. Publicação Especial para a Secretaria da Justiça e Segurança Publica. Folha do Municipio da Capital. Instituto Geográfico e Geológico. Escala 1:100.000. Acervo do IGC – Instituto Geográfico e Cartográfico, 1906.

A comparação desta cartografia com o atual mapa da área permitiu situar a antiga capela em local atualmente pertencente à SABESP, no ponto de captação de água para a estação elevatória. Após os devidos trâmites de autorização, chegou-se ao seu ponto original que, por um verdadeiro *milagre*, não sofreu impacto em decorrência das obras, excetuando a demolição da capela de tijolos datada de 1940, fato significativo considerando que toda a colina ao seu redor foi removida⁶⁰.

Figura 73. Fotografia do pequeno morro coberto de vegetação onde estava situada a antiga capela de Santa Inês, edificada em 1940 no lugar de uma antiga capela de madeira. De acordo com informações orais do Sr. Paulo Coelho de Moraes e de seus filhos Darci Bueno de Moraes e Jairo Bueno de Moraes, que quando crianças em 1971, brincavam neste lugar.

⁶⁰ Segundo o Sr. Paulo Coelho e seus filhos Darci e Jairo, a colina foi extraída para a passagem das máquinas durante as obras de construção da Estação Elevatória de Santa Inês. De acordo com o Sr. Darci, em depoimento no local da antiga capela de 1940, durante uma caçada na colina fronteiriça, na época em que era jovem, um saci sentou-se sobre o seu cachorro, motivo pelo qual sempre carregava um pouco de fumo.

Figura 74. Localização da capela de Santa Inês no contexto da Serra da Cantareira. Mapa Cartográfico Emplasa 1:10.000. Levantamento aerofotogramétrico. Sistema Cartográfico Metropolitano. Folha Parque Petrópolis. Índice de Nomenclatura SF-23-Y-C-III-4-SO-B, Mairiporã – SP, Folha 3432. Última atualização maio de 1985/Octubro de 1994.

No *Mapa Das Paróquias da Diocese de São Paulo*, datado de 1911 e depositado no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, é possível também precisar a sua localização⁶¹.

Figura 75. Localização da antiga capela de Santa Inês. Mapa Das Paróquias da Diocese de São Paulo. 1911. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Observar a localização da atual Serra do Ajuá, designação que advém do século XVII.

A fotografia a seguir da capela de 1940 foi conseguida entre os moradores mais antigos. Pertencente à coleção do Sr. Dito, retrata a parte frontal da capela por volta dos anos de 1970, antes de ser demolida.

⁶¹ A análise do *Mapa Das Paróquias da Diocese de São Paulo*, de 1911 permite ver que foi baseado no mapa do IGC, de 1906.

Figura 76. Fotografia da fachada da antiga Capela de Santa Inês. Acervo pessoal do Sr. Dito.

Durante a pesquisa, aventou-se a possibilidade de que a demolição de uma capela não teria uma relação direta com o resguardo e a proteção de suas imagens, pressupondo que a imagem de Santa Inês, presumivelmente exposta na capela, poderia ser uma imagem colonial de barro oriunda do século XVII. No entanto, a proposição não foi confirmada pelo depoimento do Sr. Paulo Coelho, que disse ser a imagem um presente oferecido na década de 1950, tendo em vista que a capela somente possuía uma imagem de papel emoldurada em um antigo quadro. A localização da pequena imagem de Santa Inês, aquela que não era utilizada nas procissões, foi realizada na sede da entidade *Arautos do Evangelho*, pois a mesma estava em processo de restauro. Tratava-se de uma imagem de gesso que confirmou a informação do Sr. Paulo e fez declinar da hipótese de se localizar a antiga imagem da capela⁶².

⁶² Foram feitas novas tentativas de localização da imagem junto à Matriz de Mairiporã, à Cúria de Bragança Paulista e junto ao Museu de Arte Sacra de São Paulo, todas sem resultado. O Museu de Arte Sacra de São Paulo informou, inclusive, não possuir nenhuma imagem desta devoção em seu acervo.

Figuras 77 e 78. Imagem de Santa Inês pertencente à capela de Santa Inês. Fotografia feita no Seminário dos *Arautos do Evangelho*, no bairro Parque Santa Inês, com a cortesia do missionário Diego. Trata-se de uma imagem de gesso com 52 centímetros de altura.

A próxima etapa foi a realização de sondas na área da antiga capela de 1940, procurando evidenciar sinais de antigas ocupações e, porventura, fundações de construções, como da antiga capela do século XVII, erigida por Salvador Pires de Medeiros. Colaborava para esta hipótese a informação do Sr. Paulo Coelho de que outrora existia exatamente no mesmo local uma capela de madeira, o que reiterava a proposição de sucessivas reconstruções naquele espaço.

A Capela de Santa Inês e a Sesmaria de Salvador Pires de Medeiros e Inês Monteiro de Alvarenga

O trabalho de pesquisa sobre a capela de Santa Inês tinha por objetivo localizar traços não só da antiga capela, mas da sesmaria de Salvador Pires de Medeiros e Inês Monteiro de Alvarenga ou de outras que tivessem sido edificadas no local no decorrer dos séculos. Entretanto, até o fechamento da pesquisa não foram encontrados vestígios de edificações, embora a sua relevância exija um maior aprofundamento, tendo em vista a importância de sua localização para a compreensão do processo de assentamento colonial na região nos primeiros séculos de ocupação.

É por intermédio da *Nobiliarquia Paulistana histórica e genealógica*, de Pedro Taques de Almeida Pais Leme, obra clássica do século XVIII, que se conhece um pouco da história de Salvador Pires de Medeiros, que, junto com seu irmão João Pires, constituíram-se nos maiores produtores de trigo de São Paulo, na primeira metade do século XVII. Sua sesmária situava-se numa área bem ao norte da vila de São Paulo, no vale do rio Juqueri, nas franjas da Serra da Cantareira, num local denominado Ajuá⁶³, ponto sede desta pesquisa.

Foi com Salvador Pires de Medeiros que surgiram as primeiras informações históricas sobre a ocupação humana na Serra da Cantareira, mais precisamente no dia 26 de dezembro de 1610, quando ele, patenteado capitão da gente, recebeu a doação de uma sesmária do loco tenente, capitão e governador Gaspar Conqueiro, delimitada a partir da margem direita do rio Anhembi, sertão adentro, subindo a Serra da Cantareira e seguindo até as margens do rio Juqueri⁶⁴. Ele era paulista, de origem portuguesa, sertanista conhecido da família Pires. Era nascido antes de 1590 e falecido antes de 1642, patenteado capitão de ordenança da gente de São Paulo pelos anos de 1620 e reconhecido como um dos colonos mais influentes da vila, *como pessoa dos principais da terra*, conforme declarado na sua patente, registrada na Câmara de São Paulo. A patente foi recebida por tomar parte na bandeira de Nicolau Barreto, em 1602, e na de Antônio Raposo Tavares, em 1628, ao Guairá, na qual levou seus três de seus filhos, entre eles o Capitão-mor Bento Pires Ribeiro.

Salvador Pires ocupou vários cargos civis e sabe-se que foi filho de Salvador Pires, homônimo, o mesmo que participou das primeiras expedições contra os índios e que foi procurador do Conselho em 1563 e juiz ordinário em 1573, morrendo em 1592. Filho de Mécia Fernandes⁶⁵, a filha de Bartolomeu Bueno, a quarta mulher de Pires e tronco de inúmeros filhos (TAUNAY, 2003, p. 393). Ela era neta de Antônio Rodrigues,

⁶³ A designação Serra do Ajuá ainda persiste nos mapas, designando a primeira serra a se descortinar na elevação abrupta da Cantareira. É possível observá-la no Mapa Das Paróquias da Diocese de São Paulo. 1911. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

⁶⁴ Neste documento também consta a doação de uma sesmária com extensão de uma légua de terra em quadra (36 km²), próxima à cachoeira do Jatuahi, Patuaí ou Jatuaí, em Sorocaba, da primeira volta do rio Tietê acima da cachoeira para o rio abaixo da banda de Araçoiaba.

⁶⁵ O seu nome aparece também como *Messia*, *Mécia-Açu* e também *Messiaçu*. *Messia e Assú*, no Tupi, Grande.

antigo morador de São Vicente, companheiro de João Ramalho e de uma índia filha do cacique Piquerobi (TOLEDO, 2003, p.126).

Pelo que se sabe Salvador Pires⁶⁶, seus filhos e genros desbravaram uma gleba de terras e abriram uma picada na mata, atravessando o obstáculo alpino da Cantareira até às margem do atual rio Juqueri, estabelecendo-se nos altos da Serra do Ajuá⁶⁷, onde edificou uma fazenda de grandes proporções, com grandes lavouras e algumas centenas de índios administrados. Era uma verdadeira *land-lords*, nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda (1975), onde cultivava vinha, obtendo todos os anos abundante e excelente vinho. Consta que a fazenda foi bastante florescente em 1682, recebendo possivelmente acréscimos de outras terras no Vale do Rio Juqueri.

Segundo Taunay (2003, p. 379), os *land-lords* eram latifúndios afazendados ou grandes sesmarias que existiam em torno da Vila de São Paulo, governados pelos homens bons locais e com mão de obra indígena apresada, com foco no cultivo de trigais e milharais, no plantio de feijão e algodão, fabrico de farinha de mandioca e marmelada, de chapéus de feltro grosso e de baeta e na criação de grandes rebanhos, com o usufruto dos índios.

Salvador Pires casou-se na Matriz de São Paulo com Inês Monteiro em 27 de junho de 1638, tendo 10 filhos: Alberto Pires, Maria Fernandes Pires, Antônio Pires de Medeiros, Isabel Pires de Medeiros, Maria Pires de Medeiros, Ana Pires de Medeiros Ribeiro, Bento Pires de Medeiros, Maria Pires Fernandes, Salvador Pires de Medeiros e João Pires Monteiro.

Em um registro em nome de Ignez Monteiro (FINA, 1965, p. 74-75) ela faz um pedido de terras. Em sua petição ela dá a descrição do perímetro da área solicitada situada nos campos do Juqueri, margeando o rio Juqueri:

⁶⁶ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanista do Brasil*. Séculos XVI, XVII e XVIII. São Paulo, 1954. Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo. LEME, Silva. Genealogia... v. II 1903. p. 123. Anais do Museu Paulista. v. II, p. 245. ELIAS Jr. História de São Paulo. Cit. 298.

⁶⁷ A Serra do Ajuá também aparece como *Ajunhá*, *Ajuá* ou *Ajuhá*. A descrição de sua presença no alto da serra, bem como o aparecimento de um bairro de Santa Inês no topo da serra fizeram com que a pesquisa elencasse este local como o primeiro ponto a ser pesquisado. No entanto, até o fechamento deste trabalho nada foi localizado nesta área.

...nas cabeceiras de Bartolomeu Bueno⁶⁸, o velho, e dos filhos de Jaques Felix que Deus tem. [O espaço em branco permite entender que seja esta a redação do trecho seguinte:] pelo rio Juquery correndo da banda de cima pelo (caminho), de Salvador Pires o velho que Deus tem que é ao norte e quarta do noroeste, fazendo quadra da dita légua pelo rio abaixo e havendo alguma crescença mais de terras. (FINA, 1965, p. 74-75).

No documento, o escrivão continua o despacho e atende ao seu pedido:

...também lhe fizessemos mercês dela e outrossim me pedia seu filho Salvador Pires de Medeiros e seu irmão Antônio Pires, meia légua de terra partindo com a dita sua mãe, da banda do rio abaixo as cabeceiras de Sebastião de Freitas e as de Francisco de Figueiredo na ilhargia de sua mãe Ignês Monteiro ou o que houvesse de terras até os campos de Juquery, porquanto eles eram casados e não tinham terras para as suas lavouras. (FINA, 1965, p. 75).

Em outro processo é citado o nome de Inês de Alvarenga. Trata-se do processo em que Joana do Prado, levou, em 1680, a viúva de Salvador de Oliveira à justiça colonial, pedindo uma indenização de 300 mil réis por Oliveira ter invadido sua propriedade *forçosamente derrubando matos maninhos de boas terras plantando nelas algodoais, searas, roças de milho....* Joana do Prado justificou esse valor, na verdade pouco comum na época, *por serem as melhores terras que há no distrito e perto da vila.* Realmente, ela era dona de uma gleba com 2.200 metros de frente no bairro do Juqueri, situada entre as prósperas fazendas de Oliveira e da *matrona* Inês Monteiro de Alvarenga⁶⁹.

Qualquer um que passasse pelo caminho que levava aos sertões margearia as terras destes importantes potentados locais, oriundos das grandes famílias do período: os Pires, os Bueno e os Camargo. A riqueza dos Pires oferece um bom exemplo da ascensão, consolidação e declínio de uma destas grandes famílias. Na primeira metade do século XVI, os irmãos Salvador Pires de Medeiros e João Pires surgiram como os maiores produtores de trigo em São Paulo, ocupando a área que, no futuro, seria conhecida como Juqueri. O montante ou reconhecimento de sua riqueza era tal que, em 1625, ambos receberam ordem da Câmara Municipal para contribuírem com o

⁶⁸ Salvador Pires de Medeiros doou, com sua mulher, a Bartolomeu Bueno, as terras que herdara de seus pais, em escritura de 1625.

⁶⁹ Auto Cível no Arquivo do Estado.

conserto da ponte sobre o rio Tietê, o que costumeiramente era exigido para aqueles que a danificavam, em virtude do grande uso da ponte, seja para a passagem de escravos índios transportando mercadorias para o litoral ou de rebanhos.

A riqueza da sesmaria do Juqueri, medida em terras e índios, foi transferida para a geração subsequente nos moldes usuais de reprodução da riqueza rural do período. Os dez filhos de Salvador Pires e Inês Monteiro não receberam parcelas iguais na repartição da propriedade, apesar da existência de leis de herança essencialmente igualitárias. O filho mais velho, Alberto Pires, casou-se com uma jovem Camargo, numa tentativa malsucedida de conciliação entre as duas famílias que mantinham uma grande rivalidade na segunda metade do século e, provavelmente, permaneceu no bairro até ser assassinado. Das cinco filhas, três se casaram com dotes consideráveis, estabelecendo, assim, a base para grandes propriedades com amplos plantéis de cativos índios. Outros dois filhos foram favorecidos com terras e índios, deixando eles próprios posses acima de 150 cativos quando de suas mortes na década de 1660. O mais jovem, João Pires Monteiro, seguindo o exemplo do pai, exerceu o posto de capitão do bairro na década de 1660.

A partir da década de 1650, os conflitos entre as duas famílias chegaram a níveis extremos, ultrapassando os confrontos ocorridos na Câmara e entre personalidades isoladas, como o assassinato de Pedro Taques, caracterizando uma verdadeira guerra na vila de São Paulo. Os embates se sucediam continuamente envolvendo não só os familiares, como famílias simpatizantes, agregados, além dos índios de ambas as famílias. Era o momento em que a população indígena havia chegado a níveis muito elevados em relação à população de colonos como decorrência das expedições de apresamento ocorridos em momento anterior. Um dos acontecimentos mais marcantes foi a destruição da sede rural de Inês Monteiro de Alvarenga, na Serra da Cantareira, considerada uma das maiores daqueles tempos.

Segundo Monteiro (2009, p. 197), ainda em 1679, os descendentes de Salvador Pires e de Inês Monteiro ainda continuavam a contribuir com o bairro do Juqueri de maneira expressiva. Nele, os residentes mais ricos – uma filha de Salvador Pires e o filho desta – colaboravam com quase 54% do donativo real total da localidade. Isabel Pires de Medeiros, registrada como Isabel Gonçalves, viúva de Domingos Jorge Velho

(não o mesmo que chefiou as campanhas contra Palmares), pagou a contribuição significativa de 6\$720, enquanto seu filho, o capitão Salvador Jorge Velho, contribuiu com 8\$500. Ao que parece, este Salvador Jorge ficou ainda mais rico poucos anos depois, quando, morrendo sua sogra-madrinha, herdou 560 índios.

O bairro vizinho de Antonio Bueno, também denominado Juqueri, teve um desenvolvimento semelhante ao Juqueri de Salvador Pires. As origens do bairro remontariam a 1627, quando da concessão de uma sesmaria a Amador Bueno da Ribeira, que pediu duas léguas de terras no Campo de Juqueri para acomodar sua grande família. A doação partia das margens do rio Juqueri e estendia até Atibaia, incorporando inclusive uma aldeia indígena sob a chefia do índio Maracanã. Parece pouco provável que o próprio Amador Bueno tenha ocupado a sesmaria, já que ele deve ter permanecido em sua extensa fazenda de trigo em Mandaqui, onde, com o trabalho de centenas de cativos guaranis trazidos do Guairá por seus filhos nas expedições de 1628-32, *tinha todos os anos abundantes colheitas de trigo, milho, feijão e algodão*. O fato de o bairro ter o nome do segundo filho de Amador Bueno, Antonio, parece confirmar, segundo Monteiro (1994), que o dono original nunca ocupou suas terras. Provavelmente, conforme se constata na petição da sesmaria, havia adquirido a terra para a exploração futura de seus filhos e genros.

De fato, dos nove filhos de Amador Bueno, sete estabeleceram unidades de produção no citado bairro. A primeira ocupação maciça da área começou apenas na década de 1650, sendo beneficiada pelas expedições de apresamento que naquela altura varreram a região. Sem dúvida, a consolidação do bairro deu-se a partir da grande expedição de apresamento de 1666, ocorrida sob a liderança do capitão-mor Jerônimo de Camargo, que pouco tempo depois estabeleceu próspera propriedade em Atibaia, com seiscentos índios e uma elaborada capela. Outros participantes na empreitada foram Francisco Cubas Preto, Salvador de Oliveira, Bartolomeu Fernandes Faria, Amador Bueno, o moço, Antonio Bueno, Baltasar da Costa Veiga, genro de Amador moço, e Mateus de Siqueira, todos senhores de vastas posses de cativos índios e residentes proeminentes do bairro em 1679. (MONTEIRO, 2009, p. 114 e 197).

Contudo, a Juqueri que iria surgir em meados do século XVII (freguesia em 1640) não era a Juqueri de Salvador Pires de Medeiros, nem a do bairro de Antonio

Bueno, que aparece na lista de donativo real de 1679 pelas zonas rurais do termo de São Paulo, mas uma terceira denominada como parte de Atibaia-Votorantim. (MONTEIRO, 2009, p. 191-192). Este fato estimula a tentar estabelecer uma hipótese de localização para estas três áreas, considerando-se que as terras de Antônio Bueno se situaria no *Campo de Juqueri*, as de Salvador Pires de Medeiros, na Serra do Ajuá, e a atual Mairiporã, antiga Juqueri, estaria estabelecida no local denominado Atibaia-Votorantim na lista de donativo de 1679, cuja extensão poderia ser definida hoje como sendo da Serra do Votorantim, local de instalação do antigo engenho de *Buturantim*, caminho para as minas, a ser estudado no capítulo 2.4. *A Fazenda dos Fagundes*.

Deve-se frisar que a designação *Juqueri*, como abordado no capítulo anterior, referia-se a uma ampla área existente que contornava o vale do rio Juqueri até a Serra da Cantareira, até a formação de um bairro com características mais formais, a partir da ereção de uma capela ladeada por casario, e com espaços de sociabilidade coletiva para a comunidade residente em áreas próximas, gerando a conformação de uma localidade específica, a exemplo do que aconteceu com *Piratininga*, que embora referenciado em inúmeros documentos, nunca especificou uma localidade definida, caracterizando-se mais como uma área ao norte da vila de São Paulo, entre a bacia do rio Tietê e a Serra da Cantareira (FINA, 1965).

Segundo Monteiro (2009, p.121), os Pires, Bueno e Camargo dominaram diferentes bairros rurais ao norte da vila de São Paulo. A correlação entre produção de trigo, posse de cativos índios e concentração de riqueza tornou-se evidente nas listas do donativo real, compostas nos anos de 1679 e 1682, estudadas por ele e que indicam a riqueza desigual destas famílias no conjunto da população rural. No termo de São Paulo, dentre os 10% de moradores mais ricos, metade pertencia às famílias Bueno e Camargo. No entanto, os anos de 1650 foram marcados pela ruptura desta camada dominante, concretizada no conflito entre os Pires e os Camargo. (MONTEIRO, 2009, p. 177).

Figura 79. Localização das três áreas definidas como Juqueri nos documentos coloniais, conforme apontado por Monteiro (2009). Deve-se considerar que o termo Juqueri pode ter designado uma ampla área territorial no contexto do vale do rio Juqueri e Serra da Cantareira até a criação da freguesia em 1640 com a mesma designação.

Uma das principais fontes de luta entre as famílias foi a formação do bairro do Tremembé, onde os interesses dominantes defrontaram-se na década de 1640. A trajetória deste bairro ilumina o declínio dos Pires e a ascensão dos Camargo. O bairro que, antes era um dos principais centros de produção de trigo, foi reduzido, em 1679, a uma produção marginal de gado, com a maioria dos colonos vivendo à sombra da fazenda jesuítica de Santana⁷⁰. Os principais responsáveis pelo desenvolvimento de Tremembé foram, de um lado, João Pires, cuja distribuição de lotes estabeleceu uma

⁷⁰ Em 1673, os herdeiros de Inês Monteiro de Alvarenga, descendentes dos Camargo fizeram a doação de uma sesmaria localizada onde é hoje Santana ao Colégio da Companhia de Jesus: A Fazenda do Tietê ou Fazenda Santana. Aparentemente Inês de Alvarenga possuía terras na Vila Maria, fazendo fronteira com Guarulhos, Jundiaí e Serra da Cantareira. Em meados do século XVIII, a Fazenda Santana tornou-se a mais importante de toda a região norte da cidade, possuindo cerca de 300 cabeças de gado bovino, dez cavalos, fornecendo não apenas leite para a cidade, mas também mandioca, legumes e frutas. Nela moravam e trabalhavam cento e quarenta escravos e havia carpintaria, casa de ralar mandioca, de descaroçar algodão, pilões, fornos, além de arados e muitos equipamentos de cultivo da terra, o que se explica pelo tamanho da fazenda, que ia da estrada de Jundiaí, à várzea do Tietê, chegando ao Mandaqui, Tremembé, Aguarai e à Serra da Cantareira. Em seu imóvel, no século XIX, residiram os irmãos Andrada (2001: 97).

base firme para o povoamento efetivo do bairro e, de outro, Amador Bueno da Ribeira, cuja fazenda e moinho de trigo do Mandaqui se transformaram numa das principais unidades agrícolas de São Paulo. Na época do donativo real, no entanto, os herdeiros de João Pires tinham pouca expressão em Tremembé, sendo que os Camargo controlavam boa parte da riqueza do bairro. Estes últimos, por meio de alianças com Amador Bueno, tiveram como seu principal representante local o capitão Marcelino de Camargo. Inicialmente, o irmão de Marcelino, Francisco de Camargo, havia se casado com uma irmã de Amador Bueno, estabelecendo uma valiosa propriedade de trigo e chegando a ser um dos mais ricos senhores de moinho da capitania. Quando Francisco faleceu sem deixar herdeiros diretos, em 1672, a fazenda passou para Marcelino, que a conservou até a sua própria morte, em 1684. (MONTEIRO, 2009, p. 200-201).

Um aspecto importante e não observado pelos historiadores é que João Pires, possuidor de terras em Tremembé, abriu no passado uma picada na mata ao lado de seu irmão Salvador Pires, até o outro lado da Serra, na Serra do Ajuá, nome que permanece até os dias de hoje, imbricando-se com o termo Cantareira (além de Piracaia). O único caminho ainda hoje existente e que perfaz este mesmo trajeto é a atual Estrada de Santa Inês, um antigo traçado que permaneceu sem grandes investimentos públicos até os anos de 1970, atendendo um trânsito mais local de sitiantes e pequenos roceiros. Naquela data, passou a servir como via para o transporte de materiais e trabalhadores para a futura estação elevatória de Santa Inês. Seria assim o mesmo caminho que levaria os integrantes da família Pires até a sua sesmaria com sede rural e capela distante no Juqueri, margeando o pequeno ribeirão homônimo, no caminho de Santa Inês. Por outro lado, durante a pesquisa, ao buscar levantar antigas sesmarias que porventura estivessem próximas ou situadas no percurso da atual Estrada da Roseira, aventou-se a possibilidade de que a atual estrada da Roseira, outra via que corta a serra e situada mais ao norte poderia ser um antigo caminho utilizado pela família Camargo. José Ortiz de Camargo possuía uma grande sesmaria, situada nos limites entre São Paulo e a vila de Juqueri. Assim, defende-se a hipótese de que o conflito entre os Pires e os Camargo possa ter levado à abertura e apropriação destas vias de penetração ao norte da cidade, cabendo a estrada de Santa Inês ser um caminho somente utilizado pela família dos Pires e colonos próximos em

oposição ao da Roseira, aberto e utilizado pela família dos Camargo (e Bueno) e outros colonos amigos, atuando como rotas seguras ao trânsito de ambas as famílias no caminho para o sertão⁷¹, o que de fato evitaria emboscadas e assassinatos entre ambas as famílias, já que tanto José Ortiz de Camargo quanto seu irmão Marcelino de Camargo possuíam terras na região. Este último, inclusive, possuía terras no Tremembé (FINA, 1965, p. 89).

Grande parte da riqueza, poder e prestígio destas famílias assentavam-se nos bairros rurais. Do ponto de vista administrativo, o bairro representava pouco mais que um mero apêndice rural da vila, com a finalidade de proporcionar uma estrutura organizativa capaz de atender necessidades coletivas de seus moradores. Assim, cada bairro tinha sua própria estrutura interna, sobretudo durante o período colonial, quando o mercado urbano era pequeno e a dominação da cidade sobre o campo era inexpressiva. Estes bairros comportavam constelações de sítios rurais mais ou menos articulados entre si, servindo como unidades de produção que variavam bastante em termos de tamanho. As maiores unidades de produção eram comandadas pelos moradores mais ricos e prestigiosos, os quais se atribuíam a função de capitão do bairro, como era atribuído à família Pires, refletindo no político o poder econômico (MONTEIRO, 1994, p. 190-191).

Os maiores proprietários de terras instituíam nas suas propriedades capelas rurais, as quais serviam como polos para as atividades religiosas e recreativas do bairro. A fundação de uma capela constituía evento importante, pois, de modo geral, reforçava o prestígio social e a autoridade econômica de seu fundador. Historicamente, o papel do instituidor era assumir os custos materiais da organização do culto, na verdade a única maneira de a Igreja estender-se para a população rural na Colônia. Na São Paulo seiscentista, com poucas exceções, a fundação de uma capela estava associada à presença de um número considerável de índios. A própria organização espacial das capelas espelhava a divisão social, com as áreas centrais e laterais reservadas para os homens livres, destacando-se uma ampla área em torno da porta de entrada para os escravos e índios que desejassem *espiar os santos*. Dependendo

⁷¹ Hipótese considerada em conversas com o historiador Sr. Pedro Thomaz Pereira, memorialista e bibliotecário de Mairiporã, SP.

do subsequente desenvolvimento econômico e demográfico do bairro, diversas dessas primeiras capelas tornaram-se capelas com padre fixo e, em alguns casos, viraram sedes de freguesia (HOONAET, 1979, p. 292-294 apud MONTEIRO, 2009), o que não ocorreu com a Capela de Santa Inês, relegando-a ao esquecimento.

Figura 80. Mapa do século XVIII. Observar o aparecimento de um novo caminho pela Serra da Cantareira ao lado do antigo caminho dos Goiaz, o *Peabyru*, e que a bifurcação dos caminhos ocorre após o rio Tietê, provavelmente no caminho da Ponte Grande, em direção à Santana. Detalhe do Plano da Costa, desde Sancta Catharina, thé a Ilha Grande, em que compreende a Camp^a de S. Paulo, a huma parte de Minas Geraes, e Goiaz. Ilustração da Coleção da Biblioteca José Mindlin. s.d. [século XVIII]. Fonte: ROCHA, A. A.; COSTA, José P., 1978, p. 92-93.

Inúmeros fatores podem ter contribuído para isso. Desde a decadência econômica e política dos Pires e de suas fazendas de Juqueri e Tremembé na segunda metade do século XVII, levando ao declínio do caminho que cortava a serra e as unia, bem como a distância da capela do caminho que margeava à subida pelo rio Juqueri no

caminho para o sertão em direção à Atibaia e Guarulhos, aliada à intensificação do uso do caminho dos Camargo rumos à Mairiporã, serpenteando por sobre as colinas da face norte da cidade em pleno século XVIII, em decorrência do florescimento da mineração, tornando Juqueri um importante entreposto de comércio local. Afinal, foi no final do século XVII que São Paulo e seus arredores deixaram, paulatinamente, de gerar expedições desbravadoras e de apresamento, cedendo lugar a uma posição de entreposto para tropas, viajantes e suas mercadorias advindas de todas as regiões. Foi o momento em que antigas picadas na mata, caminhos indígenas e de passagem de gado, passaram a servir de base para uma malha intrincada de caminhos e rotas (ZANETTINI, 2005, p. 66).

Arqueologia na Capela de Santa Inês

A Capela de Santa Inês, localizada hoje em área pertencente à SABESP, foi construída na propriedade do Sr. João Bueno, nas terras que teriam pertencido no passado a José Cardoso. Seu filho Candinho Bueno ou Antonio Bueno de Moraes, figura conhecida entre os moradores locais, herdou a propriedade de cerca de 1.000 m² e assumiu a administração da capela ao lado de seu sobrinho, o Sr. Paulo Coelho de Moraes. Ao lado da capela, Antonio Bueno possuía uma venda, conhecida como *Armazém do Candinho Bueno*, e uma olaria, fechada em 1976.

Na década de 1940, Candinho e Paulo Coelho construíram uma nova capela em tijolos, substituindo a antiga feita em madeira. O Sr. Paulo Coelho, hoje com 87 anos, administrou a capela por mais de 30 anos, passando os seus cuidados para Dona Maria Tereza, moradora local e dona de uma mercearia, nos anos de 1970. No local, também existia um sino, construído por seu tio em uma torre de madeira, que, segundo o Sr. Paulo, foi quase roubado em certa noite de 1954 em que desapareceu uma cartucheira. Também havia um cemitério, um velho cruzeiro e quatro coqueiros, além de um salão de festas onde ocorriam as principais festividades da comunidade, um grande casarão pertencente ao Candinho e algumas casas. Era um espaço de sociabilidade e convivência. Os moradores jogavam malha e havia a presença do Pe.

Roberto. Em uma grande várzea nos fundos da capela, funcionava uma olaria que produzia tijolos, levados para São Paulo no lombo de mulas. Hoje funciona ali um campo de futebol.

Figura 81. Estudo de reconstrução tridimensional da antiga capela construída em 1940 e demolida nos anos de 1970 para sediar a Estação Elevatória de Santa Inês, local onde ocorreram as intervenções arqueológicas para detectar antigas construções outrora existentes no local. Desenho de Gabriel Fernandes de Carvalho.

As mulas, que aos poucos foram cedendo lugar às caminhonetes e caminhões, passavam pela estrada recolhendo a produção dos sitiantes locais: cebolas, batata doce, carvão e lenha, levando-a até a cidade.

Na documentação da SABESP consta a compra da propriedade de Cândido Bueno de Moraes, na margem direita do ribeirão Santa Inês, em 1978, para a construção da Estação Elevatória de Água ESI – Sistema Juqueri. A SABESP, segundo o Sr. Paulo Coelho, pagou cerca de 40 contos de réis para o Candinho e cinco contos para a Mitra Arquidiocesana de Bragança Paulista. No documento, consta também escritura de benfeitorias pagas à Mitra por uma capela existente na área, de propriedade de Cândido Bueno de Moraes⁷².

⁷² Datado de 29.08.1978. Controle de Cadastros – CJP CAD-0119/008 Bairro de Santa Inês. CRI 2º de São Paulo. Tr. 3.105 e 2.057. Desapropriação em 29.08.1978. Na documentação da SABESP constam no Controle de Cadastros – CJP na área próxima a capela. A propriedade 119/08, matrícula 5663, para a área da antiga capela. Na área da entrada da Estação Elevatória 119/004, matrícula 5569. Na curva 119/001, matrícula 4644. Na área do morro frontal proprietário 119/009, matrícula 5497. O Sr. Paulo

A área de localização da antiga capela ficou limitada a um pequeno morro, situado na bifurcação da Estrada de Santa Inês, que vai para o Município de Mairiporã, e da Estrada do Morro Grande, que vai para Caieiras. O local é considerado de segurança para os funcionários da SABESP por ser o ponto de captação de água para a estação elevatória, não sendo mais lembrada como local da antiga capela.

Como estratégia de pesquisa, foram delimitados alguns pontos para sondas, no entanto, logo após o primeiro ponto, foi elaborada uma nova proposta, já que se percebeu que além de algumas ruínas perceptíveis no local, todo o piso da antiga capela ainda estava intacto abaixo de uma camada de sedimentos de 10 centímetros.

Figuras 82 e 83. Registro de evidência e ruínas da antiga capela em meio à vegetação presente no topo do pequeno morro. Fotografias do autor.

Como medida de segurança, antes das primeiras sondas, foram feitas entrevistas com a família do Sr. Paulo, no sentido de estreitar os principais pontos de prospecção. A medida se mostrou bastante acertada por permitir: entender melhor a espacialidade da área, estabelecer a localização precisa dos antigos imóveis outrora existentes, perceber por onde passava a antiga estrada de Santa Inês antes existente no local, e entender os motivos para a intensa movimentação de terra e a extração de grande parte do morro onde estava situada a capela.

Coelho fala em contos de réis recebidos da SABESP em período em que a moeda corrente era o cruzeiro.

Figura 84. Planta baixa da distribuição dos imóveis, com a inclusão da capela, segundo o depoimento dos filhos do Sr. Paulo Coelho, Darci e Jairo.

A entrevista gerou apreensão, pois confirmou que as intervenções feitas pela SABESP na área, nos anos 1970, foram de grande envergadura, gerando intensa movimentação de terras e alterando irremediavelmente a paisagem. Geraram um impacto possivelmente irreversível nos recursos arqueológicos locais. A estratégia então adotada foi a delimitação do piso da antiga capela de tijolos de 1940 a partir do acompanhamento do solo e sondas sucessivas de 1,30 metros de profundidade, procurando evidenciar todo e qualquer registro de vestígio material, perfazendo um total de 8 sondas em dois níveis de solo (topo e base do pequeno morro). Em todas elas nada foi localizado, com exceção de alguns botões, um cartucho deflagrado e alguns fragmentos de vidro, tijolos e telhas nas sondas S1, S2, S4 e S5. As sondas realizadas no pequeno morro apresentaram uma textura de solo avermelhado sem características de intervenção pregressa.

Figura 85. Planta baixa da capela de Santa Inês com as diversas sondas realizadas. Registro do piso e da área da capela original de 1940. Desenho de Gabriel Fernandes de Carvalho.

Somente o pequeno morro, onde estão a capela e dois pequenos morretes sobrepostos a grandes blocos de rocha, sobreviveu às obras da Estação. Toda a área restante foi removida. As sondas feitas em pontos mais baixos, em torno de 3 metros de altura, no sopé do pequeno morro, apresentaram solo com textura de aterramento, composto de maior quantidade de areia com tonalidade acizentada e ausência de vestígios.

Figuras 86 e 87. Sondas S1 e S3 efetuadas no topo do morro. Fotografias do autor.

O material arqueológico extraído das sondas S1, S2, S4 e S5 apresentaram características que permitem datá-lo na década de 1970, período de demolição da capela. Localizados entre 10 e 30 centímetros de profundidade, por suas características endêmicas e pequena densidade, ofereceram poucos dados para uma melhor caracterização do sítio.

Figura 88. Perfil das sondas realizadas no Sítio Capela de Santa Inês.

O quadro abaixo apresenta estes artefatos localizados, bem como sua descrição contextual, número de inventário e caracterização física da peça.

Caracterização física e descrição contextual dos artefatos

Caracterização	Imagem Fotográfica	Caracterização	Imagem Fotográfica
Cerâmica com engobo vermelho na face interna, com medidas de 1,80 x 2 centímetros (peça nº04).		Cartucho deflagrado com 18 milímetros de diâmetro e 13 milímetros de altura (peça nº 04).	

Telha cerâmica conhecida por *telha francesa* com a inscrição “S. Paulo” e “Ila L^{tda}”. Esta cerâmica também é chamada de marsehesa e passou a ser produzida em São Caetano na década de 1920 (GIANELLO, 2001, p. 28-32). Ela possui as medidas de 22 x 24 centímetros (peça nº08).

Conjunto de três botões com 12 milímetros de diâmetro (peças nº 07).

Tijolo cerâmico com a inscrição “K * C”, de provável produção local. Suas medidas são de 25 x 12 x 06 centímetros (peça nº 08).

Cinco fragmentos de vidro transparente plano e convexo. Alguns fragmentos são oriundos de um copo (peça nº 02)..

Figura 89. Quadro com a caracterização física e descrição contextual dos artefatos evidenciados na Capela de Santa Inês.

Foram feitas caminhadas no entorno do sítio, em especial, nas colinas próximas, observando cortes nos morros e pequenas movimentações de terra, procurando evidenciar sinais da antiga sesmaria e de outras ocupações pregressas. Em entrevistas com moradores locais, como Dona Maria Teresa, soube-se da existência de um forno para carvão, construído na época de seu avô, em área desapropriada pela SABESP, bem como da existência de ruínas de um antigo monjolo, conforme informação do Sr. Dito. Contudo, segundo outras entrevistas com antigos funcionários da SABESP, os locais destas instalações hoje são desconhecidos.

A hipótese fundamentada em exemplos de outras capelas de origem rural faz supor que a Santa Inês, se não estava neste preciso ponto, de acordo com as sondas realizadas, deveria estar em local próximo. No entanto, todo o entorno ao pequeno morro foi extraído e as áreas próximas tiveram uma grande movimentação de terras em decorrência da construção da estação elevatória e da implantação dos canteiros de obras, além da própria alteração do percurso e realinhamento da estrada de Santa Inês⁷³. Essas ocorrências devem ter destruído irremediavelmente todo e qualquer

⁷³ No passado, a Estrada de Santa Inês atravessava sobre o morro situado no fundo da capela e passava em frente a ela. Hoje este caminho foi todo alterado para passar em frente à Estação Elevatória de Santa Inês.

vestígio arqueológico. Assim, seria oportuna, em data futura, uma pesquisa específica na área, em diálogo com a documentação existente na SABESP sobre as obras de construção da estação, no sentido de mapear os locais em que ocorreram intervenções e verificar a localização dos resquícios materiais da antiga sesmaria de Salvador Pires de Medeiros. Esse estudo escapa aos objetivos traçados para esta pesquisa que foca um levantamento inicial. A documentação histórica trata da extensão desta sesmaria e das centenas de indígenas ali assentados, o que devem ter deixado vestígios materiais e validam novas empreitadas de pesquisa arqueológica.

Destaca-se, para o caso da possibilidade de localização de Santa Inês, a realização de estudos comparativos entre ela e a capela de São Miguel já estudada pela Arqueologia (JULIANI, 2007) e contemporâneas em sua origem. A capela de São Miguel, datada de 1622 e Santa Inês, de 1625, são diferentes em sua função. A primeira erigida em aldeamento jesuítico, antiga aldeia de Ururaí, liderada por Piquerobi, irmão de Tibiriçá, líder da aldeia de Piratininga, enquanto a segunda se caracteriza por ser uma capela de sesmaria.

A Capela do aldeamento de São Miguel é a mais antiga de São Paulo e foi tombada como patrimônio histórico nacional em 1938. Segundo Juliani (2007), a construção atualmente existente substituiu outra mais antiga datada de 1560. Os trabalhos arqueológicos permitiram evidenciar cachimbos decorados, cerâmicas e louças domésticas, como tigelas, pratos, xícaras e recipientes de vidro produzidos pela técnica de sopro, além de sepultamentos, com destaque para um dos corpos que se encontrava fletido, em posição característica de enterramento indígena pré-contato. Também foram localizados, em meio aos enterramentos, alguns retalhos de tecido de traçado rústico e contas de colar. (JULIANI, 2007).

Além de São Miguel, outros aldeamentos paulistas, no atual contexto metropolitano, já são conhecidos pela Arqueologia, como Escada (Guararema), Barueri, Carapicuíba e Pinheiros, sendo este último, ainda não localizado⁷⁴; os demais aldeamentos já são sítios arqueológicos conhecidos, faltando apenas um estudo sistemático no aldeamento da Escada. A constituição destes aldeamentos foi intrínseca

⁷⁴ Ver *Programa de Monitoramento e Gestão do Patrimônio Histórico e Arqueológico do Projeto de Reconversão Urbana do largo da Batata*, São Paulo – SP, Coordenado pelo Arqueólogo Dr. Plácido Cali, 2009-2010.

ao próprio processo de inserção dos colonos no novo território e o seu estabelecimento. Os *nativos* eram reunidos em um mesmo território sob a administração de ordens religiosas, principalmente jesuítas, ou mesmo por leigos, como ocorreu a partir do século XVII, após a nomeação de administradores pela Câmara de São Paulo.

Embora a escravidão indígena não fosse oficialmente permitida, ela era comum e integrava o cotidiano colonial. Os índios eram requisitados como mão de obra para obras públicas ou mesmo para a contratação por particulares, mediados por seus administradores. Era comum alguns aldeamentos se instalarem próximos a grandes propriedades rurais, principalmente no caso dos aldeamentos religiosos, e para eles, estabelecia-se dois critérios funcionais: a necessidade de defesa dos campos de Piratininga contra outros grupos indígenas e o aproveitamento de trilhas e vias já conhecidas por não europeus e utilizadas pelos colonos (PETRONE, 1995).

Estudos arqueológicos desenvolvidos no aldeamento indígena de Barueri (SCATAMACCHIA; FRANCHI, 2001-2002) também trouxeram informações importantes sobre a ocupação indígena na bacia do Alto Tietê por ocasião do contato com os europeus. A aldeia de Barueri, originalmente ocupada por Tupis e onde foi instalado o aldeamento dos jesuítas – em alto terraço à margem direita do rio Tietê - corresponde ao sítio arqueológico deste tipo mais conhecido próximo à região da Serra, caracterizando-se por sua posição geográfica, no limite do trecho navegável do alto Tietê. O material arqueológico evidenciado caracterizou-se por fragmentos cerâmicos de influência tupi e colonial brasileira, materiais construtivos e material ósseo.

Outro caso que merece citação é o da Capela de Santo Alberto, situado na Serra do Itapeti em Mogi das Cruzes e estudado pela Prof.^a Dr.^a Margarida Davina Andreatta, que revelou um antigo retábulo jesuítico⁷⁵.

⁷⁵ Núcleo de Arqueologia da Universidade Braz Cubas, Mogi das Cruzes – SP. Uma capela não estudada pela Arqueologia e que no futuro daria origem a uma das mais antigas e importantes igrejas de São Paulo foi a erigida em 1615 por Manuel Preto, a Capela de Nossa Senhora da Expectação ou de Nossa Senhora do Ó

2.3. O Caminho para Juqueri, século XVIII

2.3. O Caminho para Juqueri, século XVIII

A Serra da Cantareira no decorrer dos tempos assumiu funções diversas. Nos primeiros séculos da conquista portuguesa, a sua presença simbólica na paisagem paulista foi de uma grande muralha situada na face norte da cidade, um obstáculo à passagem dos viajantes rumo ao interior da Colônia, aos sertões. Depois, como campo de passagem, caminho, rota de comunicação ou penetração para as minas. No levantamento e análise de mapas do século XVIII e XIX, vê-se o registro de um novo caminho, para além do antigo caminho de Jundiaí, a cortar a serra, ligando a Vila de São Paulo aos sertões. Para Morse (1954, p. 22), o caminho de Jundiaí, mais a noroeste, utilizava o velho campo de passagem dos guaianases, o *Peabiru*, que seria a atual Rodovia Anhanguera, passando por Jundiaí, Campinas e Mogi-Mirim, seguindo para Minas e Goiás. Já esse novo caminho, ao norte, dirigia-se para Juqueri, Atibaia e Bragança, em direção ao sul de Minas, como uma rota de importância mais local e que se aproveitava de uma suavização dos perfis da Serra em oposição à face oeste, que com aclives mais abruptos, inviabilizava qualquer travessia (AB´SABER, 2007), daí a construção da estrada São Paulo – Bragança e, posteriormente, da Rodovia Fernão Dias.

O caminho de Jundiaí, aberto em meados do século XVII, tem sua origem, assim como outros que partiam de São Paulo, nas trilhas indígenas pré-cabralinas, as quais para os colonos eram muito mais importantes do que a definição política territorial da Colônia feita por Portugal por tratados e acordos. Um exemplo foi o do *Peabiru*, logo renomeado pelos jesuítas de *Caminho de São Tomé*, que ligava vários pontos do litoral ao mais longínquo interior do continente e seguia rumo ao Paraguai e Argentina. Este caminho integrava um emaranhado composto por mais de três mil quilômetros de trilhas que chegavam a atingir cidades como Assunção, Potosi ou até mesmo Cuzco, no Peru, como relatavam religiosos e aventureiros que aqui passaram como Cabeza de Vaca, Montoya, Schmidel, entre outros. (ZANETTINI, 2005, p. 47)

Já o caminho que cortava a Serra da Cantareira, ao norte, partia do centro da cidade de São Paulo, passando pela Fazenda Santana, rumo a Juqueri e Atibaia, como pode ser visto no *Mapa da Capitania de São Paulo, e seu sertão (...) delineado por Francisco Tosi Columbina*, do século XVIII. A análise dos caminhos que

cruzavam a Serra permitiu entrever que esta antiga estrada passou a ser chamada de Caminho de Juqueri e, em fins do século XIX, de Caminho da Cantareira. Hoje, recebendo o nome de Estrada da Roseira.

Figura 90. “Mapa da Capitania de São Paulo, e seu sertão (...) delineado por Francisco Tosi Columbina”. Mostra as estradas para transporte por mueres do século XVIII. Fonte BNRJ. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. (REIS, s.d.)

É necessário observar neste mapa que a divisão dos caminhos ocorre logo na área central de São Paulo, ocorrendo travessias distintas pelo rio Tietê: uma pela Ponte Grande, rumo à Santana, e outra pela Ponte do atual bairro da Lapa ou Freguesia do Ó.

Figura 91. Detalhe do “Mapa da Capitania de São Paulo, e seu sertão (...) delineado por Francisco Tosi Columbina”. Mostra as estradas para transporte por muares do século XVIII. Fonte BNRJ. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Fonte REIS, Nestor Goulart. Memória do transporte rodoviário: desenvolvimento das atividades rodoviárias de São Paulo. São Paulo: CPA – Consultoria de Projetos e Artes.

Em outro mapa, também do século XVIII, presente na coleção José Mindlin, também é visto o novo caminho pela serra, passando por Juqueri. No entanto, neste mapa a bifurcação dos caminhos ocorre após a travessia do rio Tietê, sugerindo a existência de um caminho que margeava o rio em sua face norte, passando primeiramente por Santana e depois pelo bairro da Freguesia do Ó, rumo ao sertão. Este caminho, provavelmente, beirava a propriedade dos padres beneditinos no atual bairro de São Bento, o Sítio Morrinhos, construção do século XVIII que sedia

hoje o Centro de Arqueologia do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 92. Plano da Costa, desde Sancta Catharina, thê a Ilha Grande, em que compreende a Campã de S. Paulo, a huma parte de Minas Geraes, e Goiaz. Ilustração da Coleção da Biblioteca José Mindlin. s.d. [século XVIII]. Extraído de *Não Matarás: a reserva da biosfera da Mata Atlântica e sua aplicação no Estado de São Paulo*. São Paulo: Terra Virgem, 1998, p. 92-93.

Figura 93. Detalhe do Plano da Costa, desde Sancta Catharina, thê a Ilha Grande, em que compreende a Campã de S. Paulo, a huma parte de Minas Geraes, e Goiaz. Ilustração da Coleção da Biblioteca José Mindlin. s.d. [século XVIII]. Extraído de *Não Matarás: a reserva da biosfera da Mata Atlântica e sua aplicação no Estado de São Paulo*. São Paulo: Terra Virgem, 1998, p. 92-93.

Outro mapa também do século XVIII – o *Mapa de parte de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Fragmento de um esboço da Carta Geral do Império do Brasil pelos engenheiros portugueses antigos* - coloca a Freguesia do Ó e Santana como pontos de passagem para o interior. Freguesia do Ó, no sentido de Jundiáí, e Santana, para Juqueri, atual Mairiporã. Afinal, era de São Paulo que partiam as vias de penetração para as regiões do Sul e do Centro-Oeste do país. Aqui novamente ocorre a bifurcação dos caminhos logo no centro de São Paulo, demonstrando a consolidação daquele sentido oeste com travessia pelo atual bairro da Lapa. A cidade era ponto de convergência e no século XVIII já se configurava...

No rumo Sul, além das modestas elevações dos terrenos da série São Roque, abriam-se os caminhos até o vale do Paranapanema e de seus afluentes da margem esquerda, em demanda das 'missões'. O vale do Tietê norteava a penetração para Oeste, a partir de Araraguaba (Porto Feliz), permitindo alcançar o rio Paraná e seus tributários da margem direita, em terras de Mato Grosso. Ainda no rumo do Brasil Central facilitado pelas linhas de relevo, o caminho que levava ao atual Triângulo Mineiro, passando por Jundiáí, Campinas, e Franca, assegurava o acesso aos planaltos de Goiás e à região de Cuiabá. E o centro montanhoso de Minas Gerais atingia-se pelos vales modelados nos contrafortes ocidentais da Mantiqueira (na atual região de Atibaia e Bragança), bem como pelo vale do médio Paraíba do Sul, ao qual se chegava, sem obstáculos, através da região de Moji das Cruzes, bastando vencer a linha divisora de águas do Tietê-Paraíba. (AZEVEDO, 1958, v. II, p. 29)

Aos poucos estes caminhos terrestres substituíram aqueles pelos rios. Antes, do centro da vila, era possível, em pleno século XVII, descendo pela íngreme encosta do Porto Geral, encontrar o ancoradouro de canoas que navegavam o sinuoso ribeirão do Tamanduateí e iam até às imediações da Ponte Grande. Lá, seguindo rio acima, chegariam: à Conceição dos *Guarus*, velha aldeia de índios reunidos pelos jesuítas; às lavouras de João Pires, irmão de Salvador Pires, no Maqueribú; a São Miguel Arcanjo e Itaquaquecetuba, onde o Padre João Álvares reunira alguns guaianazes; e até as terras de Braz Cubas, futura Mogi das Cruzes. No sentido rio Tietê abaixo era possível chegar à Nossa Senhora da Expectação, bairro onde Manuel Preto erigira, em 1615, à Capela de Nossa Senhora do Ó, com seus mil escravos índios, e para os lados de Cotia, às terras de Bartolomeu de Quadros. (TAUNAY, 2003, p. 380-381)

Os rios Tietê e Tamanduateí funcionavam como uma forma de comunicação eficiente e segura. No entanto, a partir do século XVIII, o seu uso foi se reduzindo em detrimento dos caminhos terrestres que se intensificavam e recebiam melhores condições para o tráfego de viajantes, transporte de animais e tropas de muares. O ciclo minerador consolidou estes caminhos e ofertou um grande tráfego de tropeiros e viajantes que garantiam os suprimentos necessários à região das minas. Inúmeras propriedades rurais e sítios em todo o percurso destes caminhos foram se estabelecendo, gerando uma movimentação que não se restringia mais a tropeiros perfazendo grandes distâncias, mas a uma intensa movimentação de tropas de comércio mais local, atendendo sitiantes e proprietários locais no suprimento de produtos para os núcleos urbanos próximos, além da convivência social nas festividades e dias santos.

Figura 95. Mapa atribuído a José Joaquim Freire. Rede urbana, viária e fluvial que irradiava a partir da Cidade de São Paulo. Detalhe de [Carta Geral do Brasil]. [1797]. Escala [ca. 1:2.600.000]. Um mapa de 16 folhas coladas. ms. Color. 199 cm x 202 cm. Direcção dos Serviços de Engenharia, Lisboa. (REIS, s.d.)

No início do século XVIII, a região do Juqueri e Cantareira já não espelhava mais a acumulação promovida pela exportação do trigo. Inúmeros sítios e fazendas se espalhavam por toda a região (BRUNO, 1954, p. 185 e 237), produzindo itens de

consumo como mandioca, feijão, milho, algodão e comercializando excedentes no comércio local e em cidades próximas como São Paulo. Em meados do XVIII, as tropas de mulas se tornaram freqüentes pelos caminhos da Serra em todos os sentidos, vindas de Atibaia, Juqueri e Nazaré Paulista rumo a São Paulo e em sentido contrário. (BRUNO, 1954, p. 1428-1431).

Figura 96. Os dois caminhos que partiam em direção as áreas mineradoras: um seguindo pela Serra da Mantiqueira, e outro, pelo Vale do Paraíba. (MARANHÃO; KEATING, 2008, p. 162-163)

Não existem dados escritos até o momento que possam confirmar esta hipótese, contudo, é possível presumir que a região da Serra e Juqueri tenha participado, mesmo que minimamente, do ciclo paulista do açúcar que se seguiu à restauração política da Capitania em fins do século XVIII, período em que, pela primeira vez, a produção do Planalto Paulista voltou-se para o mercado mundial, gerando uma acumulação de capitais na capitania. Esse fato levou, entre os anos de

1791 e 1792, a pavimentação da velha estrada dos jesuítas na Serra do Mar⁷⁶. Algumas cidades como Atibaia e Bragança e arredores participaram deste ciclo e mesmo não chegando a atingir a quantidade produzida no quadrilátero composto por Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí, marcaram a sua produção. A localização da fazenda da Família Fagundes, estudada no próximo capítulo, bem caracteriza este momento da história de Juqueri. A sua sede, construída na segunda metade do século XVIII, com a finalidade de ser um engenho de cana de açúcar, ao lado de um antigo caminho e próxima ao centro de Juqueri, é um marco desta nova fase da história da região.

Em Juqueri, existiam inúmeros pousos de tropas (BRUNO, 1954, p. 312-313) que se espalhavam pelas estradas. Esses ranchos tinham a função de atender os tropeiros que trafegavam pelas estradas, permitindo o descanso durante os estafantes percursos. Foi em um desses locais que, em 1818, o viajante Luís D'Alincourt disse ter encontrado só dois moradores, um em cada margem do rio (Juqueri), e que, ao passar por uma ponte arruinada, observou existir um pouso para os viajantes que transitavam entre a cidade de São Paulo e a vila de Jundiaí.

Neste lugar, em 1825, o desenhista Hércules Florence tomou refeição em uma casinha onde, como contou em sua descrição de viagem, comera pela primeira vez a canjica paulista. No Museu Paulista da USP (Museu do Ipiranga) é possível ver um quadro de Henrique Távola, elaborado com base no desenho de Hércules Florence e que procura retratar um pouso no início do século XIX no Juqueri. Neste quadro é interessante observar a construção de pau a pique, a colina que se ergue ao fundo, o rio, o caminho e a vegetação de capoeira com ausência de mata nativa, denunciando ser uma área de cultivo.

⁷⁶ Foi na administração da Capitania de Luis Antonio Botelho de Souza Mourão, entre 1765 e 1775, que a cana de açúcar tornou-se um empreendimento voltado para o mercado mundial. Ele pediu esforços a diversas câmaras municipais para o aumento da produção. O açúcar tornou-se um bom negócio devido à rebelião das colônias francesas que o produziam nas Antilhas. Este comércio foi ampliado durante a gestão de Bernardo José de Lorena (1788-1797), que, para estimular a produção do planalto, *obrigou que todo o comércio fosse feito através do porto de Santos, beneficiando especialmente a agricultura da 'serra acima'*. Contudo, foi somente no início do século XIX que este apoio estatal começou a apresentar os seus primeiros resultados.

Figura 97. Desenho de um rancho de pau a pique e telheiro de palha. *Pousa de Juqueri no começo do século passado, em aspecto baseado em desenho de Hércules Florence.* Quadro de Henrique Távola, Museu Paulista da USP. (BRUNO, 1954, p. 313).

No início do XIX, mais precisamente em 1828, o governo da província determinou a Câmara que construísse dois ranchos na estrada de São Paulo para Atibaia, um no Barro Branco, no local onde hoje se encontram as fundações da antiga capela de São Sebastião do Barro Branco e outro em Juqueri⁷⁷.

Figuras 98 e 99. Fotografias (respectivamente) do local atual onde existia a Capela São Sebastião do Barro Branco (observar que somente as fundações foram mantidas) e do croqui elaborado pela equipe do Departamento do Patrimônio Histórico – DPH da Prefeitura de São Paulo durante a visita diagnóstica e o acompanhamento da demolição da antiga capela ocorrido na década de 1990.

A capela de São Sebastião do Barro Branco em meados da década de 1990, quando estava em ruínas, vivenciou uma tentativa de tombamento municipal, com abertura de processo junto ao COMPRESP. Contudo, o processo acabou por não avançar e a capela, presente hoje somente em suas fundações ao lado de uma grande agência bancária, já não traz marcas de seu passado. A análise de sua presença no trajeto rumo a Juqueri denota a sua relevância na paisagem local como

⁷⁷ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, XXIV, p. 171. (BRUNO, 1954, p. 312).

marco divisor da cidade. Em inúmeros registros de imóveis de meados do século XIX, é significativo o seu aparecimento como referência de localização. Contudo, no histórico presente no processo existente no Departamento do Patrimônio Histórico – DPH da Prefeitura de São Paulo não houve como comprovar a antiguidade da existência de uma capela no local. O imóvel edificado em tijolos e demolido na década de 1990 foi construído pelo Coronel Joviniano Brandão após 1926, data de um projeto existente no processo. No entanto, os historiadores da Prefeitura localizaram no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo informações que datariam a existência de outra capela anterior a 1895⁷⁸.

Por outro lado, convergindo com as atas da Câmara, os historiadores e arqueólogos ambicionavam encontrar evidências de um pouso de tropas no local. Contudo, analisando a área é fato que um pouso de tropas, além das diretrizes políticas propostas pela Câmara, deveria se situar em local mais aprazível, um pouco mais à frente, na passagem do rio Tremembé, no bairro paulista do Tremembé, e início da subida da Serra da Cantareira, entre as atuais ruas Maria Amália e Lopes de Azevedo, local plano e com bom suprimento de água. A presença de uma tradicional fonte no local denominada *Fonte São Pedro* reitera esta hipótese, embora hoje se encontre deteriorada e colocada em abandono no interior de um supermercado em meio ao depósito de cargas. A fonte encontra-se bastante depreciada como consequência da ocupação residencial no trecho superior da colina.

Figuras 100 e 101. Fonte de São Pedro hoje localizada no interior do estacionamento do Supermercado Sondas, no bairro paulistano do Tremembé na área de carga e descarga de produtos. É notório o descaso com a memória local.

⁷⁸ Processo de Tombamento da Capela São Sebastião do Barro Branco nº 1994 – 0.013.474 – 6, antigo 16 – 006.272 – 94 – 57. A capela foi construída pelo Coronel Joviniano Brandão, falecido em 1944, em data posterior a 1925, como promessa religiosa feita durante os conflitos ocorridos em São Paulo em 1924. No processo existente no DPH, consta um projeto da capela datado de 1926. Ela foi edificada em frente à Invernada da Força Pública, atual área da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em terras adquiridas de Juvêncio Antonio Augusto por volta de 1910.

A Estrada da Cantareira (ou que levava aos reservatórios da Cantareira), nas primeiras décadas do século XX, partia da Ponte Grande e seguia pelas ruas Voluntários da Pátria, Zuquim, Alto de Santana, Invernada do Barro Branco, Tremembé, culminando na caixa de junção das águas da Cantareira, no início da Estrada da Roseira, perfazendo um percurso de onze quilômetros e que demarcava o fim do extremo norte da cidade. Este caminho, advindo do período colonial, segue um percurso natural de quem parte da colina histórica de São Paulo em direção ao norte e que, ultrapassando a várzea do rio Tietê e o próprio rio, penetra na face norte da cidade. O terreno plano e baixo logo acompanhado na altura de Santana, por uma primeira elevação no sentido de um longo e tortuoso espigão – Av. Nova Cantareira - que somente terá um declive na altura da travessia do riacho Tremembé, adentrando logo em seguida pela estrada que segue para Mairiporã.

Figuras 102 e 103. Fotografias de dois trechos da atual Avenida Nova Cantareira, conhecida no passado como Estrada da Cantareira. A avenida serpenteia pelo topo do espigão, declinando somente no bairro do Tremembé, quando atravessa o riacho Tremembé e sobe para a atual Serra da Cantareira no sentido de Mairiporã.

Já Juqueri, distante vinte quilômetros do Barro Branco, funcionava como entreposto e pouso de tropas desde meados do século XVIII. A sua localização após a travessia da Serra da Cantareira e a subida de uma nova Serra rumo à Atibaia já definia a sua vocação de longa data, desde o ciclo do ouro. Contudo, era um caminho árduo que exigiria um dia completo para ser vencido para os viajantes que partissem de São Paulo. A partir de entrevistas com moradores locais, alguns deles netos de antigos tropeiros, chegou-se à informação de que existia um ponto intermédio na travessia, o que exigia a ereção de pousos também intermediários nas estradas.

A análise de campo em comparação com os estudos cartográficos permitiu elencar a hipótese de que possam ter existido pousos intermediários na travessia da

Serra. Nos três caminhos analisados, existe hoje uma ocupação humana de caráter mais intenso e que já era perceptível no mapa do IGC, de 1906, em três locais específicos, a saber:

Estrada de Santa Inês	Atual bairro de Santa Inês, próximo ao Sítio Fazenda Velha.
Estrada da Roseira	Atual bairro da Roseira, próximo ao sítio Fazenda São Pedro.
Estrada Coronel Sezefredo Fagundes	Bairro da Cachoeira, próximo à antiga Fazenda Engordador.

Figura 104. Provável localização de pousos de tropas nos percursos que cortavam a Serra da Cantareira rumo a Juqueri.

Nesses locais, além da concentração humana já existente em fins do século XIX, existem condições geográficas adequadas à edificação de pousos de tropas. O bairro de Santa Inês, na Estrada de Santa Inês, é um ponto intermédio na travessia da Serra. Localizado após uma grande elevação a ser vencida pelas tropas, surge após um longo declive como um trecho plano, um pequeno vale bem servido por veios d'água (local onde está situado o Clube da Associação Paulista de Medicina e o sítio Fazenda Velha, estudado em *A Fazenda Velha, século XIX*) e que antecede outra longa subida que culmina no Vale do rio Juqueri.

Para o caso da Estrada da Roseira, a área do bairro Roseira e São Pedro estão localizados próximos ao rio São Pedro, local que vem de um acentuado declive, o único após o vai e vem de uma cadeia de colinas por onde a estrada serpenteia e que se erguem após a longa subida na saída de São Paulo e penetração da Serra. O local é servido de veios d'água, percorrendo uma extensão de campo plano que termina na área da *Venda Velha*.

Já o bairro Cachoeira aparece como referência para muitos habitantes locais e é o ponto escolhido para a instalação da empresa de captação de água da Cantareira: a Fazenda Engordador. É a partir deste ponto que ocorre um grande aclave em direção a Juqueri. Na atualidade, é uma área de concentração de habitações de caráter popular irregular.

Figura 105. Esboço geométrico hipotético sobre a existência de pousos de tropas no ponto intermédio entre São Paulo e Juqueri, partindo do Barro Branco, local onde se acredita ter existido um pouso. Os pontos assinalados (Pedro Doll, São Pedro e Cachoeira) marcariam a metade do caminho de ida - percurso de três horas, completando-se na chegada à Juqueri em seis horas. Segundo informações de depoentes, era possível percorrer esta distância a cavalo ou mula em um período de um dia completo, partindo cedo pela manhã e retornando ao final da tarde.

Em São Paulo, para onde muitos dos pequenos agricultores e tropeiros locais levavam as suas mercadorias, a negociação era sempre direta, ocorrendo uma verdadeira interpenetração entre cidade e campo, não só do ponto de vista econômico, como social. Os produtos de fácil deterioração eram vendidos nas próprias ruas da cidade, nas mulas dos tropeiros, nos tabuleiros das negras escravas, e eram hortaliças e frutas advindas dos sítios e fazendas próximas. Na rua da Quitanda, as escravas acoradas pelo chão também vendiam seus produtos. Aqueles mais duráveis eram vendidos na rua das Casinhas em pequenas barracas escuras e esfumadas (MORSE, 1954, p. 26), todas conjugadas em um único compartimento, cada uma possuindo uma balança e com meios alqueires, quartas e meias quartas, além de balcões para se botarem os tocinhos. Elas foram construídas pela Câmara após 1773, seis delas na rua da Quitanda que ia para a

rua do Colégio e outras quinze na rua que ia da igreja da Misericórdia para a rua que, saindo da Sé, alcançava a igreja do Rosário dos Pretos⁷⁹.

É neste local que agricultores dos arredores e vizinhança, além de vilas de Jundiaí, Juqueri, Cotia, Nazaré ou Atibaia, negociavam, em certos dias da semana, produtos de seus sítios, como cereais: arroz, feijão, milho, farinha, e toicinho, carne, leite, aves, ovos, aguardente, fumo, rapadura, mel de prato, entre outros. Algumas dessas mercadorias ficavam expostas pelo chão defronte aos transeuntes. Alguns anos depois foram construídas outras Casinhas, em número de treze, do lado esquerdo de quem descia a ladeira do Carmo, na chamada Baixada do Buracão. Essas tinham chiqueiros nos fundos, permitindo aos criadores recolher porcos e capados. Elas costumavam ser arrendadas ano a ano para algum comerciante mais rico que as arrematava, sublocando-as quarto a quarto para os vendedores que se espremiavam nos pequenos espaços para vender os seus produtos.

Quanto à paisagem destes caminhos, viajantes como Saint-Hilaire, em 1819, vindo de Minas Gerais pela Segunda Estrada, a que passava por Campinas e Jundiaí em direção à São Paulo, na altura da ponte sobre o rio Juqueri, anotou que a paisagem circundante estava com a vegetação natural sensivelmente mais devastada do que no interior paulista. Já outros como John Mawe, cidadão inglês, especialista em mineração (1764-1829), o reverendo metodista norte-americano Daniel Parish Kidder (1815-1891) e Luiz D'Alincourt (1787-1841), oficial de engenharia português, deixaram entrever em seus relatos que a região entre as cercanias do Pico do Jaraguá e o antigo perímetro urbano da cidade de São Paulo, eram dominadas por uma combinação da velha agricultura de subsistência seiscentista com uma produção de açúcar que alimentava um intenso tráfego de tropas de burros de carga pela Estrada, contra o qual toda hora os viajantes tinham que se desviar. (ANJOS et al., 2008).

Um trecho da antiga estrada São Paulo – Jundiaí ainda existe. Trata-se da avenida de ligação entre o bairro de Perus e o Jardim d'Abril, paralela à Rodovia dos Bandeirantes, parcialmente tragada pela recente construção do Rodoanel Metropolitano trecho oeste. O que resta da Estrada adentra o bairro de Perus, assumindo o nome de Rua Mogeiro. Esta que hoje faz a divisa entre a Vila Perus e o Aterro Sanitário Bandeirantes, prosseguindo até juntar-se em “T” à pista da rodovia

⁷⁹ Atas da Câmara. XVI, p. 256, 302, 362 e 363. BRUNO, 1991.

Já em relação a estrada que passa ao norte, cortando a Serra, uma questão se colocou: qual das atuais estradas seria a antiga a que cortaria a Serra e que já estava presente nos mapas do século XVIII? A análise dos mapas sugere que esta estrada passaria por Santana, da mesma forma que aquela para Jundiá passava pela Freguesia do Ó⁸¹, contudo, as atuais estradas que cortam a serra - Estrada de Santa Inês, Estrada da Roseira e Avenida Coronel Sezefredo Fagundes - nascem em Santana e o seu caminho deriva da atual Avenida Nova Cantareira, caminho que até hoje pode ser percebido na conformação da avenida que, partindo de Santana, percorre de maneira sinuosa todo o topo do espigão central somente atingindo um declive no bairro do Tremembé para novamente subir a serra até atingir a cidade de Mairiporã⁸². Observe os mapas abaixo com o perímetro desta avenida.

⁸² Este caminho passa pela Capela de São Sebastião do Barro Branco. Processo do Departamento do Patrimônio Histórico – DPH/SMC.

comparando-os com os atuais nomes a seguir. As estradas seguem uma sequência no sentido sul para norte. As duas últimas são estradas transversais que cortam as demais, fazendo ligação periférica entre os bairros.

A Estrada de Santa Inês permaneceu como um caminho para acesso local, assumindo novas funções somente com a criação do município de Caieiras. Contudo, as pesquisas até agora realizadas demonstram sua importância no século XVII como ponto de ligação entre as terras de João Pires, no Tremembé, e de seu irmão Salvador Pires, em Juqueri. Aquela que seria a primeira Juqueri, como apontado por Monteiro, entrando em posterior declínio em fins do século XVII frente à ascensão da nova Juqueri, no caminho das minas. Basta para tanto, comparar a confusão de oragos entre as duas capelas e as suas respectivas datas de criação: Nossa Senhora do Desterro ou Santa Inês, em 1625, e Nossa Senhora do Desterro, de 1683, em Juqueri.

A Estrada de Santa Inês, segundo as entrevistas com antigos moradores, não era nem denominada assim. Era apenas um caminho de terra que permitia o acesso às fazendas e sítios. Ela só assumiria relevância nos anos de 1970, com a construção da Represa de Paiva Castro e da Estação Elevatória de Santa Inês; inclusive, no mapa de 1927, ela aparece como Estrada do Guaraú.

A Estrada da Chapada levava até a fazenda Chapada, permanecendo como acesso local, em especial, com a criação do reservatório e da área de preservação: o atual Parque Estadual da Cantareira. Outro acesso local leva ao atual Clube da SABESP.

A Estrada da Roseira aparece como estrada velha em diversos mapas, confirmando a sua antiguidade e ao mesmo tempo contemporaneidade com a distribuição de sesmarias feitas em seu percurso em fins do século XVIII, sob a denominação de São Pedro. No mapa de 1927, ela aparece apenas como Estrada da Cantareira.

Um pouco mais ao norte surgiu outro caminho para Juqueri, com trechos mais suaves, denominado Estrada da Cachoeira, do Engordador, Estrada São Paulo – Bragança e atual Avenida Coronel Sezefredo Fagundes, citada como uma nova

estrada no início do século XX. Ela aparece como Estrada da Cachoeira ou Juquery, no mapa de 1927, o que demonstra o aumento de sua importância neste período⁸³.

DENOMINAÇÃO DAS ESTRADAS DA SERRA DA CANTAREIRA						
2011	1855-56	1900	1927	1938	1940	1943
Estrada de Santa Inês	Estrada de Santa Inês		Estrada do Guarahú		Estrada de Santa Inês	Estrada de Santa Inês
Estrada do Parque da Cantareira		Estrada da Chapada		Estrada da Chapada		Estrada da Chapada
Estrada do Clube da SABESP						
Estrada da Roseira	Estrada da Cantareira, Caminho Velho, Estrada Velha e Caminho que Segue para Juqueri	Estrada Velha	Estrada da Cantareira	Estrada Velha	Estrada de Rodagem do Governo Roseira/S. Pedro (Fazenda S. Pedro)	Estrada da Cantareira
Estrada Coronel Sezefredo Fagundes		Estrada do Engordador	Estrada da Cachoeira ou Juquery	Estrada do Engordador		Estrada de Juqueri

DENOMINAÇÃO DAS ESTRADAS QUE BORDEIAM A SERRA DA CANTAREIRA DO LADO DE SÃO PAULO				
	1855/1856	1900	1927	1943
Estrada do Parque da Cantareira	Estrada da Vista Alegre	Estrada da Vista Alegre		
Estrada do Guarahú	Estrada do Guarahú	Estrada do Guarahú		Estrada do Guarahú
Estrada de Santa Maria			Estrada de Santa Maria	

Figura 110. Denominação das Estradas que cortam a Serra da Cantareira, bem como daquelas que a contornam nos limites do município de São Paulo.

Para esta análise, foram utilizados os seguintes mapas:

1900	Levantamento geológico de uma parte da Serra da Cantareira pelos engenheiros L. F. de Moraes Rego e T. D. de Souza Santos. Instituto de Pesquisas Technologicas do Estado de São Paulo. O levantamento geológico é baseado no Mappa Topographico
------	--

⁸³ No Arquivo do Estado de São Paulo existe uma coleção de mais de uma centena de documentos oficiais que tratam da Estrada do Juqueri em meados do século XIX. São ofícios que falam de diversos assuntos entre problemas com a mão de obra operária, fornecimento de madeiras, entre outros.

- do Município de São Paulo executado pela Sara Brasil S.A. FG MH 225. Faculdade de Geologia USP;
- 1927 Mappa das Estradas de Rodagem do Município de São Paulo. Organizado pela IV Secção Técnica da Directoria de Obras Municipaes quando Prefeito o Sr. Dr. J. Pires do Rio. Escala 1:50.000. São Paulo, Caieiras e Rio de Janeiro. Melhoramentos.
- 1938 SARA Brasil. Folha 16 MH-169 Escala 1:50.000.
- 1940 Mapa sem procedência oficial de 20 de janeiro de 1940. Autoria de H. de Sá Bierrenbach (presente na pasta de Mairiporã S.F. 23.T.103). Instituto Geográfico e Cartográfico.
- 1943 Mapa do Município de São Paulo.

Figura 111. Levantamento cartográfico antigo sobre a Serra da Cantareira.

Vale destacar que, em alguns mapas, em alguns momentos, não é citado o nome de uma ou outra estrada, aparecendo, por outro lado, caminhos que receberam o nome atribuído ao local a que se destinavam, como um sítio ou fazenda, ou até mesmo vila, como no caso do caminho para Juqueri.

Para a análise, procurou-se acompanhar as atuais avenidas da face norte da cidade de São Paulo, procurando entrevê-las como antigos caminhos. Para facilitar a análise, estes caminhos foram subdivididos em trechos, a partir dos seus pontos de origem, a saber: a Ponte Grande, atual Ponte das Bandeiras, e Ponte da Freguesia de Nossa Senhora do Ó, procurando sobrepor uma sucessão de fases aos atuais nomes das ruas e avenidas. O resultado foi a percepção de que ocorreu uma ramificação local a partir da antiga via na altura do bairro do Tucuruvi, próximo à capela do Barro Branco.

Destaca-se que os antigos caminhos procuravam acompanhar o topo dos espigões, serpenteando-os, característica das avenidas mais antigas na face norte da cidade.

ANTIGOS CAMINHOS PARA A SERRA DA CANTAREIRA

Ponto de Partida	1ª Parte	2ª Parte	3ª Parte	4ª Parte
01	Av. Itaberaba		Av. Santa Inês	Estrada de Santa Inês
Ponte da Freguesia de N.ª S.ª do Ó (Freguesia do Ó)	Av. Deputado Emílio Carlos	Av. Parada Pinto	Av. Luis Carlos Gentile de Laet	Estrada da Chapada

Ponte Grande
(Santana)

Rua Voluntários
da Pátria

Rua Dr. Zuquim

Av. Água Fria/Av.
Nova Cantareira Estrada da Roseira
ou
Av. Nova Cantareira Estrada Coronel
Sezefredo Fagundes
Av. Nova
Cantareira/Av. Cel.
Sezefredo
Fagundes

Figura 112. Quadro com os antigos caminhos que se dirigiam para a Serra da Cantareira.

No contexto desta pesquisa, a análise dos caminhos parte do pressuposto, já apontado por Menezes (1983) de que os caminhos, tal como as paisagens podem ser pensados como vetores de relações sociais e econômicas. Para o autor, se até os anos de 1980 as paisagens eram vistas como configurações resultantes apenas de mudanças ou eventos aleatórios, desprovidos de qualquer significado ideológico e atributos de participação ativa, é a partir deste período que passam a ser entendidas *como uma força ativa na criação da ordem social, legitimando-a e causando-lhe mudança* (RUBERTONE, 1989, p. 50 apud SOUSA, s.d., p. 67), deixando de ser a tela de fundo, um cenário estático para a ação social e atuando como um elemento ativo e interativo desta ação. É o que pode ser percebido pelo surgimento de dois caminhos a cortar a Serra: Estradas de Santa Inês e Roseira, possivelmente advindos do conflito entre Pires e Camargo, em meados do século XVII, da localização estratégica da Fazenda dos Fagundes, um antigo engenho, próximo à Mairiporã, da concomitância entre a distribuição de sesmarias na área de São Pedro com a criação da Estrada da Roseira e com o florescimento do caminho de tropas, com a localização bem definida da Fazenda Velha no intermédio da Estrada de Santa Inês ligada ao escoamento de madeiras de lei, bem como com a expansão dos aparelhos de captação e distribuição de água, ocorridos entre fins do século XIX e nas décadas de 1960 e 1970, relacionados à mutação que promoveu na apropriação de terras da região.

A abertura de um novo caminho atua como um polo de atração de ocupação para pessoas que pretendem auferir alguma renda, seja através de vendas de beira de estrada, hospedarias ou de pequenas unidades produtivas voltadas para o abastecimento de tropas (SOUSA, s.d., p. 68). Um novo caminho é responsável pela expansão das lavouras, currais e engenhos, pela facilidade que proporciona no escoamento da produção. A abertura da nova estrada São Paulo – Bragança, em 1926, levou, lentamente, à formação das primeiras chácaras na região de Juqueri, com novos perfis de moradores, levando a mudanças na organização social e econômica local (FAGUNDES, 1992, p. 186).

O cinturão caipira de São Paulo, de acordo com Rolnik (1999), era um cinturão de chácaras, resultado da fragmentação de antigas sesmarias, oriundas de meados do século XVIII, e que, em fins do século XIX e primeiras décadas do XX, passaram a ter um intercâmbio de comércio com o núcleo paulista, exercendo funções residenciais e agrícolas, caracterizando-se pela produção de itens destinados ao abastecimento de seus proprietários, com comércio de excedentes. Além disso, esta área periférica da cidade passou a congregiar outras atividades cuja disponibilidade de terras era um atrativo, como cemitérios, hospitais, colégios, depósitos de pólvora (HERLING, 2000), pedreiras, olarias (ROLNIK, 1999; LANGENBUCH, 1971) e fontes de madeira de lei, lenha, carvão. Este cinturão, em círculos concêntricos, formava anéis cada vez mais distantes, onde as atividades transitavam para características determinadamente rurais como a agricultura e a pecuária, além de alguns pousos de tropas que ocupavam pontos específicos nas vias de comunicação.

Na face norte da cidade, os únicos núcleos mais ou menos urbanos eram Freguesia do Ó e Santana. Estes funcionavam como centros de apoio às propriedades agrícolas e aos pousos de tropas locais. Em relação às vias de comunicação, permaneceram como elo de comunicação a antiga Estrada de Campinas com seus sinuosos e estreitos caminhos (HERLING, 2002, p. 9), hoje denominada Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, e a antiga São Paulo – Bragança, hoje Avenida Coronel Sezefredo Fagundes. Como aponta Langenbuch (1971), as estradas de tropas não apenas exerceram importante papel na formação do povoamento rural, como atuaram como eixo de expansão da cidade.

Figura 113. Detalhe do *Mappa das Estradas de Rodagem do Município de São Paulo*. Organizado pela IV Secção Técnica da Directoria de Obras Municipaes quando Prefeito o Sr. Dr. J. Pires do Rio. Escala 1:50.000. São Paulo, Caieiras e Rio de Janeiro. Melhoramentos. 1927. Observar as três estradas que partem de São Paulo: Estrada do Guaraú (Estrada de Santa Inês), Estrada da Cantareira (Estrada da Roseira) e Estrada da Cachoeira ou Juqueri (Avenida Coronel Sezefredo Fagundes).

2.4. A Fazenda dos Fagundes, século XVIII

2.4. A Fazenda dos Fagundes

Foi durante as incursões para Caieiras e Mairiporã e conversando com o arquiteto Mário César Lopes do Nascimento, em um seminário local sobre o *Projeto de Mobilização pela Implantação do Circuito Rodoviário Eco-Turístico Serra da Cantareira* que foi citada a existência de uma antiga fazenda colonial na região: a fazenda da família Fagundes. A partir daí, localizou-se a fazenda e foi efetuada uma visita ao local, com o respectivo contato com a família. Anteviu-se aí um significativo imóvel, com características representativas da segunda metade do século XVIII, mas com traços que remontam a primeira metade, sobrevivente em uma área impactada por uma grande pedreira, uma rodovia, um recente pedágio, além de um grande número de loteamentos populares e de caráter irregular.

Figuras 114 a 117. Fotografias externas da Fazenda dos Fagundes. Fotografias do autor.

O imóvel, situado nas coordenadas 23 K 0338954 e UTM 7417437, na altura de 764 metros, está posicionado no topo de um pequeno outeiro, à meia encosta, situado em ponto estratégico em relação à antiga vila de Juqueri e ao caminho de tropas. A face frontal da casa está acertadamente voltada para o norte,

apresentando um grande apuro técnico e recebendo o calor do sol em suas paredes durante todo o dia.

Figura 118. No mapa EMPLASA aparece a designação Fazendão das Almas para a Fazenda dos Fagundes, atribuição nominal sem referências para os moradores. Mapa Cartográfico EMPLASA 1:10.000. Levantamento aerofotogramétrico. Sistema Cartográfico Metropolitano. Folha Vila Renascença. Índice de Nomenclatura SF-23-Y-C-III-4-NE-E, Mairiporã – SP, Folha 3425. Última atualização abril de 1985.

Ao lado de características externas que rememoram as antigas construções coloniais rurais conhecidas por *casas bandeiristas*, a casa apresenta internamente algumas feições denunciadoras deste mesmo partido construtivo, como janelas com formato de *canga de boi* e namoradeiras em sua base interna, uma estrutura de telhado de duas águas e a disposição dos cômodos internos divididos em duas áreas: uma para hóspedes e outra mais íntima, voltada para a família. A primeira, composta por uma capela interna em seu lado direito e um quarto de visitas no esquerdo. A segunda, formada por diversas alcovas ladeando a sala principal e a inserção de uma cozinha em área antes destinada a um dos quartos.

Figuras 119 a 124. Fotografias internas da casa colonial rural de feições bandeiristas pertencente à família Fagundes. Fotografias do autor. Observar algumas características peculiares a este tipo de construção, como a disposição do telhado, as grossas paredes de taipa de pilão, bem como as namoradeiras nas janelas frontais e a existência de uma capela particular.

A história da Fazenda dos Fagundes

A informação mais antiga sobre a Fazenda da Família Fagundes remete ao ano de 1823, a partir de um registro de terras da Paróquia de Juquery⁸⁴, definindo as terras que possuía Antonio Freire de Menezes:

Eu, abaixo assinado, sou senhor e possuidor de um sítio de terras lavradas e campos de criar no Bairro do Buturantim que houve por título de arrematação que fiz no Juízo Municipal da Capital de S. Paulo, a dezoito de Setembro de mil oitocentos e vinte e três, o qual terá de comprimento para mais ou menos, uma légua em quadra e suas divisas principiam no açude do Tanque do Moinho...(...) Possuo mais doze partes nas terras da herança do finado tenente-coronel José Cunha D'Abreu por compra que fiz de seus herdeiros legatários do mesmo... (FAGUNDES, 1992, p. 18)

O capitão Antonio Freire de Menezes viveu com sua esposa Maria Felizarda de Jesus por mais de 45 anos em sua fazenda, situada no bairro de Buturantim, na freguesia de Juqueri, não deixando herdeiros. Após a sua morte, a propriedade passou para a sua esposa através de testamento datado de 29 de setembro de 1859, registrando um sítio no bairro Buturantim, na freguesia de Juqueri

...contendo o dito sítio, casa grande de paredes de taipa coberta de telhas, casa de monjolo, coberta de palha, com vinte e quatro senzalas, (FAGUNDES, 1992, p. 21)

Além de possuir moenda com produção de aguardente, açúcar preto e rapadura, a propriedade possuía 31 bestas de carga, gado e 18 escravos, além de (...) *terras de lavradio e campos para criar com uma légua em quadra mais ou menos*. Em suas terras cultivava-se café, algodão, cana de açúcar. Neste documento também é citada que

Haverá na freguezia de Juquery uma casa coberta de telhas de dois lances, situada no Largo da Igreja, tendo duas janellas de rotulas na frente, uma de

⁸⁴ Registro de Terras, livro 173, folha 54. Extraído de FAGUNDES, ÍRIS. Mairiporã: aldeia pitoresca. Rio de Janeiro, 1992, p. 18. O ano de 1823 marca a abolição do sistema de sesmarias no Império e o seu registro em 1856. A Constituição de 1891 transferiu as terras públicas do Governo Federal para os Estados. O Estatuto de São Paulo, de 1895, colocou estas terras à venda, registradas em 1856 (DEAN, 2010:229). Para a localização das origens da fazenda, procurou-se mapear a árvore genealógica do tenente-coronel José Cunha D'Abreu, objetivando maiores informações sobre a fazenda, embora até o momento nada se tenha conseguido: o capitão José da Cunha de Abreu casou-se em 1776 com Rosa Eufrosina Mendes. Ele, filho de João de Godoy dos Reis e de Maria Franco da Cunha. Era neto do Alferes Aleixo Gracez da Cunha e de Catharina Pedroso, falecida em 1769. Aleixo, por conseguinte, é filho de Christovão da Cunha Rodrigues e de Anna Maria de Godoy (1695 a 1741). Aquele, filho de Manuel Rodrigues Lopes e de Domingas Cardoso (ou da Cunha).

cada lado com porta na frente e assobradada nos fundos, tendo uma sala entrando do lado direito, forrada e assoalhada, outra do lado esquerdo sem forro nem assoalho, duas alcovas contíguas às salas, varanda com sacada no quintal, cozinha tudo sem forro nem assoalho com seo competente quintal cercado parte com vallo, parte com muro,... (FAGUNDES, 1992, p. 21)⁸⁵

É significativo que o nome atribuído à Fazenda seja Buturantim, ou Votorantim, toponímico do tronco lingüístico tupi-guarani que remete à encosta ou à ladeira branca (Yby é igual à encosta e tirantim é igual à espuma branca); ou grande espuma branca, de boturantim (Botura-ti). O nome também é atribuído à serra local próxima e advém do antigo bairro rural de Atibaia-Votorantim, surgido em meados do século XVII (MONTEIRO, 2009, p. 191-192) e pertencente a José Ortiz de Camargo e seus filhos, os mesmos que atravessaram o rio Juqueri e fundaram uma fazenda e capela em louvor de São João de Gratibaia, origem do município de Atibaia.

Com o falecimento da esposa do Capitão Antonio Freire, a Fazenda Votorantim e as terras da Mata Fria, local onde moravam remanescentes de ex-escravos da fazenda, passaram por testamento para sua afilhada Elisiária Cecília Camargo Fagundes. Nhá Lilá, como era chamada, assumiu e administrou a fazenda antes mesmo de se casar com José Antonio Mariano Fagundes. O marido, conhecido como Jucá-Prata, era oriundo de uma família tradicional de Bragança e, numa viagem para o Rio Grande do Sul, desapareceu sem nunca mais dar notícias. Ela, sem o marido e com doze filhos, assumiu não só a administração da fazenda e todos os bens da família, como a liderança política local da Freguesia de Juquery, peregrinando frequentemente ao Pátio do Colégio, então Palácio do Governo de São Paulo, para solicitar audiências com o Presidente do Estado. Nesta época, em pleno Império, ela se tornou o chefe político local de Juqueri pelo Partido Liberal e participou ativamente da emancipação política da cidade, ocorrida em 27 de março de 1889.

⁸⁵ Testamento de Dona Maria Felizarda de Jesus, datado de 1866.

Figura 125. Detalhe do *Mappa da Comissão Gographica e Geologica. Publicação Especial para a Secretaria da Justiça e Segurança Publica* com a localização da Fazenda Nhá Lilá. A família também possuía um sítio em Capoavinha, do outro lado do rio Itahim, além das terras da Matta Fria. Folha do Município da Capital. Instituto Geográfico e Geológico. Escala 1:100.000. Acervo do IGC – Instituto Geográfico e Cartográfico. 1906.

Com a República, Dona Elisiária passou a liderança política para seu filho, Sezefredo Fagundes, que acabou por fundar o PRP – Partido Republicano Paulista em Juquery. Sezefredo também elegeu a primeira Câmara Municipal da cidade, tornando-se o seu primeiro presidente e mantendo a liderança da política local entre os anos de 1891 até a Revolução de 1930.

Figura 126. Fotografia do Coronel Sezefredo Fagundes (FAGUNDES, 1992). Fonte: Coleção da família.

Já idosa, por ocasião do processo de desapropriação das terras da Serra da Mata Fria, feito pelo Governo do Estado, para a construção da Represa do Cabuçu e que eram ocupadas por antigos escravos da Fazenda e seus descendentes, Elisiária optou por doar parte de suas terras para acomodá-los. Em 25 de maio de 1902, declinou do usufruto da fazenda em benefício de seus filhos, sendo a mesma adquirida através da compra das partes de todos os irmãos pelo Coronel Sezefredo Fagundes. O Coronel tornou-se o único proprietário da Fazenda Votorantim, além de mais um sítio, o Capoavinha, pagando as hipotecas que recaíam sobre a fazenda e sobre as terras da Serra da Mata Fria.

Nesta época as terras já estavam bastante reduzidas, dilapidadas pelas periódicas vendas feitas no passado pelo pai de Sezefredo. Era início de século e a Votorantim não produzia mais açúcar e café, como na época do Império, mas mantinha grandes lavouras de milho, cana de açúcar para aguardente, açúcar preto e mascavo, feijão, mandioca, batata-doce, um pouco de café e até algodão. O Coronel Sezefredo Fagundes⁸⁶ dedicou-se à agricultura e ao comércio de animais, incorporando a atuação política. Ele pertencera à Guarda Nacional, chegando ao posto de coronel comandante da 76ª Brigada.

Figura 127. Políticos e familiares na Fazenda Votorantim em 1906 (FAGUNDES, 1992, p. 4). Observar a existência de um cômodo na lateral esquerda do imóvel destinado a depósito. Este cômodo será demolido no futuro, dando lugar a um jardim cultivado por Dona Branca, esposa de Sezefredo Fagundes.

⁸⁶ Sezefredo Fagundes nasceu na Fazenda da Posse, em Bragança Paulista, em 28 de junho de 1868.

Nos anos que atuou na política local, Sezefredo manteve intenso relacionamento político com a Família Leme de Bragança, o Arthur Siqueira, os Alvim de Atibaia e outros. O casarão era frequentado por políticos conhecidos como Júlio Prestes, Altino Arantes, Ibrahim Nobre, Dino Bueno e outros políticos do Partido Republicano Paulista. O Presidente Washington Luiz Pereira de Souza⁸⁷ foi o padrinho de um de seus filhos.

Figura 128. Políticos do PRP – Partido Republicano Paulista na Fazenda Votorantim em 1913. Os automóveis vieram de São Paulo pela atual Estrada da Roseira. No lado esquerdo, o Coronel Sezefredo Fagundes e familiares (FAGUNDES, 1992, p. 6).

Sezefredo teve uma atuação bastante intensa na região, tendo seu nome ainda hoje lembrado pela população local. Ele cooperou com a Companhia Telefônica Bragantina na instalação dos serviços telefônicos interurbanos, recebendo concessões telefônicas pelos serviços prestados; participou da criação da Paróquia de Santana, trabalhando em sua construção; cooperou também no serviço de construção das adutoras do Cabuçu, além de participar ativamente da construção da nova estrada da cachoeira e que viria a ser conhecida por São Paulo – Bragança⁸⁸.

⁸⁷ Embora não haja referências, sabe-se que Washington Luiz era um apaixonado por história. O início do processo de tombamento do Sítio Padre Inácio, em Cotia, partiu de uma sua visita ao local datada de 1916, quando prefeito de São Paulo, como também de fotografia publicada na revista *A Cigarra*, em um artigo de Ricardo Severo, intitulado *Architectura Velha*. Esses fatos foram decisivos para o início do processo de tombamento do imóvel em 1945 (CERQUEIRA; NETO, 1997:4-6 e 12).

⁸⁸ <http://www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/ListaLogradouro.aspx> 02.12.2011

Além da fazenda, Sezefredo possuía uma grande casa em São Paulo, na zona norte da cidade, na rua Voluntários da Pátria, para hospedar a família durante as suas estadias, por motivo de compras, exames médicos, visitas ou festas. Ele também fornecia cavalos de montaria e muares de tração para a Força Pública de São Paulo, localizada no Barro Branco, como também a outros revendedores.

Em 1922, o Presidente do Estado, Washington Luiz, conseguiu verba para abrir uma estrada que, saindo de Santana, ia até Cachoeira. Essa estrada no futuro seria parte de uma de suas realizações: a estrada São Paulo – Bragança. Alguns opositores queriam que esta estrada estadual viesse pela antiga estrada do Juquery-Mirim e Roseira, por onde se dava o tráfego de troles e tropas de muares.

Figura 129. Visita à Fazenda Votorantim, em 1929, do Presidente Washington Luiz, durante campanha de Júlio Prestes à presidência. Também presentes Ibrahim Nobre, Dino Bueno e Altino Arantes e outros. (FAGUNDES, 1992, p. 58). Observar a instalação de um alpendre frontal na casa.

Sezefredo aplicou recursos pessoais na obra, contraindo hipotecas e chegando a uma difícil situação econômica. Após o final das obras e sua inauguração em outubro de 1926, pelo então presidente Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, veio a solicitar a devolução de seus investimentos, contudo, estourou a Revolução de 1930 e todos os documentos que poderiam comprovar os seus gastos foram destruídos, levando-o a um prejuízo do qual nunca se recuperou.

Durante a Revolução de 1924, o casarão abrigou uma centena de pessoas que fugia dos conflitos em São Paulo. As tropas legalistas e revolucionárias disputavam os quartéis da cidade, lutando pelas ruas e avenidas, promovendo disparos com canhões e metralhadoras, deixando inúmeros mortos e feridos.

Em 1930, sob uma nova onda de Revolução, as tropas revolucionárias, após denúncias locais de opositores de Sezefredo, invadiram o casarão em busca de armas e munições que estariam escondidas pela família. A empreitada, embora nada tenham encontrado, acabou por render a apreensão de cavalos e muares do Coronel, para uso nos combates. Coronel Sezefredo já se encontrava preso em São Paulo, sendo solto algumas horas depois.

Sezefredo faleceu em 12 de maio de 1932, deixando sua esposa Dona Branca e nove filhos. Ela, de origem alemã, neta do botânico Frederico Rhormens, que veio para o Brasil a convite de Dom Pedro II para dirigir o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e, mais tarde, o Jardim da Luz. Entre seus filhos, o mais velho, Sezefredo Júnior, tornou-se um famoso advogado local; os filhos Orlando e Aparício continuaram os trabalhos na fazenda; e Gentil auxiliava Sezefredo e administrava a contabilidade. Existiam também a Altamira, Oscar, Alcebíades, Marieta e Luiz. Dois filhos faleceram ainda pequenos.

Após a morte de Dona Branca, na partilha, o casarão passou para as mãos do filho mais velho Sezefredo Fagundes Júnior, conhecido por Dr. Zinho, que passou por herança o casarão para o seu sobrinho Carlos Alberto, filho de sua irmã Marieta, que junto com o marido, cuidava da manutenção da fazenda. Contudo, o desejo de morar na cidade fez com que a família deixasse o casarão, vendendo-o para Luiz, um dos filhos de Sezefredo que adquiriu o imóvel em hasta pública.

Nesta época, a fazenda fabricava a pinga Juqueriana e além dos canaviais, plantava milho, feijão, batata e mandioca. Também possuía um pomar, galinheiro e gado, tudo administrado pelos irmãos Luís, Dico e Aparício.

Figura 130. Fotografia do casarão, provavelmente da década de 1970, com o alpendre frontal, uma amurada, bem como um pequeno coreto ao lado do jardim. Observar a colina nos fundos do imóvel com a vegetação totalmente devastada. Fotografia do acervo pessoal da família.

Por três anos, Luiz alugou o casarão para o Clube de Campo Arara, pertencente a comerciantes de São Paulo, retomando o imóvel tempos depois como residência⁸⁹. Ele era casado com Íris Fagundes desde 1935, falecendo em 1981. Hoje a propriedade pertence ao seu filho Carlos Mauro Fagundes.

Arqueologia na Fazenda dos Fagundes

Amaral (1981, p. 47), em seu trabalho *A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio*, cita ter visitado à Fazenda dos Fagundes, ou melhor, o engenho Votorantim, descrevendo os usos de alguns cômodos e demonstrando a interpenetração dos espaços de trabalho com o de residência.

Na segunda metade do século XIX, em casa rural tipicamente paulista nos arredores de Mairiporã, no Engenho Buturantim, de fins do século anterior, os trabalhos de moenda funcionavam em espaço acoplado à casa, que se comunicava diretamente com um dos seus quartos, ao mesmo tempo que a família desses senhores de engenho ocupavam os demais cômodos como residência.

Afora esta descrição que é ainda perceptível no imóvel pela presença de um pequeno cômodo em seu lado direito (ver figura 131), a autora não informa que o partido arquitetônico do Engenho Buturantim (Votorantim), malgrado modificações posteriores, como a inclusão de um cômodo fronteiro, subdividido em um hall de entrada no primeiro lanço, desaparecendo com o alpendre frontal, seria o mesmo bandeirista. É possível que a autora não tenha tido acesso ao interior da casa para evidenciar esta característica, em especial a separação do espaço de visitas e hóspedes, do espaço íntimo familiar.

⁸⁹ O Clube de Campo Arara aparece no mapa Emplasa de 1985 e era proprietários das terras vizinhas à Fazenda.

Figura 131. Planta baixa da Fazenda dos Fagundes. Desenho de Gabriel Fernandes de Carvalho.

Na face frontal, a mesma configuração espacial é presente. No lado esquerdo, existe um quarto de visitas, intermediado pelo hall e uma pequena sala de visita, seguido no lado direito por uma capela. Ao entrar no espaço íntimo familiar, alcovas se distribuem por ambos os lados da grande sala íntima. Uma cozinha penetrou na área de uma das alcovas, mantendo um anexo externo. No fundo do imóvel, também são observados um piso de tijolos e uma área que sofreu desmoronamento, compatível com uma antiga cozinha, hoje desaparecida.

Um aspecto que pode ter contribuído para a não percepção de Amaral seja a estruturação do telhado em duas águas e não em quatro águas, à semelhança do quartel do Forte de São João de Bertioga, concluído em 1560 e reformado em meados do século XVIII. O forte, situado em Bertioga, litoral paulista, possui a mesma estrutura modular de planta retangular e alpendre central das casas paulistas e, segundo Mori (s.d.), de origem palladiana, possível inspirador italiano dos engenheiros e construtores militares que aqui aportaram.

Para Mori (s.d.), na segunda década do século XIX, as paredes do quartel foram levantadas e o desenho do antigo telhado *de duas águas foi substituído por quatro águas*. Importante se considerar que o telhado de quatro águas seria um caracterizador das habitações rurais paulistas.

Por outro lado, Lemos (1999) desconhece a presença deste exemplar localizado em área serrana, escapando ao modelo por ele construído e que merece ser melhor analisado e datado, ao lado da Fazenda São Pedro (outra construção também sediada na Serra e edificada em taipa de mão, estudada no próximo item).

O autor (LEMOS, 1999) associa o partido construtivo bandeirista como uma arquitetura rural exclusiva da Bacia do Tietê, comparecendo do extremo leste, em Itaquapecetuba, ao extremo oeste, nas proximidades da cidade de Tietê, às margens do rio Tietê. Para ele, entre essas duas balizas, surgem na cidade de São Paulo, Itu, São Roque, Sorocaba, Cotia, Santo André e Mauá, não existindo este tipo de edificação além da Serra da Cantareira, nas zonas de antiga ocupação por paulistas do século XVII, como Atibaia e Nazaré, nem no Vale do Paraíba⁹⁰.

O imóvel, provavelmente de meados do século XVIII, foi construído com a técnica da taipa de pilão. Esta técnica, de origem árabe, consiste em socar terra com pilões de madeira dentro de grandes formas, em camadas superpostas, até a formação de uma parede bem dura (quando bem executada). É uma técnica que se tornou marca registrada na Capitania de São Paulo, sendo adotada em inúmeras áreas onde ocorreu penetração paulista, tais como: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Paraná. Entre as suas principais características, encontram-se os beirais com a presença de suportes de madeira esculpidos em canela-preta (uma madeira muito resistente), em formato de cachorro, golfinho, peito de pombo (animais estilizados) ou com motivos geométricos, cuja função era tanto sustentar os beirais, quanto proteger as paredes que poderiam ser dissolvidas pelas chuvas, além de ornamentar as casas mais ricas. Essa característica não é presente neste imóvel.

Um aspecto que chama à atenção é a presença de janelas com vergas curvas, designadas *cangas de boi*, característica introduzida em meados do século

⁹⁰ Para Lemos (1999: 60), a Bacia do Alto Tietê foi justamente a área ocupada primeiramente pelos jesuítas e pelas famílias trazidas por Martim Afonso (LEMOS, 1999: 60). Observar que o projeto de construção do Forte de São João de Bertioga, finalizado em 1560, já possuía na planta características bandeiristas, sugestionando a origem erudita deste tipo de construção, elaborada por engenheiros italianos (MORI, s.d.).

XVIII, assemelhando-se à trava superior existente nos carros de boi para prender os animais. Comuns de serem encontradas nas portas e janelas das cidades mineiras do ouro, na região de Paraty e em regiões dos vales do Tietê e Paraíba na segunda metade do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX, as cangas de boi vieram substituir as janelas retas tradicionais em seu coroamento superior.

Outra técnica conhecida no período e largamente utilizada em especial por camadas populares foi a do pau a pique, também chamada por taipa de mão ou de sopapo. Esta técnica bastante citada em antigos inventários consiste basicamente em um entrecruzamento de paus roliços ou cortados, formando uma superfície que depois é preenchida com barro. A técnica, que propiciava construções bem mais frágeis que as de taipa de pilão, aparenta ter uma íntima relação com o sistema de cultivo predatório utilizado na agricultura paulista colonial com o intenso uso do solo, promovendo o seu desgaste. O contínuo uso seguido de queimada e a ausência de arados exigiam o apossamento de novos terrenos para cultivo, ou seja, a migração dos cultivos implicava o uso de habitações efêmeras, com finalidade de uso imediato e de baixa perenidade, sempre próximas dos plantios. Para esta hipótese, colabora a valorização da terra em detrimento do imóvel nela existente, observada em inventários e testamentos coloniais paulistas.

Em um pequeno levantamento de imóveis de taipa de mão existentes na região, feito com base nos inventários e testamentos do século XVII, compilados pela equipe de Bruno e disponíveis no acervo do Museu da Casa Brasileira, foi possível observar a seguinte descrição presente no inventário de Ana de Chaves, de 1655: *Casa de taipa de mão, coberta de telha, em Juqueri*. (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Inventários e testamentos, 1977, p. 112). Em outro inventário, este de Ana Maria Rodrigues, de 1684, aparece um Sítio em Juqueri, com casas de telha (Inventários e testamentos, 1921, p. 436). A cobertura das casas era feita de palhas, embora herdada dos índios. A prática predominante em casas populares. As telhas de barro – capa canal - quando utilizadas nas construções, eram sinal de riqueza e de distinção social nos primeiros séculos, aparecendo com destaque nos documentos do século XVIII e XIX e representando uma determinada solidez do imóvel. Um contraponto socioeconômico aparece neste íterim entre os imóveis de taipa de pilão e telhas de barro, mais sólidas, preservadas para a posteridade, e as casas de taipa de mão ou sopapo e com telhados de palha, que mais frágeis em sua

construção não sobreviveram ao passar dos tempos. Trata-se de um princípio que merece ser melhor analisado e que pode ter relação com a questão da posse de grandes extensões de terra por alguns poucos potentados rurais em oposição a um grande número de pequenos agricultores que ora faziam uso da terra como meeiros, parceiros ou como pequenos posseiros de áreas de menor interesse agrícola.

Este não é o caso da Fazenda São Pedro, estudada no próximo item, que, ao lado das paredes de taipa de mão, apresenta uma interessante estrutura de madeira que fundamenta a construção e oferece grande durabilidade, em especial, por sua sustentação sobre bases de rocha, um tipo de construção comum para fins do século XVIII⁹¹.

O título de *casas bandeiristas* para as habitações rurais paulistas é atribuído por causa do período de sua construção, embora não fossem *necessariamente* associados a ele. São os modelos de casas encontrados entre os séculos XVII e XVIII, incluindo o período de apresamento indígena, mineração, tropeirismo e produção açucareira, entre seus proprietários mais tardios. Só na capital de São Paulo, na atual área urbana, existem inúmeras destas construções rurais, sendo talvez o exemplar mais antigo, a chamada Casa do Tatuapé, cuja construção pode ter ocorrido entre 1668 e 1698, de acordo com sua documentação escrita. Outro exemplar, o Sítio Morrinhos, como é chamado, tem inscrita na sua fachada frontal, em sua porta de entrada, a data de 1702, precisando a data de sua construção. Contudo, entre os inúmeros exemplares paulistas, o mais celebre é a Casa do Bandeirante, localizado no bairro paulistano do Butantã, imóvel que pode ter sido construído nos primeiros anos do século XIX, tornando, inclusive, inadequado o seu título.

A região que mais concentra imóveis rurais com estas características situa-se entre Cotia e Itu, constando entre os mais famosos o Sítio Santo Antônio, em São Roque. Estas construções conjugavam quartos para criados e hóspedes, depósitos de gêneros, paióis, moinhos de milho ou trigo (os monjolos), moendas para cana, casas para escravos, galinheiros e currais, tudo cercado por valas de terra ou por cercas de madeira ou taipa. Ao seu redor havia rústicas moradias de índios

⁹¹ O uso de tijolos cozidos em fornos ou ainda secos no sol, chamados de adobe, tiveram presença restrita no período colonial, mesmo caso das paredes de pedra, muito comuns no litoral e encontradas em um único exemplar de meados do século XIX na Serra da Cantareira (e que será estudado em capítulo posterior), embora haja informações de sua existência em outros exemplares hoje desaparecidos.

escravizados chamadas *casas dos negros*, cujas mais antigas eram extensas, coletivas e com tetos de palha, sendo denominadas *tijupares*. Ao longo do século XVII, elas se fragmentaram em pequenas construções unifamiliares, cobertas de telhas e, só no século XVIII, essas residências passaram a ser denominadas senzalas, com os escravos negros africanos comuns.

A região de Itu concentra muitos dos exemplares considerados tardios das casas bandeiristas, ou seja, aqueles erguidos a partir da segunda metade do século XVIII. Entre as alterações dessa fase estão: a ampliação do prolongamento dos telhados, a introdução de vergas curvas – *canga de boi* - nas janelas e a elevação do piso para evitar a umidade por meio da colocação de assoalhos de madeira. As construções incorporaram elementos da arquitetura da região do garimpo, de onde voltavam paulistas ou migravam mineiros por causa da decadência aurífera. Não é muito apropriado denominar estas casas de bandeiristas, já que a maior parte de seus construtores estava ligada à produção açucareira ou ao tropeirismo. Essa característica é bastante apropriada para a fazenda da Família Fagundes, já que se situa na imediação do caminho de ligação de São Paulo com a região de Minas e, possivelmente, valia-se disso para receber e hospedar tropeiros, comercializar produtos e cargas e participar do próprio negócio do transporte de cargas.

Para Lemos (1999), a relativa abundância de *casas bandeiristas* na capital e na região do Médio Tietê contrasta com sua absoluta ausência no Vale do Paraíba. Para este autor, não se sabem os motivos. A riqueza gerada pelo café na região talvez tenha sido responsável pela derrubada de moradas mais antigas, o que também pode ter ocorrido com as habitações urbanas e que talvez explique o vácuo deste tipo de residência num dos polos mais antigos da colonização paulista no vale do rio Juqueri. Segundo ele, na segunda metade do século XVIII, as plantas destas residências rurais começaram a expressar rupturas nas formas de morar em decorrência da riqueza proporcionada pelo comércio tropeiro e pela cana de açúcar. Nas fazendas do quadrilátero açucareiro, entre Sorocaba, Piracicaba, Jundiaí e Mogi-Guaçu, as casas apresentavam inúmeras instalações dispersas pela propriedade, como o engenho, as fornalhas e outras, seguindo os velhos padrões da arquitetura rural paulista. Apenas as senzalas passaram a ganhar destaque como uma novidade do período.

A área de Sorocaba, que foi quase impermeável à influência mineira, apresentou também mudanças em seu padrão arquitetônico. As capelas, que geralmente se localizavam no cômodo à esquerda do corredor frontal e que eram acessíveis aos agregados ou visitantes, desapareceram, e as orações passaram a ser feitas apenas pela família em oratórios internos. Na sede da Fazenda Passa Três, da família do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar (LEMOS, 1999), o antigo corredor frontal deu lugar a uma sala fechada de recepção e o corredor do fundo permaneceu abrigando as refeições familiares.

Conforme levantamento realizado por Lemos, em *Casa Paulista*, existem hoje mais de 30 exemplares deste tipo de habitação dos séculos XVII e XVIII (MAYUMI, 2008, p. 53):

Listas das Casas do Estado de São Paulo construídas entre os séculos XVII e XVIII

Cidade	Nº	Casa
Cabreúva	01	Fazenda da Ponte
	02	Fazenda Pau d'Alho
Capivari	03	Fazenda Milha
Cotia	04	Mandu
	05	Padre Inácio
Embu	06	Calu
Indaiatuba	07	Fazenda Japão
Itaquaquetuba	08	Itaquaquetuba
Itú	09	Fazenda N ^a S ^a da Conceição
	10	Fazenda do Vassoural
	11	Chácara do Rosário
	12	Paraíso
	13	Piraí
	14	São João
Jundiaí	15	Fazenda de Pirapitingui
Mairinque	16	Fazenda Santa Lúcia
Mauá	17	Fazenda Bocaína
	18	Fazenda Oratório
Salto	19	Santa Cruz
Santana de Parnaíba	20	Casa urbana de Parnaíba
São Paulo	21	Butantã/Bandeirante (CONDEPHAAT: primeiras décadas XVIII, para Saia: meados do século XVIII)

	22	Capão/Regente Feijó
	23	Caxingui/Sertanista XVII Condephaat
	24	Itaim-Bibi
	25	Jabaquara/Ressaca 1719
	26	Mirim 1759 Condephaat
	27	Morrinhos 1702
	28	Piraquara
	29	Santa Luzia
	30	Santo Amaro
	31	Tatuapé XVIII
	32	Vila Nova Cachoeirinha
São Roque	33	Querubim
	34	Santo Antônio
	35	São Romão
	36	São Roque
Sorocaba	37	Quinzinho
Tietê	38	Taperão

Figura 132. Lista das Casas do Estado de São Paulo construídas entre os séculos XVII e XVIII, levantadas por Carlos Lemos em suas pesquisas (MAYUMI, 2008, p. 53).

A caracterização das casas ditas *bandeiristas* foi primeiramente feita por Saia, em 1944, com a publicação de *Notas sobre a arquitetura rural do segundo século*. O autor, com base em 12 exemplares pesquisados, elaborou algumas *constantes* tipológicas nelas presentes: a planta retangular; paredes de taipa de pilão; telhado de quatro águas e coberturas com telhas de canal; implantação sobre plataforma natural ou artificial, à meia encosta e nas proximidades de um riacho; planta organizada em três faixas – social, familiar, de serviço, a partir da fachada principal; depósito ou sobrado, aproveitando a acentuada inclinação do telhado; alpendre encravado na fachada principal, entre dois cômodos onde funcionariam uma capela e um dormitório para hóspedes. Assim, distribuiu os exemplares em dois grupos: os *puros* nitidamente seiscentistas com a presença de todas as constantes; e dos tardios, nos quais constava a ausência de algumas constantes. Para estes últimos, Saia (1944) atribuiu analisando à decorrência de uma degeneração do sistema social e econômico do planalto, justificando o partido arquitetônico da casa em termos sociológicos, relacionando-o com o senhor, com todos os traços patriarcas visualizados na própria configuração da casa: construção quadrangular, acachapada, definida e segura. Ao desaparecerem as condições econômicas do

século XVII, o partido arquitetônico também perdeu sua força, incorporando acréscimos, telhados suplementares, apresentando uma deterioração da técnica da taipa, com paredes menos delgadas e sem paus roliços travando internamente as paredes, apresentando a ausência da madeira de canela-preta na carpintaria (MAYUMI, 2008, p. 30-31; SAIA, 1944).

Lemos (1999), posteriormente, dialogará com Saia (1944) sobre uma possível origem italiana ou portuguesa para as casas bandeiristas. Esse debate será endossado no futuro por Mori (s.d) que inseriu na questão a presença de engenheiros italianos na construção dos quartéis coloniais do século XVI, o que poderia ter inspirado as construções paulistas, embora a discussão resvale para o problema da grande disseminação, o que não poderia ter ocorrido somente a partir de fontes eruditas, como partindo de engenheiros italianos (MAYUMI, 2008, p. 42-43, LEMOS, 1999; MORI, s.d.). Insere-se também na questão que a matéria prima no litoral era a rocha, em oposição à taipa do planalto.

Amaral (1981) também entrou no debate, considerando uma possível origem espanhola, a partir de um contínuo relacionamento com a Espanha e as colônias do sul, fato presumível pela união das coroas entre 1580 e 1640 e que, para o qual, convergiu Katinsky (1976) ao refletir sobre o programa de uso da casa. Segundo Katinsky (1976), o edifício seria projetado para receber atividades não somente religiosas e de repouso, mas também de trabalho e armazenamento. O autor procurou não buscar as origens do modelo, mas compreender o partido a partir da análise estrutural da sociedade que condicionou o seu surgimento. Assim, ele identificou dois grupos: as casas bandeirantes e de tradição bandeirista, incluindo mais 13 exemplares, surgidos no período de sedentarização dos bandeirantes e ligados à cana de açúcar e para as quais observava variações na planta e no partido arquitetônico, bem como permanências (MAYUMI, 2008, p. 48-49; KATINSKY, 1976), como o caso da sede rural da família Fagundes. Hoje, totalizariam 38 exemplares identificados, acrescidos dessas duas novas construções registradas nesta pesquisa em área inédita, colocando novos elementos para a hipótese antes levantada por Lemos em relação à restrição geográfica destas construções à Bacia do rio Tietê e chegando ao número de quarenta exemplares, embora, como já mencionado e como será verificado no próximo capítulo, a Fazenda São Pedro possua sua sede edificada em taipa de mão sobre estrutura de madeira.

Algumas destas antigas sedes rurais já foram estudadas pela Arqueologia, em especial, no contexto do Programa de Cooperação entre o DPH, da Secretaria Municipal de Cultura e o Museu Paulista da Universidade de São Paulo, que estudou inúmeras destas construções coloniais, em especial, para auxiliar no processo de restauração destes imóveis. O trabalho arqueológico, sob a coordenação da Prof^a. Margarida Davina Andreatta, voltou-se para o estudo das soluções arquitetônicas adotadas nos imóveis, evidenciando vãos, passagens e estruturas antes desaparecidas, contribuindo de maneira inédita para a compreensão dos imóveis que estavam em intervenção, agregando valor ao próprio projeto arquitetônico de restauração. Foi assim com os projetos coordenados pela Prof.^a Margarida Andreatta, tais como: a Casa do Tatuapé, o Sítio Mirim, o Sítio Morrinhos e a Casa do Itaim Bibi; além de outros sítios históricos mais recentes estudados por outros pesquisadores, como o Sítio do Capão (ZANETTINI, 2005), o Sítio Calu (ROBRAHN-GONZÁLEZ; ZANETTINI, 2003), entre outros, além de antigos estudos, como o do Sítio Santo Antônio e do Sítio da Ressaca (SUANO, 1979 apud ZANETTINI, 2005)⁹².

Zanettini (2005) procura pela abordagem arqueológica reexaminar estas antigas construções, em especial a Casa do Tatuapé, o Sítio Morrinhos e o Sítio do Capão, objetivando, com base na análise de seus componentes construtivos e materiais arqueológicos, rediscutir alguns conceitos já fundamentados na historiografia paulista em relação à dinâmica socioeconômica da São Paulo Colonial. Entende essas habitações no contexto da estruturação da uma economia mercantil no planalto ao longo do vale do rio Tietê.

Para a sede rural da família Fagundes, faz-se necessária uma análise mais detalhada de seu partido construtivo, com o propósito de melhor datá-la e perceber as inúmeras intervenções que ocorreram em sua constituição até o presente. Um trabalho a ser realizado tanto pela Arquitetura, como pela Arqueologia, como feito nos outros exemplares paulistas estudados por Andreatta (Casa do Tatuapé, Sítio Mirim, Sítio Morrinhos), durante procedimentos de restauração.

Na visita ao local bem como na análise do material fotográfico foi possível verificar a ocorrência de inúmeras modificações externas, como a demolição de um antigo depósito no lado esquerdo do imóvel, dando lugar a um jardim e a construção

⁹² Zanettini (2005: 41) apresenta uma interessante tabela em seu trabalho com a relação dos sítios arqueológicos e achados fortuitos identificados na região metropolitana de São Paulo.

de um alpendre frontal, ocorridos nas primeiras décadas do século XX, a exemplo de outros imóveis do período.

É importante também observar que a atual cozinha não integra o corpo original do imóvel, aparentando ter penetrado no espaço da residência em data mais recente. A porta de passagem da cozinha para a sala é menor e o espaço de preparo dos alimentos é dividido em duas partes: uma interna ao imóvel, com os apetrechos de cozinha e mobiliário para jantar, e outra, externa ao imóvel, em um puxado, com a instalação de um fogão à lenha e armários. Existe mais uma extensão, hoje demolida e com piso de tijolos, que caracterizaria no passado uma outrora cozinha externa, à semelhança de outros imóveis rurais do período colonial. Na parte lateral/fundos desta terceira cozinha, foi realizada uma sonda, evidenciando resquícios de demolição oriundos deste espaço.

Figuras 133 a 135. Fotografias da porta da cozinha e da área da antiga cozinha colonial hoje demolida. Fotografias do autor.

Quanto às instalações de produção, observa-se que ao lado de antigas construções contemporâneas ao imóvel sede, foram edificadas outras em datas mais recentes, atendendo a novos usos e funções. Alguns apetrechos dos equipamentos de produção outrora utilizados estão dispersos no terreno, atendendo hoje funções decorativas, como pedras de mós de moinho, peças de moenda ou monjolo. Destaca-se a presença de três mós de pedra, fato inusitado pelo seu grande número. Pesquisas deverão determinar se as três peças pertenciam ao moinho da fazenda, que seriam um determinante para o aumento da produtividade e sua finalidade comercial, contribuindo para o acúmulo de rendimentos na propriedade.

Figuras 136 a 138. Fotografias de equipamentos de produção da fazenda, utilizados hoje com função decorativa. Existem três mós expostas como decoração no terreiro frontal. A mó é uma pedra circular utilizada nos moinhos para trituração e moer os grãos dos cereais. Fotografias do autor.

Por outro lado, a análise do material arqueológico localizado na Fazenda dos Fagundes permite estabelecer algumas hipóteses quanto ao período de construção do imóvel, embora pesquisas mais longas e sistemáticas sejam necessárias. O estudo da coleção cerâmica, inserindo-se aí as louças evidenciadas, mesmo com a pequena dimensão de apenas 30 peças, não possibilitou ampliar as análises quanto a formas e funções, contudo permitiu estabelecer um arco cronológico um pouco mais preciso não só sobre a data de construção do imóvel, mas sobre o perfil socioeconômico de seus ocupantes.

Caracterização física e descrição contextual dos artefatos

Caracterização
Faiança fina floral na cor azul.
Dimensões 2 x 2 centímetros.
Produção de 1830 a 1850. (Peça NP30).

Imagem Fotográfica

Caracterização
Faiança fina branca com ausência de decoração. Base do prato.
Produção que vai de 1790 a 1900. Dimensões 4,5 x 5,5 centímetros. Possui carimbo na base externa "...and" (England) (Peça NP16).

Imagem Fotográfica

Faiança fina branca com ausência de decoração. Corpo do utensílio.
Produção que vai de 1790 a 1900.
Dimensões 4,5 x 9,5 centímetros.
(Peça NP01).

Faiança fina branca de com ausência de decoração. Base do utensílio. Produção que vai de 1790 a 1900. Possui sinal de carimbo em baixo-relevo.
Dimensões 4 x 3 centímetros
(Peça NP17).

Reboco de parede com a presença de tinta ou outro material sobre a superfície. Foi localizado na sonda S1 em meio a fragmentos de tijolos e telhas. Dimensões 4 x 7 centímetros. (Peça NP02).

Porcelana europeia branca com ausência de decoração. Xícara com 8 centímetros de diâmetro. Dimensões 2 x 3 centímetros. (Peça NP18).

Manilha cerâmica de esgoto. A peça foi encontrada junto com fragmentos de telhas e tijolos na sonda S1. Dimensões 3 x 4 x 6 centímetros. (Peça NP03).

Faiança portuguesa decorada no corpo do utensílio com linha e tracejado na cor azul. Produção que vai de 1700 a 1830. Dimensões 2 x 2,5 centímetros. (Peça NP19).

Faiança fina branca com ausência de decoração. Produção que vai de 1790 a 1900. Dimensões 2 x 2,5 centímetros. (Peça NP04).

Cerâmica com superfície externa corrugada. Dimensões 1,5 x 2 centímetros. (Peça NP29).

Azulejo branco. Dimensões 3,5 x 6 centímetros. (Peça NP06).

Faiança fina branca com ausência de decoração. Borda de prato com 24 centímetros de diâmetro. Produção que vai de 1790 a 1900. Dimensões 4 x 9 centímetros (Peça NP21).

Tijolo cerâmico de piso, extraído da sonda S1 como amostra. Dimensões 5 x 12 x 15. (Peça NP07).

Faiança fina inglesa branca com ausência de decoração. Alça de utensílio. Produção que vai de 1790 a 1900. Dimensões 2,5 x 5 centímetros. (Peça NP22).

Faiança fina branca com ausência de decoração. Corpo de utensílio. Produção que vai de 1790 a 1900. Dimensões 3 x 35,5 centímetros (Peça NP8).

Faiança portuguesa com listéis na base na cor azul. Produção que vai de 1700 a 1830. Tigela. Dimensões do conjunto 7 x 8 centímetros. (Peça NP23).

Faiança fina branca com ausência de decoração. Corpo do utensílio. Produção que vai de 1790 a 1900. Dimensões 2 x 2 centímetros (Peça NP8).

Cerâmica com engobo vermelho na face externa e branca, na interna. Dimensões 1,5 x 2,5 centímetros. Foi encontrada agregada com faiança portuguesa e telha. (Peça NP23).

Faiança portuguesa policromada com listeis, volutas e pontos na borda nas cores azul e castanho. Produção que vai de 1700 a 1830. Tigela com 20 centímetros de diâmetro. Dimensões 3 x 4 centímetros. (Peça NP10).

Telha cerâmica capa e canal. Dimensões 4 x 4 centímetros. Peça encontrada agregada com faiança portuguesa policromada. (Peça NP10).

Telha cerâmica capa e canal. Dimensões 4 x 5,5 centímetros. Peça encontrada agregada com faiança portuguesa policromada. (Peça NP23).

Porcelana europeia com linha na borda na cor azul e dourado. Xícara com 6 centímetros de diâmetro. Comum após 1880. Dimensões 2 x 2 centímetros. Foi encontrada na área do jardim. (Peça NP24).

Faiança fina branca com ausência de decoração. Corpo do utensílio. Produção que vai de 1790 a 1900. Dimensões 2 x 3,5 centímetros (Peça NP11).

Faiança fina branca com ausência de decoração. Corpo de utensílio. Produção que vai de 1790 a 1900. Dimensões 4 x 5 centímetros (Peça NP26).

Faiança fina branca com ausência de decoração. Corpo de utensílio. Produção que vai de 1790 a 1900. Dimensões 2,5 x 2,5 centímetros. Existe um pequeno sinal de decoração indefinido. (Peça NP12).

Faiança fina Shell Edge na cor azul. Borda de prato com 24 centímetros de diâmetro. Produção que vai de 1790 a 1830. Dimensões 3,5 x 4 centímetros. (Peça NP27).

Faiança portuguesa decorada na base com linhas, linhas onduladas e tracejados na cor azul. Produção do século XVIII. Dimensões 4 x 2 centímetros. (Peça NP13).

Faiança fina branca com ausência de decoração. Corpo do utensílio. Produção que vai de 1790 a 1900. Dimensões 3 x 3,5 centímetros (Peça NP31).

Faiança fina inglesa transfer-printed com decoração floral na superfície do corpo interno na cor azul. Produção que vai de 1830 a 1900. Dimensões 1,50 x 2 centímetros. (Peça NP13).

Faiança fina branca com ausência de decoração. Base de pequeno utensílio. Produção que vai de 1790 a 1900. Superfície da peça craquelada. Dimensões 2,5 x 3 centímetros. Possui carimbo na base externa composto de uma estrela verde. (Peça NP28).

Faiança fina branca com ausência de decoração. Borda de prato com 26 centímetros de diâmetro. Produção que vai de 1790 a 1900. A peça está craquelada. Dimensões 5 x 5,5 centímetros (Peça NP14).

Cerâmica com engobo vermelho na face externa. Dimensões 1,5 x 2 centímetros. (Peça NP20).

Faiança fina branca com ausência de decoração. Base do prato. Produção que vai de 1790 a 1900. Dimensões 4 x 4,5 centímetros. Possui carimbo na base externa *Ironstone* (Peça NP15)

Figura 139. Quadro com a caracterização física e descrição contextual dos artefatos evidenciados na Fazenda dos Fagundes.

Entre as cerâmicas arqueológicas evidenciadas, constando materiais construtivos, como tijolos, telhas e manilhas, bem como utensílios voltados para a alimentação, uma parcela delas, por características intrínsecas, ou seja, por sua pasta, textura e cor de superfície branca, acabou por receber a denominação de louças, em especial para os arqueólogos, tendo em vista à sua fácil identificação visual no contexto dos sítios e funcionalidade para análise, pela disponibilidade de fontes de pesquisa, bem como pela sua utilidade no contexto dos sítios arqueológicos históricos como importante indicador cronológico (CARVALHO, 1999: 2003). Por outro lado, esta definição é imprópria, pois designa genericamente todos os produtos manufaturados de cerâmica (PILEGGI, 1958, p. 194).

Alguns autores têm refinado a classificação tipológica para as louças encontradas em sítios arqueológicos brasileiros, contudo, para este trabalho, optou-se por manter a distinção mínima entre as peças em relação à sua matéria prima, técnica de confecção e procedência, designando-as apenas como faianças portuguesas, faianças finas inglesas, francesas ou europeias e porcelanas⁹³, com um olhar crítico fundamentado nos termos presentes nos inventários paulistas (CARVALHO, 1999, 2003) e na literatura tradicionalmente utilizada sobre o tema⁹⁴.

⁹³ A definição de uma terminologia para as louças encontradas em sítios arqueológicos históricos é sempre um pouco difícil por reportar-se aos locais de origem das peças, as produções nacionais. No caso da faiança, ela recebe o nome de *majólica* na Espanha e Itália e *delft ware* na Inglaterra. Já a faiança fina apresenta designações como *creamware*, pó de pedra, granito ou louça inglesa. Respeitadas as variações de composição da pasta, vidrados e diferenças de produção, estas louças visualmente podem ser agrupadas nos grandes grupos das faianças, faianças finas e porcelanas.

⁹⁴ BRANCANTE, 1980; PILEGGI, 1958; ZANETTINI, 1986; LIMA, 1995; JACOBUS, 1996; ARAÚJO; CARVALHO, 1993; CARVALHO, 1999; 2003; TOCCHETTO et alli, 2001; SOUZA, 2010.

A análise das peças, considerando a sua pequena densidade, oferece algumas informações importantes. Algumas, pela presença de alguns tipos específicos na coleção, outras, pela ausência de outros tipos também comuns para um sítio com as mesmas características, considerando a sua localização e período temporal (séculos XVIII e XIX). Assim, foi evidenciada na amostra a ausência de porcelanas chinesas, comuns para o século XVII e primeiras décadas do século XVIII, em especial nos núcleos urbanos em São Paulo (CARVALHO, 1999). Esse fato demonstra a parcimônia de bens materiais, dificuldade de acesso ao mercado europeu ou ausência de riqueza ou luxo desta família em especial, mesmo possuindo uma sede rural característica de potentados rurais do século XVIII⁹⁵. Por outro lado, também pode caracterizar que a amostra não é anterior à metade do século XVIII, momento em que este tipo de produção, ou melhor, consumo já se encontrava em grande declínio na Colônia (CARVALHO, 1999 e 2003). Destaca-se, para completar a análise, a ausência de faianças portuguesas com decoração *aranhões* ou *boninas*, representativas para as últimas décadas do século XVII.

Ademais, a ausência de um maior número de fragmentos na amostra de cerâmica neocolonial, comum para este período em sítios históricos, demonstra uma não afinidade com o uso de utensílios produzidos por ceramistas locais, seja por sua ausência, característica incomum para o período, considerando a historiografia e a produção já documentada de outros sítios arqueológicos históricos, seja por origem cultural ou relação à camada social do grupo residente no imóvel⁹⁶.

Já para o século XIX, a reduzida presença de faianças finas com decoração *transfer printing*, em contraponto ao aparecimento de faianças finas com ausência de decoração, além de ressaltar o caráter utilitário e cotidiano da amostra, sem exigências de requinte ou de ostentação, característicos de uma vivência burguesa (LIMA, 1995), delimitam o acervo como anterior a década de 1830, momento em que

⁹⁵ Seria oportuna uma análise comparativa da densidade de porcelanas chinesas encontradas em diversos sítios paulistas e de outros estados, procurando não só mapear a sua frequência em relação às demais amostras, como o período de declínio de seu consumo. A pequena densidade de seu aparecimento, no conjunto das amostras de diversos sítios, demonstra através da quantidade de sua presença o seu papel como distinção de riqueza e/ou como indicador cronológico (CARVALHO, 1999: 2003).

⁹⁶ A cerâmica neocolonial pode ser caracterizada como aquela confeccionada (...) por grupos familiares, neobrasileiros ou caboclos, para uso doméstico, com técnicas indígenas e de outras procedências, onde são diagnosticadas as decorações: corrugada, escovada, incisa, aplicada, digitada, roletada, bem como asas, alças, bases planas em pedestal, cachimbos angulares, discos perfurados de cerâmica e pederneiras. (CHMYZ, 1976: 145).

o *transfer printing* passa a se tornar comum em São Paulo. A localização de um fragmento de *Shell Edge* azul reitera esta hipótese, já que sua datação é compatível com a decoração *transfer-printing*.

Mesmo que se possa caracterizar as louças inglesas *transfer-printing*, a exemplo da *Willow Pattern* e *Flow*, como louças acessíveis a camadas médias urbanas e rurais para a primeira metade do século XIX, como pode ser observado nas coleções evidenciadas em inúmeros sítios históricos, deve ser considerado que a distribuição decorativa por toda a peça, comum para estes modelos, pode não compor o gosto de algumas populações coloniais menos afeitas a este luxo ou requinte, inédito para muitos grupos coloniais neste período (questão que deve ser melhor analisada). Afinal, para este caso da Fazenda Fagundes, existiria a possibilidade de recusa destes itens já acessíveis no mercado paulista pela não apropriação dos códigos sociais que levariam ao seu consumo.

Por outro lado, foram localizados dois fragmentos de porcelana: uma branca e outra com decoração em linha dourada e azul, ambas de origem europeia e datáveis para as últimas décadas do século XIX (após 1880) e as primeiras do século XX. Por caracterizarem-se como pequenos fragmentos de xícaras, demonstram a alteração de alguns hábitos culturais e a inserção de práticas burguesas, como o consumo de chá. Essas peças foram encontradas na superfície do solo, na área específica do jardim construído entre as décadas de 1910 e 1920, para substituir um antigo depósito.

Figuras 140 a 142. Fotografias da área do jardim, local onde apareceram dois fragmentos de porcelana datados para as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX.

O agrupamento das peças, de acordo com os aspectos decorativos, buscou atender objetivos de datação, não configurando um refinamento tipológico para este estudo, o que, inclusive, ainda não é possível, considerando o atual estágio dos

estudos arqueológicos realizados no Brasil. Por outro lado, a análise quantitativa da amostra apresenta o mesmo padrão de outros sítios históricos brasileiros. Na tabela abaixo, são destacados os grupos mais representativos, considerando, como já apontado, a matéria prima/técnica de confecção e algumas decorações mais comuns que atuam como indicadores cronológicos.

Total de fragmentos de louça identificados no sítio Fazenda dos Fagundes

Tipo de louça	Quantidade	Percentual	Observação
Faiança portuguesa	07	23%	Maior presença de tigelas com decoração monocromática na cor azul.
Faiança fina inglesa com decoração <i>Shell Edge</i> na cor azul	01	3,5%	Embora tenha sido localizada uma única peça, deve ser considerado que as louças brancas com ausência de decoração podem estar relacionadas a ela, já que a decoração da <i>Shell Edge</i> limita-se apenas a borda do prato.
Faiança fina inglesa com decoração <i>transfer-printing</i> na cor azul floral	01	3,5%	
Faiança fina branca com ausência de decoração.	15	50%	Peças com espessuras diferenciadas, sugerindo funções diversas. Cinco peças permitem identificar pratos. Três peças possuem carimbos que determinam a produção.
Cerâmica nacional com engobo vermelho na superfície.	02	6,5%	Uma das peças possui engobo branco na face interna.
Cerâmica	01	3,5%	Cerâmica com superfície corrugada na cor negra.
Faiança fina com pintura floral na superfície na cor azul	01	3,5%	
Porcelana branca de origem europeia	02	6,5%	
Total	30		

Figuras 143. Quadro com a distribuição percentual das louças evidenciadas.

A distribuição, segundo o quadro cronológico de produção a seguir, procurou não só definir a data de produção/consumo para cada grupo de louças evidenciadas, como também situar o ponto onde este artefato ou grupo foi localizado no contexto espacial da Fazenda. Este estudo permitiu inferir uma maior intensidade de consumo/produção entre as últimas décadas do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, com 87% da amostra, o que leva supor tratar-se de uma construção mais tardia, edificada em meados do século XVIII, o que de certa maneira valida a data para o imóvel, de acordo com os estudos arquitetônicos.

Tipo de Louça	Nº	%	Contexto espacial do achado	Período de Produção																	
				Século XVIII (por décadas)										Século XIX (por décadas)							
				1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8
				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Faiança portuguesa	07	23	Colina																		
Faiança fina inglesa com decoração <i>Shell Edge</i> na cor azul	01	3,5	Colina																		
Faiança fina inglesa com decoração <i>transfer-printing</i> na cor azul floral	01	3,5	Colina																		
Faiança fina branca com ausência de decoração	15	50	Colina e Sonda 1																		
Cerâmica nacional com engobo vermelho na superfície	02	6,5	Colina																		
Cerâmica	01	3,5	Colina																		
Faiança fina com pintura floral na superfície na cor azul	01	3,5	Colina																		
Porcelana branca de origem europeia	02	6,5	Jardim																		
Porcelana branca de origem europeia			Jardim																		
Total	30	100																			

Figura 144. Quadro com as louças arqueológicas evidenciadas e a sua distribuição cronológica, no contexto do sítio Fazenda dos Fagundes.

Para a possível evidenciação de artefatos, foram realizadas três sondas em áreas consideradas oportunas no contexto da distribuição espacial da sede e das áreas funcionais de trabalho. Uma primeira sonda S1 foi executada no fundo da cozinha externa, próxima ao declive da colina. E uma segunda, em seu lado direito, próxima às baías, e uma terceira sonda ao lado de um pequeno caminho. A primeira sonda diagnosticou material construtivo, como: fragmentos de piso, telhas, tijolos e manilhas, decorrentes da própria história recente do imóvel, atingindo 1,30 metros. Na sonda S2, foram identificados apenas dois fragmentos de faiança fina, com ausência de decoração. E a sonda S3 não expôs nenhum material.

Figuras 145 a 152. Acima fotografias da área da sonda S1 e abaixo da área da sonda S2.

A maior densidade da amostra elencada foi identificada em um corte na colina localizada nos fundos do terreiro da sede, feita por uma escavadeira durante as obras para a construção de um tanque de retenção de água de um pequeno riacho. A observação do corte permitiu ver a distribuição por toda a área de uma quantidade relativa de fragmentos, em especial, datados entre os séculos XVIII e XIX, em alturas variadas e com uma grande amplitude espacial, embora tenha sido perceptível uma maior concentração de artefatos na área de fundo das baías, ao lado do muro que limita a área de trabalho doméstico da casa, demonstrando ser aquela face o principal ponto de circulação doméstica da casa, justamente na face oposta de localização da antiga cozinha externa, sugerindo que o espaço de trabalho doméstico era todo o terreiro de fundo, considerando a porta de saída da cozinha, com a distribuição de todas as atividades de preparo dos alimentos distribuídos por toda a área, como o corte e limpeza de frangos, secagem de café, preparo de linguiças e outros alimentos.

Figura 153. Desenho esquemático com o posicionamento da antiga cozinha externa e o local onde houve a maior concentração de vestígios no declive da colina situada nos fundos do imóvel. Existe uma tendência de apropriação do espaço do terreiro como extensão do espaço doméstico da cozinha no preparo e beneficiamento de alimentos.

Figuras 154 a 156. Área de corte da colina, onde foi localizada uma grande densidade de louças arqueológicas. Esta área está situada abaixo do terreiro de fundo da sede da fazenda.

As peças arqueológicas estavam distribuídas pela superfície do corte da colina em diferentes alturas, sobressaindo-se no solo em decorrência da erosão provocada pelas chuvas na pequena encosta. Eram fragmentos diversos de faianças portuguesas, faianças finas inglesas e cerâmicas neobrasileiras.

Figuras 157 a 159. Fotografias em detalhe das peças arqueológicas sobrepostas no solo no corte da colina situada nos fundos da sede da fazenda.

Observe na planta abaixo a distribuição dos vestígios arqueológicos, conforme localizados no corte efetuado pela escavadeira na encosta da colina.

NP

Descrição

- 10 Faiança portuguesa com decoração bicromada e telha
- 11 Faiança fina inglesa com superfície branca
- 12 Faiança fina inglesa com superfície branca
- 13 Faiança fina inglesa com decoração borrão azul e Faiança portuguesa
- 14 Faiança fina inglesa com superfície branca
- 15 Faiança fina inglesa com superfície branca
- 16 Faiança fina com superfície branca
- 17 Faiança fina com superfície branca
- 18 Porcelana branca europeia
- 19 Faiança portuguesa com decoração na cor azul
- 20 Cerâmica com engobo vermelho
- 21 Faiança fina inglesa com superfície branca
- 22 Faiança fina com superfície branca (alça)
- 23 Faiança portuguesa com decoração de linhas na cor azul
- 27 Faiança fina inglesa com decoração na cor *Shell Edge*
- 29 Cerâmica
- 30 Faiança fina inglesa com decoração floral na cor azul
- 31 Faiança fina inglesa com superfície branca

Figura 160. Planta com perfil da distribuição dos artefatos localizados no corte efetuado na colina por uma escavadeira, com a caracterização das peças identificadas.

Assim, o material arqueológico evidenciado na Fazenda dos Fagundes, datado entre os séculos XVIII e XIX, com exceção daquele localizado na área do jardim e na área da sonda S1, permite identificar um padrão de vida comum para as elites rurais do período, cujo espaço de vida doméstica se entrecruzava com os espaços de produção rural. A inexistência de artefatos que possam caracterizar um maior requinte, luxo ou ostentação no consumo adequa-se à proximidade das moendas de cana e do depósito da produção, unidos ao espaço de convivência doméstica. As louças evidenciadas caracterizam esta hipótese que se assevera com o partido construtivo da casa que, além dos cômodos de tradição bandeirista, incorpora mais um cômodo lateral, com entrada interna para a casa e destinado à moenda da cana. Do outro lado, outro cômodo, suprimido com a construção do jardim, destinaria a depósito da produção, ou seja, de uma vida cujos espaços de sociabilidade familiar entrecruzam-se com os de produção, interligando-os em um único ambiente.

A demolição do depósito e a edificação de um jardim com uma edícula, no lado esquerdo do imóvel (como observado nas fotografias antigas), configura uma mudança nos padrões culturais da família com a inserção de preceitos de beleza inerentes a um horto botânico, o que somente aconteceu na segunda década do século XX, momento em que a família já incorporara práticas burguesas, tendo em vista até possuir casa em São Paulo para festividades e compras. Acrescenta-se o fato de Dona Branca, esposa de Sezefredo, ser neta de Rhormens, diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e, mais tarde, do Jardim da Luz, como já citado.

Outro aspecto que merece destaque se refere ao partido construtivo adotado e o possível período de sua construção, em meados do século XVIII, ou seja, em período anterior ao conhecido ciclo da cana de açúcar, o que reforça o fato de que a riqueza manifesta na existência deste imóvel não derivaria do ciclo da cana de açúcar, ocorrido em fins do século XVIII e primeiras décadas do século seguinte, mas de período anterior, ligado à exploração aurífera e mais provavelmente, ao fornecimento de produtos agrícolas diversos para as minas. Somente o avanço das pesquisas poderá confirmar esse fato, afinal ainda é difícil precisar até o momento em que grau a fazenda, no contexto das pesquisas arqueológicas realizadas, participou do ciclo canavieiro paulista, entre fins do século XVIII e primeiras décadas do XIX. A historiografia tem por hábito categorizar os ciclos produtivos e a região de

Mairiporã, caso tenha participado, o foi de forma mais marginal. Por outro lado, a documentação histórica da fazenda a definia em 1823 como *um sítio de terras lavradas e campos de criar (...) de comprimento para mais ou menos, uma légua em quadra...* (FAGUNDES, 1992, p. 18), não especificando uma finalidade produtiva tal como açúcar ou café, mas produzindo um pouco de cada coisa como açúcar, café, algodão, aguardente e rapadura (FAGUNDES, 1992, p. 19). A necessidade de sobrevivência econômica, além dos patamares da mera subsistência, devem ter determinado um foco mercantil para a produção e possivelmente esta escolha tenha sido o açúcar pela necessidade de montagem de uma moenda.

Alguns autores mais recentemente têm procurado demonstrar a importância da pequena lavoura e do papel da agricultura de subsistência no contexto colonial paulista, em especial na produção de alimentos, pecuária e no comércio de abastecimento. Linhares (1996, p. 137) ressalta o importante papel da pequena lavoura para a ocupação da terra e para a organização do trabalho familiar, produzindo excedentes que atendiam às necessidades dos novos núcleos urbanos e para aqueles em expansão, bem como para tropeiros e exportação, contrariando as análises tradicionais sobre *a pobreza Planaltina* e inserindo a Capitania de São Paulo no contexto mercantilista (BLAJ, 1998).

A análise do partido construtivo, bem como do material arqueológico, remetem a meados do século XVIII, em momento anterior ao ciclo canavieiro. Assim, é necessário ponderar sobre a origem da riqueza rural desta sede e de seus antigos proprietários, seja pela participação no ciclo do ouro ou pelo desenvolvimento de uma produção de alimentos e criação de animais, com foco na produção de excedentes para o comércio e para o fornecimento de produtos para as minas. A constituição do imóvel espelha esta capitalização já em meados do século XVIII, o que também exige mais pesquisas sobre as suas origens. Não obstante, toda a região do Juqueri teve uma atuação marginal aos grandes ciclos agrícolas paulistas, ocorridos e delimitados em regiões específicas, tanto a cana de açúcar, na região que ficou conhecida como quadrilátero do açúcar, composto por Campinas, Itu, Porto Feliz e Mogi Mirim, como para o ciclo do café, estruturado no Vale do Paraíba e depois, Oeste paulista. Para os dois casos, no entanto, é possível conceber uma predisposição dos moradores locais em aproveitar os recursos disponíveis pela agricultura local em conjunção com a oferta de oportunidades oriundas da

agricultura comercial, além das definições e delimitações geográficas impostas pela historiografia, atribuindo estatutos definidos e consolidados para este ou aquele bem patrimonial como sendo especificamente um *engenho de cana de açúcar* ou uma *fazenda de café*.

O imóvel aqui estudado parece ser resultado da acumulação de capital ocorrida durante o período da mineração, seja através do trato com a própria extração de ouro, administração das minas, produção de alimentos para comércio, criação de gado ou comércio com tropéis de mulas, cabendo a fazenda inserir-se nos ciclos econômicos subsequentes, aproveitando-se mesmo de maneira marginal do *boom* comercial daí resultante, sempre aliado aos recursos advindos do comércio de tropas⁹⁷.

A própria literatura aponta que muitas das primeiras fazendas de café foram mutações de antigos engenhos e quiçá podem ter produzido ambos os produtos contemporaneamente, além de milho, mandioca, feijão, entre outros. Petrone (1968), analisando a *Memória* do Governador Melo Castro e Mendonça, oferece uma lista do que se produzia na Capitania de São Paulo. Além de itens de subsistência, como milho, feijão, arroz, mandioca, batata, frutas, entre outros, produzia para o comércio cana de açúcar, arroz, algodão, café, fumo, farinha de mandioca e criações de porcos, bois, cavalos e bestas muars. (1968, p. 19 apud Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Ofício de 22 de abril de 1802. V. 30, p. 164-165)

O florescimento do comércio do açúcar em São Paulo aproveitou de alguns acontecimentos inusitados ocorridos na segunda metade do século XVIII, como a mudança de hábitos alimentares na Europa, que acentuou o desejo de consumo do açúcar, aliado ao aumento de preços deste produto em decorrência da rebelião das colônias francesas. Além deste fator externo, houve um impulso dado pelo Estado português, sediado em São Paulo, em especial após o Governo de Morgado de Mateus (1765-1775), que procurou por diversos meios oferecer sustentação para o

⁹⁷ Assemelha-se ao caso do Sítio Padre Inácio, construção tombada pelo IPHAN, localizada em Cotia, ou seja, às margens de qualquer ciclo produtivo comercial, cuja origem remonta a meados do século XVIII, mas que possivelmente é de data bem mais antiga. Embora seja uma sede rural de grandes proporções e tenha pertencido ao Sargento-mór Roque Soares Medella, de carreira militar e cargos públicos, participou do início da exploração aurífera no arraial do Carmo. Em seu retorno a Cotia, possivelmente já adquiriu a propriedade com a sede e aplicou seus vultosos recursos no lucrativo comércio de abastecimento das Gerais. (CERQUEIRA; NETO, 1997: 67-68).

aumento da produção comercial do açúcar na Capitania, e que foi ampliado pelos governos subsequentes.

Internamente, a fazenda apresenta condições bastante adequadas para o cultivo tanto da cana, como do café. O Engenho Buturantim está localizado próximo ao caminho que liga São Paulo às minas de ouro, posicionado à meia encosta, em local plano e de grande visibilidade, ladeado por riachos e córregos com bom volume de águas, além da proximidade da vila de Juqueri – o imóvel está voltado para a vila e voltado para o norte - o que atende às necessidades de sociabilidade e convivência, além do suprimento de itens diferenciados. (PETRONE, 1968, p. 78). A produção de açúcar não exigia grandes capitais para a sua implantação, possibilitando o autofinanciamento, já que a moagem poderia ser feita em pequenas *engenhocas de madeira*, que embora produzidas por artesãos habilitados, não eram inacessíveis, além do fato de que não era primordial a posse de um engenho de moagem antes da primeira colheita, o que permitia uma construção mais demorada, ou seja, algo acessível para um pequeno agricultor que produzisse mantimentos e ao mesmo tempo desejasse entrar na produção comercial de açúcar para exportação. (PETRONE, 1968, p. 58)

Por outro lado, o complexo canavieiro exigia outros recursos, além dos canaviais e das instalações de beneficiamento, que se não eram inacessíveis, eram bastante relevantes, como a disponibilidade de uma área de mata para a extração de madeira e lenha para as caldeiras, além de pastos e terras para o cultivo de mantimentos. A queima da madeira nas caldeiras exigia abundância de matas que, por muitas vezes, tornavam-se escassas, tendo em vista a postura predatória sobre a terra, que, em muitas áreas, já neste período, apresentava capoeiras inaproveitáveis, seja pela derrubada das matas ou pelo itinerantismo dos plantios.

Para a presente pesquisa e para a própria Arqueologia é bastante difícil a reconstituição do que foi o Engenho Buturantim, tendo em vista as terras terem sido intensamente fragmentadas através das gerações, envolvendo grandes intervenções em torno das sedes rurais. Esta é a grande questão que cerca estes remanescentes rurais, ou seja, o da não sobrevivência de suas instalações satélites, dificultando a leitura arqueológica. Nas três habitações localizadas nesta pesquisa – São Pedro, Buturantim e Fazenda Velha - não sobreviveram aparelhos como senzalas, monjolos e moinhos, não permitindo a leitura da dinâmica da sede em sua relação com as

demais instalações. Não foram localizados registros quanto à força propulsora do engenho de Buturantim, embora a hipótese mais plausível seja a animal pela disposição do cômodo lateral direito. Em São Paulo, como em toda a Colônia, sabe-se da primazia dos engenhos movidos à força animal, por sua instalação ser mais fácil e barata. As moendas movidas à água requeriam encanamento até o engenho e outras instalações mais custosas, principalmente para pequenos proprietários. (PETRONE, 1968, p. 95). Na base da colina, ao lado da sede da fazenda, ainda é possível observar resquícios de algumas estruturas que sugerem pertencer a um antigo monjolo, embora ainda mereçam uma análise mais cuidadosa, tendo em vista a grande intervenção ocorrida em seu entorno. Trata-se de uma amurada de contenção localizada no riacho situado logo abaixo da colina da fazenda.

Figuras 161 e 162. Restos de uma amurada de contenção situada no riacho abaixo da colina da fazenda.

Outra amurada situada na parte frontal da fazenda também merece citação, edificada para a sustentação do terreiro frontal.

Figuras 163 e 164. Muros de pedra situados na entrada da fazenda dos Fagundes.

A localização do engenho Buturantim sugere não só o uso da força animal na movimentação das moendas, como a concentração de todas as atividades produtivas em um único prédio, ou seja, na casa sede (PETONE, 1968; LEMOS, 1999). Amaral (1981), em sua visita a Buturantim, já havia considerado a integração de um cômodo externo na estrutura do imóvel para atender a função de moagem da cana. Este anexo já configuraria esta sobreposição de funções característica do século XVIII. O Engenho Buturantim, em sua constituição arquitetônica, sugere a inserção de inúmeras intervenções ocorridas século a século. A sua base estrutural básica e pregressa o assemelha as primeiras construções bandeirantes, recebendo acréscimos subsequentes que a aproximam do ciclo da cana e, posteriormente, do café. A inexistência de uma estrutura produtiva mais refinada para o café o une ao primeiro momento deste ciclo, presente no Vale do Paraíba, e às construções adaptadas do ciclo do açúcar e que incorporavam novas necessidades de seus moradores. Para estas construções é inexistente o complexo de senzalas e as instalações de produção, como os grandes galpões, os fluxos de lavagem e os terreiros de secagem de café. As senzalas seriam pequenas construções de taipa de mão ou sopapo, sediadas em área próxima ao lado de pequenos plantios de subsistência, descritas em testamento como sendo 24 ao todo.

Por fim, outro aspecto que associa esta sede às camadas da elite rural pode ser percebida pelo número de escravos. Segundo Petrone (1968, p. 110), foi com a cana de açúcar que aumentou o número de escravos africanos em São Paulo. Segundo Saint-Hilaire, por ocasião de uma viagem que fez a Campinas em 1819, notou que as fazendas consideradas de certa importância tinham pelo menos vinte escravos, com os quais podiam preparar facilmente duas mil arrobas de açúcar (PETRONE, 1968, p. 111). A Fazenda dos Fagundes possuía, em 1859, de acordo com o testamento de Antonio Freire de Menezes, 18 escravos (FAGUNDES, 1992: p. 21-22).

A observação de uma foto aérea da casa permite perceber não só o seu posicionamento em relação a paisagem circundante, como verificar a adequação de sua construção voltada para a vila de Juqueri e à face norte em direção de Juqueri e das minas. O caminho das tropas passava ao seu largo, em seu lado esquerdo, acompanhando a montanha. A casa está situada à meia encosta, apoiada na montanha situada a leste do imóvel.

Figura 165. Posição da sede da Fazenda dos Fagundes em relação à paisagem. Observar o posicionamento do norte (N), bem como da face frontal do imóvel (F) e a localização da colina onde está situada a casa (M).

Figura 166. Localização do imóvel sede da Fazenda dos Fagundes em meio à paisagem. Observar a sua localização próxima à área central da cidade de Mairiporã. Fonte Google Earth. Acesso em 20 de junho de 2012.

Figura 167. Localização do imóvel sede da Fazenda dos Fagundes em meio à paisagem. Observar a sua localização próxima a área central da cidade de Mairiporã, bem como a alta incidência de intervenções urbanas em áreas próximas. Fonte Google Earth. Acesso em 20 de junho de 2012.

2.5. A Fazenda São Pedro, século XVIII

Archi
2012

2.5. A Fazenda São Pedro, século XVIII

As primeiras referências a São Pedro datam da segunda metade do século XVIII, em 1774, a partir da concessão de uma sesmaria para Francisco Xavier Pedroso e registro dos antigos posseiros Appolonia Maria do Pillar, Antonio Váz Pinto Ribeiro, Fructuoso Furquim de Campos, Francisco Monteiro de Gouvêa e Ignácio Francisco⁹⁸, mesmo período em que aparecem os primeiros registros sobre a existência de uma estrada cortando a Serra da Cantareira no sentido das minas: o caminho de Juqueri. No entanto, presumi-se que tanto a ocupação da área quanto a existência do caminho já datavam de décadas anteriores, cabendo ao registro somente a formalização do uso das terras, que era um procedimento muito comum na Capitania. (PETRONE, 1968, p. 55)

A ocupação da área de São Pedro e a edificação da fazenda no alto da Serra da Cantareira materializam uma nova fase na história da ocupação da região e da própria economia da Capitania, marcada pelo fim do ciclo do apresamento indígena e pelo declínio da produção aurífera nas minas. Agora a população se voltava para a ocupação de novas terras e para a produção de itens agrícolas e criação de animais. Eram antigos mineiros em busca de melhores oportunidades e paulistas retornados ou enriquecidos com o comércio de excedentes agrícolas. O fato é que a Fazenda São Pedro foi provavelmente edificada em fins do século XVIII, entre o declínio de um ciclo econômico e a ascensão de outro, participando, em menor monta do que em outras regiões, da incipiente produção de cana de açúcar, que passou a ser exportada via porto de Santos em fins do século XVIII, em decorrência da atuação do governo de Francisco da Cunha Menezes, o Morgado de Mateus. Por outro lado, a Fazenda São Pedro registra o deslocamento das unidades produtivas agrícolas das proximidades do rio Juqueri - talvez em virtude das terras já estarem exauridas pela intensa produção empreendida no século anterior - para a parte mais alta da serra, no intermédio do caminho que partia de São Paulo em direção a Juqueri, no rumo ao sul de minas, permitindo aos colonos locais um suprimento importante de renda advindo da venda de produtos agrícolas e do comércio de tropas.

⁹⁸ AGUIRRA, João Baptista de Campos. Relação das sesmarias na Comarca da Capital entre os anos de 1559 e 1820. v. XXV. p. 491 567. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. 1927.

A questão que ora persiste é sobre a possível antiguidade do imóvel, já que ele antecede à capitalização promovida pela cana, sugerindo ser proveniente de uma acumulação oriunda, seja da mineração ou do abastecimento de produtos para as minas de ouro através das mulas de carga. Questão que deverá ser melhor avaliada em pesquisas futuras e que, de certa maneira, converge com a também presença da sede da Fazenda dos Fagundes que, embora apresente características construtivas diferentes antecede apenas em algumas décadas a construção de São Pedro.

A Fazenda São Pedro, assim como a Fazenda dos Fagundes, também coloca a questão de uma propriedade capitalizada em um momento histórico datado pela historiografia como de declínio econômico. Ressalta-se novamente aqui o papel relevante da produção de alimentos, da pecuária e do comércio de abastecimento, fundamentados na posse da terra e no trabalho familiar, além do escravo, como propulsores de uma economia local, inserida no contexto da expansão econômica da Capitania em âmbito mercantilista, atendendo às necessidades dos novos núcleos urbanos e para aqueles em expansão, bem como para tropeiros e exportação (LINHARES, 1996, p. 137; BLAJ, 1998).

O próximo registro de uma *fazenda de cultura* denominada São Pedro aparece somente em 1856 e é localizada na Estrada da Cachoeira⁹⁹ e assim delimitada:

Começando na Estrada Nova da Cachoeira que segue da cidade (de São Paulo) para Juqueri em uma parte: no Ribeirão da Cachoeira pouco acima da confluência do mesmo com o ribeirão que vem do Campo Redondo subindo por este para o Campo Redondo limitando com terras de Antônio Gonçalves até o alto, ficando para a fazenda todas as vertentes que correm para o Ribeirão Cachoeira; no alto extremo com terras de Manuel da Silva e seguindo pelo alto dividindo com terras do finado Major Cunha procurando sempre as contra vertentes até descer por uma ponta do espigão que vai dar no Ribeirão São Pedro, limitando-se com terras que foram de Joaquim Floriano de Godói, e descendo pelo ribeirão abaixo, continuando a limitar com as terras que foram do dito Godói até encontrar com terras dos herdeiros de José Joaquim de Toledo e continuando a descer até chegar a uma barroca de um córrego que vem das terras dos ditos herdeiros de

⁹⁹ SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Cultura, Departamento de Museus e Arquivos. Divisão de Arquivos do Estado. Registro de Terras de São Paulo. São Paulo: Divisão do Arquivo do Estado, 1999. p. 285-286.

Toledo onde se acha uma ponta do espigão ao lado direito ao dito córrego: e seguindo pelo espigão que divide as terras do finado Silvério, hoje incorporadas à fazenda até um córrego denominado Bocaina, atravessa o córrego e começa a extremar com terras de Emílio Xavier de Almeida, e seus filhos até sair na estrada em uma pedra chamada Pedra Casada, e desta pedra seguindo pela estrada para Juqueri-Mirim até uma encruzilhada que segue para a casa da Fazenda de São Pedro, e seguindo pelo caminho até o primeiro córrego, e por este abaixo até o ribeirão atravessando, e dividindo com terras de Estevão Dias a procurar o Espigão do Campo a encontrar com terras de Gertrudes Maria de Jesus até chegar às terras do falecido Antônio Cardoso de Moraes, e daí dividindo com terras do dito Cardoso até chegar a uma pedra denominada Boa Vista, e dessa pedra rodeando o espigão abaixo dividindo para o lado esquerdo com terras do sítio chamado Engordador, até chegar em uma estrada velha chamada de Dom Simão de Toledo, sempre dividindo com ditas terras até chegar no ribeirão denominado Cachoeira, e descendo por este abaixo até chegar a Barra do Córrego que vem do Campo Redondo, onde teve princípio.

No mapa do Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC, de 1906/1908, também aparece o registro da Fazenda São Pedro, próxima ao ribeirão São Pedro e à Capela do Apolinário.

Figura 168. Detalhe do mapa do Instituto Geográfico e Cartográfico, com a localização da Fazenda São Pedro. Comissão Gographica e Geologica. Publicação Especial para a Secretaria da Justiça e Segurança Publica. Folha do Municipio da Capital. Instituto Geográfico e Geológico. Escala 1:100.000. Acervo do IGC – Instituto Geográfico e Gartográfico. 1899 (1906).

A construção ocupa um ponto privilegiado em um grande terreiro circular situado no patamar médio de uma colina. O seu entorno é guarnecido por pequenas construções com funções contemporâneas que vão de uma pequena casa rural onde mora o proprietário, uma garagem para veículo, um depósito de ferramentas e instrumentos de trabalho rural, uma piscina, uma cobertura com forno de barro e um espaço para churrasco, além de um cruzeiro e o pau de São Pedro, com a respectiva bandeirola em seu topo. O complexo funciona hoje como uma chácara para locação para festas.

Figuras 170 a 181. Fotografias atuais da Fazenda São Pedro tiradas pelo autor do caminho que leva até a Fazenda São Pedro, localizada à meia encosta na colina e do complexo formado pela casa e demais instalações.

O imóvel hoje pertence por herança e partilha ao Sr. José Eduardo, que é um dos treze filhos de Pedro Pereira Cardoso e de Idalina da Silva Cardoso. Essa última, D. Idalina, herdeira de 35 alqueires de terras do espólio de seus pais, Luis (Mineiro) José da Silva e de Dona Florisa. Luis Mineiro era fazendeiro conhecido na região, citado pela memorialista Íris Fagundes como proprietário de uma fazenda que vinha desde os tempos coloniais (FAGUNDES, 1992, p. 183). José Eduardo conta que, no passado, a casa foi quase demolida durante a instalação das torres de energia da Furnas, o que só não aconteceu após muitas brigas para que a linha fosse desviada, passando hoje na parte frontal da casa situada em uma pequena colina, com vista frontal para o horizonte, no padrão das antigas construções coloniais. Um aspecto importante neste depoimento é que seu avô dizia ser a casa no passado um *sobrado*, hoje modificado, o que releva o seu significado e justifica a existência de algumas janelas em seu lado esquerdo de diferentes tamanhos.

Figura 182 e 183. Fotografias da fachada da Fazenda São Pedro, em dois momentos de sua história: na década de 1930 e na de 1980. Observar o gado retido no terreiro frontal da fazenda na primeira fotografia e a procissão de São Pedro na segunda. Ainda hoje se realiza uma missa no oratório da Fazenda, na celebração do dia de São Pedro. Coleção do Sr. José Eduardo.

A definição de sobrado pode sugerir a existência de um mezanino na parte superior do imóvel, destinado a depósito.

Figura 184 e 185. Fotografias da lateral esquerda da construção. As janelas deste lado do imóvel possuem diversos formatos, sugerindo o reuso de algumas, possivelmente utilizadas no mezanino ou andar superior no passado. Fotografias do autor.

A fazenda, na época de Luis Mineiro, possuía cento e cinquenta alqueires de terras e era limitada, em sua parte frontal, com as terras de Belarmino (Alambique do Belarmino no mapa de 1906-1908) e mais ao norte, com as terras dos Fagundes. A parte dos fundos era constituída por matas do Governo. A fazenda produzia café e legumes, como batata, cenoura e verduras diversas. Outra fonte de renda para a família eram as tropas de mulas de carga e a produção de carvão, madeira e lenha.

A Roseira, que aparece no mapa do IGC, era um bairro rural próximo, com campo de futebol e uma venda que pertencera a um primo do Senhor José Eduardo.

Arqueologia na Fazenda São Pedro

Ao se chegar na Fazenda São Pedro, seguindo pelas Estradas da Palhinha e São Pedro e atravessando o ribeirão São Pedro, é possível ver a concentração de construções anexas ao imóvel principal, formando um grande terreiro frontal. A casa principal, de feições sóbrias, permite entrever ser uma antiga habitação confeccionada em taipa, com os mesmos traços estilísticos das antigas casas rurais bandeiristas de São Paulo. Em sua parte frontal, separados por um corredor frontal, situam-se, à esquerda, dois quartos para visitas e à direita, a antiga capela com oratório, utilizado até os dias de hoje para sediar missa no dia de São Pedro. O telhado foi substituído, mantendo a integridade do imóvel.

Figura 186. Planta baixa da Fazenda São Pedro. Observar a estrutura original do imóvel composta pelos seis cômodos iniciais. A sala e a cozinha com depósito foram construídas em data posterior. Desenho de Gabriel Fernandes de Carvalho.

Ao penetrar, seguindo pelo corredor central, rumo à parte mais privativa da casa, vê-se, do lado esquerdo, um grande aposento destinado ao proprietário. No lado direito, dois quartos menores. Chega-se, então, a uma grande sala que foge dos preceitos das casas bandeiristas, pois integra a um novo telheiro como se houvesse sido construída em data posterior. Recentemente, foram incluídos também uma cozinha com forno à lenha, uma despensa e um banheiro.

Contudo, ao invés de ser uma construção em taipa de pilão, como a Fazenda dos Fagundes, o imóvel foi edificado em taipa de mão, sustentado por estrutura em madeira. No interior dos cômodos, é possível ver os baldrames de madeira expostos, sustentando a estrutura de taipa de mão.

Figuras 187 a 189. Fotografias da capela situada na parte frontal do imóvel, destinada a visitas externas. Observar a exposição da estrutura de sustentação da parede de taipa de mão (barra horizontal), bem como a estrutura vertical.

Figuras 190 a 192. Fotografia do corredor interno. Observar que o corredor se divide em duas áreas: uma para visita externa e outra mais íntima, destinada ao convívio familiar. As outras duas fotografias expõem a parte da estrutura de sustentação das paredes e o piso de madeira que se encontra acima de uma câmara de ventilação. Observar os cabides incrustados na parede.

A Fazenda São Pedro apresenta o mesmo partido arquitetônico das antigas sedes rurais paulistas, com planta organizada em três faixas: social, familiar e de serviço. Na parte frontal do imóvel, em seu lado esquerdo, dois quartos de visitas acolhem os hóspedes e no lado direito, separado por um corredor frontal, observa-se a presença da capela com um belo oratório.

Ultrapassada a faixa social (existe um divisória dos espaços no corredor, caracterizado por um grande batente e porta de madeira, além da inserção de cabides para roupas na madeira), entra-se na parte íntima, com a presença de três dormitórios, sendo um maior para o senhor da casa e dois menores. Na grande sala, vislumbra-se o espaço destinado ao convívio familiar e o trabalho da esposa, filhos e escravos domésticos. É significativo que exista uma porta na sala voltava para o

terreiro, além da entrada do corredor e da porta da cozinha, talvez facilitando a passagem para as atividades de serviço. A cozinha com fogão de lenha, despensa e pequeno depósito são construções anexadas em data recente. Neste tipo de habitação são inexistentes a cozinha e o banheiro. Os moradores fazem uso, para a higiene pessoal, do gomil e de seu prato, bacias e bacias de urinar. A cozinha ficava em um espaço externo à casa. Os alimentos eram preparados em pequenas construções isoladas, externas à casa, e quando existia, em um alpendre posterior.

A observação detalhada da constituição do espaço do terreiro oferece uma leitura bastante similar da efetuada na Fazenda dos Fagundes. Contudo, na Fazenda São Pedro é perceptível um piso de tijolos situado à direita do imóvel, quase como uma extensão ao lado de uma área cimentada. Uma sonda efetuada próximo ao local não logrou resultados satisfatórios, opondo-se a outras sondas feitas em área um pouco mais distante no declive do terreno.

Figura 193. Localização da porta voltada para a área do terreiro situado no fundo do imóvel, denunciando articulação do espaço de trabalho com a sala de convívio família. Presença de um terreiro no lado direito do imóvel, provavelmente pertencente a uma antiga cozinha externa. Foi realizada uma sonda próximo ao local, contudo nada foi aferido.

Figuras 194 e 196. Fotografia da área dos fundos ao lado da cozinha atual. Observar a presença de tijoleira na base das árvores, denunciando a possível existência de uma antiga cozinha nesta área. Segundo o Sr. Eduardo, proprietário do imóvel, era neste local que se realizava a lavagem dos legumes vendidos na cidade. A última foto apresenta conjunto de telhas capa e canal extraído do imóvel durante a sua reforma.

Figuras 197 a 200. Sonda efetuada na área próxima à cozinha do imóvel e fragmentos de louças encontrados no declive do terreno na área de fundos da casa.

A casa apresenta a mesma estrutura e solidez visível nas demais casas identificadas como bandeiristas, mesmo na distribuição de seus cômodos, o que de certa maneira demonstra a boa adequação e funcionalidade deste partido arquitetônico entre os séculos XVII e XVIII, chegando até o século XIX. Por outro lado, as necessidades domésticas também impunham outras exigências, como a edificação destes imóveis nas proximidades de uma aguada, à meia encosta, em terrenos planos e secos, no sentido de proteger as paredes de barro das águas.

O conjunto original já não existe mais, em razão do desaparecimento das edificações de apoio, como abrigos para escravos, ferramentas e animais, bem como depósitos de beneficiamento de produtos colhidos. Contudo, também há a hipótese da sobreposição de funções em um único espaço, o que seria aceitável para uma sociedade que não distinguiria estâncias distintas de vida, como sociabilidade, privacidade e trabalho.

A técnica construtiva adotada de taipa de mão é bastante significativa por existirem hoje poucos exemplares íntegros. Segundo Lemos (1999, p. 125-126), este tipo de construção tornou-se comum em São Paulo no início do século XIX, devendo-se a uma origem mineira ou de pessoas oriundas da bacia do Tietê, áreas onde a madeira de lei ainda era facilmente encontrável sem maiores problemas de

transporte. A localização deste exemplar em região serrana e muito distante da área estudada pelo autor amplia o leque de hipóteses.

Este tipo de construção faz uso de paus roliços para a ancoragem e verticalização dos painéis de paus trançados, cujos interstícios são preenchidos com barro. Lemos (1999) localizou na Bacia do rio Tietê, na zona de ocupação paulista mais antiga e sem influência mineira, um tipo de construção que definiu como *taipa paulista tradicional*. Eram edificações em que todos os elementos verticais da trama de varas se apoiavam em embasamento (baldrame) de taipa de pilão ou de pedra argamassada com barro ou, ainda, sobre alvenaria de tijolos igualmente ligados com terra molhada. Na parte superior, essa mesma trama tinha seus elementos verticais solidarizados com uma viga roliça horizontal presa em suas extremidades aos esteios da estrutura de madeira, que eram fincados diretamente no solo. Esses baldrame corridos nada mais eram que enchimentos de vãos estruturais e estavam ali só para impedir que a trama de madeira estivesse à mercê da umidade do chão. Nem sempre essa trama barreada terminava encostada na face inferior do frechal, mas, por vezes, ela subia ladeando aquela viga e ficava aparente acima do forro dos cômodos (LE MOS, 1999, p. 125-126). O autor encontrou esta técnica em imóveis paulistas como no Solar da Marquesa de Santos e na Casa do Grito, em Piracicaba, na Fazenda Milhã, e em Itú, na Fazenda São Luís. Aqui parece ter sido encontrado mais um exemplar com as mesmas características, embora se acredite ser um pouco mais antigo, de fins do século XVIII, tendo em vista à documentação escrita elencada.

Figuras 201 a 204. Fotografias internas do imóvel expondo a estrutura de madeira que sustenta as paredes de taipa de mão. Observar, na figura 202, o baldrame inferior de sustentação da parede. Na figura 204 aparece um dos inúmeros cabideiros que se espalham pela casa, incrustados nas paredes.

O aspecto relevante deste imóvel é a sua durabilidade e bom estado de conservação, aliados ao grande baldrame de pedra que o sustenta. A utilização de madeiras de lei de boa espessura e integridade também contribuiu para a sua

durabilidade. A informação de tratar-se de um antigo sobrado também releva que o projeto de sua construção almejava uma perenidade no seu estabelecimento, ou seja, foi feito para durar.

Figuras 205 a 207. Fotografias externas do imóvel expondo a estrutura de madeira e os baldrames de pedra que sustentam a estrutura da casa. Observar na figura 207, a câmara de ventilação que se situa abaixo dos pisos de madeira.

A análise do posicionamento da sede em meio ao relevo e à paisagem local, permite perceber não só o seu posicionamento em relação à paisagem circundante, como verificar a adequação de sua construção voltada para a estrada de São Pedro. O caminho das tropas passava em sua frente, em seu lado esquerdo, em sentido oposto à montanha. A casa está situada à meia encosta, apoiada na montanha situada ao lado sul do imóvel.

Figura 208. Posição da sede da Fazenda de São Pedro em relação à paisagem. Observar o posicionamento do norte (N), bem como da face frontal do imóvel (F) e a localização da colina onde está situada a casa (M) e a Estrada de São Pedro. Fonte: Google Earth. Acesso em 20 de junho de 2012.

A posição da frente da casa em relação à colina onde está situada montanha não tem uma relação direta se comparar com o caso da Fazenda dos Fagundes, contudo, além da justificativa do atual proprietário de que a frente para o leste possibilita a casa receber sol na parte da manhã em sua frente, parece também ser um imperativo o posicionamento da casa em relação à estrada principal e passagem dos viajantes e tropeiros, pois em ambos os casos – Fazenda de São Pedro e Fazenda dos Fagundes – a posição da sede parece estar alinhada ao percurso da estrada, o que é relevante se considerar a importância dos caminhos para a sobrevivência destes imóveis e sua inserção na economia colonial.

Figura 209. Localização do imóvel sede da Fazenda de São Pedro em meio à paisagem. Observar a sua localização próxima à área central da cidade de Mairiporã, bem como a alta incidência de intervenções urbanas em regiões próximas. Fonte: Google Earth. Acesso em 20 de junho de 2012.

A análise do material arqueológico evidenciado buscou, tal como na Fazenda dos Fagundes, estabelecer ou confirmar a data de edificação ou de maior uso do imóvel, mesmo considerando a baixa densidade de vestígios identificados. O quadro abaixo procura apresentar alguns grupos mais comuns, seguindo os mesmos procedimentos adotados no sítio anterior, para o estabelecimento de uma cronologia.

Total de fragmentos de louça identificados no sítio Fazenda São Pedro

Tipo de louça	Nº	%	Observação
Faiança fina branca com ausência de decoração	46	65,7	A alta incidência se deve à decoração limitar-se a algumas partes das peças.
Faiança fina branca com decoração em alto relevo na borda (trigo e floral)	03	4,4	
Faiança fina inglesa com decoração <i>Flow</i> azul	01	1,4	
Faiança fina inglesa com decoração floral manual	04	5,7	
	01	1,4	
Faiança fina inglesa com decoração transfer-printing na cor rosa cena europeia			
Faiança fina inglesa com decoração transfer-printing na cor rosa cena oriental	01	1,4	
Faiança fina inglesa com decoração transfer-printing na cor verde	01	1,4	
Faiança fina com decoração de linha	02	2,9	
Faiança fina com decoração de linha na cor verde	01	1,4	
Faiança fina com decoração na cor azul	01	1,4	
Faiança fina com decoração floral na cor	02	2,9	

verde			
Faiança fina com decoração <i>Shell Edge</i> na cor azul	02	2,9	Embora tenha sido localizada uma única peça, deve ser considerado que as louças brancas com ausência de decoração podem estar relacionadas a ela, já que a decoração da <i>Shell Edge</i> limita-se apenas à borda do prato.
Faiança fina com decoração manual azul	01	1,4	
Porcelana branca	01	1,4	
Cerâmica com engobo vermelho	01	1,4	
Cerâmica	02	2,9	
Total	70	100	

Figura 210. Quadro com a distribuição percentual das louças evidenciadas na Fazenda São Pedro.

A distribuição, segundo o quadro cronológico a seguir, procurou não só definir a data de produção para cada grupo de louças e cerâmicas evidenciadas e verificar a maior incidência de cada grupo na amostra, como também situar o ponto de localização do artefato na área do declive da colina. A análise do material, de acordo com os diversos pontos de localização, não permitiu inferir períodos diferentes de datação, já que a área em seu conjunto era destinada à agricultura, sendo cultivada durante décadas. Tanto o material advindo das sondas, com uma profundidade máxima de 40 centímetros (abaixo desta profundidade a sonda apresentava-se estéril), como da superfície do terreno, ofertou vestígios do século XIX, confirmando a datação proposta para o imóvel. De outro modo, reiterando a proposição já alentada para a Fazenda dos Fagundes que é possível se obter informações através das ausências de tipos comuns para o mesmo período e contexto, percebeu-se a repetição do que ocorrera no outro sítio: a quase total ausência de louças *transfer-printing* em contraponto à presença de louças com ausência de decoração, bastante comuns na quase totalidade dos sítios arqueológicos do século XIX. Este fato reitera a questão da funcionalidade do artefato em detrimento da aquisição de práticas culturais de caráter mais burguês e urbano, ligados à ostentação e ao luxo, como produto do surgimento de uma classe média urbana. O maior custo destas peças inviabilizaria a sua aquisição.

foi possível identificar nenhuma peça que possua de fato estas características no sítio. Por outro lado, a presença de artefatos, como a louça com decoração *Shell Edge*, além de algumas com cenas européias e orientais, materializam o contexto da coleção para o século XIX (SOUZA, 2010). A localização de fragmentos de cerâmicas utilitárias agregadas às louças também reitera esta hipótese, além do fato de que esta coleção se diferencia da procedente do sítio Fazenda Velha, a ser estudado no próximo capítulo, datado para o século XX.

Caracterização física e descrição contextual dos artefatos

Caracterização	Imagem Fotográfica	Caracterização	Imagem Fotográfica
Faiança fina com decoração transfer verde . (NP21). Diâmetro de 3 x 2 centímetros.		Faiança fina com ausência de decoração. (NP18).
Faiança fina com ausência de decoração (NP22).		Faiança fina com ausência de decoração. (NP19)
Cerâmica. (NP30).		Faiança fina com ausência de decoração.
Faiança fina com decoração transfer com cena oriental na cor vinho. Dimensões 2,5 x 3 centímetros. Carimbo na base com a palavra "orien...". (NP05).		Faiança fina com decoração na cor azul e listel preto transfer printing. (NP20).
Cravo com 2 centímetros de comprimento. (NP29).		Faiança fina com ausência de decoração. (NP20).
Faiança fina branca com ausência de decoração. (NP06).		Cerâmica. (NP27).

Faiança fina com ausência de decoração. (NP15).

Faiança fina com decoração na cor azul *Shell Edge*. (NP26).

Cerâmica com engobo vermelho. (NP16).

Faiança fina com craquelado com ausência de decoração. (NP26).

Faiança fina com ausência de decoração.

Faiança fina com ausência de decoração.

Faiança fina com ausência de decoração. Diâmetro de 12 centímetros na base. (NP16).

Faiança fina com ausência de decoração.

Faiança fina com decoração *Shell Edge* na cor azul. (NP16).

Faiança fina com 26 cm de diâmetro. Borda de prato com decoração em alto relevo. (NP03)

Faiança fina com ausência de decoração. (NP14).

Faiança fina com pasta craquelada e decoração floral manual policromada. Peça com espessura de 0,5 centímetros. (Peça NP02).

Faiança fina com decoração floral na cor azul na face interna. (NP18).

Faiança fina com ausência de decoração. (NP13)

Faiança fina branca com ausência de decoração.

Telhas.

Faiança fina com listél amarelo e preto. (NP07)

Faiança fina com decoração listel verde. (NP11).

Vidro na cor verde. (NP10).

Faiança fina com ausência de decoração. (NP11).

Faiança fina com decoração em alto relevo. Dimensões 2 x 2 centímetros. (NP10).

Faiança fina com craquelado com ausência de decoração. (NP07).

Faiança fina com decoração na cor azul. (NP08).

Dente animal. (NP04).

Faiança fina com decoração transfer com cena euroéia na cor vinho. Dimensões 2,5 x 2,5 centímetros.

Faiança fina com ausência de decoração. Diâmetro de base de 12 centímetros. (NP17).

Faiança fina com decoração borrão azul na face interna e listel ondulado amarelo. Borda com 14 cm de diâmetro. Produção do século XIX.. Dimensões 3 x49 centímetros (Peça NP01).

Fragmento ósseo com corte. (NP29)

Telha. (NP29).

Faiança fina com ausência de decoração. 02 fragmentos trigal. (NP29).

Faiança fina com decoração na cor verde. (NP29).

Faiança fina com ausência de decoração.

Vidro transparente e verde. (NP29).

Figura 212. Quadro com a caracterização física e descrição contextual dos artefatos evidenciados na Fazenda São Pedro.

Os materiais arqueológicos em louça estão dispersos no declive da colina, situada no fundo do imóvel no sentido frontal da cozinha. Neste local, também foram realizadas seis sondas teste, objetivando caracterizar um possível período de deposição distinto para a amostra encontrada em superfície, o que não se confirmou tendo em vista o intensivo uso deste local como área de plantio nas décadas e séculos passados, promovendo um revolvimento do solo. O material localizado nas sondas não ultrapassou a profundidade de 40 centímetros e apresentou as mesmas características daqueles encontrados na superfície, embora deva ser destacado que a louça *Shell Edge*, com início de produção nas décadas finais do século XVIII, somente foi encontrada nas sondas.

Figura 213. Dispersão dos materiais arqueológicos no declive da colina situada na parte dos fundos da sede da Fazenda São Pedro. Posição das sondas realizadas no mesmo perímetro.

NP	Descrição
1	Azulejo branco
2	Faiança fina branca com ausência de decoração
3	Faiança fina branca com ausência de decoração
4	Porcelana branca
5	Faiança fina branca com ausência de decoração
6	Faiança fina com decoração floral manual, telha, cerâmica e tijolo
7	Faiança fina branca com ausência de decoração

- 8 Faiança fina branca com ausência de decoração craquelada
- 9 Faiança fina com linha preta e amarela e faiança fina branca com ausência de decoração craquelada
- 10 Faiança fina inglesa branca com ausência de decoração e vidro
- 11 Faiança fina branca com ausência de decoração
- 12 Faiança fina com decoração floral na cor azul e faiança fina branca com ausência de decoração, além de vidro e telha
- 13 Faiança fina branca com ausência de decoração e faiança fina com linha preta e azul
- 14 Faiança fina branca com ausência de decoração
- 15 Faiança fina branca com ausência de decoração

O material arqueológico em louça da Fazenda São Pedro, mesmo considerando a sua baixa densidade (70 peças), apresenta características que o definem como pertencente ao século XIX, compatível com a data de edificação e uso do imóvel. Assim, as duas coleções até o momento estudadas – Fazenda dos Fagundes e Fazenda São Pedro - apresentam resultados diferenciados, mas convergentes com os períodos de edificação dos imóveis coloniais dos quais se originam. Este é um estudo preliminar, adequado aos objetivos previamente propostos para esta pesquisa, contudo, aqui se reitera o já apontado por Zanettini (2005) ao tratar da Arqueologia como conhecimento fundamental na compreensão e na restauração de antigos imóveis.

Ademais, deve se destacar que, para ambas as coleções, a função das peças se sobrepõe a qualquer outro uso distintivo ou de realinhamento social, embora haja de supor que se exista um contraponto entre faiança, faiança fina e porcelana (da mesma forma que também deva existir entre aparelhos de louça e peças isoladas), como também entre cerâmica neobrasileira e faiança portuguesa, mesmo que seja em menor escala no âmbito da sociedade colonial. No próximo item *A Fazenda Velha, século XIX*, será apontado um possível contraponto para as coleções ora estudadas.

2.6. A Fazenda Velha, século XIX

2.6. A Fazenda Velha, século XIX

A Fazenda Velha está situada na rua Caminho da Fazenda Velha, travessa da Estrada de Santa Inês, no bairro Parque Santa Inês, no Município de Caieiras, no Alto da Serra da Cantareira, nas coordenadas 23 K 0329285 e UTM 7410631, na altura de 742 metros. São ruínas de uma antiga sede rural edificada em pedra e que hoje se encontra quase encoberta pela vegetação no interior de uma chácara de veraneio.

Figura 214. Localização das ruínas da Fazenda Velha no contexto da Serra da Cantareira. Mapa Cartográfico Emplasa 1:10.000. Levantamento aerofotogramétrico. Sistema Cartográfico Metropolitano. Folha Parque Petrópolis. Índice de Nomenclatura SF-23-Y-C-III-4-SO-B, Mairiporã – SP, Folha 3432. Última atualização maio de 1985/Octubro de 1994.

Segundo informações inicialmente coletadas, tratava-se de um imóvel pertencente no passado a um rico proprietário local e que seria *dono de toda a Serra da Cantareira*. Ele possuiria terras que iriam de São Paulo a Mairiporã e Franco da Rocha, além de imóveis em Santana e Jardim São Bento, e terras em Jundiaí e São Bernardo. Este proprietário de nome Pedro Doll, de origem alemã, teria enriquecido através da extração de madeira de lei, abundante na região, na segunda metade do século XIX.

Figuras 217 a 231. Fotografias das ruínas da Fazenda Velha. Observar que o imóvel foi edificado em rocha, atingindo quatro metros de pé direito. Existem fragmentos de alguns muros de pedra existentes no entorno do imóvel e que ainda se encontram preservados. Fotografias do autor.

A partir destas informações, procedeu-se não só uma análise do imóvel como também de todo e qualquer dado que pudesse contextualizar as respectivas ruínas no âmbito da história da Serra da Cantareira, como também um levantamento da história do proprietário Pedro Doll, personagem singular da história paulista, em especial do bairro de Santana.

Pedro Doll e a Fazenda Velha

Consta que a Fazenda Velha pertenceu a Pedro Doll¹⁰², grande proprietário de terras com propriedades em São Paulo – Santa Ifigênia, Consolação, Santo Amaro, Santana¹⁰³ e São Bernardo. Nascido em Santo Amaro, em 17 de outubro de 1834, era

¹⁰² Dicionário de ruas. Prefeitura do Município de São Paulo.

<http://www.dicionarioderuas.com.br/LOGRA.PHP?TxtNome=RUA%20PEDRO%20DOLL&dist=71&txtusuario=&%20TxtQuery=1>. Acesso em 02.02.2010.

¹⁰³ No 1º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, criado em 1864 (localizado na rua Tabatinguera, 140 – Loja 9-16, telefone: 3101-4455) consta que Pedro Doll possuía um terreno no Alto de Santana (transcrição 8674, de 09.07.1892) com 26 m de frente por 50 m de fundo, com frente para a Estrada da Cantareira; um terreno em Santana (transcrição 17.697, de 16.12.1897) e venda deste terreno (pela transcrição 29.618); uma Chácara na Vila de Santo Amaro (transcrição 18.742, de 09.11.1857); um terreno em Santana (transcrição 19.907, de 06.04.1898) e venda (transcrição 67.085); seis lotes de

filho do imigrante de origem austríaca e homônimo Pedro Doll, que chegou ao Brasil no navio holandês Carlita Luiza, no porto do Rio de Janeiro, em 11 de agosto de 1828, pouco mais de seis meses depois da chegada do primeiro navio com imigrantes de origem alemã em portos brasileiros: a Galera Maria, que, em 13 de dezembro de 1827, desembarcou por ordem imperial os primeiros 226 alemães de diversas procedências em terras brasileiras.

A ideia principal dos gestores públicos brasileiros na recepção destas primeiras levas de imigrantes era alojá-los em núcleos coloniais, com grandes extensões de terras cultiváveis, divididas em lotes individuais, para que cada família pudesse extrair o seu sustento, preferencialmente, no interior da Província. Porém, a ordem imperial deixou livre às autoridades locais decidirem a melhor região para a instalação destes colonos e, após inúmeros debates entre os representantes da Província de São Paulo, as terras devolutas do sertão de Santo Amaro que foram escolhidas, devido à sua proximidade com a cidade e à suposta facilidade de comunicação que teria com o litoral. Nesse ínterim, outros grupos de imigrantes alemães foram desembarcando no porto de Santos, totalizando mais de novecentos emigrados, em 1828.

O assentamento na região de Santo Amaro deu-se por ocasião do sorteio dos lotes de terras em 29 de junho de 1829, data em que se oficializou a imigração alemã em São Paulo¹⁰⁴ (SIRIANI, 2003, p. 20), embora de forma muito insatisfatória e atendendo a um reduzido número de famílias.

Desde 1827 até o período da chamada *grande imigração*, ocorrida por volta de 1870, foram privilegiados no Brasil os estrangeiros de outras nacionalidades, como italianos e espanhóis. A Província de São Paulo recebeu um significativo número de alemães, oriundos de regiões empobrecidas e espoliadas, devido a conflitos de terras, crises econômicas e lutas armadas. Esses imigrantes partiam de sua terra natal rumo a

terreno na Consolação (transcrição 21.802, de 22.02.1899); um terreno em Santa Ifigênia (transcrição 2.773, de 12.10.1888).

¹⁰⁴ A lista das 94 famílias de alemães contempladas com lotes de terras no núcleo de Santo Amaro encontra-se na DAESP, Ordem 7213, Caixa 2, anos 1827-1858. A braça de terra equivaleria a 4,84 m², sendo assim, um terreno de 400 braças² (ao quadrado) equivaleria a 1936 m². Esse padrão de propriedade colonial distribuído em Santo Amaro é diminuto se comparado aos lotes que, na mesma época, foram entregues aos alemães do núcleo de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Ali, por iniciativa do governo Imperial, cada família recebeu lotes de terras que variavam de 150 a 160 mil braças². Ver *Cem anos de Germanidade no Rio Grande do Sul 1824-1924*. São Leopoldo. Ed. Unisinos, 1999 p. 82, 85 e 120. In: Siriani, 2003: 60.

um mundo desconhecido e promissor, cujo clima quente e solo fértil possibilitavam a ilusão do enriquecimento ou simplesmente de posse de um lote de terra para sobreviver com dignidade. Estas ilusões impeliram muitos a abandonar suas famílias, motivados pelas promessas de inescrupulosos agentes de imigração que agiam em nome de firmas brasileiras, alemãs ou do próprio Governo Imperial, interessado na introdução da mão de obra livre no país para o povoamento do território nacional (SIRIANI, 2003, p. 20).

De uma situação como colonos em um núcleo rural com pouco ou quase nenhum planejamento, até sua fixação na vila de Santo Amaro e na Capital da Província como comerciantes, artesãos ou prestadores de serviços, muitos desses alemães passaram por situações que estavam longe de ser idealizadas ou apresentadas por conterrâneos aqui já fixados por agentes de imigração. (SIRIANI, 2003, p. 21)

Pedro Doll, de profissão carpinteiro, conforme se registrou no livro de emigrados, chegou a Santo Amaro em 22 de fevereiro de 1829. Veio junto com outros irmãos seus: Catarina Doll, que logo montou um armazém de secos e molhados em Santo Amaro, e João Pedro Doll, marceneiro¹⁰⁵. Catharina Doll apareceria muitos anos depois, em 1873, no *Almanak da Província de São Paulo para anno de 1873* como dona de um commercio de fazendas e ferragens no município de Santo Amaro¹⁰⁶. Eram estes armazéns que ofereciam certo dinamismo ao cotidiano da vila, promovendo a circulação de mercadorias e de moeda, dando vida à parca economia local. Eles vendiam um pouco de quase tudo, de louças a facões e enxadas (SIRIANI, 2003, p. 78).

Quanto às profissões, o período abrangido pelos anos de 1827 a 1889 apresentou um quadro variado, ainda que predominante de ofícios ligados à agricultura para os alemães aqui chegados, o que pode ser explicado pelo fato de que, durante os meses que antecederam ao sorteio dos lotes de terras no núcleo de Santo Amaro, um número superior a 1000 indivíduos se estabeleceu nesta área da Capital paulista, com

¹⁰⁵ SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da Capital (1827-1889). Coleção Teses e Monografias. v. 6. Arquivo do Estado. Imprensa Oficial do Estado. São Paulo, 2003.

¹⁰⁶ Almanak da Província de São Paulo para anno de 1873. Organizado e publicado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. Imprensa Oficial do Estado. IMESP, 1985. Edição fac-símile na FAU. Edição original na Faculdade de Direito.

vistas a obter uma propriedade na região para garantir a sua sobrevivência. Entretanto, muitos desses imigrantes que se diziam agricultores, na realidade pouco conheciam do ofício, declarando-se lavradores, quando, na verdade, exerciam outras atividades de caráter urbano, como sapateiros, alfaiates, pedreiros, entre outros (SIRIANI, 2003, p. 68) O que parece ser o caso do pai de Pedro Doll que, como carpinteiro, também deve ter pleiteado terras em Santo Amaro.

Era o momento em que São Paulo se capitalizava com o café e a cidade oferecia inúmeras oportunidades aos indivíduos que abrissem seus negócios, como no caso da família Doll. O enriquecimento de seu filho, Pedro Doll, está associado à fase de expansão da economia paulista na segunda metade do século XIX e, possivelmente, no trato com ofícios ligados ao beneficiamento de madeira. Seus descendentes, moradores no atual bairro do Mandaqui, sempre o relacionam com a ferrovia Santos-Jundiaí, embora até o momento não tenha sido localizado nenhum documento que estabeleça tal relação.

O adensamento populacional ocorrido neste período, quando os lucros do café passaram a ser investidos em indústrias e a aparelhagem urbana passou por uma gigantesca remodelação, contribuiu e muito para a prosperidade destes imigrantes alemães, levando-os a se destacarem na sociedade local. Outros continuaram a viver suas vidas numa luta diária pela sobrevivência. (SIRIANI, 2003, p. 96). Uma maior variação no quadro de profissões exercidas por imigrantes alemães na capital paulista e em seus arrabaldes fez-se sentir nos anos de 1850, quando o número de alfaiates dobrou, tanto em Santo Amaro como na Capital, assim como o de carpinteiros e ferreiros. O comércio aqueceu-se e, cada vez mais, indivíduos declaravam atividades relacionadas ao comércio e à prestação de serviços ao mesmo tempo em que houve uma estagnação no número de proprietários de armazéns de secos e molhados, denotando não um declínio desta atividade, mas uma possível diversificação do comércio em setores especializados como armarinhos, tecidos, vestuário, joalheria e relojoarias (SIRIANI, 2003, p. 115).

O crescimento vertiginoso da cidade, na segunda metade do século XIX, foi um fator importante para a sobrevivência quotidiana dos imigrantes alemães aqui instalados. A industrialização, ainda incipiente, não significava uma ameaça concreta

aos profissionais e artesãos como havia sido no território alemão. Livres da concorrência dos produtos mecanizados, eles puderam exercer seus ofícios, contando com uma clientela que, além de tender a aumentar na esteira da cafeicultura, atraía inúmeras famílias do interior, que passavam longas temporadas na cidade, desfrutando de uma vida social cada vez mais agitada, com inúmeras práticas que possibilitavam a demonstração de seu status.

Segundo seus descendentes¹⁰⁷, o pai de Pedro Doll (os familiares confundiam datas e referências entre pai e filho em seus depoimentos) integrava este grande contexto de transformações da Capital paulista. Ele trabalhou a convite de Dom Pedro II na construção de pontes de madeira para a Estrada de Ferro Santos – Jundiaí, incluindo as pontes de referência em São Paulo, como o pontilhão da rua Mauá e Ponte Pequena, atuando como engenheiro e recebendo seus vencimentos em terras¹⁰⁸ (terras devolutas do Estado talvez).

Ele foi casado com Bárbara Pluimem, quem provavelmente conheceu em Santo Amaro, pois a família de Mathias Pluimem, lavrador, emigrou para o Brasil no mesmo ano de 1829, e possivelmente no mesmo navio em que veio. Segundo seus descendentes, os Doll – pai ou filho - teriam terras que iam de Franco da Rocha até Mairiporã, além de setenta alqueires na região de Jundiaí, adquiridas antes da Lei de Terras de 1850, cujos registros não foram localizados¹⁰⁹.

A Lei de Terras, aprovada pela Assembléia em 1850, sujeitava todas as terras da Coroa à venda pública. As posses anteriores a esta data, por maiores que fossem, eram reconhecidas, desde que não contestadas e devidamente registradas em cartórios de terras. Essas concessões, como as sesmarias, eram registradas sem demarcações nos cartórios. A lei reconheceu direitos sobre terras a ocupantes

¹⁰⁷ Foram feitas entrevistas com os Srs. José Simões, Mário Simões e José Roberto Soares, bisnetos de Pedro Doll.

¹⁰⁸ Segundo depoimento dos Srs. José Simões e José Roberto Soares. A informação não pode ser confirmada até o momento, mesmo nas pesquisas realizadas no Arquivo do Estado de São Paulo, entretanto é possível que Pedro Doll tenha sido um fornecedor de dormentes para as empresas ferroviárias em expansão, já que inúmeros empreendimentos de caráter público exigiam o uso de madeira de lei na sua realização (DEAN, 2010).

¹⁰⁹ Existem propriedades de Pedro Doll esparsas pela região, conforme observado em alguns cartórios, contudo, são inexistentes documentos que comprovem as informações de seus descendentes. É fato que no período havia certa desconfiança por parte dos imigrantes em registrar terras, bem como restrições oriundas do governo. Essa questão merece uma análise futura.

estabelecidos após a abolição das sesmarias em 1823 e registradas em 1856. Os ocupantes que detinham lotes de subsistência eram normalmente pobres demais para pagar a taxa de registro e ficavam sujeitos a numerosas fraudes, para fazer parecer que toda e qualquer ocupação fosse anterior a 1850. A terra privatizada não era sujeita a nenhum imposto, exceto nas transferências, momento em que para evadir os impostos do Estado se promoviam subavaliações (DEAN, 2010, p. 166).

Os Estados, por sua vez, aprovavam estatutos que recapitulavam a lei imperial de 1850. Em São Paulo, o estatuto de 1895 colocou as terras públicas à venda, estipulando que nenhum comprador poderia reclamar posses com mais de quinhentos hectares de floresta. O Estatuto até estendia a medida para ocupantes com terras maiores, limitando-as a 1000 hectares de terras de matas. No entanto, os governos estaduais do período republicano, como aqueles da época do Império, furtaram-se à responsabilidade de realizar um levantamento cadastral de suas terras, o que levou poucos títulos de terra a serem derivados de compra, quase todos com base em direitos estabelecidos por origem de ocupação (DEAN, 2010, p. 229).

As terras de Pedro Doll na Serra da Cantareira provavelmente se enquadravam nesta situação, aparecendo em registro somente em 1954, data da partilha dos bens da família, excetuando-se uma averbação de 1912 em que Anna Doll de Moraes e sua irmã Maria recebem ambas pequenos trechos de terras situadas no alto da Serra, na área onde está situada a Fazenda Velha¹¹⁰.

Pedro Doll (pai) faleceu antes de 1866. Na memória familiar, como citado em depoimento de seu descendente, o Sr. José Simões, ele teria regressado para a Alemanha, onde morreu. Seu filho primogênito, Pedro Doll, casou-se em 09 de janeiro de 1866, na Matriz de Santo Amaro, com Martha Maria de Jesus, natural de São Bernardo, filha de José Antônio de Moraes e de Anna Luíza Vianna¹¹¹, com quem teve

¹¹⁰ Segundo informações orais do Sr. José Simões. Não foi localizado nenhum documento comprobatório no Tribunal de Justiça de São Paulo, o que foi considerado inusitado, segundo funcionários da repartição pública.

¹¹¹ “Aos nove de janeiro de mil oitocentos e sessenta e seis, proclamados, nesta Matriz da Santo Amaro, donde o contrahido é natural e ambos fregueses, ao meio-dia em minha presença e testemunhas José Branco de Araújo e Antônio da Luz, se receberam em matrimônio Pedro Doll filho de Pedro Doll, falecido, e de Bárbara Pluimem, com Martha Maria de Jesus natural de Sam Bernardo, Filha de José Antônio de Moraes e de Anna Luíza Vianna. Logo dei-lhes bênçãos nupciais. Livro de Casamentos nº10 Santo Amaro 1863-1887 04-1-25, pp. 12v. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

seis filhos: Anna Doll, Maria Doll, Isabel Doll, Luís Doll, José Doll e Antônio Doll. As terras que possuía em São Bernardo, provavelmente, foram dote de casamento e herança de sua esposa, Martha, enquanto que as de Santo Amaro seriam de seu pai.

Freguês de Santo Amaro, Doll residiu na região por muitos anos, atuando como vereador e procurador da Câmara de Santo Amaro¹¹², entre os anos de 1883 a 1887. Foi nesta região que amealhou toda a sua fortuna, possivelmente herdando terras e negócios de seu pai. A região de Santo Amaro vivia um lento e gradual processo de crescimento no entorno do Largo do Jogo da Bola, logo atrás da Matriz. Pequenos armazéns, onde tudo era trocado e negociado, abriam as suas portas, vendendo de lenha à farinha, de tecidos a galinhas, revelando o estado rudimentar, mas real, da economia local em meados do XIX (SIRIANI, 2003, p. 72), como a própria Catarina Doll bem exemplifica com sua loja de secos e molhados.

De Santo Amaro assim como de outras localidades, que formavam uma espécie de cinturão de abastecimento ao redor de São Paulo, que vinham para a cidade mercadorias como: legumes, frutas, hortaliças, palmito, galináceos, madeira e pedras. Vilas como Bragança, Atibaia, Juqueri, Nazaré, Santana de Parnaíba e freguesias de São Paulo, como Penha e Nossa Senhora do Ó, ofereciam seus produtos nas ruas do centro. A chegada dos alemães não mudou este quadro ainda de província. No Brasil, como é presente em muitos inventários, os alemães continuaram a produzir para consumo próprio, comercializando os excedentes, porém introduzindo algumas novidades como a batata, em que foram os pioneiros, abastecendo os mercados da Capital, e como a produção de laticínios, como o queijo e a manteiga, que não faziam parte da mesa do paulistano, obtendo, por isso, grande aceitação (SIRIANI, 2003, p. 72).

Quanto ao comércio em Santo Amaro, este se mostrou como uma atividade voltada para o escoamento da pequena produção local e como garantia de

¹¹² Em 10 de julho de 1832, Santo Amaro foi elevado à Vila. Em 04 de março de 1835, tomou posse o primeiro prefeito Manuel José Moraes. Em 22 de fevereiro de 1935, foi anexada a São Paulo e, já no ano de 1877, contava com 40 léguas de território e 10.280 habitantes. Infelizmente, não se sabe se esse número ainda englobava a freguesia de Itapeceira, que foi desmembrada e elevada à categoria de vila aos 08 de maio do mesmo ano. (SIRIANI, 2003: 72)

sobrevivência, ainda que alguns comerciantes tivessem seus fornecedores na cidade de São Paulo. A grande maioria dos indivíduos ligados ao setor dedicava-se, basicamente, ao comércio de secos e molhados, vendendo desde farinhas e grãos, até rendas e retorses de linha, atendendo às necessidades da limitada população local e evitando as desgastantes jornadas até a Capital que, não raro, chegavam a consumir de três a quatro dias, dependendo da situação em que se encontravam os caminhos. Muitos alemães transferiram-se para São Paulo, desenvolvendo seus ofícios artesanais sem grandes entraves em decorrência do lento desenvolvimento industrial da região. Um grande número de ferreiros, carpinteiros, padeiros, entre outros, passou a conviver, com pequenas fábricas de cerveja, chapéus, alfaiatarias, oficinas de fundição, relojoarias, tipografias, farmácias e inúmeros outros estabelecimentos comerciais que, paulatinamente, foram se instalando, oferecendo assim uma nova dinâmica econômica para a cidade (SIRIANI, 2003, p. 78).

Em janeiro de 1887, Doll pediu exoneração de seu cargo como vereador por ter transferido a sua residência para Santana, na época outro município. Em 1895, ele aparece como membro da Comissão de obras da futura igreja Matriz da Freguesia de Sant'Anna¹¹³ e esta, já em 1896, aparece como novo Districto¹¹⁴.

Embora tenha se mudado para Santana, possivelmente manteve muitos negócios em Santo Amaro. Seu filho, José Doll, aparece em 1896, no *Almanach do Estado de São Paulo para 1896*, como agricultor na vila de Santo Amaro¹¹⁵. Segundo José Simões, ao falar das memórias de sua avó Anna Doll, cita que seu bisavô tinha por hábito descer a Serra da Cantareira em um carro de boi, transportando toras de madeira de lei com destino a Santo Amaro e São Bernardo, e de lá para o litoral, onde

¹¹³ Provisão de 10.07.1895. Pedro Dollen consta como membro vogal. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Pasta da Paróquia de Santana.

¹¹⁴ O Districto de Sant'Anna, possuidora de uma capela, foi elevada a distrito em 04 de abril de 1889. Ela foi uma antiga colônia e seus habitantes se espalharam para as povoações vizinhas de Mandaqui, Cassandim, Chapada, Aquaducto, Barro Branco, Água Fria, Guapira, Piquery, Tremembé, Cachoeira, Cantareira, Chora Menino, Invernada e Santa Ignez. Possuía facilidade de comunicação por Bonde e pelo *Tramway* da Cantareira. *Almanach do Estado de São Paulo para 1896*. FD I2-23-12. p. 297.

¹¹⁵ *Almanach do Estado de São Paulo para 1896*. FD I2-23-12. p. 468

exportava a madeira. No trajeto, fazia uma pequena parada para descanso e troca de cangas no Mandaqui, em Terra Preta, onde possuía uma chácara¹¹⁶.

A aquisição das terras na Serra da Cantareira ou o seu usufruto devem ter surgido, para Doll, como um grande empreendimento comercial, na última década do século, talvez até relacionada às possibilidades de ganho com a venda de madeira para os reservatórios em construção no Alto da Serra, além das ferrovias em expansão em toda a Província e à construção civil. No mapa do IGC de 1906, é significativo que a sua propriedade no alto da Serra não apareça como uma fazenda, como ocorre com as demais, sendo citada apenas como Pedro Doll¹¹⁷; acrescido do fato que inexistem outras propriedades no entorno da sua, comum para outros pontos da serra onde se avolumam as fazendas.

Figura 232. A área da sede da Fazenda Velha aparece descrita no mapa apenas como Pedro Doll e não como fazenda. Detalhe do mapa topográfico publicado pela *Comissão Geographica e Geologica. Publicação Especial para a Secretaria da Justiça e Segurança Publica. Folha do Município da Capital*. Instituto Geográfico e Geológico. Escala 1:100.000. Acervo do IGC – Instituto Geográfico e Geológico. 1906. Observar a ausência de qualquer outra ocupação no entorno da citação de Pedro Doll.

Doll, mesmo considerando a dificuldade do trajeto até São Paulo pela Estrada de Santa Inês, teria a seu favor a proximidade com a cidade, bem como a oferta de um

¹¹⁶ Segundo depoimento de José Simões. Embora existisse uma proibição para a derrubada de madeiras de lei desde o período colonial, esta se tornou letra morta após a independência e foi oficialmente revogada em 1876, vítima do desprezo dos proprietários, da ideologia liberal ora reinante e da revolução da construção naval (DEAN, 2010: 248), e foi possível fonte de negócios para Doll.

¹¹⁷ Em alguns documentos de décadas posteriores, aparecerá a referência ao local como bairro dos Doll.

Cachoeira, daí seguem pelo Juqueri-Mirim abaixo até antiga estrada de rodagem, atravessando esta, procurando a cabeceira do Cabuçu de baixo, por este até a ponte da Barra Funda, e daí, Tietê acima, até a Ponte Grande, ficando compreendida nestas divisas as fazendas do Bispo e a de Pedro Doler. (Sinopse Estatística do Município de São Paulo, IBGE, 1950. In: TORRES, 1971).

Homem religioso, em 1902, Doll assumiu como Provedor da Mesa Administrativa a comissão encarregada da construção da Capela Santa Cruz, no alto de Santana. No relatório da paróquia de Santana de 1904 e 1905, ele também aparece ao lado de sua filha Anna Doll¹¹⁸. Segundo depoimento de seus descendentes, Doll também era membro ativo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Capela Santa Cruz¹¹⁹.

Pedro Doll faleceu em Santana em 06 de outubro de 1912, aos 78 anos, sendo enterrado no cemitério do Chora Menino, que, segundo seus descendentes, também foi edificado em suas terras¹²⁰. Na partilha dos bens, os herdeiros receberam cerca de 600 alqueires em terras na Serra da Cantareira, cabendo à Anna Doll de Moraes a posse da área da sede da Fazenda Velha, com 60 alqueires; na época, casada com o lavrador Eugênio Ortiz de Moraes. Outra sua irmã, Maria Doll, mãe do Sr. José Roberto de Moraes, também recebeu 60 alqueires¹²¹, do outro lado da Estrada de Santa Inês, em área hoje pertencente ao Clube da Associação Paulista de Medicina. Quanto aos outros filhos, tanto o primogênito Francisco Doll, como Luis Doll, o filho do meio, possuiriam terras na Estrada da Roseira. Do terceiro, José Doll, pouco se sabe. Ana e Eugênio também receberam terrenos na Vila Maria, na Freguesia do Ó e em São Bernardo (42 mil m², perdendo posteriormente 21 mil m² por usucapião), Tietê, na rua Dr. Zuquim, na Salete (casas), Vila Guilherme, Terra Preta (Hospital do Mandaqui) e a Chácara no Mandaqui¹²².

¹¹⁸ Relatório da Paróquia de Sant'Anna de 24.08.1904 até 13.08.1905. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Pasta Santana.

¹¹⁹ Segundo depoimento do Sr. Américo de Moraes Simões em 12 de janeiro de 2011.

¹²⁰ José Simões, no depoimento, citou a existência de processos de terras, em 1991, falando das propriedades no bairro da Freguesia do Ó (seis mil m²) e no Alto de Santana (4 imóveis).

¹²¹ 1.442.000 m² de terras na Serra da Cantareira, na área hoje ocupada pela Associação Paulista de Medicina.

¹²² Segundo informações coletadas no depoimento do Sr. José Simões.

Na região norte da cidade, no bairro de Santana, a sua memória foi preservada através de uma rua bastante conhecida e de uma travessa, resultado da atuação política de um de seus bisnetos. Outros familiares também tiveram seus nomes associados a outros logradouros públicos como José Doll de Moraes, em Santana, e Ana Doll de Moraes, no bairro do Mandaqui¹²³.

Durante a Revolução de 1924, a família se refugiou dos ataques das tropas federais na sede da Fazenda Velha, fugindo de sua Chácara do Mandaqui. Havia um clima de medo, inquietação e violência por parte das guarnições do Exército que atacavam São Paulo, a semelhança do que ocorreu com a família Fagundes, em Juqueri. Na época, os canhões das forças militares rebeldes assentaram canhões no Campo de Marte e Santana e bombardearam contra a sede do Governo, nos Campos Elíseos, atingindo, inclusive, o tradicional Lyceu Salesiano.

Figura 234. Fotografia dos familiares de Pedro Doll domiciliados na Fazenda Velha durante a Revolução de 1924. Na fotografia, estão presentes na parte superior (da esquerda para a direita) José Doll (1), Paulo Doll (2), um desconhecido (3) e Miguel de Moraes (4). Na parte inferior, estão presentes um desconhecido (1), Eugênio Ortiz de Moraes (2), Justa de Moraes Simões (10), Tia Sofia (11), Tia Maria ou talvez Tia Ormizinda (12). A caminhonete Nash – Overland – pertencente a Paulo Doll e que era utilizada para o transporte de carvão. Personagens identificados por José Simões, descendente da família.

¹²³ Em depoimento de Jaime Janeiro Rodrigues (*ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO*, 2001: 99), ele conta que em um evento ocorrido em 1906, as pessoas do bairro de Santana atearam fogo no bonde em protesto contra os constantes problemas da linha: *Entre os incendiários, havia gente importante, filhos de famílias tradicionais de Santana, como João Baueri, o Sijefredo, rebento do Coronel Fagundes, o Juvenal, filho de Joana Quaresma e o Paulino Doll, filho de Juca Doll.*

A fazenda, após a morte de Doll, continuou a produzir hortifrutigranjeiros nas décadas seguintes e, nos anos de 1950, as terras de Ana e Eugênio¹²⁴ foram partilhadas entre seus filhos, cabendo a sede ao filho Mario. Contudo, Maria Doll, mãe do Sr. José Roberto Soares, após pleito junto ao irmão, acabou por ir residir no imóvel, alegando questões afetivas, efetuando a troca da parcela de terras¹²⁵. Alguns anos depois, após a solicitação de seu outro irmão José, Maria Doll dividiu a casa em duas menores, cabendo a ela a parte frontal do imóvel e a seu irmão, a parte dos fundos, o que justifica a existência de uma segunda cozinha na parte da frente do imóvel. Por fim, José residiu no imóvel por apenas dois anos, pois a casa já apresentava problemas de conservação e, após os anos 1950, ela entrou em franca decadência, recebendo apenas algumas reformas paliativas. Esta situação se agravou até os anos de 1970, com o desabamento da parte frontal, obrigando o Sr. Eduardo Soares, esposo de Maria, professor de Língua Portuguesa da Escola Dom Bosco, a construir uma casa de taipa em frente ao imóvel. Nesta época, a família já residia em Santana, passando a visitar a fazenda nos finais de semana. Após esta fase, a casa foi ruindo aos poucos até chegar ao estado em que se encontra nos dias de hoje.

Figura 235. Fotografia com o estado de decadência do imóvel, praticamente em processo de desabamento, da casa de taipa construída pelo Sr. Eduardo Soares na década de 1970, do caminho da Fazenda Velha com a presença de outros imóveis. Fotografias datadas de 1975 e pertencentes ao acervo pessoal do Sr. José Roberto de Moraes.

¹²⁴ Em 1938, um artigo no Estado de São Paulo falava sobre o pobre homem rico Eugênio Ortiz de Moraes que, segundo o jornal, era proprietário de toda a Serra da Cantareira. Segundo José Simões, Eugênio perdeu cerca de 2.500 alqueires na Serra. Este artigo do Estado de São Paulo não foi localizado e consta como informação em depoimento de do Sr. José Simões.

¹²⁵ Este foi o inventário da família mais antigo localizado.

Arqueologia na Fazenda Velha

A Fazenda Velha, segundo os descendentes de Pedro Doll, foi sede de uma antiga madeireira¹²⁶. A casa ocuparia uma posição central no alto da Serra, em um pequeno vale situado logo após um grande acíve, o único desde a saída do núcleo urbano de São Paulo, no bairro paulistano do Tremembé. A escolha do local não fez uso dos mesmos critérios das casas anteriormente estudadas nesta pesquisa, situadas em terreno elevado, à meia encosta na colina, protegidas das águas, mas em uma área plana, no bojo de uma nascente, com um pequeno riacho a transcorrer em sua frente, estabelecendo em seu alpendre em formato de “L” uma visão clara tanto da estrada como das áreas de cultivo.

Figura 238. Na fotografia está registrado o norte (N), bem como a direção da parte frontal da casa (F) situada em área de vale (depressão planáltica) e voltada para a estrada rumo a São Paulo. Fonte: Google Earth. Acesso em 20 de junho de 2012.

A escolha do local para a sua construção pareceu atender mais a questões de funcionalidade, talvez ligadas ao corte, beneficiamento, depósito e transporte de

¹²⁶ De acordo com os depoimentos do Sr. Américo de Moraes Simões, José Simões e José Roberto Soares.

madeira. O solo não é seco e encontra-se muito próximo ao riacho Santa Inês, o que talvez tenha exigido o soerguimento da casa com amplas fundações de rocha. Em seu entorno, segundo seus descendentes, existia uma grande quantidade de pequenos ranchos de pau a pique onde habitavam cerca de 40 escravos, muitos forros, que plantavam arroz, feijão e milho, entre outros produtos agrícolas. Para o Sr. José Roberto de Moraes, a fazenda forneceria madeiras nobres para Santos em troca de areia, informação que deva ser revista tendo em vista a grande demanda por cal no período, mais interessante do ponto de vista comercial, além do fato de que na argamassa das paredes do imóvel foi encontrado cal litorâneo¹²⁷.

Os descendentes narram que Pedro Doll não era muito afeito à escravidão. Tratava os seus escravos com dignidade. Uma história de família conta que Doll costumava almoçar no salão principal da sede em uma grande mesa com dois longos bancos, cercado por trabalhadores escravos e forros. Todos eram obrigados a pendurar seus casacos em cabides de madeira, depositados em um grande armário situado no fundo da grande sala, seguindo um verdadeiro ritual diário, o que converge com as pesquisas de Siriani (2003, p. 65) sobre os imigrados alemães em São Paulo em relação à questão da escravidão, embora a autora considere que a atitude seja talvez menos por aversão ao sistema e mais pela dificuldade de acesso ao alto preço do escravo no mercado.

Figura 239. Fotografia da sede da Fazenda Velha datada da década de 1940, que registra o imóvel ainda íntegro com o seu telhado de três águas e o alpendre em formato “L”. Fotografia pertencente ao Sr. José Roberto de Moraes.

¹²⁷ Considerando a presença de conchas na argamassa das paredes.

Nas áreas rurais englobadas pelo planalto de São Paulo, poucas foram as referências à posse de escravos por parte de alemães. De todas as escrituras de hipoteca, doação ou compra e venda de escravos existentes nos livros cartoriais, apenas uma envolvia a posse de escravo por um habitante do sertão de Itapecerica. A grande maioria dos alemães não via na posse de escravos uma forma de investimento, com uma presença muito restrita. De certa maneira, era um luxo dispensável para famílias remediadas em que, muitas vezes, os filhos trabalhavam com os pais dividindo tarefas das mais variadas (SIRIANI, 2003, p. 65). Caso do próprio Doll, que de certa maneira atuava no mesmo ramo de negócios de seu pai.

Não foi possível precisar quando a Fazenda Velha foi construída, contudo, estima-se uma datação para o imóvel com base nos vestígios arqueológicos extraídos do local posterior ao final do século XIX, data que converge com a transferência de domicílio de Pedro Doll para a região de Santana¹²⁸.

A ausência de pedidos para rezar missa, de oratório ou qualquer outra referência nos documentos existentes consultados na Cúria Metropolitana de São Paulo, considerando a intensa religiosidade de Pedro Doll, sugere que a fazenda não era utilizada como imóvel residencial ou principal por seu proprietário (também ao contrário dos imóveis ora estudados) e atuava como local de produção com a extração e venda de madeira, de carvão, lenha e de outros produtos agrícolas e de criação, que era uma característica muito comum entre as famílias de elite em São Paulo, ou seja, a posse de uma residência satélite para a geração de recursos e, no mínimo, para a produção de gêneros de primeira necessidade. Doll possuía imóveis na região de Santa Terezinha e Santana e talvez residisse em sua chácara do Mandaqui¹²⁹.

Existe uma hipótese não confirmada de que Doll tenha feito a limpeza da área para uma futura produção de café já que foram encontrados alguns pés de café selvagem no entorno e em pontos dispersos na mata, embora esta também seja uma informação incerta já que em toda a região da Serra esta ocorrência é percebida. Por

¹²⁸ 1º Oficial de Registro de Imóveis, criado em 1864 - Cartório de Imóveis de São Paulo. Neste cartório, Pedro Doll possui muitos imóveis registrados, com exceção da Fazenda Velha.

¹²⁹ A Família Fagundes também possuía uma casa no bairro de Santana, em São Paulo, utilizada para as datas festivas, compras e visitas ao médico. Contudo, ao contrário da família Doll, a casa urbana da Família Fagundes atuaria como uma casa secundária, em oposição à sede da fazenda.

outro lado, fala-se muito de antigas fazendas de café e chá que teriam existido na região, contudo elas não aparentam ter ocorrido em grande proporção e de maneira tão sistemática como em outras regiões, tendo em vista a não localização de resquícios materiais desta produção como terreiros de secagem, lavadores, tanques de pedra com água corrente para descarte de folhas, pedras, terra e grãos verdes. O próprio tempo de investimento para o florescimento das safras, com uma média de sete anos para a primeira colheita, já inviabilizaria a produção local ou exigiria uma diversidade de produção que permitisse a subsistência do núcleo produtivo.

O Sr. José Simões, em depoimento, disse ter possuído no passado inúmeros equipamentos da antiga Fazenda, os quais caracterizariam as suas atividades como madeireira, tais como: serras, serra d'água e uma plaina de 1,5 m bem desgastada.

A análise da instalação da serraria de Pedro Doll na região, bem como o período de seu funcionamento, encerramento de atividades e partilha das terras, lembra muito o ocorrido em outras áreas da Província e do país, em que a ocupação do território segue um padrão muito similar no tocante à derrubada da Mata Atlântica. Após a supressão da mata nativa para a extração de madeiras nobres, retiradas uma a uma, visando atender a um mercado em expansão, geralmente o dossel arbóreo se tornava mais aberto, já que outras árvores mais jovens eram esmagadas com a derrubada das mais velhas, o que, mesmo com o brotar de novas árvores e cipós, levava ao esvanecimento do interesse capitalista imediato sobre a área pelo rendimento rápido que oferecia. A partir daí a faixa de terra era por fim queimada, dando lugar ao plantio diversificado, seja de café, milho ou capim para pasto (DEAN, 2010, p. 249), momento em que a terra já não ofertando grandes rendimentos, era parcelada e vendida a preços mais baixos, acessíveis a bolsos menos endinheirados, em especial, uma massa de trabalhadores com poucos recursos, como os imigrantes recém-chegados ao Brasil nas primeiras décadas do século XX.

As ruínas da Fazenda Velha estão situadas em uma área plana, com um leve declive, ampla, e com acesso direto a nascentes e veios d'água. Para um observador que chega ao local é nítido que, partindo da face paulista da Estrada de Santa Inês, empreende-se uma grande subida pela serra, seguido de um intenso declive, até se chegar a um aparente vale com um núcleo central plano e grande oferta de água

próxima. Após este ponto, uma nova subida se avizinha, declinando até os meandros da Represa Paiva Castro e a cidade de Mairiporã, ou seja, o local escolhido por Pedro Doll para instalar sua madeireira é o ponto médio entre as duas cidades, provavelmente em terras devolutas do Estado, mesmo sendo uma área elevada e de difícil acesso¹³⁰.

Figura 240. Área de vale, com grande suprimento de pequenos riachos, incluindo o de Santa Inês que cruza o local, com topografia plana e cercada por montanhas elevadas. Foi esta a área escolhida por Pedro Doll para sediar a sua propriedade. O ponto vermelho marca a localização da Fazenda Velha em relação a paisagem circundante. Fonte: Google Earth. Acesso em 25 de abril de 2012.

A posição do imóvel no relevo sugere uma imitação de outros imóveis rurais paulistas do ciclo cafeeiro quanto à sua conformação e construção. Em posição de dominância sobre a paisagem, o imóvel, assentado em terreno de reduzida declividade, é voltado para a área de plantio e para a própria estrada, separado por amuradas de rocha. A disposição da construção em suas faces coloca a face frontal para noroeste,

¹³⁰ Como já tratado em capítulo anterior, o local parece ser adequado à ereção de ranchos de tropas no percurso até Juqueri.

como que acompanhando quem chega de São Paulo e se voltando para o riacho que passa à sua frente.

O suprimento de água parece ter sido um determinante para o assentamento já que a casa foi construída ao lado de um pequeno riacho, o que sugere que o plantio de café talvez estivesse entre os projetos de Doll. Na década de 1970, Eduardo Soares, esposo de Maria Doll, pais do Sr. José Roberto Soares, construiu um sistema de represamento e canalização de água, direcionando-o diretamente para a casa e que se encontra a cerca de 300 metros do imóvel, penetrando na mata.

Figuras 241 e 242. Sistema de captação, represamento e canalização de água de um pequeno riacho situado na parte superior do imóvel. Fotografias do autor.

A localização de uma planta da área da fazenda presente no inventário de Ana Doll de Moraes, datada de 1954, permite entrever a posição da fazenda em relação ao declive do terreno. Na planta, a sede da fazenda, uma pequena construção auxiliar e um tanque de retenção de água da nascente situada colina acima estão posicionados logo após o bambuzal. A amurada de pedra é presente e a estrada perfaz à frente uma curva à direita, no local onde está hoje instalado o Clube da Associação Paulista de Medicina, ponto onde existia e em que ainda há outro tanque. O fragmento da antiga amurada de pedra está presente no interior de outra chácara, acompanhando a cerca de arame farpado, que divide as propriedades, assim como também lá está uma pequena via de uso local e que, no passado, era a própria estrada de Santa Inês hoje realinhada e asfaltada.

Figura 243. Localização da Fazenda na Serra com a presença de imóvel auxiliar. Planta da divisão das terras pertencente ao espólio de Ana Doll de Moraes. 1954. Na planta são referenciados os nomes dos proprietários das áreas que circundam a propriedade: no lado direito terras do Governo do Estado; acima, Fazenda Trovão; do lado esquerdo, propriedade dos herdeiros de Manoel Joaquim do Espírito Santo. Área total de 1.441.637.000 m². Escala 1:2.000. Acervo: José Simões de Moraes.

A análise visual do entorno do imóvel, através de caminhamentos sistemáticos, permitiu entrever a existência de uma mata secundária, com a presença de um grande número de eucaliptos plantados nas primeiras décadas do século XX¹³¹, resultado de um intenso desmatamento promovido em período anterior. A presença atual de um bambuzal nos fundos do terreno, plantado em período mais recente, pode ter uma função demarcadora, como divisora da propriedade ou limite da estrada ao mesmo tempo, e utilizado para diversos usos no cotidiano da fazenda, como é comum no Vale do Paraíba e em outras localidades. Os caminhamentos de pesquisa realizados no

¹³¹ O Instituto Florestal promoveu uma intensa distribuição de mudas de eucalipto no decorrer da década de 1920 (DEAN, 2010).

entorno da propriedade também procuraram detectar, embora sem êxito, a presença de pau d'alho, uma espécie que possibilita testar a qualidade do solo para o plantio de café.

Quanto ao imóvel, as fundações e estrutura das paredes foram edificadas em granito rosa e argila - material disponível no local - atingindo cerca de quatro metros de pé direito. O granito escolhido foi o *Cantareira* ou granito rosa, também chamado de *Pirituba* por Moraes Rego (1937. In: ELLERT, 1964, p. 16-17)¹³².

Figuras 244 a 246. Detalhe das paredes. Observar a presença de argila na compactação e ajuste das rochas. Fotografias do autor.

Segundo informação de um morador, o Dr Walter Ruff Júnior, médico veterinário, que utilizou o mesmo tipo de rocha – extraído de seu terreno - na construção de uma pequena capela particular próximo ao local, este material é de fácil extração, tem um bom poder de absorção de água quando seco e de quebra, quando necessário, e é bastante permeável e de fácil encaixe, mediante o uso da argila como pasta de ligação entre os blocos. É um material de grande solidez nas edificações, desde que protegido das chuvas. Foi provavelmente do tanque artificial, construído no percurso do riacho lateral e já registrado na planta de 1954, que se originou grande parte da matéria prima utilizada na construção da sede. Outros granitos foram extraídos do percurso do riacho, tendo em vista que não foram localizados pontos de extração próximos. A dimensão do tanque e sua proximidade contribuem para esta hipótese.

¹³² REGO, 1937; In: ELLERT, 1964: 16-17. É uma rocha ligeiramente mosocrática, dada à abundância de biotita, com arranjo sub-paralelo, imprimido a foliação da rocha. Ressalta-se a presença de grandes cristais de microclínio brancos ou róseos que, no geral, não acompanham a foliação, dando à rocha uma textura porfiróide. São comuns nos microclínios, inclusões de biotita, geralmente sem orientação. Em sua composição, ela possui micaxista (friável), mica e feldspato. ELLERT, Reinholt. Geologia da região de Mairiporã. Tese de Livre-Docência da Cadeira de Geologia da FFCL USP. São Paulo, 1964. p.16-17.

Em algumas paredes, nas colunas, foi observada a presença de pequenas conchas litorâneas *anomalocardia brasiliiana*¹³³, comum em mangues, restingas e no litoral paulista, e que foram utilizadas como argamassa para o reboco das paredes. O material foi encontrado somente nas colinas, evidenciando-o como um recurso técnico na composição das colunas e objetivavam a sua conservação. Outrossim, o depoente José Simões cita que existiam barris de madeira, originários da Alemanha, com cintas metálicas na câmara de ventilação abaixo do piso de madeira. José Simões diz ter os vistos aos cinco anos de idade quando visitou a fazenda ao lado de seu pai. A informação pôde ser confirmada pela literatura, pois a cal consumida em São Paulo neste período era importada da Alemanha (LE MOS, 1999).

Figuras 247 a 249. Detalhe do reboco das colinas com a presença de conchas litorâneas. O uso deste material nas colunas de sustentação das paredes parece ter por objetivo protegê-las da agressão promovida pelas chuvas. Estas colunas são as mais preservadas nos processos de desgaste do imóvel.

As telhas de barro eram do *tipo capa canal*, disposta em três águas, com provável produção local, pois existem informações da presença de inúmeras olarias esparsas pela região, embora deva ser considerado que o ciclo das olarias na região foi em décadas bem futuras, em meados do século XX. As telhas, embora seguissem uma dimensão padrão, apresentam diversidade de tamanhos, explicitando o caráter rudimentar e artesanal de sua produção.

¹³³ As conchas foram identificadas pela arqueóloga Paula Nishida.

Telhas

Telha	Face Inferior	Face Superior	Laterais (comprimento)
01	15,5	22,0	54,5
02	16,5	23	55
03	19	23	50

Figura 250. Medidas dos exemplares de telhas preservados após a demolição dos telhados e ofertadas para coleção arqueológica pelo Sr. José Roberto Soares.

Figura 251. Fotografia de telha original do imóvel sede. A dimensão média das peças é de 55 cm.

O imóvel, embora não aparente grande refinamento arquitetônico e nem possua grande dimensão, apresenta características que denotam certa atenção pela qualidade de sua construção com algumas de suas janelas frontais e portas apresentando um nível de 45°. Na estrutura de algumas paredes, na parte dos fundos, é presente um exalço na parte externa para inserção do varão de madeira de sustentação de um telhado, um possível alpendre. Alguns resquícios de pintura também foram observados em alguns pontos na face interna das paredes do grande salão, abaixo da janela.

Figuras 252 a 254. Detalhe das janelas com ângulo de 45° e sobrevivência de um madeiramento na parte superior de uma das portas. Fotografias do autor.

A tentativa de filiação arquitetônica deste imóvel a outros do mesmo período tornou-se bastante difícil, considerando a matéria prima adotada e as suas características rurais. Os exemplares mais próximos encontram-se no contexto do ciclo cafeeiro do Vale do Paraíba. Enquanto o imóvel foi edificado em rocha, aqueles do ciclo do café foram construídos sobre uma base de rocha sobre a qual se erguiam paredes em camadas sucessivas de terra socada, técnica conhecida como taipa de pilão. As paredes internas eram preparadas com a técnica do pau a pique, trama de madeira recoberta à mão com terra¹³⁴. Em um pequeno levantamento de imóveis rurais existentes no Vale, foram localizados alguns exemplares que se assemelharam à Fazenda Velha em suas características gerais, embora possuam espaços e cômodos muito mais generosos. Este é o caso da Fazenda São Lucas do Brandão, localizada na cidade de Volta Redonda, Rio de Janeiro. Esta fazenda, mesmo com maiores proporções e compondo um complexo de produção do café, apresenta as mesmas soluções externas¹³⁵ que a Fazenda Velha, em especial, em sua face frontal e lateral.

Figuras 255 e 256. Fotografia e planta baixa da Fazenda São Lucas do Brandão, localizada na Rodovia Lúcio Meira, BR 393, km 295, em Volta Redonda, Rio de Janeiro. Imagem extraída do Inventário das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Acesso em 26 de março de 2012. Observar a distribuição dos cômodos na sede principal e a estrutura similar à Fazenda Velha.
<http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?p=552>
[adeviva.org.br/inventarios/?p=552](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?p=552).

¹³⁴ LEMOS, Carlos A. C. *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Ed. Da USP, 1999.

¹³⁵ Inventário das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?p=552>
[adeviva.org.br/inventarios/?p=552](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?p=552). Acesso em 26.03.2012. Fazenda São Lucas do Brandão. Localizada na Rodovia Lúcio Meira, BR 393, Km 295, Volta Redonda, Rio de Janeiro.

Já internamente, a planta da Fazenda Velha permite entrever uma área de recepção de visitantes, feita no alpendre em formato “L” ou no grande salão central e sala de jantar. Um quarto com porta externa atenderia funções de hospedagem para os visitantes. Penetrando no interior da casa, tem-se acesso às alcovas em grande número e, na face oposta, à cozinha e a um quarto utilizado como despensa.

Figura 257. Planta baixa da Fazenda Velha com a distribuição dos cômodos. Observe as áreas de acesso social e as de acesso privado. A própria distribuição dos cômodos sugere um uso determinante ligado à produção, embora ainda permaneça a separação entre espaço social, íntimo familiar e de trabalho. Desenho de Gabriel Fernandes de Carvalho

A casa possuía degraus que levavam à porta central e salão, indicando a existência de um porão ou câmara de ventilação do assoalho, solução defendida na época por especialistas para a higiene da habitação. Esta câmara, muitas vezes, era utilizada como um depósito para utensílios e ferramentas. Para além do salão destinado ao almoço e de estar familiar, internamente era existente uma bateria de quartos destinados a funções íntimas, com entrada pelo lado esquerdo e do lado direito à

cozinha, à despensa e ao puxado de serviço, seguindo modelo caracterizado por Lemos (1999, p. 15). No caso da Fazenda Velha, o puxado de serviço e o banheiro externo não foram preservados, não permitindo à sua leitura.

Na parte frontal, um alpendre em “L”, voltado para noroeste, sugere uma posição de dominância e controle das atividades da lide diária de escravos e empregados. O alpendre frontal e lateral teria uma função significativa na dinâmica cotidiana no período, possibilitando observar ao longe as atividades de trabalho, o plantio, bem como tropas e viajantes que trafegavam na estrada (Lemos, 1999, p. 46), uma característica presente nas primeiras sedes rurais do ciclo cafeeiro no vale do Paraíba.

Além do que é visível hoje na observação das ruínas que sobreviveram ao tempo e tendo como pressuposto um modelo mínimo de quais seriam as construções satélites ou instalações que deveriam existir em seu entorno, tais como: horta, pomar, monjolo, depósito de gêneros, moenda, casas de escravos negros e forros, moinho de trigo ou milho protegido por muros, dos quais só sobreviveu uma instalação auxiliar sem identificação, presente na planta de 1954 e que estaria hoje no terreno de outro proprietário, do outro lado da rua, em área que já sofreu grande intervenção, e um conjunto de fragmentos de muros de pedra esparsos não só pelo terreno, como também sediado no terreno de um terceiro proprietário.

A passagem do café do Vale do Paraíba para o oeste paulista vivenciou a troca da taipa pelo tijolo, apoiada no conhecimento advindo da grande massa de imigrantes em meados do século XIX. Enquanto o tijolo se tornou comum no litoral, sobretudo na marinha nordestina, continuou praticamente desconhecido no planalto. A falta de cal a preços acessíveis e de boa qualidade pesaram muito nessa abstenção. O beneficiamento dos grãos de café exigia obras de alvenaria de pedra ou de tijolo, como: muros de arrimo para os terraplenos dos terreiros de secagem, aquedutos, canais, tanques de lavagem, instalações de rodas d'água e tulhas de alto pé-direito etc. A pedra, além do difícil manuseio, era comprometida pelo transporte caro. Olarias nas próprias fazendas eram mais convenientes e o tijolo foi o elemento escolhido. O que pesava era a falta de cal. A sede da Fazenda Velha poderia ter sido edificada em tijolos, contudo, opções específicas fizeram da pedra a matéria prima ideal. Existem

referências orais de que outros imóveis foram construídos em pedra na região, no entanto, em data posterior, nas primeiras décadas do século XX, como a casa da Família Tarquini conforme depoimento de Dona Angelina, descendente da família. As fotografias abaixo da casa, hoje demolida, retratam isso. Contudo, o partido construtivo adotado é diferente, apoiando-se no declive natural da colina, seguindo conhecido modelo mineiro (Lemos, 1999).

Figuras 258 e 259. Fotos da antiga sede da fazenda da família Tarquini. A sede já foi demolida. Fotografia de abril de 1984. Acervo fotográfico da família.

A fachada frontal deste imóvel, por outro lado, e de inúmeras outras casas rurais da região construídas nas primeiras décadas do século XX, seguem um novo padrão construtivo adaptado à região. Algumas são edificadas em terreno em declive, com a presença de depósito no andar inferior, enquanto outras são construídas em terreno plano, apresentando apenas a câmara de ventilação abaixo do piso. Esse tema será tratado no próximo capítulo *Casas, moinhos, olarias e praças de carvão, século XX*.

Ao contrário de outras áreas de São Paulo, em que a taipa dominou incontestavelmente até o século XIX, a Serra da Cantareira apresentou a especificidade da presença de construções em pedra. No início da pesquisa, acreditava-se que a Fazenda Velha seria o único exemplar em meio a pequenas construções satélites de taipa de mão. Contudo, nas entrevistas com moradores locais resgatou-se a existência outrora de outras casas, o que envolveria pesquisas mais aprofundadas para a sua confirmação.

As condições locais foram imperativas para este caso e acabaram por impor um modelo construtivo que foi copiado e que procurou adotar novas soluções para necessidades socioculturais já estabelecidas, explicitando uma imposição de ordem

cultural local que interferiu e ditou a sua construção, como apontado por Lemos (1999, p. 11), ao falar das *regiões culturais* paulistas caracterizadas pelas bacias dos rios Tietê, Paraíba, Grande, Ribeira do Iguape e Paranapanema, nas quais, o partido construtivo adotado em uma construção se relacionou diretamente com um programa de necessidades dos usuários de um determinado imóvel e

ao rol de atividades cujo exercício vai-se dar espaço arquitetônico destinado a satisfazer às expectativas momentâneas próprias do cliente, e muda ao largo do tempo (1999, p. 190).

Para este autor (LEMOS, 1999, p. 20-21), não é tarefa fácil reelaborar programas primitivos ou originais a partir de restos arquitetônicos incompletos, desacompanhados de documentação e desfalcados de construções satélites, como é o caso da sede da Fazenda Velha; o que demonstra a importância de se localizarem outros exemplares de imóveis deste tipo, mapeando seus artesãos e processos históricos que levaram a sua ocorrência¹³⁶. Nas casas paulistas, sempre há, em seu programa de construção, três grupos distintos de atividades cotidianas bem delineadas, o que é perceptível para o entendimento da Fazenda Velha e dos imóveis anteriormente estudados: (1) a atuação relativa ao convívio com estranhos; (2) a vida doméstica da vida intramuros; (3) e do trabalho caseiro, sobretudo o culinário, com grande destaque para a separação entre o espaço público, de acesso a pessoas de fora, e o espaço privado, restrito ao cotidiano da família, mesmo em casas mais humildes (1999, p. 15-16), ou seja, o social, íntimo e de trabalho. Embora a Fazenda Velha apresente partido arquitetônico, matéria prima e escolha do assentamento na paisagem diferenciados em relação aos demais imóveis estudados na pesquisa, ela ainda mantém a mesma divisão tripartite do espaço.

Segundo o Sr. José Roberto de Moraes, a casa ainda estava em pé até o ano de 1957. Ele cita de memória a existência de inúmeros itens do cotidiano, como uma debulhadora de milho, uma balança, uma mesa com dois bancos longos no salão central, além de um oratório com as imagens da Sagrada Família e São Jorge, bens

¹³⁶ No Município de Cajamar, município próximo, existe a presença de outros imóveis de pedra, de pequenas proporções, que deveriam ser melhor avaliados e que foram construídos pelos operários da empresa de extração de cal com o uso de matéria-prima local (ANJOS et alli, 2008).

materiais de uso familiar, social e de trabalho. Antigos moradores falam que na Fazenda ocorriam todos os anos a Festa do Divino¹³⁷.

Na análise do imóvel, dois aspectos podem ser ressaltados: a sua confecção em pedra, utilizando matéria prima local, o que por si só não despertaria interesse se não fosse uma técnica pouco usual em São Paulo e região, inclusive, a prática demandaria o domínio da técnica, bem como o manejo da matéria prima, que são conhecimentos acessíveis aos novos grupos emigrados para São Paulo; e sua relação com o proprietário Pedro Doll, nascido e criado em Santo Amaro, descendente das primeiras levadas de imigrantes alemães que desembarcaram no Brasil.

Sobre a imigração alemã de São Paulo, praticamente inexistem trabalhos, com exceção da pesquisa empreendida por Siriani (2003, p. 21). Por outro lado, a autora não abordou a presença de alemães e descendentes na área norte da cidade, como a Serra da Cantareira, Tremembé e Santana, locais com clima ameno e assim mais semelhante ao de seus locais de origem, resguardando o seu estudo para Santo Amaro, Itapeverica e para algumas trajetórias individuais e de algumas famílias. Estudar a presença desses colonos alemães na região norte da cidade é de relevância para entender suas estratégias de sobrevivência, de adaptação cultural e econômica, em especial, por uma peculiaridade especial: a não formação de *ghetos* fechados ou a especialização profissional em uma única área de negócio, como ocorreu com outros grupos imigrantes. Os alemães integravam-se à comunidade, como é percebido na Serra da Cantareira, característica que deve ser melhor compreendida já que, na Serra, no início do século XX, imigrantes de diversas nacionalidades povoaram os seus caminhos, como os Schmitz¹³⁸, alemães nacionalizados, os Scandura, os Filoni e os Tarquini, italianos¹³⁹, os Takamura, japoneses e outros, entre portugueses e espanhóis.

Quanto aos vestígios arqueológicos evidenciados, foram adotadas três estratégias complementares: a coleta de superfície, a implementação de sondas e a

¹³⁷ Segundo depoimento de Dona Paulina, descendente da família Tarquini e prima de Dona Angelina.

¹³⁸ Martin Schmitz nasceu em 1902 e faleceu em 03 de abril de 1958 em São Paulo. Foi diretor-secretário da empresa Eucatex S/A. Indústria e Comércio e diretor técnico da empresa Máquinas Raimann S/A. Fez parte do Conselho Administrativo do Deutscher Hilfsverein em 1936, em São Paulo. Ele Foi casado com Wilhelmine Schmitz, alemã (informações do Instituto Martius-Staden).

¹³⁹ Dona Paulina, da Família Tarquini, falou do sítio Nossa Senhora Aparecida, onde nasceu e com sede também confeccionada em pedra.

realização de quadras em áreas previamente definidas de acordo com as coletas e sondas (as duas primeiras estratégias adotadas), em coalização com o depoimento dos entrevistados.

A coleta de superfície forneceu uma grande quantidade de fragmentos de louça dispersos no entorno das ruínas, em especial, na parte lateral e frontal do imóvel, área do terreiro ou espaço de trabalho. Estes materiais foram analisados e inseridos em quadro cronológico de produção (figura 260), no sentido de verificar à qual período de ocupação poderiam estar relacionados ou se era possível precisar uma data de ocupação mais intensa para o imóvel. São inúmeros fragmentos datados das primeiras décadas do século XX com traços decorativos diferenciados e de possível produção nacional.

Fragmentos de louças evidenciadas e caracterizadas

Peça	Descrição do Fragmento de Louça
NP	
36	Faiança fina azul floral
37	Porcelana floral policromada
38	Porcelana floral policromada
39	Faiança branca

- 40 Azulejo
- 41 Faiança fina com linha marrom
- 42 Porcelana branca
- 43 Faiança fina branca borda
- 44 Faiança fina com linha azul e marrom
- 45 Faiança fina branca borda
- 46 Porcelana branca fundo
- 47 Porcelana branca
- 48 Faiança fina com linha preta e verde
- 49 Faiança fina verde floral borda
- 50 Faiança fina linha azul

Figura 260. Planta baixa com a distribuição dos fragmentos de louças dispersos na superfície da área das ruínas da Fazenda Velha.

Também foram realizadas sondas teste em diversas partes do terreno (sondas S2, S3, S4 e S5), procurando detectar concentrações de vestígios e talvez uma área específica de descarte, o que não ocorreu. Nas sondas efetuadas no entorno da casa, foram detectados poucos artefatos, ocorrendo uma concentração somente na parte interna, na área da cozinha (sonda S1).

Figura 261. Quadro das sondas realizadas em diversos pontos da área do sítio. A localização das sondas está demarcada na figura acima referida onde aparecem as louças coletadas em superfície.

Com o objetivo de minimizar impactos no local, optou-se por uma intervenção arqueológica mínima na área, procurando confeccionar sondas, trincheiras e quadras somente quando necessárias. Os motivos foram desde o uso da área do imóvel como chácara particular de veraneio pelo atual proprietário, o reduzido número de áreas passíveis de intervenção e a fragilidade das paredes do imóvel com risco de desmoronamento, em especial durante o período das chuvas. Neste sentido, foram importantes as entrevistas feitas com o caseiro da chácara, o Sr. Joaquim, que, por mais de dez anos, vem realizando pequenos trabalhos de manutenção e construção. Segundo ele, durante os vários trabalhos que realizou no imóvel, como a construção de uma casa de alvenaria no local onde antes existia uma casa de taipa de mão (ver imagem fotográfica), ele fez sapatas de 0,50 centímetros de profundidade e não encontrou nenhum fragmento que lhe tivesse despertado à atenção. Também não se lembra de ter visto concentração de fragmentos de louças e outros materiais, como um aterro ou depósito de lixo. Ele também fez uma fossa na área frontal da casa com nove metros de profundidade, nada encontrando. Uma segunda construção feita no fundo do terreno, ao lado do lago, com uma sapata também de 0,50 cm também não ofertou nenhum tipo de vestígio¹⁴⁰.

Após pesquisa documental em acervos, conjugado com entrevistas com descendentes e moradores locais e realização de sondas teste em pontos previamente escolhidos e esparsos pela área do sítio, foram definidas duas áreas na parte interna do imóvel: uma (área 1) na parte central do grande salão principal, ponto onde ocorriam as refeições e os principais encontros tanto sociais como de família e que, segundo informações de José Simões, era o local onde, quando criança, viu depositados na câmara de ventilação abaixo do piso de madeira, pequenos barris de cal; e o outro ponto delimitado foi a área da cozinha, ao lado do fogão à lenha. Para ambos os casos, procurou-se manter uma distância segura das paredes de rocha para as sondas, procurava garantir a integridade física das pessoas envolvidas nos trabalhos de escavação.

¹⁴⁰ Esta construção foi sustada em decorrência da legislação ambiental por estar muito próxima do lago, embora deva ser considerado que o atual lago seja na verdade um tanque artificial.

Na Área 1, foram confeccionadas duas quadras com 1,30 metros de profundidade (quadras A1 e A2).

Figuras 262 e 263. Fotografias das quadras A1 e A2 a serem escavadas na área do salão principal. Observar as estruturas horizontais de pedra edificadas para a sustentação do piso de madeira do imóvel.

Os trabalhos desenvolvidos nas quadras A1 e A2 localizadas na sala do imóvel não lograram resultados, expondo um solo inerte para a Arqueologia. Apenas um pequeno fragmento de vidro foi encontrado próximo à superfície.

Figura 264. Gráfico com a descrição dos materiais evidenciados nas quadras A1 e A2.

Já nas duas quadras realizadas na área da cozinha, quadras B1 e B2, com 1,30 metros de profundidade, foram evidenciadas, entre 30 e 40 centímetros de profundidade, uma concentração de vestígios, entre louças, vidros, carvão e fragmentos de granito rosa, além de telhas provenientes do desabamento do telhado ocorrido no fundo da casa, conforme apontado pelos depoimentos da família. Este material reduziu-se a partir de 50 cm, extinguindo-se em 70 centímetros de profundidade. Destaca-se a localização de duas pequenas garrafas agregadas no mesmo local com técnica de produção diferenciada, ambas na quadra B2, entre 20 e 50 centímetros de profundidade, ao lado de um projétil deflagrado.

Figuras 265 a 267. Fotografias da área B1: Confecção de duas quadras na área da cozinha, concentração de telhas provenientes do desabamento do telhado e área de escavação quadras B1 e B2.

A identificação de um piso de pedra, ocorrido na borda da quadra, delimitando a área lateral do fogão à lenha antes existente no local, auxiliou na evidência da antiga cozinha e da área da despensa, embora esta seja uma questão que ainda esteja em aberto, sendo discutida ao final deste capítulo.

Figuras 268 a 270. Fotografias com o piso de pedra evidenciado. Ele está situado ao lado do fogão à lenha hoje demolido no espaço da cozinha. Este piso é inexistente nos demais cômodos. Abre-se aqui uma questão sobre a função deste espaço a ser discutida no final deste capítulo.

Figura 271. Concentração de materiais arqueológicos nas quadras B1 e B2.

A análise do material arqueológico evidenciado no contexto da cozinha, nas quadras B1 e B2, permitiu datar a ocupação do imóvel para a segunda década do século XX. A localização de fragmentos de um único utensílio de louça *Banded* na cor verde na quadra B2, produzida a partir do último quartel do século XIX, poderia servir como um indicador cronológico, antecipando a data do depósito, contudo a localização de uma moeda produzida entre 1918 e 1935 no mesmo contexto, bem como de uma ficha plástica de passagem de ônibus e três garrafas de vidro (duas poderiam se destinar a perfumes ou medicamentos e uma terceira à bebida, todas produzidas por processo industrial com duas costuras em seu corpo e bico elaborado também industrialmente), exigiu uma delimitação mais precisa com início na década de 1920 e término na década de 1970, momento da queda do telhado.

Caracterização física e descrição contextual do artefato

Caracterização	Imagem Fotográfica	Caracterização	Imagem Fotográfica
Cerâmica com 3,20 x 3,20 centímetros encontrada entre 50 e 60 centímetros de profundidade na quadra B2. (Peça NP 59).		Metais de ferro remanescentes da antiga porteira de entrada na sede. Uma das peças mede 5,5 x 25,5 e a outra 4,2 x 18 centímetros. Ambas as peças foram encontradas na superfície do terreno. (Peça NP 30).
Bolas de vidro (bolas de gude) encontradas na cozinha com medidas de 1,8 e 2 centímetros de diâmetro. (Peça NP 53).		Anel de metal encontrado entre 40 e 50 centímetros na cozinha na sonda S1, localizada na quadra B2. (Peça NP 01).
Cerâmica encontrada na superfície com as seguintes medidas 2 x 2 centímetros. Produção contemporânea. (Peça NP 46).		Ferradura metálica com 9,5 x 10,5 centímetros. Foi encontrada na área da cozinha entre 50 e 60 centímetros de profundidade na quadra B2. (Peça NP 03).
Bola de cerâmica encontrada na cozinha entre 0 e 20 centímetros de profundidade e com medida de 1,50 centímetros de diâmetro. Segundo depoimentos, pode ser uma pequena bola de estilingue preparado por meninos. Ela possui uma reentrância e era preparada com barro, sendo deixada para secar no fogão á lenha. (NP 55).		Porcelana branca com ausência de decoração. Peça encontrada na cozinha entre 60 e 70 centímetros de profundidade na Sonda S1, localizada na Quadra B2. (Peça NP 11).
Projétil deflagrado com medidas de 0,60 x 1,0 centímetro. Ele foi encontrado na cozinha entre 0 e 20 centímetros na quadra B2. (Peça NP 55).		Faiança fina branca com ausência de decoração. Peças encontradas na sonda S3 entre 10 e 20 centímetros. (Peças NP 26).

Faiança fina com decoração na face externa na cor azul pintada à mão. Era o fragmento de uma xícara com medidas de 1,20 x 1,30. (Peça NP 55).

Faiança fina branca com ausência de decoração na superfície craquelada. Fragmentos encontrados entre 10 e 20 centímetros de profundidade na S2 (Peça NP 20). Uma das peças é uma borda de xícara.

Faiança fina branca com decoração na cor azul floral na borda com superfície craquelada (gretamento segundo Souza, 2010, p. 196) transfer printing. É um prato raso com 26 centímetros de diâmetro, produzido no século XX e encontrado na superfície do terreno. Ele mede 5 x 8,30 centímetros. (Peça NP 54).

Conchas encontradas no reboco presente em algumas colunas da construção. O material é proveniente do litoral paulista. Uma das conchas coletadas possui 1,80 x 1,50 centímetros. (Peças NP32).

Moeda encontrada entre 30 e 40 centímetros de profundidade na quadra B2. (peça NP 57). Os traços perceptíveis permitem identificá-la como moeda de 200 réis produzida em cuproníquel entre 1918 e 1935. A moeda de 100 réis desta série ficou conhecida por tostão. (Peça NP 55).

Faiança fina branca com decoração na cor azul floral na base com superfície craquelada. É produzido no século XX e encontrado na superfície do terreno. Ele mede 2,5 x 3,2 centímetros. (Peça NP 54).

Bola de vidro (bola de gude) encontrada na cozinha, entre 0 e 20 centímetros de profundidade com medidas 1,8 de diâmetro. (Peça NP 53).

Porcelana branca europeia ou brasileira de pequena espessura com decoração floral policroma na superfície por impressão. Ela possui 1,80 x 1,80 centímetros e destina-se a serviço de chá e café. Ela foi encontrada na superfície do terreno. (Peça NP 37).

Garrafa de vidro verde escuro produzida com a técnica de dupla costura com 7,20 centímetros de diâmetro de base. Artefato encontrado entre 20 e 50 centímetros (Peça NP 58).

Porcelana branca europeia ou brasileira de pequena espessura com decoração floral policroma na superfície por impressão. Ela possui 1,20 x 2,30 centímetros e destina-se a serviço de chá e café. Foi encontrada na superfície do terreno (Peça NP 38).

Metal com aparência de cápsula deflagrada. Ela possui dois centímetros de diâmetro e três de altura. (Peça NP 58).

Pequena garra de vidro esverdeado em tom mais escuro com ausência de marcas de costura. A técnica é de sopro com a inclusão de um lábio. Ela possui 1,5 centímetros de diâmetro de boca por 5,5 de altura. (Peça NP 58).

Faiança fina com ausência de decoração encontrada na superfície do terreno. As medidas são 1,5 x 2 centímetros. (Peça NP 39).

Cerâmica encontrada na superfície do terreno medidas 1,80 x 2 centímetros (Peça NP40).

Pequena garrafa de vidro translúcido branco esverdeado claro feito por processo industrial com duas costuras laterais e falhas na confecção, além de gotas visíveis. Ela possui 11 centímetros de altura, com 2,30 de corpo em sua parte mais larga. A boca mede 1,8 centímetros de diâmetro. (Peça NP 58).

Faiança fina com linha marrom medindo 1 x 1 centímetro. Ela foi encontrada na superfície do terreno. (Peça NP 41).

Passagem de ônibus, de plástico, com a inscrição "E. M. P. AUTO OMNIBUS SANT'ANNA L^{TDA} DEPOSITE NA CAIXA" e no verso "E. M. P. AUTO OMNIBUS SANT'ANNA L^{TDA} SECÇÃO" com a medida de 3,20 centímetros de diâmetro. (NP 59).

Faiança fina com decoração oriental na base central com 17 centímetros de diâmetro de base e com medidas de 4 x 6 centímetros. É uma peça do século XX. Ela foi encontrada na superfície do terreno. (Peça NP 42).

Telhas cerâmicas com medidas diversas. Foram coletadas três exemplares para acervo com medidas na parte inferior que iam de 15,5 a 19 centímetros, de 22 a 23 centímetros na parte superior e de 50 a 55 centímetros de comprimento.

Faiança fina branca com ausência de decoração. A peça foi encontrada na superfície do terreno. Ela possui medidas entre 1,80 x 2,30 centímetros. (Peça NP 43).

Faiança fina branca com linha na borda na cor azul e decoração floral no fundo na cor cinza. É um prato fundo com 23 centímetros de diâmetro e foi encontrado na superfície do terreno. Possui selo na base externa "NADIR" 11,50 x 18

Faiança fina branca linha azul e castanho nas bordas, com medidas de 4 x 6 centímetros. É um prato com 24 centímetros de diâmetro, datado do século XX. Ela foi encontrada na superfície do terreno. (Peça NP 44).

centímetros. Produção posterior aos anos 1940. (Peça NP 50).

Porcelana branca europeia ou brasileira com ausência de decoração. É um pequeno recipiente com 12 centímetros de diâmetro de base. É uma produção do século XX com medidas entre 2,30 x 4,70 centímetros. (Peça NP 47).

Faiança fina craquelada com decoração impressa na superfície *transfer printing* externa na cor verde com traços e volutas. Ela foi encontrada na superfície do terreno. (Peça NP 49).

Faiança fina com linha verde na borda externa e outros tracejados também em cor verde. Decoração produzida à mão. Ela apresenta afundamentos na superfície da pasta com objetivo decorativo. Xícara com oito centímetros de diâmetro. (Peça NP 48).

Faiança fina branca com ausência de decoração. Borda de xícara com 8 centímetros de diâmetro. Foi encontrada na superfície do terreno. (Peça NP 45).

Cartucho de um projétil deflagrado com 18 milímetros de diâmetro e 13 milímetros de altura.

Faiança fina branca com linha verde (Peça NP 59). São fragmentos de uma xícara.

Figura 272. Quadro com a caracterização física e descrição contextual dos artefatos evidenciados na Fazenda São Pedro.

Todo o material em louça evidenciado sugere uso coloquial, sem refinamentos, associado ao cotidiano. É provável que estas peças não integrem aparelhos completos, mas sejam compradas aleatoriamente ou sejam bens já de uso secundário, reaproveitados no espaço da fazenda. Toda a louça coletada dispersa na superfície do terreno é de produção nacional e apresenta datação relativa ao século XX, chegando a meados desse século e aos anos 1950, como pode ser observado pela presença de um fragmento de louça com o selo de base *Nadir*. A presença de inúmeros fragmentos com decoração composta de linhas, comuns para o século XX, reitera esta hipótese, bem como, também corrobora por contraponto, a ausência de peças tradicionais para este tipo de sítio, produzidas no século XIX.

Souza (2010, p. 166-167), em seu trabalho *Louça branca para a Paulicéia: Arqueologia Histórica da Fábrica de Louças Santa Catharina/IRFM – São Paulo e a Produção da Faiança Fina Nacional (1913-1937)* apresenta uma relação de indústrias que produziam faianças finas com as respectivas datas iniciais de produção, destacando que a primeira fábrica é de 1913, no Paraná – a Fábrica de Louças Colombo, seguida da Fábrica de Louças Santa Catharina/IRFM em São Paulo, também de 1913, e da Fábrica de Louças Santo Eugênio, em São José dos Campos. A partir daí, outras fábricas iniciam a sua produção em São Paulo entre as décadas de 1910 e 1920, como a Fábrica Grande, a Fábrica de Louças Paulista, a Indústria de Louças Zappi e a Companhia Paulista de Louça Ceramus. A Fábrica Nadir Figueiredo, cujo selo é presente na amostra, somente iniciou as suas atividades na década de 1940.

Figura 273. Quadro com as louças arqueológicas evidenciadas e a sua distribuição cronológica no contexto do sítio Fazenda Velha.

A pesquisa sobre a história da Fazenda Velha despertou um grande interesse, menos pelo aparecimento de documentos que esclareçam sua história¹⁴¹, mas pela sua quase ausência. É referenciada em depoimentos como sede de uma grande fazenda. Por outro lado, as pesquisas arqueológicas nela realizadas buscaram como princípio norteador promover a leitura de todos os dados que pudessem contribuir para uma primeira contextualização do sítio e datação do imóvel, considerado por alguns como sendo uma casa da época dos bandeirantes.

As informações sobre a Fazenda, através da coleta de vestígios de cultura material presentes na superfície (fragmentos de louças), nas sondas teste efetuadas em áreas dispersas pelo terreno, nas quadras feitas no interior do imóvel (A1, A2, B1 e B2), a análise da estrutura arquitetônica, tanto em sua matéria prima, técnica construtiva, partido construtivo, quanto em relação às funções e usos dos espaços internos e externos e o estudo da paisagem circundante, procurando entender o quadro de devastação vegetal local como dado arqueológico no contexto da paisagem, permitiram estabelecer algumas hipóteses para o imóvel.

As ruínas da Fazenda Velha caracterizam-se como um marco do processo de ocupação da Serra da Cantareira na década final do século XIX, possivelmente edificada para servir de sede à extração de madeira de lei no local. Os resquícios materiais evidenciados não caracterizam um grande empreendimento que pudesse gerar enriquecimento para seus proprietários, no entanto o nome Doll ficou perpetuado na memória de muitos antigos moradores de Santana como o de um homem rico e a área da Fazenda ficou registrada como *bairro dos Doll*, citado até nas delimitações de distrito, como aparece no documento de criação do Distrito de Santana.

A inexistência de evidências mais contundentes sobre as atividades produtivas da sede coloca questões sobre os seus usos e funções, além de outras como: por que Pedro Doll, que angariou patrimônio e respeitabilidade na região de Santo Amaro durante toda uma vida, atuando como vereador e procurador da Câmara na década de 1880, pediria exoneração e transferiria sua atuação profissional, bem como residência para a região de Santana? Por que não foi possível localizar o seu inventário no

¹⁴¹ Foram feitos levantamentos em cartórios, na Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, no Tribunal de Justiça e no Arquivo do Estado, não se obtendo nenhum documento sobre a propriedade.

Tribunal de Justiça de São Paulo, o que seria algo normal para o período, para o seu padrão de vida e número de herdeiros? Por que na definição do recém-criado bairro de Santana, em 1889, as terras de Pedro Doler aparecem ao lado da Fazenda do Bispo como limites do perímetro do bairro, se na mesma época já era conhecido o processo de desapropriação das fazendas locais para a construção dos sistemas de captação de água (segundo a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário é a partir de 1890 que ocorrem as desapropriações das fazendas)? Por que alguém adquiriria terras numa área onde, por outro lado, estão ocorrendo desapropriações promovidas pelo Estado? Por que, no mapa de 1906, as terras de Pedro Doll não aparecem como fazenda, ao contrário das demais? Por que anos depois a região é referenciada como *bairro dos Doll*? Inúmeras perguntas que levam a uma hipótese bastante plausível, ou seja, de que Pedro Doll acompanhava os investimentos feitos por Rodovalho e outros capitalistas na região desde 1877, quando criaram a Companhia Cantareira de Águas e Esgotos e construíram o Reservatório da Consolação em 1888, iniciando um processo consumado pelo Estado em 1890, quando desapropriou diversos sítios e fazendas e promoveu a encampação pela Repartição de Águas e Esgotos do Governo do Estado da Cantareira em 1893. Doll, provavelmente, viu a oportunidade de um negócio lucrativo, no bojo da expansão de São Paulo, de ofertar madeira de lei para as obras de construção das inúmeras represas, para as ferrovias, bem como para outros empreendimentos de construção civil espalhados pela cidade e até para outras localidades.

Não obstante a tudo isso, os materiais arqueológicos evidenciados tanto no contexto da cozinha como nas áreas externas, através da análise conjugada de todos os vestígios identificados, ofereceram ma datação com quase três décadas de atraso em relação a edificação do imóvel, o que somente pode ser explicado, em especial, para o caso da cozinha, a partir de uma possível inserção deste espaço somente em data posterior, na década de 1920, ou seja, somente após a morte de Pedro Doll, quando através da partilha, novos usos foram dados à casa.

A localização do que poderia ser um piso na cozinha, pode, por outro lado, não ser o piso do fogão à lenha, já que não seria comum de ser encontrado somente em uma faixa da cozinha, na base do fogão, mas em todo o cômodo. O que foi encontrado é melhor definido como base de sustentação de pedra de um antigo cômodo, de um

assoalho de madeira, o que não pôde ser melhor estudado no momento tendo em vista o perigo de desmoronamento das paredes, caso a escavação fosse estendida até às suas bases.

A localização de um conjunto de vestígios entre fragmentos de louças, telhas, garrafas, aliança e moeda, além de passagem de ônibus, em níveis de solo muito próximos, sugere não só um depósito posterior, no momento de inserção de uma cozinha no imóvel, anos 1920, como do desabamento do telhado na década de 1970, considerando a intensa presença de telhas e da passagem de ônibus.

Os depoimentos dos netos de Anna Doll sobre os usos dos espaços da sede da Fazenda Velha colocaram algumas questões que ainda estão em aberto, em especial pela presença de três portas na face frontal do imóvel. A primeira, à esquerda, destinada a um quarto independente para hóspedes, a segunda, central, para entrada na casa, e a terceira, à direita, para entrada na cozinha. O único ambiente que não se adéqua ao partido construtivo comum para o período seria a cozinha, o que sugere a sua inserção em data posterior, possivelmente na década de 1920 (como ocorrido na sede da Fazenda dos Fagundes), quando a casa passa a receber novos usos para a família, convergentes com a datação oferecida pelos vestígios arqueológicos encontrados no interior da cozinha. Esse fato deverá ser melhor avaliado através de pesquisas futuras no imóvel.

Figura 274. Estudo digital elaborado com base nas estruturas identificadas e na fotografia localizada da Fazenda Velha. A porta à esquerda seria destinada ao quarto de hóspedes, com entrada independente da casa. A porta central permitiria o acesso ao interior do imóvel e a direita, destinada à cozinha, seria uma inserção posterior, fato que deverá exigir pesquisas futuras. Desenho elaborado por Gabriel Fernandes de Carvalho.

Destaca-se assim que, no âmbito do atual estágio das pesquisas e tendo por foco que o objetivo deste projeto visou o levantamento do patrimônio arqueológico local, ainda não foi possível estabelecer análises sobre os três imóveis evidenciados, como aquelas desenvolvidas por Zarankin (1999, p. 119-128) e Zanettini (2005, p. 168-177), fundamentadas nos modelos de Hillier e Hanson (1984).

As casas são de uso residencial dos proprietários e não estão sofrendo nenhum tipo de reforma ou restauro (para a Fazenda dos Fagundes e a Fazenda São Pedro), o que permitiria localizar antigas alterações e reformas nos imóveis, como inserções ou desaparecimento de portas e abertura de passagens, e, no caso da Fazenda Velha, por estar em ruínas. Não obstante, os depoimentos dos descendentes da família Doll possuem uma memória desta sede que retroage até a década de 1940, demonstrando desconhecimento da estrutura original do imóvel antes desta data, o que de certa maneira explica o desconhecimento de alterações no imóvel em relação à localização da cozinha e de áreas de trabalho doméstico. A não evidenciação de vestígios de

períodos anteriores abre uma lacuna sobre os usos do imóvel antes da década de 1920.

É perceptível nos três imóveis a ausência de indicadores que possam referenciar a ostentação de status, como já abordado por Lima (1995, p. 129-191), Carvalho (1999; 2003) e Tochetto (et alli, 2001), por parte de seus proprietários. Se para a Fazenda dos Fagundes são ausentes porcelanas orientais, comuns, embora restritas mesmo para a elite, em comparação com a louça portuguesa no século XVIII, na Fazenda São Pedro, com coleção predominantemente do século XIX, não foram localizadas louças com decoração *transfer-printing* comuns em outros sítios históricos do mesmo período, o que sugere também o uso cotidiano para a amostra, corroborado pelo conjunto da coleção, composto por faianças finas com decoração de linhas ou com ausência de decoração. Por fim, na Fazenda Velha, com coleção do século XX, de produção nacional, também não foram localizadas peças mais refinadas. A ausência de vestígios de peças que possam compor coleções para os três imóveis reitera a hipótese.

Um outro indicador importante é o pequeno número de fragmentos de cerâmica encontrado na amostra, sugerindo o seu baixo uso em oposição com as faianças portuguesas e faianças finas europeias para a Fazenda dos Fagundes e faianças finas europeias na Fazenda São Pedro.

Os proprietários da Fazenda dos Fagundes e da Fazenda Velha possuíam residência na cidade de São Paulo, o que deve ser considerado na análise do contraponto cidade/campo na posse de bens materiais nas sedes rurais.

2.7. Casas, moinhos, olarias e praças de carvão, século XX

2.7. Casas, moinhos, olarias e praças de carvão, século XX

Meninos Carvoeiros / Os meninos carvoeiros / Passam a caminho da cidade. / - Eh, carvoero! / E vão tocando os animais com um relho enorme. / Os burros são magrinhos e velhos. / Cada um leva seis sacos de carvão de lenha. / A aniagem é toda remendada. / Os carvões caem. / (Pela boca da noite vem uma velhinha que os recolhe, dobrando-se com um gemido.) / - Eh, carvoero! / Só mesmo estas crianças raquíticas / Vão bem com estes burrinhos descadeirados. / A madrugada ingênua parece feita para eles... / Pequeninha, ingênua miséria! / Adoráveis carvoeirinhos que trabalhais como se brincásseis! / - Eh, carvoero! / Quando voltam, vêm mordendo num pão encarvoado, / Encarapitados nas alimárias, / Apostando corrida, Dançando, bamboaleando nas cangalhas como espantalhos desamparados. (Meninos Carvoeiros. In: BANDEIRA, Manuel. Poesia completa e prosa, 2009)

Foi durante os trabalhos de pesquisa sobre as ruínas da Fazenda Velha que, no depoimento de Dona Paulina, apareceu pela primeira vez a menção sobre a existência na região das praças de carvão. A partir daí, afloraram, nas entrevistas, informações sobre a vida e o cotidiano das famílias que viviam na Serra em meados do século XX e suas estratégias de sobrevivência, ora trabalhando como agricultores, lenheiros, carvoeiros, oleiros ou tropeiros na faina diária da conquista de seu sustento. Era a época em que florescia o chamado *cinturão agrícola paulistano* e o momento em que as regiões periféricas, no entorno da cidade, organizavam-se para oferecer recursos agrícolas necessários ao seu abastecimento. Alguns habitantes de bairros periféricos, como Santana, Tremembé, Santo Amaro, Freguesia do Ó, e de pequenos municípios próximos, como Atibaia, Bragança, Jundiaí, Juqueri e Mogi das Cruzes, organizavam a sua produção para que excedentes agrícolas e outros produtos pudessem ser comercializados na Capital, gerando um intenso fluxo de tropas, carroças e carros de boi nos caminhos e estradas que circundavam a cidade, e que foram substituídos aos poucos por pequenos caminhões, e aos quais se integravam os habitantes da Serra.

Através de depoimentos de antigos moradores, como Dona Paulina e Dona Angelina, descendentes da Família Tarquini, de origem italiana, foi possível entender as mudanças ocorridas na Serra em meados do século XX. Uma coleção fotográfica de

família cedida para esta pesquisa teve um caráter significativo para a compreensão do cotidiano local no período, oferecendo facetas antes desconhecidas da região, entreando-a como parte ativa e constituinte do cinturão agrícola paulistano. A coleção, por sua homogeneidade, ineditismo, raridade, bem como singularidade, caracteriza sobremaneira os padrões socioculturais e econômicos destas comunidades locais, permitindo estabelecer algumas leituras. A fotografia, no caso, como outros suportes de informação passíveis de uso pela Arqueologia, contribuiu, na medida em que o pesquisador faz uso de conceitos, metodologias e técnicas específicas para a análise fotográfica histórica que permitam a sua compreensão, da mesma maneira que o arqueólogo efetua a leitura do vestígio arqueológico.

Assim, fez-se uso de trabalhos desenvolvidos por Kossoy (2007) e por pesquisas desenvolvidas por mim, durante os anos de trabalho no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, na organização da coleção fotográfica daquela instituição ao lado de outras coleções particulares¹⁴².

Tropeiros na Serra da Cantareira: a coleção fotográfica da Família Tarquini

A análise de uma coleção fotográfica exige não só a leitura de seus constituintes internos, como também de seu contexto de produção. A coleção fotográfica da Família Tarquini permite ver que as fotos foram feitas por um fotógrafo profissional da *Photo S. Terá*, durante uma única visita sua à fazenda entre as décadas de 1920 e 1930. O fotógrafo, provavelmente, estabelecido no bairro do Tremembé, chegou ao local após cavalgar por um caminho de três horas serra acima, carregando um equipamento bastante pesado, considerando a câmera e o tripé. Para a família, esta foi uma data importante a ser rememorada muitas vezes no futuro, um testemunho de sua existência e identidade, um serviço caro para os padrões de renda na região naquela época. As fotografias, todas externas, valorizaram a imagem pública da família. Não houve o

¹⁴² KOSSOY, Boris. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007 e CARVALHO, M. R. R. de. Alguns elementos para a leitura da imagem fotográfica. *ARTEunesp*, São Paulo, 1998, v. 14, p. 77-90.

registro de cenas privadas por motivos técnicos. A vida íntima da família ficou protegida dos olhares do fotógrafo. O que ficou registrado nas fotos foi o espaço social, visível à comunidade, ao seu reconhecimento, ou seja, a imagem que o patriarca e sua família faziam de si, associadas com a captada pelo olhar do fotógrafo e a ser percebida pela comunidade. Das 10 fotografias feitas, quatro destacam a casa – uma foto do imóvel inserido na paisagem, duas de sua parte frontal e uma dos fundos. Três fotografias mostram com destaque a tropa de mulas do proprietário, principal patrimônio e fonte de recursos da família. Em uma das fotos uma das filhas de Tarquini monta em uma mula na parte frontal da casa e outra apresenta o vinhedo da família; outra fotografia mostra o pai e o filho primogênito no vínculo com o trabalho – na roça – e outra empunhando espingardas; e as duas últimas fotografias retratam a família.

As fotografias, feitas sob encomenda de Tarquini, mesmo mediadas pelo olhar do fotógrafo, permitem entrever o padrão temático a ser reproduzido sobre a família, excluindo outras possibilidades, sob o auspício simbólico do que era fundamental em suas vidas, síntese de seu cotidiano. Assim são retratados os seus maiores patrimônios: a família, a casa, o vinhedo, o filho primogênito, as mulas, as armas e o trabalho, como referenciais simbólicos deste grupo humano, em que a parcimônia de bens materiais, aliada à simplicidade de vida, e o aproveitamento de recursos de produção são expostos naturalmente em suas fotografias de forma inexorável. Por outro lado, é na paisagem circundante que se observa uma imagem diversa à existente hoje: de uma floresta em regeneração. A imagem que se vê nas fotos é de uma terra ocupada por áreas de cultivo, de capoeiras e apropriada pelo exercício humano. Na época, a Serra foi ocupada por uma grande quantidade de imigrantes europeus, de diversas nacionalidades (alemães, suíços, italianos, portugueses, espanhóis, japoneses), que provavelmente adquiriam as terras por preços relativamente baixos, trabalhando como fazendeiros, sitiantes ou meeiros na produção de itens necessários à sua sobrevivência e que possibilitavam a formação de um pequeno excedente, comercializado no mercado próximo, no bairro do Tremembé ou na cidade, como: legumes, frutas, hortaliças, galináceos, madeira, carvão, lenha e pedras. Aqueles que possuíam maiores posses moravam em casas de pedra ou de tijolos; os demais moravam em ranchos, casas de sapé ou pau a pique. A posse de tropas de muare

parece ser um fio divisor na caracterização de um padrão de riqueza para estes moradores rurais.

São Paulo passava por um intenso crescimento econômico e populacional desde o último quartel do século XIX e a oferta destes produtos era uma opção de renda suplementar para muitos imigrantes que moravam nas áreas periféricas da cidade. Com base em entrevistas abertas e utilizando o método projetivo, foram feitas entrevistas com Dona Angelina e Dona Arlinda com o uso da leitura do material fotográfico, estratégia que permitiu entender um pouco mais deste cotidiano rural próximo à Capital. As fotografias, neste sentido, foram consideradas como artefatos e foram interpretadas não só no seu contexto de produção, mas como mediadoras de relações sociais e carregadas de significados, considerando o seu papel simbólico para aquela sociedade.

Dona Arlinda, professora, também possuía uma grande coleção fotográfica que forneceu quase que um panorama de toda a sua vida e dos anos que lecionou na Serra, em uma pequena escola rural municipal, localizada no bairro do Caraguatá. Essas fotografias também revelaram facetas inusitadas sobre o cotidiano escolar e a paisagem circundante.

Ao que se sabe, Anacleto Girolano Tarquini veio para o Brasil em fins de 1911, da localidade de Piteglio, na Toscana, mais especificamente, de Crespole, e adquiriu terras no alto da Serra da Cantareira, próximo à atual Estrada de Santa Inês, no bairro conhecido, em meados do século XX, como Caraguatá. Não foi uma aquisição cara, considerando as dificuldades de acesso, as condições de uso, o estado da terra e o relevo acidentado. Na Itália, possivelmente, trabalhava ou possuía um armazém de secos e molhados, adquirindo experiência na produção agrícola, no comércio e nos negócios. Uma fotografia datada da primeira década do século XX, trazida em suas bagagens, pode ser a memória desta fase de sua vida.

Figura 275. Fotografia de um armazém de secos e molhados, na Itália, com data de produção provável, por suas características físicas, como primeira década do século XX. As informações sobre esta foto se perderam, contudo, provavelmente retrate a família ou o trabalho de Anacleto Tarquini na Itália. Coleção de Angela Tarquini.

Anacleto Tarquini veio sozinho para o Brasil, trazendo posteriormente sua esposa Angelina Paperini Tarquini, com quem teve seis filhos. Após a sua morte, cada filho herdou 12 alqueires de terras de sua propriedade na Serra.

Figuras 276 a 278. A primeira foto (esquerda para a direita) mostra a Família Tarquini, e a segunda apresenta o pai Anacleto Tarquini ao lado de seu filho Astolfo Alfredo Tarquini empunhando espingardas. Observar que pai e filho vestem-se da mesma maneira. A última foto não pertence à mesma coleção, contudo foi inserida por apresentar Astolfo Tarquini durante romaria à Pirapora do Bom Jesus. Essa foto é uma lembrança de Pirapora e é datada de 12 de junho de 1938. Coleção de Angela Tarquini.

Tarquini edificou uma sede rural de dois pavimentos, em granito, seguindo um partido construtivo similar ao mineiro. Na parte superior, existe um alpendre frontal construído no nível do terreiro da frente. A casa possuía uma grande sala frontal e um corredor que interligava os quatro quartos, além de uma cozinha nos fundos, seguida de outro alpendre. Na parte inferior, existia um grande porão, com pé direito elevado, destinado a depósito de equipamentos e alimentos. Segundo informações da família, a casa foi toda construída com o uso de rochas extraídas do local. A imagem sugere que, além do porão e das fundações da casa, ela possivelmente tenha tido acabamento com outro material. A cozinha já havia sido introduzida em seu projeto.

Figuras 279 e 280. Na primeira fotografia é possível ver a sede rural de dois pavimentos inserida na paisagem. Observar como a paisagem circundante neste período já estava intensamente explorada. A segunda fotografia retrata Anacleto com os trabalhadores da fazenda. Notar a presença de mulas e cavalos. É o cotidiano de trabalho. Coleção de Angela Tarquini.

Figuras 281 e 282. A primeira fotografia apresenta novamente a parte frontal da casa e a segunda mostra o alpendre situado nos fundos. Observar a presença de um grande muro de pedras. Coleção de Angela Tarquini.

A atividade principal da família era o transporte de mercadorias próprias e de outros sítiantes por muares, que faziam o percurso diário da Serra até a junção da Cantareira, na Pedra Branca, descarregando em um depósito local. Anacleto Tarquini possuía uma tropa de nove mulas que descia e subia a Serra, carregada de mercadorias ou de carvão. Segundo a memória da depoente Dona Diva, cada mula chegava a transportar quatro sacos de 60 quilos de carvão - mais do que informava Dean (2010, p. 222) ao afirmar que uma mula poderia carregar cerca de 130 quilos de mercadorias, conduzindo-as por vinte ou vinte e cinco quilômetros por dia em caminhos de trilhas ou por montanhas.

Ademais, a fazenda também produzia feijão, batata, cenoura, hortaliças, uvas para a produção de vinho, abóbora, batata doce, mandioca, milho, café, porcos, galinhas, gado, além de madeira e carvão. Já arroz, feijão e sal eram comprados na Pedra Branca e trazidos no retorno das mulas.

Na Serra, Anacleto Tarquini também construiu um moinho hidráulico para a produção de farinha de fubá, nas margens do ribeirão Santa Inês. O moinho sobreviveu no local e hoje persiste isolado na paisagem em uma pequena chácara de veraneio, como testemunho de uma época passada.

Figuras 283 e 284. A primeira fotografia retrata o vinhedo da família e a segunda apresenta pai e filho no trabalho. Observar a área de capoeira já bastante explorada. Coleção de Angela Tarquini.

O moinho também era uma forma de captação de receitas para a família. Muitos agricultores locais e meeiros utilizavam-se dele para a moagem da farinha, pagando com uma partilha. De uma lata de grãos de milho, o sítiante retornava com uma de fubá,

deixando o excedente para a família. Contudo, era com a tropa de mulas que a fazenda obtinha os seus maiores rendimentos. Ela era valorizada e simbolizava status em relação às demais atividades rurais, como pode ser observado nas fotografias. Para que se possa ter uma idéia, se uma mula carregava quatro sacas de 60 quilos em seu lombo, o transporte diário feito pela tropa de Tarquini chegava, com nove mulas, a mais de duas toneladas de carga (2.160 quilos) por dia.

Figuras 285 e 286. Fotografias do piquete das tropas. Na primeira foto, aparece a família reunida. Observar a terra sem vegetação e a presença de poucos eucaliptos no topo da colina. A segunda imagem apresenta uma das filhas de Tarquini sobre o cavalo e ao fundo o piquete da tropa de mulas. Coleção de Angela Tarquini.

A sociabilidade era feita nas festas religiosas. Uma capela e uma escola foram construídas no bairro do Caraguatá, com a ajuda dos moradores locais. Nas entrevistas com Dona Paulina, ela falou muito de sua família de nove irmãos e lembra com vigor da Festa de São Gonçalo, na sede da Fazenda. A escola foi uma grande conquista da comunidade local. A construção foi feita por Anacleto e seus trabalhadores da fazenda. As fotografias da antiga escola demonstram a diversidade de origens dos alunos: italianos, japoneses, suíços, alemães, espanhóis, portugueses e outros. Todos realizavam grandes caminhadas pela Serra para chegar à escola.

Durante a pesquisa, foi entrevistada a antiga professora Dona Arlinda. Ela morava no bairro do Tremembé e ao assumir as aulas, toda segunda-feira saía

montada em um cavalo e subia a Serra pela antiga Estrada da Cantareira ou Pedra Branca, em um percurso de três horas, retornando aos finais de semana para casa¹⁴³.

Figuras 287 e 288. Fotografias da antiga escola do bairro do Caraguatá. Coleção de Dona Angelina Tarquini.

Figuras 289 a 292. Fotografias de Dona Arminda, antiga professora da escola municipal do bairro do Caraguatá. Observar a paisagem local, o principal meio de transporte da educadora e a presença da escola ao lado da capela - espaço de sociabilidade da comunidade. A construção da escola, bem edificada e em local elevado, retrata a sua importância para a comunidade. Coleção de Dona Arminda.

¹⁴³ Dona Arlinda, antiga professora da escola do Caraguatá, disse que, durante a fase em que trabalhou na Serra, acabou por cair do cavalo, sendo, daí em diante, levada de charrete toda semana pelo Sr. José Moraes, proprietário local de um engenho.

Figuras 293 e 294. Fotografias atuais do local onde se situava a antiga escola, hoje sede de uma pequena capela local. Também existe uma antiga casa erigida na década de 1940, atribuída a José Moraes, que é um antigo proprietário considerado pelos moradores como possuidor de grandes propriedades, constando entre elas um engenho de cana.

Arqueologia no Moinho de Pedra da Família Tarquini

Foi a partir de informações da Secretaria de Cultura de Caieiras que se conseguiu localizar as ruínas de um antigo moinho hidráulico, citado por Dona Angelina nas entrevistas, mas considerado já demolido. Nos caminhamentos pela região, o moinho foi descoberto no interior de uma chácara no bairro do Caraguatá e identificado como o antigo moinho pertencente à Família Tarquini. Os antigos familiares não conseguiam precisar a localização, contudo, chegando ao local, o moinho foi evidenciado e ainda se encontra em bom estado de conservação, com a presença das canaletas de escoamento e a mó de pedra utilizada para a moagem da farinha. As pás de rodagem já não existem mais. Infelizmente, o atual arrendatário não permitiu o prosseguimento das pesquisas no local, o que inviabilizou todo e qualquer aprofundamento do seu estudo.

Figura 295. Localização da sede da Fazenda da Família Tarquini, ao lado da estrada de Santa Inês, e do moinho hidráulico na Serra da Cantareira. Mapa cartográfico Emplasa 1:10.000. Levantamento aerofotogramétrico. Sistema Cartográfico Metropolitano. Folha Parque Petrópolis. Índice de Nomenclatura SF-23-Y-C-III-4-SO-B, Mairiporã – SP, Folha 3432. Última atualização maio de 1985/Outubro de 1994.

A presença de moinhos hidráulicos em São Paulo é citada desde meados do século XVI (HOLANDA, 1975). Contudo, este foi o único exemplar localizado na região.

A passagem da água move rodízios de madeira que estão ligados a uma mó ou pedra redonda muito pesada, no caso do moinho dos Tarquini, atingindo um metro de diâmetro, por quarenta centímetros de altura. Esta pedra mói o milho, gerando a farinha de fubá. A técnica de sua construção foi trazida por estes imigrantes de origem italiana e foi bem adaptada às condições locais da Serra, tendo em vista à disponibilidade de água – ribeirão Santa Inês - e de matéria prima para a confecção.

Figuras 296 a 307. Fotografias do moinho hidráulico que pertenceu à Família Tarquini.

Para a captação da água, são construídos alguns diques que restringem a passagem das águas, acumulando-as em um reservatório. A água acumulada é obrigada a passar por uma canaleta que leva até o moinho e as lâminas da roda de água as fazem girar. Observe o sistema mecânico representado abaixo:

Figura 308. Sistema de moinho. Extraído do endereço eletrônico <http://fotumento.blogspot.com.br/2011/08/moinhos-de-agua-de-roda-horizontal.html>. Acessado em 28 de março de 2012. Autoria Luis Sarmiento.

Figuras 309. Estudo para reconstrução digital do moinho, para posterior análise e documentação dos bens patrimoniais locais. Desenho de Gabriel Fernandes de Carvalho.

Por outro lado, também foi localizado próximo à Estrada da Roseira, um antigo alambique ainda em funcionamento e conhecido como Alambique do Belarmino. Belarmino foi um antigo imigrante de origem italiana, que construiu uma roda d'água ainda existente no local e preservada pelos seus descendentes, medindo quatro metros de diâmetro e utilizada para a movimentação de uma moenda de cana de açúcar para a produção de aguardente. Esta construção, datada do final da década de 1920, recebia a água de um pequeno aqueduto construído pelo proprietário em tijolos, desviando o pequeno riacho de seu caminho natural.

Figura 310. Casa sede do alambique pertencente a Belarmino. No interior deste imóvel, existem uma grande roda d'água movida por um represamento e canaleta feita no riacho próximo e desviado para a movimentação do moinho. A família não permitiu a fotografia da roda d'água.

Lenheiros, Carvoeiros e Praças de Carvão na Serra da Cantareira

Os lenheiros, carvoeiros e as praças de carvão constituem uma faceta esquecida da história da Serra da Cantareira. Foi a partir de entrevistas com Dona Paulina que se ouviu falar, pela primeira vez, das *praças de carvão* da Serra e de Dona Diva, antiga carvoeira e ainda moradora na região. Ao conversar com ela é difícil imaginar hoje que, no passado, por volta de 50 ou 70 anos atrás, ou melhor, que por um período de cem anos ou mais, dezenas - ou quiçá centenas - de filetes de fumaça esbranquiçada subiam para os céus emanados de praças de carvão espalhadas por toda a Serra da Cantareira. Segundo Fagundes (1992, p. 225), foi durante a Segunda Grande Guerra, entre 1939 e 1945, que floresceu, em Mairiporã e na Serra, o corte de lenha para a indústria de carvão, como uma atividade que além de enriquecer muitos habitantes da região, acabou por promover a destruição total das matas locais.

Nas entrevistas com Dona Paulina e Dona Diva, foi possível entrever que, ao lado de uma produção para consumo familiar, existia uma grande gama de carvoeiros que vivia da produção e do comércio de carvão, compondo uma rede de atividades subdivididas que iam do lenheiro, a quem cabia a escolha da melhor madeira, o seu corte com machado, o agrupamento e o empilhamento, e cujo pagamento era feito por metro da madeira; o carvoeiro, que era responsável pela construção das praças, pela produção e ensacamento do produto; e o tropeiro, que fazia o transporte serra abaixo. Este trabalho, na maioria das vezes, era feito nas terras de outros pelo sistema de meeiro, cabendo ao proprietário parte da produção do carvão ou do lucro na venda.

Dona Paulina citou que, só no caminho da Fazenda Velha, perfazendo um perímetro de duzentos metros, já existiam duas destas praças. A última, situada um pouco à frente na estrada, foi retirada há poucos anos por um trator. Dona Paulina falou de outras praças no interior do Clube de Campo da Associação Paulista de Medicina, na antiga propriedade de Maria Doll e, posteriormente, do alemão Smith.

Figuras 311 e 312. Dona Diva explicando como ocorria o processo de produção de carvão nas praças de carvão, que aprendeu com seu pai, também carvoeiro na região e antigo emigrado do nordeste do país.

Dona Diva assim descreve o processo:

Aqui nesse pau eu sento a caieira. Aqui você faz a roda, pra aplaina bem. Pra deixar bem retinha a roda. Vamos supor. Essa parte aqui é que vai a caieira. Aqui é o lugar que você vai por o fogo, você entendeu? Você pega essa madeira. Essa madeira aqui é mais grossa, sabe. Aqui é a boca da caieira. Aqui você finca e deve ficar bem fincado. É por aqui que você põe fogo na caieira. A madeira pequena. Aqui um pau, aqui outro, aí você põe a lenha mais miudinha. Aqui você começa. Coloca um pau até ela. Ela tem que ficar um balão cortado pelo meio, então a caieira.. Em baixo mais bojudo em cima mais pequena. Madeira mais fina. Um metro, depois mais grossa. Você tem que arrumar. Ramixo é a mais fina. O capim gordura cobre tudo. Depois você coloca terra. A Lenha miudinha no centro, embaixo mais bojuda. Quando tiver um metro mais ou menos você coloca a lenha mais grossa. Aí você tem que arrumar na parte de cima. Ramixo é a mais fina. Depois você coloca o capim.

A praça de carvão deve estar bem reta. Sai uma madeira horizontal que pega toda a praça. É aí que se põe o fogo. Existe um barrote central que sustenta o centro da caieira. Aí você coloca a madeira, a lenha mais grossa, então você faz e deve arrumar a parte de cima. Aí você coloca a madeira, a mais fina chama ramixo. Depois você coloca capim bem, coloca. Cobre tudo. Aqui sempre assim. Depois você coloca terra. Quando você coloca terra e você amarra um pedado de estopa e querosene. Aí você coloca embaixo uma madeira mais grossa. Essa que você faz um ponto. (...) Canola. Sai uma fumaça fina. Você põe furgão. Vai colocando a comida. Pedacos de carvão. Quando ela assar é baixar até o capim gordura.

Até 24 horas pega fogo. Aí você coloca um saco aqui e outro acolá. Senão ele pega fogo. Tinha muitas praças. Terminada uma já ia pra outra. O Trovão aqui vivia disso. Um Senhor que tinha o burro, colocava quatro sacos na cangaia. Ele levava onde tinha os ferros. Prá lá da Pedra Branca. Oito ou nove burros levavam 4 sacos de carvão. Não era este saco.

Cada saca de carvão pesava em torno de 60 quilos. Uma mula transportava até quatro sacas por viagem, o que totalizava 240 quilos de carga por viagem. Os depoimentos dos entrevistados permitem entrever que uma grande quantidade de mulas transitava diariamente descendo e subindo a Serra, comercializando, entre outros itens, a produção local de carvão.

Para fins de análise, estabeleceu-se um estudo comparativo com o conteúdo da obra francesa de M. Duhamel Du Monceau, (1700-1782) *Arte do carvoeiro ou methodo de fazer carvão de madeira*, com tradução de Paulo Rodrigues de Sousa e publicado pela Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego, na cidade de Lisboa, em 1801¹⁴⁴. A análise comparativa permitiu ver que, excluídos alguns termos adotados e conhecidos por Dona Diva, os procedimentos técnicos mantiveram-se praticamente inalterados por mais de 150 anos, adotados aqui e outrora na Europa.

¹⁴⁴ DUHAMEL DU MONCEAU, M. (1700-1782) *Arte do carvoeiro ou methodo de fazer carvão de madeira*. Colaboração de SOUSA, Paulo Rodrigues de (trad.). Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego. Lisboa, 1801. 63 p. 1 prancha dobr. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03892700>. Acesso em 04.10.2011.

Figura 313. Prancha presente na obra de M. Duhamel Du Monceau *Arte do carvoeiro ou methodo de fazer carvão de madeira*, publicado pela Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego, na cidade de Lisboa, em 1801. p. 63.

Figura 314. Área onde, segundo Dona Diva, concentrava-se uma grande quantidade de praças de carvão no Bairro Parque Santa Inês, na Serra da Cantareira. Mapa Emplasa.

Segundo Dona Diva, montava-se uma praça atrás da outra, aos sábados, domingos e feriados. Dormia-se por volta da meia noite e às três da manhã, o carvoeiro já deveria estar em pé para ver os fornos. Alguns fornos bem grandes, com oito metros de diâmetro, outros com quatro metros. O carvoeiro pegava uma vara e marcava o centro da praça. No centro, plantava uma vara de madeira com doze a quinze pés de altura, montando uma perna em sua parte inferior, ou seja, uma madeira pequena era colocada para segurar a estrutura vertical em um ângulo de 45°. A partir daí, ele iria fazendo um empilhamento sucessivo das varas de madeira até o topo da praça. A terra de base deveria ser bem aplainada, sem desníveis para não provocar a queima excessiva ou falha em determinado lado. O solo não poderia ser pedregoso ou arenoso. A estrutura da praça poderia ser apoiada na encosta ou não, de acordo com a decisão do carvoeiro; o importante era que a estrutura deveria estar bem firme.

Figura 315. Detalhe da prancha presente na obra de M. Duhamel Du Monceau *Arte do carvoeiro ou methodo de fazer carvão de madeira*, publicado pela Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego, na cidade de Lisboa, em 1801. p. 63.

Para dar forma à caieira, utilizava-se capim gordura e terra. Para acendê-la usava-se o *tiço*, uma madeira em cuja ponta existia uma brasa. Uma caieira acesa soltava fumaça por cerca de três dias. O carvão deveria ser retirado nas primeiras horas do dia, bem cedo. Uma caieira de grande envergadura chegava a produzir 150 sacas de 60 quilos cada ou nove toneladas de carvão. A contagem para o pagamento do trabalho ou venda do produto era sempre por saca. Uma pequena caieira de três metros de diâmetro – as pequenas caieiras eram chamadas de *muquetes* - produzia

seis sacos de carvão de 60 quilos, ou seja, 360 quilos de carvão. O ensacamento era bem calculado. Os carvões maiores eram colocados na boca do saco. Quando o saco ficava cheio, costurava o e o empilhava para o transporte das mulas.

Do ponto de vista arqueológico, acompanhando Dona Diva a antigas praças de carvão hoje cobertas pela mata, foi possível perceber a presença de terra enegrecida, acentuada presença de carvão no solo e um formato arredondado do espaço. De acordo com Dean (2010, p. 237), uma família consumia em média cinco toneladas de lenha por ano. As casas e as indústrias nascentes exigiam a queima contínua, seja no fogão ou nos fornos de quintal. O fogão ficava aceso durante todo o dia para cozinhar os alimentos – o feijão cozinhava durante horas. Era necessário quase um quilo de lenha para produzir um quilo de feijão. O fogo também era utilizado para ferver roupas, aquecer água para o banho, secar guarnições de cama e mesa e roupas na estação chuvosa, bem como manter a cozinha aquecida no inverno. Os pequenos produtores rurais também precisavam de lenha para beneficiarem suas safras comerciais, como toucinho, fumo de corda, queijo, cachaça, sabão e mandioca. A mandioca tinha de ser seca para evaporar o veneno. Estimativas, apontadas por Dean (2010, p. 210), sugerem que as famílias rurais consumiam, anualmente, pelo menos uma tonelada de lenha per capita. Para esta queima não se cortavam árvores, pois a madeira verde teria de ser estocada para secar. As mulheres da casa colhiam galhos no seu chão de capoeira e quando se esgotavam, tinham de pedir permissão ao vizinho para apanhar em suas matas.

Um cálculo mínimo aproximado sobre o consumo de madeira feito em períodos consecutivos, ou de lenha, considerando a queima per capita de uma tonelada/ano, chega aos seguintes resultados:

A população do município de São Paulo e o consumo de lenha

Ano	População do Município de São Paulo	Consumo de Carvão por habitante/ano (1 ton./ano)	Crescimento do Consumo de Carvão por Habitante/ano (%)
1765	3.838	3.838	
1836	21.933	21.933	571%

1872	31.385	31.385	817%
1886	47.697	47.697	1242%
1890	64.934	64.934	1692%
1900	239.820	239.820	6.248%
1920	579.033	579.033	15.087%
1940	1.337.644	1.337.644	34852%
1950	2.198.096	1.198.076	31216%
1954	2.817.600	2.817.600	73.413%

Figura 316. Fontes: ARAÚJO FILHO, J. R. de. *A população paulistana*. p. 167-243. In: AZEVEDO, Aroldo. *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. Vol. II – *A Evolução Urbana*. Cia. Editora Nacional. São Paulo, 1954. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Seção Regional de São Paulo. O dado de 1765 foi retirado de FLORENCE, Amador. *Curiosidades do censo paulistano de 1765*. Revista do Arquivo Municipal. LXXIX. p. 131, 1919; o de 1836, de MULLER, Daniel Pedro. *Ensaio dum quadro estatístico da Província de São Paulo*. Typ. Costa Silveira. São Paulo, 1838; de 1890, segundo Comissão Central de Estatística. Relatório. Typ. King. São Paulo; e o de 1888, do Recenseamento Geral.

Um aspecto importante sobre a questão da produção de carvão na Serra da Cantareira recai sobre o seu impacto sobre a floresta, em especial no bojo do processo de expansão da cidade de São Paulo, durante o último quartel do século XIX até meados do século XX, considerando que foi, somente após a década de 1950, que ocorreu de forma sistemática a substituição dos fogões a carvão pelos novos modelos a gás.

Dean (2010: 267) fez o seguinte cálculo para a devastação das matas: se um hectare médio de floresta primária contém 400 m³ de madeira disponível para combustível, ou seja, 750 quilos de madeira por m³ em média, 750 quilos de madeira (m³) gerariam energia equivalente a 400 quilos de carvão. Assim, um hectare médio de floresta primária geraria 160 toneladas de carvão ou 300 toneladas de madeira. O que seria em si um gasto gigantesco e uma fonte de devastação das matas circundantes a São Paulo. Segundo ele, a lenha para consumo doméstico era o item de maior volume no abastecimento das cidades e tanto ela quanto o carvão eram um bem comercializável, em especial, por sitiantes e pequenos fazendeiros com poucos recursos financeiros. O autor calcula que, em 1950, a força de trabalho rural (7,5% ou 76 mil trabalhadores em São Paulo) ocupava-se do corte de lenha e o fabrico de carvão. Os fabricantes de carvão comercial preferiam a floresta primária, porque ela fornecia

árvores de lenha mais densa, com melhores rendimentos e com carvão mais rico em carbono (DEAN, 2010, p. 269).

O consumo de madeira e carvão cresceu até 1950, atendendo uma indústria que se diversificava, além dos tradicionais consumidores de carvão como as olarias. Surgiram cervejarias, destilarias, engenhos e refinarias de açúcar, fábricas de cimento, curtumes, tinturarias, torrefações de café, beneficiadoras de mandioca, padarias e fábricas de sabão, velas, conservas, fósforos, cerâmicas, banha, vidro e chapéus. A partir desta data, com a entrada do gás de cozinha, como uma nova fonte de energia, houve uma paulatina redução do consumo de carvão, exigindo dos pequenos sitiantes e proprietários locais novas formas de captação de receitas.

Na Serra, segundo Dona Diva, a produção de carvão continuou até a década de 1980, atendendo demandas cada vez mais reduzidas até o seu total desaparecimento. Nos dias de hoje, a comunidade local teme a presença da polícia ambiental e as pesadas multas atribuídas. Mesmo assim, foi localizado um pequeno forno produzido para uso doméstico, datado da década de 1980 e hoje desativado. Segundo informações do Sr. Vicente Pisaneschi, antigo proprietário de uma olaria local, foi feito por um antigo morador originário do nordeste do país, daí suas características diferenciadas em relação às técnicas tradicionais locais.

Figuras 317 a 319. Ruínas de forno de carvão construído na década de 1980. Segundo informações do Sr. Vicente Pisaneschi, o forno foi construído por um antigo morador que trouxe o conhecimento técnico de sua confecção do nordeste do país. A técnica de construção de fornos fechados não foi muito difundida na região, embora exista o relato de sua existência, confeccionado por imigrantes japoneses locais¹⁴⁵. Fotografias do autor.

¹⁴⁵ Existiriam vestígios de um forno de tijolos construído pelo pai de Dona Tereza, antiga administradora da Capela de Santa Inês e comerciante local, residente no bairro de Vila Machado. Segundo ela, os

Oleiros e Olarias na Serra da Cantareira

Durante as pesquisas de campo, foram localizadas duas construções próximas que remetiam a antigas olarias locais. Olarias que, a partir da década de 1930, alastraram-se nas baixadas úmidas e nas bordas dos vales, acompanhando o serpentear do rio Juqueri e que hoje se encontram submersas na área da represa Paiva Castro. A cidade, nestes tempos, tornou-se grande produtora de tijolos, vendidos em São Paulo. Foi o ciclo das olarias, como apontou a memorialista Íris Fagundes (1992, p. 189), citando a de Candinho Galvão ou a de seu cunhado Sezefredo Fagundes Júnior. Segundo ela, o trabalho nas olarias seguia o sistema familiar e era extremamente penoso e árduo:

Marido, mulher, três filhas, o irmão solteiro do marido e duas irmãs da mulher. Com exceção de Nhá Melícia, que ficava em casa cozinhando e lavando roupa, todos batiam tijolos. O serviço de olaria é um serviço cansativo, insalubre, depauperante. Os oleiros levantam antes da madrugada. Duas horas, quanto muito três horas da manhã.

Havia uma centena de olarias e, na época, era a riqueza da região. Os oleiros dividiam o serviço. Uns só arrancavam barro, que era colocado em carroças e levado para a caçamba, onde burros, girando ao redor, amassavam o barro até dar o ponto. Em seguida, o barro era distribuído nas várias bancas. Mulheres e até crianças enformavam o tijolo e o lançavam nas bancas. Tudo num movimento rápido de duas pessoas. Uma enchia a forma se abaixando para pegar o barro e a outra cortava o excesso e batia a forma na banca sobre a areia pelos dois lados e o retirava da forma.

Daí eram empilhados, postos a secar ao sol e depois queimados no forno. Tinham que lançar, no mínimo, um milheiro de tijolos, mas havia quem lançasse até quatro milheiros. Isso até o meio-dia. Quando o sol ficava muito quente era preciso parar. (FAGUNDES, 1992, p.189).

A chegada de imigrantes italianos, alemães e portugueses em fins do século XIX colaborou para a difusão do uso da alvenaria de tijolos no Estado de São Paulo. Por diversas localidades ou no entorno da cidade, proliferaram olarias com produção rudimentar e trabalho familiar. A não necessidade de investimentos pregressos ou de

resquícios deste forno ainda estariam nas terras desapropriadas e hoje pertencentes a SABESP ao lado da Estrada de Santa Inês.

terras bem situadas, permitindo o trabalho mesmo em terras exauridas pela extração de madeira ou pela contínua produção agrícola, em locais de difícil acesso ou terras baixas próximas a riachos e córregos, trazia a possibilidade de algum rendimento à massa de imigrantes que buscava alternativas ao trabalho nas fábricas e nas fazendas de café.

As olarias eram empreendimentos familiares que contavam com amigos e conhecidos também como trabalhadores. As funções poderiam ser mais ou menos divididas de acordo com a disponibilidade de mão de obra. Existiam os caçambeiros, responsáveis pela extração e transporte do barro; os pipeiros, que abasteciam do barro o batedor e cuidavam do funcionamento da pipa; batedores, que batiam o barro na forma molde; e lançadores, que untavam as formas, tiravam os tijolos e os emparedavam (XAVIER, 2001, p. 23-27).

O trabalho sujeitava-se aos caprichos do tempo. Se o vento era favorável, a secagem era fácil. Chuvas fortes desmanchavam os tijolos e o sol muito quente provocava rachaduras. Cada olaria tinha o seu lugar de extração. Na Serra, as olarias se espalhavam pelo caminho do rio Juqueri, por seus afluentes e riachos próximos.

Durante as pesquisas de campo, ao lado das ruínas de antigas olarias, situadas nas coordenadas 23 K 0335649 e UTM 7416925, na altura de 771 metros, foi encontrado o Sr. Vicente Pisaneschi que narrou ser seu pai de origem italiana, da região da Toscana e que, chegado ao Brasil em 1924, com dezoito anos (nascido por volta de 1892), estabeleceu-se na região, no bairro de Santa Inês, onde conheceu sua mãe, de origem portuguesa. O Sr. Vicente conta que o pai foi carvoeiro e chegou a tirar 200 sacas de carvão de 60 quilos em uma única fornada. Aos dezoito anos, o Sr. Vicente já ajudava o pai no trabalho com o carvão.

A olaria da família foi criada em 1946 e funcionou por quase trinta anos, sendo fechada em 1997. Ela chegou a produzir cinco mil tijolos por dia, fornecendo para os nascentes condomínios locais, como o do Parque Petrópolis, além daqueles que eram vendidos em São Paulo.

Figura 320. Localização da olaria do Sr. Vicente.

Figuras 321 a 326. Ruínas da antiga olaria que pertenceu ao Sr. Vicente Pisaneschi. Uma outra olaria com as mesmas características é encontrada bem próximo ao local; contudo, sua posição no interior de uma empresa fabricante de cimento inviabilizou o aprofundamento da pesquisa.

Figura 327. Estudo para reconstrução digital da olaria que pertenceu ao Sr. Vicente Pisaneschi, para posterior análise e documentação dos bens patrimoniais locais. Desenho de Gabriel Fernandes de Carvalho.

Casas de imigrantes na Serra da Cantareira

Um aspecto perceptível na transição do século XIX para o século XX, através da comparação da estrutura arquitetônica e das matérias primas empregadas na sede rural da Fazenda Velha com as outras habitações das primeiras décadas do século XX, é o aparecimento de um novo partido arquitetônico e que faz uso de novos materiais construtivos, no caso o tijolo. Trata-se de uma clara contribuição dos novos grupos imigrantes que se estabeleceram na região.

No contexto atual das pesquisas, esta questão não pôde ser aprofundada, inclusive por sua percepção ser bem recente. No entanto, ao percorrer os caminhos da região foi possível ver ruínas, antigas casas e sedes rurais com os mesmos traços arquitetônicos, estilísticos e construtivos, como o caso da sede rural pertencente à Família Tarquini, cujas fundações são visivelmente em pedra. É possível ver a formatação de um novo padrão e que se repete em outras habitações, caracterizando talvez um patrimônio cultural local ainda não evidenciado.

Dentre estas casas de mesmo padrão, destacam-se dois modelos distintos: um que se apóia nas encostas íngremes das colinas e que faz uso de um porão para serviços de depósito, e outro que, não possuindo um porão, apresenta, por outro lado, uma câmara de ventilação baixa, com medidas que oscilam em 50 centímetros, construída com tijolos produzidos nas próprias olarias locais.

Figuras 328 e 329. Casas que seguem o primeiro modelo exposto, apresentando porão para serviço ou depósito. A primeira casa pertence aos descendentes de Belarmino. Trata-se da sede de seu antigo alambique, conhecido por Alambique do Belarmino. A casa está situada próxima à

Estrada da Roseira. A segunda casa pertenceu a José Moraes, também possuidor de um engenho na região da Estrada de Santa Inês, no bairro do Caragatá (ambas as casas já foram apresentadas neste capítulo).

Figuras 330 e 331. Sede rural hoje em ruínas situada na confluência da Estrada de São Pedro com a Estrada da Palhinha. Observar as fundações de tijolos e a premência do mesmo padrão construtivo. Fotografias do autor.

Figuras 332 e 333. Sede de sítio, cuja casa pertenceu a João Mineiro, um dos descendentes da família proprietária da Fazenda São Pedro, hoje numa pequena chácara localizada no bairro de São Pedro. O segundo Imóvel está situado no interior do Instituto Florestal, no bairro do Tremembé. Fotografias do autor.

Deve-se destacar que, nas primeiras décadas do século XX, a Serra da Cantareira, com terras bastante desgastadas, passou a ser ocupada por uma grande leva de imigrantes de diversas nacionalidades, tais como: italianos, portugueses, espanhóis, japoneses, alemães, suíços, com poucos recursos e desejosos de adquirir alguma propriedade. Muitos deles trabalharam como meeiros em inúmeras fazendas ainda produtivas na região, outros foram adquirindo pequenas posses e produzindo

para consumo, vendendo excedentes na região do Tremembé e mais além, no Mercado Municipal.

Nesta época, surgiu uma cultura de intercâmbio entre grupos com procedências diversas, mesmo não falando a mesma língua e nem possuindo os mesmos costumes, mas compartilhando as mesmas condições de vida. Muitos casamentos surgiram, conflitos, choque entre culturas. Assim, foi um caso de amor que terminou no suicídio de uma moça ainda jovem e de muitas histórias que ainda esperam ser reveladas.

3. NOS CAMINHOS DA SERRA: ARQUEOLOGIA E PAISAGEM

Os deuses criam-nos muitas surpresas: o esperado não se cumpre, e ao inesperado um deus abre o caminho. Eurípedes.

A partir de fins do século XIX, novas demandas advindas de São Paulo se colocaram para a Serra da Cantareira. A transformação pela qual a cidade de São Paulo passava, com o intenso crescimento populacional, marcado pela expansão do processo industrial e da urbanização, impôs novas exigências para os gestores da cidade, questões não pensadas de antemão¹⁴⁶. Se, por um lado, as regiões ao norte da cidade passavam a ser vistas como locais de lazer e veraneio - um contraponto para a cidade industrial que emergia – e eram indicadas para o tratamento de pessoas com problemas de saúde e para o regozijo do corpo e da mente, por outro, passaram a ser orquestradas como possível fonte de água para o abastecimento da cidade em expansão.

Segundo Bruno (1954, p. 1316), a região, neste período, passou a ser vista, cada vez mais, como um local de recreio, de lazer e distração. O Horto Florestal e a Cantareira eram considerados montanhas frescas para as classes médias e um bom local para hospitais e sanatórios (MORSE, 1954, p. 288). Em 1898, o Governo do Estado inaugurou o Hospital-Colônia de Juqueri para doentes mentais, administrado por Francisco Franco da Rocha. Este hospital, que foi um dos maiores e mais antigos hospitais psiquiátricos do país, construído com projeto de Ramos de Azevedo em uma área de 150 hectares, chegou a ter, na década de 1950, mais de catorze mil internos.

Além disso, desde os idos do século XVIII, além da produção de cana de açúcar, aguardente e café, advinda das fazendas da região, produziam-se outros itens excedentes: hortifrutigranjeiros, e aqueles extraídos além daqueles extraídos da própria mata como o carvão, a lenha e a madeira de lei, no contexto do cinturão caipira paulista. Essa prática levou, paulatinamente, a supressão da floresta primária, impedindo a sua regeneração, seja por meio da queima e da derrubada da

¹⁴⁶ Foi nesse período, em 1877, que o Coronel Antônio Proost Rodovalho adquiriu terras para a produção de cal. Ele construiu fornos de barro em barranco e, em 1889, uma fábrica de celulose: a Companhia Melhoramentos. (PERES, 2008, p. 14).

mata para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, como para a extração de madeira e minerais para a construção civil ou para a produção de combustível. Calcula-se que, ao final do século XIX, após quatro séculos de exploração predatória dos recursos naturais da floresta, a Serra da Cantareira estava com praticamente toda sua cobertura vegetal primária destruída. (GROSTEIN; SILVA, 2008, p. 3). Um documento cartorial de venda de um fragmento da propriedade da família Doll descrevia um

...terreno medindo vinte alqueires mais ou menos, parte devastado e parte revestido de capoeiras, contendo um pomar, pastagens, fechadas de cerca de arame, um rancho de zinco e paiol¹⁴⁷.

A questão da água, neste momento, tornou-se um problema emergencial. Em 1864, estudos concluíram que a solução viria da utilização do ribeirão da Pedra Branca, situado na Serra da Cantareira, por sua proximidade e excelente qualidade das águas. Em 1877, alguns capitalistas locais, liderados por Antônio Proost Rodovalho, contrataram os serviços de engenheiros ingleses e criaram a Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, obtendo contratos oficiais para obras de saneamento e urbanização em São Paulo, como a construção do Reservatório da Consolação em 1888.

Rodovalho era um investidor e empreendeu outros projetos na região, local onde possuía uma fazenda. Lá, do outro lado da Serra, nas margens do rio Juqueri-Guaçu, onde viria a se constituir no município de Caieiras, percebeu alguns componentes minerais no solo que, após análises, permitiram-lhe ver a viabilidade de um novo negócio. Edificou dois fornos para a produção de cal e passou a produzi-lo. Em 1887, também iniciou uma fábrica de papel a cargo da empresa alemã Gebruder Hemmer. A região, neste período, começou a receber uma grande leva de imigrantes de diversas nacionalidades, que se instalava não só nas imediações das fábricas, como em áreas próximas. Em 1908, foi inaugurada uma linha ferroviária ligando a fábrica a São Paulo e em 1912, houve a construção de uma barragem e de uma usina hidrelétrica para a produção de energia para as máquinas. A Melhoramentos passou a plantar eucaliptos para fornecer lenha para

¹⁴⁷ Documento de compra e venda de terreno pertencente a Cesar Filoni e Judith Filoni (e doado a seus filhos Conrado Filoni, casado com Lina Filoni, e Giovanni Filoni), italianos.

os seus próprios fornos de cal e cerâmica, possivelmente em decorrência da extinção já, naquela época, das matas no entorno do empreendimento.

Em 1890, o Governo do Estado desapropriou inúmeros sítios e fazendas próximos¹⁴⁸ visando à recuperação da mata de entorno às nascentes¹⁴⁹ e, em 1893, a Cia. Cantareira foi encampada pela Repartição de Águas e Esgotos do Governo do Estado. As obras foram consideradas um verdadeiro desafio para a engenharia do período¹⁵⁰.

Figura 334 a 336. Fotografias (respectivamente) da mata junto ao córrego do Toucinho; da instalação do 2º sifão da Represa do Guaraú e Represa do Guaraú. A atual Estação de Tratamento do Guaraú está localizado no início da Estrada de Santa Inês, ao lado da área da antiga Fazenda do Seminário. Coleção do Arquivo do Estado de São Paulo. Disponível em www.arquivodoestado.gov.sp. Acesso em 20 de maio de 2012.

O *Tramway* da Cantareira, criado para atender a construção dos reservatórios, passou também a servir a população através de duas linhas distintas: uma para Tremembé e outra para Guarulhos. (AZEVEDO, 1958, p. 94). Inicialmente, estabelecia a ligação entre a Estação Tamanduateí, no bairro do Pari, e a sede do Horto Florestal, nas encostas da Serra da Cantareira. Em 1910, com a ampliação do Sistema Cantareira de abastecimento, a partir da utilização de novos mananciais, um novo ramal do Tramway foi construído, permitindo o transporte de material para a construção da Represa do Cabuçu. Este ramal que começou como

¹⁴⁸ Na Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Governo do Estado, consta a desapropriação de terras em nome de Francisco Xavier Pinheiro, em 08 de fevereiro de 1893, de Joaquim Penteado, em 21 de março de 1895, de Joaquim Rodrigues dos Santos, em 05 de agosto de 1911, e de Maria José dos Santos Amorim, em 27 de março de 1919, segundo o 2º. Registro de Imóveis.

¹⁴⁹ Hoje, após a recuperação natural da floresta, o Parque Estadual da Cantareira se constitui em uma das maiores áreas de mata tropical nativa situada na região metropolitana, assegurando a proteção de seus mananciais e abrigando diversas espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção. (SILVA, 2005).

¹⁵⁰ Vilar, em sua Tese de Doutorado, elaborado em 2007, promoveu um inventário dos bens patrimoniais da antiga Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, registrando a localização, o estado atual, suas alterações ao longo do tempo, que resultaram na proposição de medidas de proteção e salvaguarda desse patrimônio.

uma extensão da Estrada de Ferro da Cantareira até o bairro do Guapira, atual Jaçanã, no local do Asilo dos Inválidos, expandiu-se até a antiga freguesia de Guarulhos, em 1915. Em 1913, foi inaugurada uma estação intermediária em Tucuruvi.

Diferentemente de outras ferrovias, como aponta Langenbuch (1971), que tiveram um papel preponderante na localização das indústrias, a região cortada pelas linhas do Tramway da Cantareira não desenvolveu uma industrialização significativa (exceção feita a Guarulhos). Tiveram funções hospitalares e militares. Na estação de Guapira, além do asilo de inválidos, também foi instalado um leprosário, e ambos, segundo Nuto Sant'Anna (apud LANGENBUCH, 1971), teriam determinado a construção do respectivo ramal do Tramway. Posteriormente, os contrafortes da Serra também acomodaram os hospitais de Gopoúva, em Guarulhos, e do Mandaqui. Já a função militar se caracterizou pela instalação da linha de tiro do Tiro Nacional de São Paulo e, no Barro Branco, da linha de tiro da Força Policial Coronel Argemiro (LANGENBUCH, 1971). Gradualmente, os principais ramais do Tramway da Cantareira passaram a atrair a urbanização, gerando loteamentos suburbanos e pequenos núcleos habitacionais com comércio e serviços.

O conhecido Horto Florestal, ou Parque Alberto Löfgren, nasceu da desapropriação através do Decreto nº 335, de 10 de fevereiro de 1896, do Engenho da Pedra Branca, pertencente ao negociante Pedro Borges. Entre os ribeirões Mandaqui e Tremembé, foi instalado um horto botânico, com campos de experiência e serviço florestal, sob a direção de Alberto Löfgren¹⁵¹ (ROCHA; COSTA, 1998, pp. 106-107).

¹⁵¹ O Horto Florestal foi fruto do trabalho do pesquisador Alberto Löfgren. Ele se encantou com a Mata Atlântica e resolveu ficar no país, recusando convites para voltar à sua terra. Ele dizia que, na Europa, tudo o que havia para estudar eram *múmias pálidas* da exuberante vegetação tropical. Em 1893, a Comissão criou uma seção de Zoologia e o alemão Hermann Von Lhering foi convidado para chefiá-la. Löfgren chefiou a Seção de Botânica, que originou o Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente do Estado. Em suas excursões, ele coletou uma grande quantidade de espécimes, para a criação de um herbário, que, mais tarde, foi incorporado ao Instituto Florestal. ROCHA; COSTA, 1998, pp. 106-107).

Figura 337. Aquarela de A. Norfini, de 1929, retratando o Engenho da Pedra Branca. Única imagem existente (Acervo Instituto Florestal). No local, hoje está o Palácio de Verão do Governo do Estado de São Paulo. Acervo do Instituto Florestal.

Em fins do século XIX, a devastação florestal avançava em todo o Estado. A localização do Horto, junto às matas da Cantareira, era estratégica para evitar a ação dos carvoeiros que utilizavam a madeira como matéria prima necessária ao seu sustento, principalmente na vertente norte da Serra. Löfgren alertava contra os desmatamentos e o desperdício de recursos naturais, que observava em suas viagens pelo interior do Estado. Em 1903, publicou, no jornal *O Estado de São Paulo*, o artigo *Serviço Florestal de Particulares*, que teve, como consequência quase imediata, a criação do Serviço Florestal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. As ferrovias passaram a ser citadas como as grandes responsáveis pelo desmatamento, em decorrência da imensa quantidade de lenha consumida pelas caldeiras das locomotivas.

As ferrovias promoviam outros impactos bastante danosos não só para as matas nativas, como para as economias locais. As terras mais próximas da cidade, desgastadas pelo contínuo plantio, perdiam seu valor mais depressa, na medida em que os custos mais baixos de transporte para terras mais distantes aumentavam os seus preços e geravam uma grande especulação no campo (DEAN, 2010, p. 226). Por outro lado, a ferrovia fazia uso cada vez maior de lenha. Na virada do século, consumiam meio milhão de m³ de lenha por ano; em 1910, além das 300 mil toneladas de carvão importados, precisavam de 2,4 milhões de m³ de madeira, o equivalente a 80 km² de floresta. Havia a necessidade de dormentes e 1500 por km eram substituídos a cada 6 anos. O Estado de São Paulo consumia em média de 1,5

milhões de dormentes por ano, na década que se seguiu a 1902. Madeiras de lei da floresta eram frequentemente utilizadas para tal fim. (DEAN, 2010, p. 250)¹⁵².

A origem do Horto Florestal deveu-se à criação, em fins do Império, da Comissão Geológica e Geográfica sob a direção do norte-americano Orville Derby. O objetivo do órgão era explorar as terras devolutas remanescentes do Estado e assessorar a instalação de vias férreas, símbolo do progresso da Província. Vinculava-se, nesta época, a este órgão uma seção Botânica que, em 1896, foi instalada nas matas da Serra da Cantareira. Foi a primeira reserva florestal criada no país e sua principal finalidade era proteger as bacias dos riachos canalizados, para suprir água para a cidade. Em 1899, a Seção Botânica foi renomeada Serviço Florestal e Botânico, sob a liderança de Löfgren, com a função de conservar as florestas, melhor explorá-las e reflorestá-las (DEAN, 2010, p. 246-248). A proteção das nascentes, por intermédio do novo sistema de captação de água, também contribuiu para a regeneração das matas degradadas, embora, em seu entorno, a ação dos carvoeiros e dos madeireiros tenha continuado por décadas afora.

A concepção sanitaria do período exigia a proteção das nascentes e a necessária regeneração da floresta (HERLING, 2002), o que de fato, no período de um século, contando as medidas empreendidas naquela época até os dias de hoje, auxiliadas por uma rica drenagem e um alto grau de umidade do solo, associados ao clima de verões úmidos prevalecente na região, tornou possível a recuperação das áreas desmatadas em um prazo de aproximadamente 100 anos (MAZZEI, 1999). A vegetação do atual Parque Estadual da Cantareira tornou-se bastante exuberante, permitindo a sobrevivência de diversas espécies de Mata Atlântica. (GROSTEIN; SILVA, 2008, p. 4). Assevera-se o fato de, no entorno das áreas protegidas, o contínuo uso agrícola e extrativo levou à exaustão dos recursos locais que, associado às dificuldades de transporte e à pauperização das populações locais, resultou no abandono das terras e a sua relativa e natural recuperação, relacionada a novos usos.

¹⁵² A partir de 1991, o Serviço Florestal e Botânico passou a distribuir sementes de eucalipto, objetivando promover o reflorestamento das matas, passando, em um ano, de vinte para 250 mil mudas sob a direção de Edmundo Navarro de Andrade. (DEAN, 2010, p. 195)

Por outro lado, a organização do sistema de captação de água na Serra foi estruturada em três represas - Guarahú, Cabuçu e Engordador, funcionando da seguinte maneira: uma barragem construída no alto da Serra capta a água que, por meio de tubulações de ferro, vai sendo levada para um reservatório maior, de onde é encaminhada à Casa da Bomba e impulsionada à cidade. O sistema também possuía uma caldeira *Steinmuller Gunmersbach*, datada de 1898, alimentada à lenha, gerando pressão para a bomba. A caldeira era abastecida com madeira retirada da própria Serra, sem nenhum planejamento, levando à sua escassez na década de 1940, em áreas próximas, obrigando a sua desativação em 1949 e a necessária substituição por motores a diesel¹⁵³. (FONSECA, 2003, p. 4)

Em um segundo momento, no decorrer dos anos 1960, novas demandas se colocaram para o poder público ao mesmo tempo em que o antigo sistema se tornava obsoleto, o que levou à ampliação do Sistema Cantareira de abastecimento, com a construção do Reservatório Paiva Castro e da Estação Elevatória de Santa Inês mais ao norte da Serra. Em decorrência disso, ocorreu um verdadeiro *boom* imobiliário na região com o apoio dos municípios locais, em especial, logo após a pavimentação da estrada de Santa Inês, feita para o tráfego de materiais, trabalhadores e equipamentos. Inúmeros pequenos sítios foram fracionados, levando a construção de condomínios residenciais de alto padrão, clubes de campo e bairros populares como o Pinheiral e o Fernão Dias. Um dos primeiros condomínios de alto padrão estruturado neste momento foi o Alpes da Cantareira, através da Lei Municipal de 19 de março de 1976 e do Decreto de 03 de dezembro de 1976 do Município de Caieiras. Depois, foi o Parque Santa Inês, com 227.651 m² de área, através do decreto 2070, de 14 de junho de 1982¹⁵⁴, Cinco Lagos, Campos de Mairiporã e Clube de Campo (FAGUNDES, 1992), entre outros.

Foi neste mesmo período que a reserva estadual foi transformada em parque, pelo artigo 11, do Decreto nº 41.626, de 30 de janeiro de 1963, e com a Resolução 18 de 04 de agosto de 1983, foi tombada a área da reserva estadual da Cantareira e

¹⁵³ Relíquia histórica dos primórdios do abastecimento, a caldeira é o único exemplar conhecido no mundo. Trata-se de um *monumento industrial* por excelência tombado pela Resolução nº 18, de 04 de agosto de 1983, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – CONDEPHAAT. (FONSECA, 2003, p. 4)

¹⁵⁴ A criação deste condomínio ocorreu sob o governo do Prefeito Luiz Lopes Lansac, no Município de Caieiras. O condomínio já havia sido aprovado pela Prefeitura de Mairiporã, em 20 de setembro de 1954 (PERES, 2008, p. 123).

do Parque Estadual da Capital (Horto Florestal). Em 1988, o parque foi considerado Patrimônio Nacional pela Constituição Federal e, em 09 de junho de 1994, declarado pela UNESCO como Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, com status de Patrimônio da Humanidade.

Se nesse processo o parque tinha o seu papel como área envoltória de proteção dos recursos hídricos locais, a floresta regenerada também passou a se notificar e a se constituir como um espaço de necessária conservação, no contexto da percepção de carência de áreas verdes nos grandes núcleos urbanos (GROSTEIN; SILVA, 2008, p. 2), fazendo com que hoje a Serra da Cantareira apresente, por trás da aparente densidade florestal recente, considerada por muitos desavisados como uma floresta primária, uma diversidade de ocupação e áreas que, no passado, já sofreram grande intervenção no solo e em suas matas.

Para o âmbito desta pesquisa importou entender como ocorreu este processo de sucessivas ocupações humanas desde os seus primórdios, antes e após a chegada dos europeus à região e às suas sucessivas intervenções na paisagem, buscando, assim, compreender como a Serra da Cantareira atendeu projetos sociais, econômicos e políticos diferenciados e que sua progressiva ocupação deixou marcas na paisagem local. O uso de uma base teórica conhecida por Arqueologia da Paisagem contribuiu e muito para este trabalho e para o seu desenvolvimento.

Se no passado a Arqueologia tendia a considerar a paisagem como um cenário imutável onde as relações sociais se desenvolviam, hoje um novo olhar entende que as paisagens podem ser modificadas pela ação dos grupos humanos e representam as interações destes com o meio ambiente (AFONSO, 2007). A própria delimitação geográfica deste trabalho - a Serra da Cantareira - é uma percepção inerente ao momento atual da história, em que à Serra são atribuídas novas funções pela sociedade: *área verde paulistana, maior floresta urbana do mundo*. Algo bem diverso de outros momentos em que era vista como um obstáculo ao tráfego humano, terra desprestigiada pelo difícil acesso ou mais uma montanha verde na paisagem. Os tempos mudaram e a paisagem, ante as novas perspectivas, recebe novas atribuições. A paisagem é um espaço socialmente construído que se altera ao longo do tempo, de acordo com os olhares dos grupos humanos (AFONSO, 2007).

A questão que se coloca para a Arqueologia é que, ao se considerar que os

aspectos físicos da paisagem se alteram, faz-se necessário o desenvolvimento de teorias, métodos e ferramentas que possam evidenciar em sua materialidade estas mudanças. A paisagem, nesse sentido, representaria diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade e, assim como o espaço, altera-se continuamente para acompanhar as transformações da sociedade, o que pode ser observado na análise da distribuição da ocupação na Serra da Cantareira, não só pelos pontos focais ocupados no decorrer dos séculos, atendendo a propósitos diferenciados, mas pela forma com que o homem se relacionou com o ambiente circundante. Para Moraes (2006, p. 209), a Arqueologia da Paisagem:

Ela se configura como uma estratégia de investigação para o estudo dos processos sociais em sua dimensão espacial, reconstruindo e interpretando a evolução da paisagem arqueológica e os padrões de assentamento a partir das expressões materiais da cultura.

Assim, a Arqueologia dita da paisagem contribuiu na oferta da reconstrução de cenários culturais do passado, na percepção da artificialização do ambiente, onde os diversos povos criaram estratégias de apropriação e transformação do espaço, produzindo uma determinada paisagem social (BORNAL, 2008, p. 11). A hipótese que permeia este trabalho é a de que a Serra da Cantareira sediou sucessivas ocupações humanas no decorrer dos séculos, antes e após a chegada dos europeus, atendendo projetos sociais, econômicos e políticos diferenciados. Estas sucessivas ocupações deixaram marcas na paisagem, *cicatrices*, segundo Fernand Braudel (1986-1987 apud MENESES, 2002, p. 37), cabendo à Arqueologia, através de sua teoria, método e ferramentas, evidenciar em sua materialidade, seja sincrônica ou diacronicamente.

A pesquisa, mesmo exigindo aprofundamento, permite perceber que a ocupação humana no século XVII seguiu caminhos e objetivos muito próprios, na faixa norte do território, seguindo os meandros e margens do rio afluente do rio Tietê, o rio Juqueri. A ocupação permaneceu próxima ao rio e seus tributários, como o Juqueri-Açu, o Juqueri-Mirim e outros. Excetua-se, no caso, a sesmaria de Salvador Pires de Medeiros (e da Capela de Santa Inês) que, possivelmente, tenha derivado de um caminho rasgado do bairro do Tremembé, uma picada na mata desde as terras de seu irmão João Pires e que, porventura, possa ter gerado em data futura a Estrada de Santa Inês. Persiste aí o foco humano no apresamento

indígena e seu uso na produção agrícola talvez comercial do trigo. Os campos do Juqueri foram privilegiados porque atendiam à demanda da produção de trigo, em virtude da oferta de mão de obra indígena e assim foi até fins do século. O próprio surgimento da freguesia de Juqueri em terras de José Ortiz de Camargo, inimigo da família Pires, denunciaria a origem de outro possível caminho que, no futuro, viria a ser conhecido como Estrada da Roseira. Duas famílias em guerra, duas estradas que ligavam São Paulo e as terras de ambas, no Tremembé, às suas respectivas sesmarias em Juqueri.

Na primeira metade do século XVIII, a região articulou-se na oferta de produtos e serviços para as áreas mineradoras, privilegiando a vila de Juqueri como ponto de passagem das tropas de carga, o que levou, com o fim da mineração, ao estabelecimento de unidades agrícolas próximas aos caminhos de tropas, migrando a ocupação para áreas ainda não tão exploradas serra acima. É neste momento que os sinais de ocupação migram do vale para a Serra, para o novo caminho aberto pelo Estado, através da materialização exemplificada pela Fazenda dos Fagundes (Engenho Buturantim), e posteriormente, em fins do século XVIII, da Fazenda São Pedro. Ambas com características de grandes sesmarias rurais. A Fazenda dos Fagundes, edificada em taipa de pilão, e a de São Pedro, construída em taipa de mão; ricas propriedades na produção de diversas culturas, mas marginais aos grandes ciclos agrícolas.

Em meados do século XIX, a ocupação se amplia para a face sul da Serra, mais próxima a São Paulo, no alto da Estrada de Santa Inês, em uma área de mata nativa ainda inexplorada e rica em madeira de lei. É ali que é erguida uma sede rural em rocha, bem edificada, sediando uma madeireira.

Outra fazenda, esta conhecida por Santa Maria, cuja sede caracteriza-se por um casarão edificado com fachada neocolonial e pertencente à família Alcântara Machado, foi, em 2005, estudada pela Arqueologia e cadastrada no IPHAN (ROBHRAN-GONZALES; BAVA). Trata-se de um imóvel assobradado de dois pavimentos edificado em tijolos. No local, foi encontrado um terrapleno com muros de arrimo em pedra seca, além de vestígios entre fragmentos de telhas, faianças finas e grés, datados entre o final do século XIX e início do XX.

Figuras 338 a 341. Fotografias da sede rural da Fazenda Santa Maria, situada no bairro do Tremembé. A primeira fotografia data de 2004 (Circuito interativo linha verde Estrada de Santa Maria), as demais retratam o atual estado de conservação do imóvel já coberto pela vegetação.

O final do século XIX e início do XX marcam o adensamento populacional da Serra em toda a sua extensão, não mais em pontos isolados e distintos. Agora uma grande massa de imigrantes de diversas origens se estabelece, substituindo muitos dos antigos grandes proprietários, edificando fazendas e pequenos sítios ou trabalhando como meeiros e fornecendo produtos diversos para os centros comerciais próximos no contexto do cinturão agrícola paulistano. A mata já estava devastada e a terra, passada de mão em mão, já não tinha preços tão elevados. Por outro lado, em alguns pontos em que a vegetação ainda estava preservada, estruturam-se áreas de veraneio e descanso, como a Fazenda do Seminário, localizada no início da Estrada de Santa Inês e que vem sendo objeto de um trabalho desenvolvido pelo Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e que poderá vir a se constituir no futuro em um parque linear, numa área próxima a uma grande favela, no bairro do Peri¹⁵⁵.

A Fazenda da Serra, do Seminário ou do Bispo, como era conhecida pelos clérigos, foi adquirida por Dom Antônio Joaquim de Mello, bispo de São Paulo, em 1854, com o objetivo de oferecer um espaço para o retiro de férias dos seminaristas, ao mesmo tempo em que procurava evitar o contato destes com o mundo externo: um *tempo de repouso escolástico*¹⁵⁶ em um *sítio paradisíaco*¹⁵⁷. A propriedade

¹⁵⁵ SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. *Antiga sede da Fazenda do Seminário*. Estudo histórico para subsidiar projeto de implantação do Parque Linear do Bispo. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, abr. 2010.

¹⁵⁶ POLIANTEIA, n. 144 apud SÃO PAULO. Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *Antiga sede da Fazenda do Seminário*. Estudo histórico para subsidiar projeto de implantação do Parque Linear do Bispo. Abril de 2010.

¹⁵⁷ POLIANTEIA, n. 142 Op. Cit.

recepcionou os seminaristas por muitas décadas, sendo por fim vendido na década de 1920¹⁵⁸.

Figuras 342 a 344. Fotografias da antiga sede da Fazenda do Seminário, localizada no início da Estrada de Santa Inês (POLIANTÉIA, n. 145). Demais fotografias de Chico Saragiotto, da Divisão de Preservação do Departamento do Patrimônio Histórico, SMC, 2009. Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, abr. 2010.

A segunda metade do século XX trouxe grandes investimentos públicos, aprofundando as intervenções feitas pela municipalidade paulista no início do século para o suprimento de água, com as represas do Engordador, Cabuçu e Guarahú, a partir da Represa Paiva Castro e da Estação Elevatória Santa Inês, integrantes do sistema de abastecimento de água paulista. As estradas são asfaltadas e muitas áreas partilhadas e loteadas (Mairiporã, nos anos 1950 e Caieiras, nos anos 1970).

A Serra que serviu de barreira para o desenvolvimento da região norte devido às dificuldades de atravessá-la, antes do advento das estradas, principalmente da Rodovia Fernão Dias, na década de 1960, passou a ser um atrativo para a instalação de chácaras de recreio e casas de veraneio com a construção do Sistema Cantareira de abastecimento de água e o Reservatório Paiva Castro na década de 1970. As terras passaram a ser parceladas sem a instalação de uma infraestrutura mínima ou de respeito às questões ambientais. Esse boom imobiliário produziu uma região bastante heterogênea no que concerne às tipologias de ocupação, recebendo diversos estratos econômicos. A presença de ocupações residenciais trouxe um fluxo comercial que compromete muito mais a região que, com conformação geológica de alta declividade e matas densas, aliada à falta de infraestrutura e canalização, drenagem e redes de tratamento de esgotos, promove novos impactos.

¹⁵⁸ Algumas áreas no interior do município de São Paulo não foram estudadas nesta pesquisa, por se encontrarem fora do perímetro autorizado pela portaria IPHAN, como foi o caso da Fazenda do Seminário.

A presença de grandes pedreiras em atividade na região também promove impactos irreversíveis.

A partir de 2007, por solicitação da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, o Instituto Florestal e a Fundação Florestal, sob a coordenação técnica da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde, iniciaram estudos para a criação das unidades de conservação no entorno da mancha urbana metropolitana de São Paulo, com evidências de dois contínuos de vegetação que se estendem a partir do Parque Estadual da Cantareira em seu setor norte-nordeste. Seria o corredor Cantareira-Mantiqueira: as Serras de Itapetinga e Itaberaba, com suas encostas e cristas elevadas e vegetação ambrófila densa¹⁵⁹. A Serra da Cantareira é uma área periférica para os diversos municípios que a compõem e o desconhecimento de sua história é mais um obstáculo à sua preservação, no contexto destes novos tempos. A atribuição de novos usos e funções para ela, com a expulsão ou realinhamento social de antigas populações que agora assumem novas funções (antigos trabalhadores rurais locais que hoje assumem funções como caseiros, seguranças, comerciantes, empregados domésticos) ou migram para outros lugares, associada à entrada de novos grupos sem o menor vínculo com a região (moradores de condomínios ou chacareiros de final de semana), acabam por contribuir para a perda irreparável dos vestígios materiais de sua memória. Este trabalho busca ser um primeiro esboço nesta empreitada, embora saiba que a Serra ainda possua mais vestígios a serem desvelados. A questão de uma possível ocupação pré-histórica e pré-colonial na região ainda é um ponto em aberto. A presença de outros vestígios também é uma possibilidade, o que somente novas pesquisas poderão responder.

¹⁵⁹ IF Notícias. Informativo do Instituto Florestal. Ano 1. Nº 2, out./dez 2009. p.3.

4. ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

Mais do que simples 'espaços territoriais', os povos herdaram paisagens e ecologias, pelas quais certamente são responsáveis, ou deveriam ser responsáveis.

Desde os mais altos escalões do governo e da administração até o mais simples cidadão, todos têm uma parcela de responsabilidade permanente, no sentido da utilização não-predatória dessa herança única que é a paisagem terrestre. (AB´SÁBER, 2003, p.10)

A Serra da Cantareira grassou como um ente adormecido em todo o processo de ocupação do planalto pelos europeus, contudo, sua participação foi muito mais ativa, delimitando trajetos, definindo espaços de ocupação, condicionando escolhas e apropriações do território. Se antes da chegada dos primeiros colonos, os povos nativos locais definiam seus percursos nos entremeios entre a Serra e o Pico do Jaraguá, buscando suas melhores passagens, vencendo os desafios de suas abruptas elevações, os novos colonos se guiarão por estes mesmos caminhos para se apossarem do território, delimitando sesmarias e novos pontos de expansão. Será nos seus contornos que se abrirão os primeiros e principais caminhos para a penetração do território rumo ao interior do continente, sejam pelos caminhos dos Goiaz, do Juqueri ou dos Guarulhos, únicas passagens que a transpunham rumo ao imenso interior do continente.

Por outro lado, mesmo não sendo reconhecida, participou de maneira, por vezes marginal ou não, de todos os grandes ciclos produtivos presentes na Capitania. Em seus entremeios se estabeleceram os primeiros colonos, durante o ciclo do apresamento de nativos e produção de trigo no século XVII. Através de suas passagens, penetraram os primeiros mineradores que se dirigiam a Minas, bem como os tropeiros que iriam comercializar os seus produtos em pleno século XVIII. Nela, também se estabeleceram engenhos de cana (século XVIII), as fazendas de café e outras culturas (séculos XVIII e XIX) e as madeireiras (século XIX e XX), bem como imigrantes de diversas nacionalidades e pouco afeitos ao trabalho assalariado nas fazendas de café ou no serviço operário nas primeiras fábricas, ciosos de

produzir em seus pequenos sítios distantes, no início do século XX. Nesse século, a cidade viu na Serra os recursos de que necessitava: saúde, lazer, fonte de água e de áreas verdes.

Contudo, mesmo tendo um papel relevante no contexto do processo colonizador, a Serra da Cantareira foi pouco percebida e durante a realização desta pesquisa, nas conversas com a comunidade e com o poder público local, percebeu-se que ela, destarte o seu reconhecimento como importante área de proteção ambiental e palco estratégico para a preservação de recursos hídricos locais, é destituída de uma historicidade, de uma memória que lhe dê corpo, de uma identidade que de certa maneira congregue a região. O contínuo adensamento de condomínios, chácaras de veraneio, pequenos sítios e moradias populares irregulares, ao lado de antigos pequenos bairros rurais com uma população migrante recente e da dispersão de antigas populações rurais, as quais muitas assumiram novas funções frente às novas demandas, deixando de trabalhar como carvoeiros, oleiros e lenheiros, para trabalhar como caseiros, motoristas, empregados domésticos e comerciantes, além daqueles familiares que mudaram para outras localidades, não permitiu formar uma identidade histórica local e de certa maneira logrou jogar no esquecimento a história passada destas comunidades, bem como de toda a região, e ainda mais com a dificuldade das municipalidades locais de se tornarem mais presentes na região, exceto em relação a medidas mais emergenciais e necessárias, como serviços básicos de saúde, educação, criação de creches, saneamento básico com coleta de lixo e instalação de luz elétrica. A Serra da Cantareira não possui uma história e não é reconhecida como detentora de uma. A única informação que deriva dos escritos sobre a região informa que sediou antigas fazendas de cana-de-açúcar, chá e café.

Como periferia dos diversos municípios aos quais suas terras integram - São Paulo, Caieiras, Guarulhos e Mairiporã - encontra-se numa posição desfavorecida perante à proteção de seu patrimônio histórico e cultural, distante do olhar do poder público. De outro lado, as lideranças comunitárias preocupam-se com questões também mais emergenciais. Como área de contínua migração ou sede de uma população flutuante advinda de outros locais sem um vínculo emotivo com a região (chacareiros, residentes de condomínio de alto padrão, migrantes residentes em habitações populares marginais), carece de laços de identidade mais fortes que

possam estimular movimentos de valorização de seu patrimônio histórico e cultural, malgrado a árdua atuação de algumas entidades ambientalistas locais que acumulam muitos desafios na tentativa de defender a região frente à expansão urbana da cidade de São Paulo e imediações, assim como das famílias proprietárias de muitos dos bens patrimoniais estudados, cientes de que estes bens congregam a história de suas famílias e de toda a região.

Não obstante, critérios como *centro e periferia, principal e secundário, grande e pequeno, valioso e ordinário* merecem reflexão nos dias de hoje. A própria legislação protecionista e os profissionais de preservação já ponderam sobre quais sujeitos sociais devem decidir sobre o que deve ou não ser preservado: se é competência do técnico especialista do poder público definir qual bem deve ou não ser digno de preservação e até tombamento ou se cabe à comunidade local tomar tal decisão, recebendo por parte do poder público o instrumental teórico, metodológico e prático para o bom desenvolvimento do processo

160

A Arqueologia Brasileira, na última década, arvorou-se no privilégio de poder dar voz a grupos desfavorecidos (FUNARI, 1999) com histórias ligadas ao processo de subsistência e de luta pela sobrevivência cotidiana. Esse aspecto factível ao registro arqueológico é perceptível nos resultados desta pesquisa pelo perfil dos sítios evidenciados: capelas, moinhos, praças de carvão, olarias e fazendas. Aparelhos e instrumentos de produção que, através de sua materialidade, demarcam um testemunho do passado e são resquícios da trajetória de grupos humanos que se estabeleceram no local para traçarem a senda de suas existências. Cabe assim à Arqueologia, como ciência mais apta a evidenciar o patrimônio material caracterizador destes grupos, contribuir para preservar esta memória e uma identidade que ainda está por ser revelada.

Se o objetivo primeiro desta pesquisa foi registrar a presença de sinais materiais de grupos humanos em períodos históricos pretéritos e que deixaram marcas na paisagem, evidenciando-os no sentido de gerar um patrimônio histórico e cultural, a ser protegido por instrumentos legais de proteção, resvalou-se, por outro lado, na desconfiança das comunidades atuais e nos respectivos proprietários dos

¹⁶⁰ SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

diversos sítios arqueológicos que, calcados em sua experiência social frente à atuação do poder público local, nutrem grande receio em relação ao trabalho do arqueólogo, visto, por muitos, como um braço a serviço do Estado com o objetivo de promover o tombamento de um bem que também lhes é particular e, muitas vezes, único, com um fim público que para o proprietário é muito discutível, frente aos casos de abandono continuamente denunciados pela imprensa. Assim, para muitos sítios estudados nesta pesquisa, após o enfrentamento de algumas resistências, vislumbrou-se na família, expressa em seus descendentes, que residiria um aporte também seguro para a proteção do patrimônio material familiar – e patrimônio histórico de grande valor, o que por si só exigiria uma postura responsável e proativa do poder público no sentido de potencializar ações que possam subsidiar esta ação familiar, destacando também o caráter público destes bens patrimoniais e implementando medidas para a sua proteção.

A atuação do arqueólogo não escapa a estas injunções e conflitos e o seu trânsito entre estas comunidades locais, o Estado em seus diversos níveis – federal, estadual e municipal - e a universidade, o que valoriza o papel ativo e político da profissão. Como afirma Pierre Nora (1993): *a memória se diferencia da história porque tem vida*. Evidenciar e preservar um bem patrimonial do ponto de vista legal por si só não garante a sua salvaguarda, o que o protege de fato é o seu papel simbólico para as comunidades locais, não do passado, mas do presente, de seus herdeiros diretos. Em um espaço de grande mutação como é o da Serra da Cantareira, com a migração dos herdeiros de antigos moradores e o adensamento de uma população exógena que ocupa as chácaras e condomínios de veraneio, sem nenhuma ligação identitária com a região ou com a experiência de vida de antigos moradores, é exigida, por contraponto, uma atuação mais efetiva das municipalidades locais – Caieiras, Mairiporã, Guarulhos e São Paulo - na conservação e preservação de seus bens históricos e culturais e na gestão efetiva e democrática de uma política cultural e inclusiva com a inserção destes bens. Essas ações passam em primeira instância por uma educação patrimonial efetiva pautada

na difusão da legislação, conceitos e melhores práticas ligadas à gestão do patrimônio, como é destacada nas cartas patrimoniais internacionais¹⁶¹.

Assim, este trabalho tem um compromisso sólido com as comunidades do passado – entrevistados - hoje dispersas por bairros próximos e repletos de memórias (alguns antigos moradores residem em bairros próximos na zona norte de São Paulo, como Pedra Branca, Jardim São Paulo e Mandaqui). Os bens patrimoniais evidenciados, além de outros ainda por ser localizados e não menos importantes, oferecem a possibilidade de conhecer evidências materiais de grupos humanos que já viveram na região. Esses registros possibilitam o conhecimento de experiências de vida, de ações, projetos e resistências destas comunidades na sua lide diária. Uma polifonia de vozes, por vezes heterogêneas que se confrontam, experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas que se reencontram menos em sua desigualdade, mais em sua homogeneidade como símbolos de um cotidiano de trabalho, suor e vida, como ficam perceptíveis nas lembranças do passado em que os entrevistados, entre uma fala e outra, citam as Festas do Divino, as rezas no dia de São Pedro ou credences populares.

Por outro lado, a evidência de sedes de fazenda senhoriais dos séculos XVIII e XIX, bem como de um moinho de um proprietário local, considerado rico por seus contemporâneos na década de 1940, pode transparecer que a Arqueologia faz uma reificação do poder, das classes poderosas frente aos grupos desfavorecidos, em especial, por que as habitações de grupos mais desfavorecidos, confeccionadas em taipa de mão ou de sopapo, menos resistentes, desapareceram com o passar dos tempos¹⁶². No entanto, para a Arqueologia o mais relevante não é a riqueza ou poder que um sítio representa, mas as questões que o arqueólogo faz ao artefato e seu contexto, pois o artefato, no caso das sedes de fazenda, é um mediador dos confrontos que ocorrem entre as classes dominantes e as dominadas no cotidiano

¹⁶¹ CARTA para proteção e a gestão do patrimônio arqueológico ICOMOS/ICAHM, Lausanne, 1990. p. 77-84. In: BASTOS, R. L. et al. *Normas e gerenciamento do patrimônio arqueológico*. São Paulo: 9º SR/IPHAN, 2005.

¹⁶² Estes imóveis construídos com a técnica da taipa de mão ou de sopapo distribuíam-se pela região, como pode ser observado em alguns inventários e na fala de um dos entrevistados, Sr. Darcy, que disse sempre se deparar com algumas taperas no meio da mata em seu ofício de construtor de muros de pedra.

do trabalho. Estudá-los neste contexto é dar voz a ambos os sujeitos em sua dinâmica social.

Finda esta pesquisa, percebe-se que a sua maior contribuição foi a identificação e a valoração de bens patrimoniais e arqueológicos dispersos pela região e não perceptíveis pelo corpo teórico, metodológico e instrumental de outras disciplinas das ciências humanas, ou seja, reiterou-se que a Arqueologia, por intermédio de seus métodos, ferramentas e corpo teórico, bem como dos problemas que coloca sobre o ambiente e os bens patrimoniais que sobreviveram ao tempo, é a ciência mais apta a dar visibilidade aos vestígios patrimoniais de uma comunidade.

A Arqueologia em sua dinâmica natural e no diálogo do arqueólogo com o seu objeto de estudo impõe no processo da pesquisa questões não contempladas de antemão e que vão paulatinamente sendo incorporadas ao estudo, oferecendo, em última instância, uma estrutura para este trabalho que não foi pensada no seu princípio. A cada sítio localizado, surgiam novas indagações e novos temas que necessitavam ser compreendidos, objetivando gerar um contexto para o trabalho. Muitas questões estão em aberto, como aquelas envolvendo o cotidiano dos sítios pesquisados, exigindo novos e persistentes trabalhos, ou sobre áreas ainda não abordadas como a Serra do Ajuá e de Piracaia, passíveis de possuir referências também relevantes.

Pierre Nora (1993) afirmava que a história se faz necessária quando não existe mais memória, assim também o é para a Arqueologia, afinal, segundo o próprio autor, o estudo dos sítios arqueológicos são a própria materialização da perda da memória. Assim, a principal relevância deste trabalho talvez seja a evidenciação de inúmeros bens patrimoniais locais que podem atuar como propositores para a valorização do patrimônio arqueológico, histórico e cultural local, gerando o empoderamento das comunidades da região. A contextualização histórica efetuada no bojo desta pesquisa visa oferecer um panorama para este futuro trabalho, no sentido de ofertar a estas comunidades instrumentos efetivos para uma educação patrimonial local¹⁶³.

¹⁶³ Este trabalho já foi iniciado, em âmbito experimental, pela recepção na Fazenda Velha, com autorização do proprietário atual, de estudantes da ETEC Dr. Emílio Hernandez Aguilar para atividades de Educação Patrimonial.

Na verdade, uma educação patrimonial que deverá pautar-se: (a) pela localização e diagnóstico dos diversos grupos comunitários espalhados pela região, identificando locais de sociabilidade e encontro; (b) promoção da coleta de material imagético – fotografias e filmes - que permitam reconstituir a memória local, não só da paisagem, mas das vivências de famílias e da comunidade; (c) debate junto a essas comunidades em torno das questões relativas não só aos bens tangíveis identificados, mas sobre possíveis outros e, os intangíveis, presentes nas tradições e cultura local. Durante os trabalhos, foram conhecidos sinais da celebração da Festa do Divino, de missas feitas na Fazenda de São Pedro e de outras festividades religiosas importantes. Nesse sentido, esses debates visariam instrumentalizar a comunidade em um contexto de formação para a cidadania, partindo do pressuposto de que a real proteção somente é alcançada quando a comunidade se apropria de seus bens patrimoniais, apoiada em referenciais de luta, resistência e riqueza cultural, alicerçada na legislação que lhe dá forma; (d) pautar-se pela valorização de novas e antigas comunidades, de diferentes segmentos sociais, em caráter multifacetado e de contemplação dos diferentes sujeitos sociais; (e) efetuando a contínua revisão de seus princípios teóricos, metodológicos e práticas, objetivando aproximar as iniciativas da realidade local e efetivar no sentido de corresponder às expectativas e às necessidades das comunidades, agregando à participação efetiva de seus diferentes grupos constituintes; (f) apropriação dos instrumentos normativos da lei por estas comunidades deve ser etapa necessária para uma real cidadania, empoderando-as. A legislação brasileira já foi clara neste tema ao se referir ao patrimônio cultural

...como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 2003, Art. 215 e 216.).

Uma visão já por demais distante daquela concepção moderna e homogeneizante, que via nos bens patrimoniais reunidos, apropriados e expostos por determinados grupos sociais como símbolos emblemáticos de Estados Nacionais em processo de consolidação, os quais agora estão relevados ao seu devido lugar como entes fecundos para a vida social, cultural e mental das

comunidades, participando em sua multifacetada formação, afinal é a comunidade que lhe garantirá vitalidade e inserção do patrimônio em seu tempo presente.

Assim, debater o lugar do patrimônio histórico e cultural no dia a dia da comunidade é contribuir com os instrumentos da educação patrimonial para a construção de um processo educativo mais consubstanciado. Foi a apropriação de uma vertente mais universalista de cultura dentro de uma perspectiva antropológica que possibilitou a incorporação do princípio de diversidade cultural, oferecendo voz as diversas manifestações da ação humana. Os bens patrimoniais evidenciados na Serra da Cantareira permitem reconhecer este multifacetado patrimônio em seu tempo e espaço. Nas entrevistas efetuadas com a comunidade local, durante o processo da pesquisa, verificaram-se algumas chaves para a relação das comunidades com os bens patrimoniais evidenciados, reunidos no quadro a seguir:

Bem Patrimonial	Diagnóstico sobre a memória sobre o Bem
Praça de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	A memória da comunidade local faz referência mais distante com a capela edificada em fins do século XIX.
Capela de Santa Inês	A memória da comunidade local faz referência mais distante com a capela de tijolos edificada em 1940 na colina ao lado. Os mais novos não se lembram de uma antiga capela.
Fazenda da Família Fagundes	A memória da comunidade faz referência ao poder do Coronel Fagundes e aos grandes <i>causos</i> de ostentação de poder ocorridos no passado, bem como ao seu poder político. Muitos sabem da fazenda, mas não onde se localiza. A família preserva o imóvel com grande empenho e afetividade, demonstrando forte vínculo com o passado.
Fazenda São Pedro	A memória da comunidade desconhece o local e o sítio. A preservação do imóvel se deve ao esforço da família. Uma missa feita no local em celebração ao dia de São Pedro, bem como o hasteamento do pau de São Pedro são marca simbólica para a família e amigos mais próximos.
Fazenda Velha	A presença de ruínas com paredes e colunas em rocha de uma fazenda do século XIX provoca comoção em algumas pessoas da comunidade local, embora grande parte desconheça a sua existência. Um certo fascínio é provocado pela sugestão de sua possível antiguidade – época dos bandeirantes – embora não exista qualquer comprovação documental.
Moinho	O moinho edificado remete à memória do trabalho e da vida rural na Serra, contudo, esta foi perdida e o moinho encontra-se preservado por sua beleza e

também em razão, contraditoriamente, do seu esquecimento.

Praças de Carvão

A memória das praças de carvão perdeu-se no tempo como coisa do passado, embora fosse uma das principais formas de sobrevivência para a comunidade local. A comunidade faz referência à presença de Dona Diva como fiel representante desta etapa da história local.

Olarias

A memória das olarias remete à nostalgia de tempos passados, ligada à história de vida de muitas pessoas idosas da região, contudo, pouco se sabe sobre este momento da história recente da região.

Figura 345. Quadro com a relação dos bens patrimoniais evidenciados e o seu respectivo diagnóstico com base nas entrevistas efetuadas com a comunidade local.

Faz-se necessário debater sobre a questão do patrimônio e os sítios evidenciados, com vistas a edificar na comunidade conceitos geradores que possam permitir não só a apropriação da base conceitual e legal que rege a atuação do Estado e das Cartas Patrimoniais mundiais no âmbito da preservação, mas também potencializar as comunidades locais para elencar novos e diversos patrimônios dando, sentido às leis e às novas concepções dos quadros técnicos e científicos, cabendo a Universidade e aos poderes constituintes colaborar com o instrumental indispensável para esta apropriação, mesmo em face da questão ocorrida na Serra da Cantareira: quanto a perda dos laços comunitários e identitários que integravam a sua população no decorrer do século XX, o que ensejando a necessidade de processos formadores para a gestão de uma identidade local. A Arqueologia tem um papel fundamental neste movimento, revelando o patrimônio que foi herdado e ofertando a sua visibilidade. Uma atuação conjunta do arqueólogo, do Estado, através dos seus técnicos e de seus diversos aparelhos públicos, bem como da comunidade pode garantir a preservação dos bens patrimoniais arqueológicos e patrimoniais locais para as futuras gerações.

Os bens patrimoniais elencados nesta pesquisa podem atuar como vetores referenciais para uma reflexão sobre a história da região, mesmo aqueles porventura não localizados, afinal a memória de suas ausências é por si só uma memória, remetendo a episódios do passado, a indícios vivos no presente, provocadores de lembranças. Problematicar os bens patrimoniais gera novas questões e possibilidades inúmeras de interpretação e leitura e uma memória recontextualizada

no presente e em constante dinâmica de recriação, daí a necessidade de um trabalho que seja plural e múltiplo, respeitando a diversidade de significados, de leituras e olhares. Por outro lado, os artefatos evidenciados correspondem a pequenos fragmentos do passado, compreender a sua natureza, nesse sentido, é fundamental e o cuidado em sua preservação, necessário. A memória do que se perdeu é um testemunho mais poderoso, porque não abandona as nossas lembranças.

Considerações finais

A hipótese subjacente a esta pesquisa foi a de que a Serra da Cantareira sediou sucessivas ocupações humanas no decorrer dos séculos, antes e após a chegada dos europeus, atendendo projetos sociais, econômicos, políticos e culturais diferenciados. Estas sucessivas ocupações deixaram marcas na paisagem, *cicatrices*, segundo Fernand Braudel (1986-1987 apud MENESES, 2002: 37), cabendo à Arqueologia, através de sua teoria, métodos e ferramentas, evidenciar em sua materialidade, seja sincrônica ou diacronicamente, estes sinais.

A pesquisa, mesmo exigindo aprofundamento futuro, por intermédio das inúmeras questões que ensejou, permitiu perceber que a ocupação humana na Serra da Cantareira acompanhou os principais movimentos de penetração do planalto paulistano, integrando mesmo de maneira marginal os ciclos de exploração e de produção por parte dos colonos europeus e seus descendentes. A ocupação no século XVII seguiu caminhos e objetivos muito próprios, penetrando na faixa norte do território, seguindo os meandros e margens do rio afluente do rio Tietê, o rio Juqueri. Permaneceu próxima ao rio e seus tributários, como o Juqueri-Açu, o Juqueri-Mirim e outros, ocupando seus campos e penetrando paulatinamente no território antes desconhecido, ora buscando veios de ouro, ora dedicando-se à produção agrícola de subsistência e comercial, com o trigo, fazendo uso de um apresamento indígena intenso e genocida. Excetua-se, no caso, a sesmaria de Salvador Pires de Medeiros que, possivelmente, tenha derivado de um caminho rasgado na mata desde o bairro do Tremembé, domínio dos Pires e terras de seu irmão João Pires, atravessando a Serra e culminando nas bordas do Juqueri. Esse fato consubstancia a hipótese de que as atuais estradas de Santa Inês e Roseira advenham ambas de antigas picadas na mata, já abertas em meados do século XVII, atendendo projetos pessoais dos primeiros colonos, afinal é sintomático que tanto a Família Pires, como os Camargos e os Buenos, possuíam propriedades tanto no Tremembé e Mandaqui, como no Juqueri (Camargo no trajeto da Estrada da Roseira e Pires, na de Santa Inês), ou seja, em ambos os lados da Serra. Por outro lado, é curioso que um acidente geográfico tão presente como a serra não tenha recebido um nome além de Ajuá (ao sul) e Piracaia (ao norte) pelos colonos, o que

faz considerar a hipótese de que o seu nome seja Piratininga, o que necessita ser aventado e que deverá ser melhor estudado, já que todos os caminhos de penetração ao norte da vila de São Paulo deveriam ultrapassar a Serra, ora seguindo pelo Peabiru, por Juqueri ou por Guarulhos. .

A descoberta do ouro deslocou o interesse econômico dos paulistas para outras regiões e, na primeira metade do século XVIII, o estímulo econômico deveu-se ao fluxo de tropas pelos caminhos que levavam às minas, transportando produtos duráveis e de subsistência. É nesse momento que a ocupação humana na região desloca-se serra acima e se estabelecem engenhos e fazendas, com construções sólidas, destinadas a perenizar e produzir diversos produtos agrícolas e pastoris. A área de São Pedro é solicitada em sesmaria, legitimando as recentes ocupações e um caminho oficial é aberto em meio a Serra da Cantareira, facilitando a cobrança de impostos e a passagem das tropas rumo às Gerais. O Engenho Buturantim – Fazenda da Família Fagundes – e a Fazenda São Pedro datam deste período e a configuração espacial de ambas explicita uma lógica ligada à acumulação de capitais oriunda destes ciclos, ou melhor, à ereção de suas sólidas sedes rurais em período cronológico intermediário entre três grandes ciclos econômicos, a mineração, a cana de açúcar e o café, mesmo considerado a tradicional análise dos historiadores paulistas em relação ao declínio econômico que foi o século XVIII em oposição às novas abordagens que procuram reavaliar o papel da produção agropastoril e do comércio de abastecimento para a capitalização de proprietários rurais, bem como para a ocupação da terra e para a organização do trabalho familiar e escravo, produzindo excedentes que atendem às necessidades dos novos núcleos urbanos e para aqueles em expansão. Esse fato merecerá novas pesquisas na região, tanto do ponto de vista documental histórico, quanto arqueológico.

É importante perceber neste caso um contraponto importante em relação a estes imóveis no sentido de compreender a sua inserção no âmbito de uma economia mercantil. Se a Fazenda dos Fagundes e a Fazenda São Pedro, em sua materialidade, demonstram solidez, domínio da terra e a articulação tripartite entre trabalho, intimidade familiar e convívio social no espaço interno do imóvel, aliados à consolidação de um projeto arquitetônico (o desenho das sedes são pré-concebidos, planejados) e o domínio técnico do barro (taipa de pilão e taipa de mão), além de sua posição ao lados dos principais caminhos, necessários para uma nova elite que

deseja se ver representada, por oposição, tem-se no mesmo período casas de taipa de mão, construídas rapidamente, efêmeras, com telhados de palha, oferecendo proteção para uma população em trânsito de meeiros, arrendatários ou empregados que não se fixam a terra, vivendo de subsistência.

O ciclo da cana de açúcar oferece um novo alento a estas antigas ocupações que se apoiam nos caminhos próximos para o escoamento de seus produtos. É na passagem do século XVIII e XIX que estas habitações pautam sua sobrevivência nas tropas de muares, fonte importante de recursos, na produção de cana de açúcar, aguardente, milho e outros produtos, inserindo pouco a pouco o café. A presença destas duas propriedades sugere uma intencionalidade e inserção nos grandes ciclos produtivos, em caráter marginal, periférico aos principais locais de produção, como foi o quadrilátero canavieiro liderado por Sorocaba e o Vale do Paraíba para o café.

Na segunda metade do século XIX, a ocupação migra para a face sul da Serra, mais próxima a São Paulo, no alto da Estrada de Santa Inês. E uma fazenda comercial é voltada para a produção de madeira em contraponto à ausência de bairros rurais próximos, atendendo à crescente demanda por madeira, seja de obras públicas, das ferrovias, seja da construção civil. Este é o momento em que o poder público se apropria do empreendimento comercial da Cantareira e passa a garantir o abastecimento de água para a cidade, com as represas do Engordador, Cabuçu e Guaraú. São as primeiras grandes obras na Serra com a desapropriação de inúmeras fazendas já exauridas pela contínua exploração agrícola. A disponibilidade, no Arquivo de Estado, de uma grande quantidade de documentos sobre a construção da Estrada do Juqueri, na segunda metade do século XIX, demonstra o intenso suprimento de madeira advindo da Serra, o que merece por parte dos pesquisadores um também necessário aprofundamento.

O século XX marca o adensamento populacional da Serra em toda a sua extensão, não mais em pontos isolados e distintos. Agora, um grande contingente de imigrantes de diversas nacionalidades adquire terras partilhadas por compra ou como meeiros, capoeiras já exploradas e desgastadas, e se estabelece e substitui antigos proprietários, fornecendo para a cidade um pouco de quase tudo: carvão, madeira, frutas, verduras, tijolos, lenha. São os descendentes destes imigrantes que

hoje se espalham pela Serra e bairros urbanos próximos, seja em São Paulo ou Mairiporã, cuja memória combatida pela sobrevivência cotidiana urge rememorar.

A segunda metade do século XX traz os grandes investimentos públicos, aprofundando as intervenções feitas pela municipalidade paulista no início do século para o suprimento de água. São a represa Paiva Castro e a Estação Elevatória de Santa Inês, integrantes do sistema de abastecimento paulista. As estradas locais são asfaltadas – Estrada de Santa Inês e Estrada da Roseira - e muitas áreas são partilhadas e loteadas (Mairiporã nos anos 1950 e Caieiras nos anos 1970), originando condomínios de alto padrão.

A Serra que serviu de barreira para o desenvolvimento da região norte devido às dificuldades de atravessá-la antes do advento das estradas, principalmente da Rodovia Fernão Dias na década de 1960, passou a ser atrativo para chácaras de recreio e casas de veraneio de moradores de São Paulo, em razão das suas belezas naturais e tranquilidade que inspira. A construção do Sistema Cantareira de Abastecimento de água e o Reservatório Paiva Castro, na década de 1970, estimulou a especulação imobiliária e o parcelamento de terras, a maioria sem infraestrutura ou respeito ambiental, o que, aliás, não era visto como relevante para a época. Esse boom imobiliário acabou por produzir uma região bastante heterogênea no que tange a tipologias de ocupação, já que conta com grande parcela de habitações de alta renda como de baixa, além de invasões. Com a chegada das ocupações residenciais, veio a reboque o fluxo comercial, comprometendo ainda mais a região que tem conformação geológica de altas declividades, matas densas e falta de infraestrutura de água encanada, drenagem e redes e de tratamento de esgotos.

Alguns pontos da Serra podem ter sediado pousos de tropas e deixado marcas na paisagem circundante, como no bairro da Cachoeira, hoje Santa Inês e Roseira. Estes pontos próximos a São Pedro e Fazenda Velha estão localizados bem no meio da Serra, situados após o grande aclave serrano. São pontos agradáveis, com suprimento de água e passíveis para o pastoreio. Dali é possível trafegar por mais algumas horas e pernoitar em Juqueri, considerando o tempo de trajeto das tropas de mulas. Segundo depoimentos de antigos moradores locais que faziam uso de mulas e cavalos no passado para o transporte, estes pontos caracterizariam o período intermediário de três horas do Tremembé até Juqueri (seis

horas), ou seja, de São Paulo a Juqueri, com retorno a São Paulo em um período de um dia, o que também possibilita novas pesquisas.

Ressalta-se que outras pesquisas também merecem ser realizadas: a localização da capela de Santa Inês e da sesmaria de Salvador Pires de Medeiros seria de grande relevo para a história da região e quiçá para a própria história da ocupação do planalto paulistano. A possibilidade de sua perda em decorrência das obras feitas na década de 1970, durante a construção da represa e da estação elevatória, reitera a preocupação dos arqueólogos e especialistas dos órgãos de preservação e serve como memória dos erros do passado, quando grandes obras de desenvolvimento destruíram de maneira irrevogável bens patrimoniais arqueológicos. Reside aí certa melancolia e a necessidade política e legal de conscientizar os empreendedores sobre a relevância dos estudos de impacto arqueológico, por intermédio de programas legais de proteção, minimizando a todo custo seus prejuízos.

Ainda sobre futuras pesquisas Knecht, em 1950, citou a presença de veios de ouro além do Jaraguá, em diversos pontos de Franco da Rocha, como no ribeirão dos Cristais, Itaim e Córrego Jaguari¹⁶⁴, além daqueles de Santa Fé, Samambaia, São Miguel e Laranjeiras, os quais merecem estudos arqueológicos futuros para sua localização.

¹⁶⁴ Não foi possível até a conclusão desta tese, realizar o levantamento arqueológico na área citada por esta se distanciar da região foco do trabalho: Serra da Cantareira. Ver Knecht (1950).

REFERÊNCIAS

AB´SÁBER, Aziz. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. *Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo*. Edição fac-similar – 50 anos. Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2007.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AFONSO, M. C. Arqueologia ou Arqueologia da Paisagem? *Anais do XI Congresso da SAB*. Original digitado, 09.10.2007, p. 1-15.

AGUIRRA, João Baptista de Campos. Relação das sesmarias na Comarca da Capital entre os anos de 1559 e 1820. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, v. XXV, p. 491- 567, 1927.

ALBUQUERQUE, P. T. S. *A faiança portuguesa dos séculos XVI a XIX em Vila Flor, RN*. 1991, Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 1991.

_____; VELOZO, J. N. A faiança fina inglesa dos sítios arqueológicos históricos brasileiros. *Clio*, Série arqueológica, Recife, n. 9, p. 81-96, 1993.

ALMANACH Administrativo, Commercial e Industrial da Província de São Paulo para o anno bissexto de 1884. Segundo Anno. São Paulo: Jorge Seckler & Cia., 1883.

ALMANACH Administrativo, Commercial e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1885. Terceiro Anno. São Paulo: Jorge Seckler & Cia., 1884.

ALMANACH Administrativo, Commercial e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1886. São Paulo: Jorge Seckler & Cia., 1886.

ALMANACH do Estado de São Paulo. Sétimo Anno. São Paulo: Jorge Seckler & Cia., 1890.

ALMANACH do Estado de São Paulo. Companhia Industrial de São Paulo. Oitavo Anno. São Paulo. 1891,

ALMANACH do Estado de São Paulo para 1896.

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1857. Edição facsimilar. Organizado e redigido por Marques e Irmãos. São Paulo: Typographia Imperial. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado IMESP, 1856.

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1858. Organizado e redigido por Marques e Irmãos. Edição Facsimilar.

Typographia Imperial. R. de Azevedo Marques. 1857. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado IMESP.

ALMANAK da Província de São Paulo para o anno de 1873. Organizado e publicado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. Imprensa Oficial do Estado. IMESP, 1985.

AMARAL, Aracy. *A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio*. São Paulo: Nobel – Edusp, 1981.

ANAIS do II Simpósio de Arqueologia da Região Sudeste. Suplemento 1, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo*, 1997. ANDREATTA, Margarida Davina. Arqueologia histórica no município de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. XXVIII, p. 174-176, 1981-1982.

_____. Casa do Grito – Ipiranga: Programa de Arqueologia Histórica no Município de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*. Departamento do Patrimônio Histórico, São Paulo, n. 197, p. 151-172, 1988.

ANJOS, Ana Cristina C. dos (org.). *O rio pelos trilhos: introdução à história de Perus e Cajamar*. Caieiras: IPEH – Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana, 2008. (Coleção Marco Pedagógico).

ANTIGA sede da Fazenda do Seminário. Estudo histórico para subsidiar projeto de implantação do Parque Linear do Bispo. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico. Secretaria Municipal de Cultural, abr. 2010

ARAUJO, A. G. M.; CARVALHO, M. R. R. A louça inglesa do século XIX: considerações sobre a terminologia e metodologia utilizadas no sítio Florêncio de Abreu. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, n. 3, p. 81-95, 1993.

_____. *Levantamento arqueológico da área Alto Taquari, Estado de São Paulo, com ênfase na abordagem dos sítios líticos*. 1995, Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *Teoria e método em arqueologia regional: um estudo de caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo*. 2001, Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. A Tradição Cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. *Revista de Arqueologia*. Belém, v. 20, p. 9-38, 2007.

ARAÚJO FILHO, J. R. de. A população paulistana. p. 167-243. In: AZEVEDO, Aroldo. *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. Vol. II – A Evolução Urbana. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1954. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Seção Regional de São Paulo.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Sesmarias*. Documentos do Archivo do Estado de São Paulo. Publicação Oficial do Archivo do Estado de S. Paulo. v. I. São Paulo: Typographia Piratininga, 1921.

_____. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. Arquivo do Estado de São Paulo. V. 30, 1968.

_____. *Inventários e testamentos (1620-1655)*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo. n. V. v. XLIV, 1977.

_____. *Inventários e testamentos publicados II*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. *Repertório das Sesmarias*. No repertório das sesmarias concedidas pelos Capitães de São Paulo desde 1721 até 1821 organizados pela secção histórica do departamento do Arquivo do Estado. Edição facsimilar. São Paulo: Typ. do Globo, v. VI, 1944. São Paulo: Divisão do Arquivo do Estado, 1994.

_____. *Registro de terras de São Paulo*. São Paulo: Divisão do Arquivo do Estado, 1999.

_____. *Memória urbana: a grande São Paulo até 1940*. São Paulo: Arquivo do Estado - Imprensa Oficial, 2001.

AZEVEDO, Aroldo de. (dir.) *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. v. II. A evolução urbana. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958.

AZEVEDO, Nelson de Aquino. (ed.). *Guarulhos: espaço de muitos povos*. (Série Conto, Canto e Encanto com a Minha História)2. ed. São Paulo: Noovha América, 2008.

BANDEIRA, Manuel. *Poesia completa e prosa*. 5. ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009.

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 32-51, dez.-fev. 1999-2000.

BASTOS, R. L.; TEIXEIRA, Adriana. *Normas e gerenciamento do patrimônio arqueológico*. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2005.

BERNARD, H. R. *Research Methods in Anthropology: qualitative and quantitative methods*. 4 ed. Lanham, MD: Alta Mira Press, 2006.

BINFORD, L. R. Behavioral archaeology and the Pompeii premise. *Journal of Anthropological Research*, n. 37, p. 195-208, 1981.

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial, 1681-1721*. 1995. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

BOADO, Felipe Criado. *Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para La Arqueología del Paisaje*. CAPA 6: critérios y convenciones em Arqueología del Paisaje. Grupo de Investigación em Arqueología del Paisaje. 1. ed., Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, abril de 1999.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. São Carlos, v. 2, n. 1(3), p. 68-80, 2005.

BORNAL, Wagner Gomes. *Sítio histórico São Francisco: um estudo sob a ótica da arqueologia da paisagem*. 2008, Tese de doutoramento – Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo, São Paulo.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANCANTE, E. F. Litoral norte – *O Buraco do Bicho*: amostragem. São Paulo: original datilografado, s.d.

_____. *O Brasil e a louça da Índia*. São Paulo: Pocaí – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1950.

_____. A cerâmica na vila de São Paulo: seu interesse histórico e sociológico. In: *São Paulo em quatro séculos*. São Paulo: Ideal – Irmãos Carton, 1954, p.195-202.

_____. Achegas sobre cerâmica do século XIX no Brasil – a louça mineira. *Paulistania*, São Paulo, n. 79, p. 63-83.

_____. *O Brasil e a cerâmica antiga*. São Paulo: Lithographia Ypiranga, 1980.

BRANCANTE, M. H. Cerâmica no Brasil antigo. *Paulistania*, São Paulo, n. 67, p. 26-30, 1962.

BRAUDEL, Fernand. História e Sociologia. *Revista de História*, São Paulo, v. III, n. 61 ano XVI, p. 11-31, 1965.

BRITTO, Eduardo. *São Paulo Tramway Tremembé*. São Paulo: Pancrom, 1999.

BRUNO, Ernani da Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, v. I. Arraial de Sertanistas (1554-1828), 1954.

CALABRESE, Omar. *A idade neobarroca*. Lisboa: Edições 70, 1988.

CALDARELLI, Solange B.; NEVES, Walter. A. Programa de pesquisas arqueológicas no vale médio do rio Tietê: 1980/1982. *Revista de Pré-História*, São Paulo, v. 4, p. 19-81, 1982.

_____. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica. *Dédalo*, São Paulo, n. 27, p. 65-82, 1989.

_____. Levantamento arqueológico em planejamento ambiental. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 3, p. 347-369, 1999.

_____.; SANTOS, Maria do Carmo M. M.. Arqueologia de contrato no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 52-73, dez.-fev. 1999-2000.

_____. A arqueologia do interior paulista evidenciada por suas rodovias. *Revista de Arqueologia*, n. 14-15, p. 29-55, 2001-2002.

CALDARELLI, S. B.; SANTOS, M. do C. M. M. dos. Arqueologia de contrato no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 52-73, dez./fev. 1999-2000.

CAMPOS, Candido Malta et al (org.). *São Paulo, metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais*. São Paulo: Senac, 2004.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1982.

_____. *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix - Amaná-Key, 1998.

CARTA de Nova Delhi. Recomendação que define os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de pesquisas arqueológicas. p. 65-76. In: BASTOS, R. L. et al. *Normas e gerenciamento do patrimônio arqueológico*. São Paulo: 9º SR/IPHAN, 2005.

CARTA para proteção e a gestão do patrimônio arqueológico ICOMOS/ICAHM, Lausanne, 1990. p. 77-84. In: BASTOS, R. L. et al. *Normas e gerenciamento do patrimônio arqueológico*. São Paulo: 9º SR/IPHAN, 2005.

CARVALHO, M. R. R. de. 1998 Alguns elementos para a leitura da imagem fotográfica. *ARTEunesp*, São Paulo, v. 14, p. 77-90, 1998.

_____. *Pratos, xícaras e tigelas: um estudo de Arqueologia Histórica em São Paulo, séculos XVIII e XIX*. 1999. Dissertação de Mestrado – Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Pratos, xícaras e tigelas: um estudo de arqueologia histórica em São Paulo, séculos XVIII e XIX: os sítios Solar da Marquesa, Beco do Pinto e Casa nº 1. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 13, p. 75-99, 2003.

CERQUEIRA, Carlos G. F.; NETO, José Saia. *Sítio Padre Ignácio: roteiro de visita*.

São Paulo: 9ª Coordenadoria Regional/IPHAN, 1996.

_____. *Pesquisas em torno de um monumento*. São Paulo: 9ª Coordenadoria Regional/IPHAN, 1997.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

CHMYZ, I. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. *Cadernos de Arqueologia*, Paranaguá, n. 1, 1976.

COMPLETO Almanak Administrativo, Commercial e Profissional do Estado de São Paulo para 1895. Nono anno. São Paulo: Companhia Industrial de São Paulo, 1895.

CONSELHO Comunitário de Saúde Dr. Franco da Rocha. www.ccsfr.org.br. Acesso em 24 de maio de 2012.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. 7. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DECLARAÇÃO de Sofia (XI Assembleia geral ICOMOS), Sofia, 9 de outubro de 1996, p. 85-86. In: BASTOS, R. L. et al. *Normas e gerenciamento do patrimônio arqueológico*. São Paulo: 9º SR/IPHAN, 2005.

DICIONÁRIO de ruas. Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal de Cultural. Departamento do Patrimônio Histórico. Disponível em: <http://www.dicionarioderuas.com.br/LOGRA.PHP?TxtNome=RUA%20PEDRO%20DOLL&dist=71&txtusuario=&%20TxtQuery=1>>. Acesso em: 02 fev. 2010.

DOCUMENTO Antropologia e arqueologia. *Dimensionamento e valoração científica do patrimônio arqueológico e histórico do Rodoanel Trecho Oeste*. São Paulo, II vol., 138 p., 2001. (Relatório técnico).

_____. *Programa de Pesquisa e Resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural do RODOANEL, Trecho Oeste - SP*. São Paulo, 2003. (Relatório técnico).

DUHAMEL DU MONCEAU, M. (1700-1782) *Arte do carvoeiro ou methodo de fazer carvão de madeira*. Colaboração de SOUSA, Paulo Rodrigues de (trad.). Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego. Lisboa, 1801. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03892700>>. Acesso em: 04 out. 2011.

ELLIS, Alfredo. *Raça de gigantes*. São Paulo: Novíssima Editora, 1926.

ELLERT, Reinholt. *Geologia da região de Mairiporã*. 1964, Tese de Livre-Docência da Cadeira de Geologia da FCL. Universidade de São Paulo, São Paulo.

EQUIPAMENTOS da Casa Brasileira: usos e costumes. Arquivo Ernani Silva Bruno. Museu da Casa Brasileira. Disponível em: <http://www.mcb.sp.gov.br/mcbText.asp?sMenu=P007>> Acesso em: 10 fev. 2010.

FAGUNDES, Íris. *Mairiporã: aldeia pitoresca*. Rio de Janeiro: Ed. da autora, 1992.

FINA, Wilson. Maia. *O chão de Piratininga*. São Paulo: Anhambi, 1965.

FLORENCE, Amador. Curiosidades do censo paulistano de 1765. *Revista do Arquivo Municipal*, v. LXXIX. p.131-133, 1919.

FOLHA Parque Petrópolis. Município de Mairiporã. Mapa Emplasa. Levantamento aerofotogramétrico. Última atualização mai. 1985/out.1994. Escala 1:10.000.

FOLHA Topográfica. Comissão Geográfica e Geológica. Levantamento geológico de uma parte da Serra da Cantareira pelos engenheiros L. F. de Moraes Rego e T. D.

de Souza Santos. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, 1899, Escala 1:100.000. (O levantamento geológico é baseado no Mappa Topographico do Município de São Paulo executado pela Sara Brasil).

FONSECA, Filomena Pugliese. *Equipamento do Engordador*: testemunho arqueológico industrial da captação de água na cidade de São Paulo. 2003, Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *As águas do passado e os reservatórios Guaraú, Engordador e Cabuçu*: um estudo de arqueologia industrial. 2007, Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

FONSECA-ZAMORA, O. M. A arqueologia como história. *Dédalo*, São Paulo, v. 28, p. 39-62, 1990.

_____. Del elefante y otras maravillas de la realidad: las arqueologias del solipsismo y la arqueologia como ciencia social. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, v.8, p. 3-14, 1998.

FUNARI, Pedro P. A. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988. (Coleção Série Princípios).

_____. A Arqueologia brasileira: visão geral e reavaliação. *Revista de História da Arte e Arqueologia*. Campinas, n. 1, p. 23-41, 1994.

_____. A importância da teoria arqueológica internacional para a arqueologia sul-americana: o caso brasileiro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, Suplemento 3, p. 213-220, 1999.

_____. Como se tornar arqueólogo no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, v. 44, p. 74-85, dez./fev. 1999-2000.

_____. *Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil*. São Paulo, manuscrito, s.d.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. *Plano de manejo do Parque Estadual da Cantareira*. São Paulo: Instituto Florestal, 2009.

GIANELLO, José Roberto. Cerâmica privilegiada (1913-1919): tecnologia francesa na fabricação de telhas. *Raízes*, São Caetano do Sul, ano XII, n. 24, p. 28-32, dez. 2001.

GROSTEIN, M. D.; SILVA, L. S. e. A floresta e a cidade: uma abordagem histórica. *IV Encontro Nacional da Anppas*, Brasília – DF. 4 a 6 jun. 2008.

GUIA temático: programa de educação patrimonial do levantamento arqueológico do gasoduto Coari-Manaus. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2008.

HERLING, Tereza. *A floresta em São Paulo, a cidade na Cantareira: fronteiras em transformação*. 2002, Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo.

HILLIER, B.; HANSON, J. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 2. ed., Rio de Janeiro: José Olympio – Departamento de Cultura da Guanabara, v. 89, 1975. (Coleção Documentos Brasileiros).

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Guia básico de educação patrimonial*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

INSTITUTO DE PESQUISAS EM ECOLOGIA HUMANA. *Termo de Referência Projeto Coletivo Juca Vivo*. Caieiras: IPEH – Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. *Plano Diretor da região do Vale*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Universidade de São Paulo, 2004.

JACOBUS, André L. Louças e cerâmicas no sul do Brasil no século XVIII: o registro de Viamão como estudo de caso. *Revista do Cepa*. Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 23, 1996, p. 07-58.

JULIANI, Caetano et al. As mineralizações de ouro em Guarulhos e os métodos de sua lavra no período colonial. In: *Geologia, Ciência e Técnica*. São Paulo, n. 13, set. 1995.

JULIANI, Lúcia de J. C. O. *Gestão arqueológica em Metrôpoles: uma proposta para São Paulo*. 1996, Dissertação de mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____.; MIGUEL, Rucirene. *Programa de arqueologia na Capela de São Miguel, 1622*. São Paulo, jun. 2007. (Relatório final apresentado ao IPHAN).

KATINSKY, Júlio. *Casas bandeiristas: nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo*. 1976.

KNECHT, Theodoro. *Ocorrências minerais do Estado de São Paulo*. Vol. I, São Paulo: IGG - Secretaria da Agricultura. 1950.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).

_____. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

KRÁUSZ, Mônica. Onde as disciplinas se encontram. Dossiê. *Revista Educação*. São Paulo, p. 25-28, 2008.

LANGENBUCH, J. R. *A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. São Paulo: Biblioteca Geográfica Brasileira, 1971.

LAVADO, Margarida Cardozo. A arqueologia da paisagem como instrumento de gestão do patrimônio arqueológico em unidades de conservação ambiental: o caso da APA Noroeste do Paraná. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia – USP. São Paulo, 2005.

LE GOFF, Jacques. Prefácio à nova edição. In: LE GOFF, J. (Org.) *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 1-13.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana histórica e genealógica*. 5. ed., São Paulo: Edusp - Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. (Coleção Reconquista do Brasil, nova série).

LE MOS, C. A. C. *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: EDUSP, 1999.

LIMA, T. A. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n. 3, p. 129-191. (História e Cultura Material, nova série).

LINHARES, Maria Yedda. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

MAPA Municipal da Capital, Sara Brasil. Escala 1:50.000, 1938.

MAPA do Município de Juqueri. Instituto Geográfico e Geológico, São Paulo, escala 1:100.000.

MAPA Das Paróquias da Diocese de São Paulo. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, 1911.

MAPA rodoviário do Estado de São Paulo. DER – Departamento de Estradas de Rodagem. 2006, ed. 2007, escala 1:1.000.000. Divisão Municipal do Estado de São Paulo. São Paulo, 1998, escala 1:1.000.000. Extraído de <http://www.igc.sp.gov.br/>. Acesso em 12 de março de 2012.

MAPPA Topographico do Município de São Paulo. Sara Brasil. Folhas 1-2, 6-7, 8-9, 9-10 escala 1:5.000, 1930.

MARANHÃO, Ricardo; KEATING, Vallandro. *Caminhos da conquista: a formação do espaço brasileiro*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2008.

MAYUMI, Lia. *Taipa, canela-preta e concreto*. São Paulo: Romano Guerra, 2008. (Coleção Olhar Arquitetônico, 3)

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil (1807-1810)*. São Paulo: Edusp – Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 33).

MAZZEI, Kátia. *Manejo de unidades de conservação em áreas urbanas. Parque Estadual da Cantareira: discussão para incorporação de novas áreas*. 1999, Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. 1983. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, São Paulo, n. 115, p. 103-117, 1983. (nova série).

_____. A paisagem como fato cultural, p. 29-64. In: YAZIGI, Eduardo (org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. (Turismo Contexto).

_____. A exposição museológica e o conhecimento histórico. p. 15-84. In: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, Diana G. (Org.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades ao Museu moderno*. Belo Horizonte: Argumentum – CNPQ, p. 15-84, 2005.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 1993.

MONTEIRO, John M. Vida e morte do índio: São Paulo Colonial. In: *Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo: Yankatu Ed. - Comissão Pró-Índio, 1984. p. 21-44.

_____. Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII. In: CUNHA, Manuela C. da C. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras – Secretaria Municipal de Cultura – FAPESP, 1992. p. 475 – 498.

_____. Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo*, v. 1: a cidade colonial. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 21-67.

_____. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1994.

MORAIS, José Luiz de. Reflexões acerca da Arqueologia Preventiva. In: MORI, Victor Hugo (org.). *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo, 9ª SR/IPHAN - Dersa, 2006. p. 193-220.

MORALES, Walter F. A cerâmica *neobrasileira* nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiá do século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, n. 11, p. 165-187, 2001.

MORI, Victor Hugo. *Restauro da Casa do Trem Bélico*. Santos: Salus, s.d.

_____. (org.). *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9º SR/IPHAN, 2006.

_____. Arqueologia e restauração: anotações para debate. In: _____. *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9º SR/IPHAN, 2006. 119-138.

MORIN, Edgar. *Para sair do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

_____. *O Problema epistemológico da complexidade*. 2 ed. Lisboa: Europa-América, 1996.

_____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília – DF: UNESCO, 2000.

_____.; MOIGNE, Jean-Louis Le. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Petrópolis, 2000.

_____. Os desafios da complexidade. In: *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Jornadas temáticas idealizadas e dirigidas por Edgar Morin. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 4 ed. p. 559– 567, 2004.

MORLEY, Edna J. *O presente do passado: o que é arqueologia?* Florianópolis: 11ª Coordenadoria Regional – IBPC/SC, 1992.

MORSE, Richard M. *De comunidade à metrópole: biografia de São Paulo*. São Paulo. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

MULLER, Daniel Pedro. *Ensaio dum quadro estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo: Typ. Costa Silveira, 1838.

NASCIMENTO, Sílvia H. P. do. Sítio Mirim – algumas considerações sobre sua história. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, n. 197, p. 113-149, 1988.

NIMUENDAJU, Curt. *Mapa Etno-Histórico do Brasil e regiões adjacentes. Adaptado do mapa de Curt Nimuendaju, 1944. Cópia elaborada a partir da segunda impressão de 1987, com realce de cores*. Rio de Janeiro: IBGE. 1981.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

NOVO Almanack de São Paulo para o anno de 1883. São Paulo: Jorge Seckler & Cia., 1882.

PEREIRA, pedro Thomaz. Mairiporã. Sexta-feira, 05 de agosto de 2011. P. 8. Mairiporã e sua história: Rosário: a praça das controvérsias (conclusão), 2011.

PERES, Celina de J. G. *Cidade dos Pinheirais, a saga de uma brava gente*. Caieiras: Perfil Editora, 2008.

PETRONE, M. T. Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995.

PESEZ, J. M. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes, p. 177-213.

PILEGGI, Aristides. *Cerâmica no Brasil e no mundo*. São Paulo: Martins, 1958.

PIRES, Walter. Arquivo Aguirra. Fonte documental sobre a formação territorial de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v 10-11, p. 61-78, 2002-2003. (Nova série).

_____. Configuração territorial, urbanização e patrimônio: Colônia da Glória (1876-1904). *Revista CPC*, São Paulo, v.1, n.1, p. 75-90, nov. 2005/ abr. 2006.

PRÉZIA, Benedito A. G. *Os indígenas do Planalto Paulista: etnônimos e grupos indígenas nos relatos dos viajantes, cronistas e missionários dos séculos XVI e XVII*. 1997, Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *Os indígenas do Planalto nas crônicas quinhentistas e seiscentistas*. São Paulo: Humanitas, 2000.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora da UNB, 1992.

_____. *O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país*. (Nova Biblioteca de Ciências Sociais). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

PUNTSCHART, William. Heranças coloniais no ABC Paulista. *Raízes*. São Caetano do Sul, Ano X, nº 20, p. 49-53, dez. 1999.

RANDLES, W. G. L. et al. *Para uma história antropológica: a noção de reciprocidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

REGO, L. F. de Moraes. *Levantamento geológico de uma parte da Serra da Cantareira*. Levantamento cartográfico. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT, 1:25.000, 1930.

REIS, Nestor G. R. *Memória do transporte rodoviário: desenvolvimento das atividades rodoviárias de São Paulo*. São Paulo: CPA – Consultoria de Projetos e Artes, s.d.

_____. *São Paulo: vila, cidade, metrópole*. São Paulo: Takano Editora, 2004.

RELATÓRIO Rodoanel Trecho Oeste. Relatório Rodoanel Trecho Oeste. www.dersa.sp.gov.br/rodoanel/trechonorte/eia_trecho_norte. São Paulo: DERSA. Acesso em 07 de agosto de 2011.

RENFREW, C.; BAHN, P. *Arqueologia: teoria, métodos y prática*. Madrid: AKAL, 1993.

RIZZI, Maria Christina de Souza Lima. *Olho Vivo*. Arte-educação na exposição labirinto da moda: uma aventura infantil. Tese de Doutorado. Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo, 1999.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Érika Marion. Diversidade cultural entre os grupos ceramistas do sul-sudeste brasileiro: o caso do Vale do Ribeira de Iguape. In: TENÓRIO, M.C. (org.). *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. pp. 293-306.

_____. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. *Revista USP*, São Paulo, nr. 44, p.10-31, dez./fev. 1999-2000.

_____. A expansão tupi, em busca da terra sem mal. In: CURY, M. X. (Org.). *Brasil 50 mil anos: uma viagem ao passado pré-colonial*. São Paulo: Edusp – MAE, 2000. p. 27-34.

_____. As aldeias circulares do Brasil Central. In: CURY, M. X. (Org.). *Brasil 50 mil anos: uma viagem ao passado pré-colonial*. São Paulo: Edusp – MAE, 2000. p. 35-43.

_____. O Programa Arqueológico do Rodoanel Metropolitano de São Paulo - Trecho Oeste: ciência, preservação e sustentabilidade social. In: In: MORI, Victor Hugo (org.). *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo, 9ª SR/IPHAN - Dersa, 2006. p. 169-190.

ROCHA, A. A.; COSTA, José P. de O. *Não matará: a reserva da biosfera da Mata Atlântica e sua aplicação no Estado de São Paulo*. São Paulo: Terra Virgem, 1998.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 3. Ed., São Paulo: FAPESP – Studio Nobel, 2007.

RUBERTONE, Patrícia. Landscape as artifact. Comments on The Archaeological use of Landscape Treatment in Social, Economic and Ideological Analysis. In: *Historical Archaeology*. n. 23 (1), p. 50-54, 1989.

SAIA, Luiz. Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, n. 8, 1944.

_____. *Notas sobre a evolução da morada paulista*. São Paulo: Acrópole, 1957.

_____. *Morada paulista*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. Notas sobre a arquitetura rural do segundo século. *Revista Sphan*, São Paulo, n. 8, s.d.

SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE. *Informações Básicas para o Planejamento Ambiental. Governo do Estado de São Paulo*. São Paulo: Coordenadoria de Planejamento Ambiental, 2002.

SCATAMACCHIA, Maria C. M.; FRANCHI, Cleide. O levantamento das estruturas do antigo aldeamento de Barueri como exemplo de pesquisa arqueológica em área urbana. *Revista de Arqueologia*. São Paulo, n. 14-15, p. 75-85, 2001-2002.

_____. A recuperação da capela de Nossa Senhora da Escada: arqueologia urbana em Barueri. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, n. 13, p. 331-335, 2003.

_____. Relatório sobre o aldeamento de Barueri. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, 2004. (Original impresso).

SCHÁLVELZON, D. *Arqueologia histórica de Buenos Aires I: la cultura material porteña de los siglos XVIII y XIX*. Buenos Aires: Corregidor, 1991.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. *O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. *Antiga sede da Fazenda do Seminário*. Estudo histórico para subsidiar projeto de implantação do Parque Linear do Bispo. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, abr. 2010.

SILVA, D. A. da. *Evolução do uso e ocupação da terra no entorno dos Parques Estaduais da Cantareira e Alberto Löfgren e impactos decorrentes do crescimento metropolitano*. 2000. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Zoneamento ambiental de um setor do Parque Estadual da Cantareira e entorno seccionado pela Rodovia Fernão Dias (BR381). 2005, Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

SILVA, Fabíola A. et al. *Brasil Tupi: beleza, rigor e dignidade: a cultura material tupi no tempo e no espaço*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia – Conjunto Cultural da Caixa, 2004.

SILVA, João Luiz Máximo da. Transformações no espaço doméstico – o fogão a gás e a cozinha paulistana, 1870-1930. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, n. 2, v.15, p. 197-220. jul./dez. 2007. (Nova série).

SILVA, Lucia Sousa e; GROSTEIN, Marta Dora. *Proteção ambiental e expansão urbana: a ocupação ao sul do Parque Estadual da Cantareira*. São Paulo: Annablume – FAPESP, 2008.

SIMONI, Lucia Noemia. A planta da cidade de São Paulo de 1897: uma cartografia da cidade existente ou da cidade futura? *Anais do III simpósio Luso-brasileiro de cartografia histórica*, Ouro Preto, p.1-18, 2009.

SIQUEIRA, Elcio; SILVA, Elizete H. da. *Introdução á história de Perus e Cajamar*. São Paulo – Cajamar, setembro de 2004. (Original digitado).

SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da Capital (1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado - Imprensa Oficial do Estado, 2003. (Coleção Teses e Monografias, v. 6).

SOARES, André Luís R. Arqueologia, história e etnografia: o denominador guarani. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, n. 14-15, p. 97-114, 2001-2002.

SOUSA, Ana Cristina de. Caminhos enquanto artefatos: relações sociais e econômicas no contexto do Caminho Novo e suas variantes (séculos XVIII e XIX). p.67-87. s.d. (Original digitado).

SOUZA, Margareth de Lourdes. *Arqueologia histórica aplicada ao reconhecimento de uma fazenda colonial século XVIII*. 1997, Dissertação de mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, Rafael de Abreu. *Louça branca para a Paulicéia: arqueologia histórica da fábrica de louças Santa Catharina /IRFM – São Paulo e a produção da faiança fina nacional (1913-1937)*. 2010, Dissertação de mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo, São Paulo.

SYMANSKI, Luís Cláudio P. A louça na pesquisa arqueológica: análises e interpretações processuais e pós-processuais. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 23, p. 59-76, mar. 1996.

_____. *Grupos domésticos e comportamento de consumo em Porto Alegre no século XIX: o Solar Lopo Gonçalves*. 1997, Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TAUNAY, A. d'Escragnoille de. *História seiscentista da villa de São Paulo*. São Paulo: Typ. Ideal, tomo IV, 1929.

_____. *São Paulo nos primeiros anos 1554-1601: ensaio de reconstituição social; São Paulo no século XVI: história da vila piratiningana*. São Paulo: Paz e Terra, 2003 (Coleção São Paulo; n. 3)

THOMAS, Julian. A materialidade e o social. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, Suplemento 3, p. 15-20. 1999.

TOCHETTO, F. B. et alli. *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2001.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A Capital da Solidão: uma história de São Paulo das origens a 1900*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

TORRES, Maria C. T. Mendes. *O bairro de Santana*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. V. 6, 1971. (Série História dos Bairros de São Paulo).

TRIGGER, B. G. *History of Archaeological Thought*. New York: Cambridge University Press, 1989.

TRINDADE-SERRA, O. J. Escavações no campo teórico: Arqueologia, Antropologia e História...ou a Arqueologia Clássica depois da Nova. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 4, p. 3-20, 1994.

VALENSI, L. et al. *Pensamento sistêmico*. Campinas: Papirus, 2002.

VILAR, Dalmo Dippold. *Arqueologia Industrial e a evolução tecnológica do abastecimento de água na cidade de São Paulo: dos Franciscanos a Companhia Cantareira*. 2003, Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2003.

_____. *Água aos Cântaros – os reservatórios da Cantareira: um estudo de Arqueologia industrial*. 2007, Tese de doutoramento - Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo, São Paulo.

VOVELLE, Michel. A história e a longa duração. In: LE Goff, Jacques (org.) *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WACHTEL, N. e outros. *Para uma história antropológica: a noção de reciprocidade*. Lisboa: Edições 70, 1978. (Coleção Lugar da história).

XAVIER, Sônia Maria Franco. Arte, argila e cerâmica, raízes de nosso crescimento. *Raízes*. São Caetano do Sul, ano XII, nº 24, p. 23-27, dez. 2001.

ZANETTINI, Paulo E. Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas em sítios históricos. *Arqueologia*, Curitiba, n. 5, p.117-130, 1986.

_____. Arqueólogos de volta à metrópole. In: MORI, Victor Hugo (org.). *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo, 9ª SR/IPHAN - Dersa, 2006. p. 221-232.

_____. *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na Casa Bandeirante*. 2005, Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo.

ZARANKIN, Andrés. Arqueología de La arquitectura: another brick in the wall. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 3, p. 119-128, 1999.

ACERVOS CONSULTADOS

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo;

Arquivo do Estado de São Paulo;

Cartório de Registro de Imóveis da Capital. 1º Cartório;

Cartório de Registro de Imóveis da Capital. 2º Cartório;

Cartório de Registro de Imóveis da Capital. 3º Cartório;

Casa da Memória de Cajamar;

Conselho Comunitário de Saúde Dr. Franco da Rocha – CCSFR;

Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - CONDEPHATT

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP;

Faculdade de Direito - USP;
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP;
Faculdade de Geociências - USP;
Instituto Florestal;
Instituto Geográfico e Cartográfico;
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
Instituto Martius Staden;
Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana – IPEH;
Museu de Arte Sacra de São Paulo;
Museu da Casa Brasileira;
Procuradoria do Patrimônio Imobiliário;
Tribunal de Justiça de São Paulo.